

PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS
ECONOMIA, SOCIEDADE, RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Editora Appris Ltda.

1ª Edição - Copyright© 2023 dos autores

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

P962p
2023 Problemas contemporâneos : economia, sociedade, relações internacionais / Regina Maria A. Fonseca Gadelha (org.). – 1. Ed. – Curitiba : Appris, 2023.
355 p. ; 23 cm. – (Ciências sociais).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-250-4435-4

1. Economia. 2. Sociedade. 3. Relações internacionais. I. Gadelha, Regina Maria A. Fonseca. Título. II. série.

CDD – 330

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 – Mercês
Curitiba/PR – CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Regina Maria A. Fonseca Gadelha
(org.)

PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS
ECONOMIA, SOCIEDADE, RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Appris
editora

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL	Augusto V. de A. Coelho Sara C. de Andrade Coelho
COMITÊ EDITORIAL	Marli Caetano Andréa Barbosa Gouveia - UFPR Edmeire C. Pereira - UFPR Ireneide da Silva - UFC Jacques de Lima Ferreira - UP
SUPERVISOR DA PRODUÇÃO	Renata Cristina Lopes Miccelli
ASSESSORIA EDITORIAL	Leticia Gonçalves Campos
REVISÃO	Mateus Soares de Almeida
PRODUÇÃO EDITORIAL	Renata Cristina Lopes Miccelli
DIAGRAMAÇÃO	Jhonny Alves dos Reis
CAPA	Sheila Alves

COMITÊ CIENTÍFICO DA COLEÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS

DIREÇÃO CIENTÍFICA **Fabiano Santos (UERJ-IESP)**

CONSULTORES	Alicia Ferreira Gonçalves (UFPB)	Jordão Horta Nunes (UFG)
	Artur Perrusi (UFPB)	José Henrique Artigas de Godoy (UFPB)
	Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB)	Josilene Pinheiro Mariz (UFCG)
	Charles Pessanha (UFRJ)	Leticia Andrade (UEMS)
	Flávio Munhoz Sofiati (UFG)	Luiz Gonzaga Teixeira (USP)
	Elisandro Pires Frigo (UFPR-Palotina)	Marcelo Almeida Peloggio (UFC)
	Gabriel Augusto Miranda Setti (UnB)	Maurício Novaes Souza (IF Sudeste-MG)
	Helcimara de Souza Telles (UFMG)	Michelle Sato Frigo (UFPR-Palotina)
	Ireneide Soares da Silva (UFC-UFPI)	Revalino Freitas (UFG)
	João Feres Junior (Uerj)	Simone Wolff (UEL)

À memória de Antônio da Costa Gadelha Netto, meu companheiro, por seu exemplo e por ensinar a “pensar Política” e acreditar em um mundo melhor. A Paulo-Edgar de Almeida Resende (in memoriam).

A todas e todos que lutaram pela liberdade, contra as ditaduras e autoritarismos de todos os tempos.

Weber ensinou que o Estado traz o selo dos que os cria; assume a fisionomia, as práticas e a cultura de seus fundadores: os poderes reais e seus servidores. Aqui temos uma sociedade que ingressa na independência política sem alterar sua entranha profunda; não nos engane o abuso, a dilapidadora generosidade com que foi usada a ressonante palavra 'revolução'... Há ideólogos, porém não existe a realidade social que se reconheça neles, reclame suas ideias e lhes dê substância. Consequência de uma sociedade não democrática, oligárquica, clientelística e patrimonialista, intocada e por muito tempo intocável herança colonial, produto que não fará aparecer, em uma dimensão adequada, uma consciência cidadã apta para opor-se a um poder ao qual não interessa ser perscrutado por um povo com potencial crítico e idôneo para pensar com autonomia. Existe, pois, peculiaridades estruturais, sociais e culturais no processo formativo do Estado [...], baseado em uma trama específica relacional, impregnada de valores, hábitos, códigos, dogmas e regras comportamentais.

(León Pomer. La corrupción. Una cultura argentina. Buenos Aires: Leviatã, 2004).

SUMÁRIO

PREFÁCIO À GUISA DE INTRODUÇÃO	13
<i>Regina Maria A. Fonseca Gadelha</i>	

PARTE I	
ECONOMIA	19

CAPÍTULO 1	
A ECONOMIA COMO CIÊNCIA MORAL: O CASO DO NOVO CORONAVÍRUS	21
<i>Joaquim C. Racy</i>	

CAPÍTULO 2	
CAPITAL SOCIAL: EM BUSCA DO ATIVO SOCIAL	47
<i>Amaury de Souza Amaral, Paulo Fernando Silva Amaral</i>	

CAPÍTULO 3	
INCERTEZAS DAS DECISÕES ECONÔMICAS NOS JOGOS DE MERCADO E DEMOCRACIA	63
<i>Norma Cristina Brasil Casseb, Gabriel Galípolo</i>	

CAPÍTULO 4	
A ECONOMIA POLÍTICA DA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	81
<i>Antônio Corrêa de Lacerda</i>	

CAPÍTULO 5	
NEOLIBERALISMO COMO FACE DE UMA NOVA FORMA DE IMPERIALISMO NO BRASIL E AMÉRICA LATINA	99
<i>Rubens R. Sawaya, Mariel Liberato Bastos</i>	

CAPÍTULO 6	
NOTAS SOBRE A NATUREZA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE CONTEMPORÂNEA	123
<i>Fernando Augusto Mansor de Mattos</i>	

CAPÍTULO 7

REVENDO O CONCEITO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL..... 147

Ladislau Dowbor

PARTE II

SOCIEDADE 187

CAPÍTULO 8

A CUBA REVOLUCIONÁRIA E DEMOCRÁTICA 189

Embaixador Pedro Monzón Barata

CAPÍTULO 9

A FERROVIA TRANSAARIANA E SUA MÃO DE OBRA. REALIDADE DE UM SONHO COLONIAL: A UNIDADE DO IMPÉRIO AFRICANO DA FRANÇA 203

Albert Broder

CAPÍTULO 10

OS FRUTOS VENENOSOS DO IMPERIALISMO NAS GUERRAS DO ÓPIO NA CHINA 227

Durval de Noronha Goyos Júnior

CAPÍTULO 11

DA DOMINAÇÃO CONSENTIDA: UMA ABORDAGEM 239

León Pomer

CAPÍTULO 12

REFLEXÕES SOBRE COMO INTERNACIONALIZAR A EDUCAÇÃO SEM PERDER A AUTONOMIA 255

Fernando de Almeida Santos, Gustavo Adolfo Rubio-Rodríguez

PARTE III

RELAÇÕES INTERNACIONAIS 267

CAPÍTULO 13

APROXIMAÇÕES ENTRE OS PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO E AS DIRETRIZES DA COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1970 269

Tadeu Morato Maciel

CAPÍTULO 14 A RELAÇÃO ARGENTINA-BRASIL E O MERCOSUL EM UM IMPASSE.	285
<i>Alberto J. Sosa</i>	

CAPÍTULO 15 DESINTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DO MERCOSUL À UNASUL E A ERA BOLSONARO	301
<i>Regina Maria A. F. Gadelha</i>	

CAPÍTULO 16 O CARÁTER ESPECIAL DA GUERRA DA UCRÂNIA: GEOPOLÍTICA, GEOECONOMIA E GEOESTRATÉGIA NOS CENÁRIOS GLOBAIS	319
<i>Jason Tadeu Borba</i>	

SOBRE OS AUTORES.....	34T
------------------------------	------------

PREFÁCIO À GUIA DE INTRODUÇÃO

Regina Maria A. F. Gadelha

Uma coletânea não nasce pronta. Ela é fruto da reflexão coletiva de seus pesquisadores. Nesse caso, especialistas em vários campos das ciências sociais: historiadores, economistas, cientistas políticos, sociólogos e juristas convidados, que aceitaram participar desta coletânea.

No momento em que redijo esta apresentação, o Brasil ainda atravessa profunda crise política, institucional, econômica, moral e social, consequência do desmantelamento das políticas públicas do Estado, produzido após o golpe que depôs por *impeachment* a presidente Dilma Rousseff do poder. De fato, o ano de 2015 é histórico, por representar um marco na abertura do caminho para a ascensão de facções ligadas às forças ultraconservadoras nacionais, que assumiram as diretrizes da nação. Essa crise, de enorme gravidade por atentar contra a democracia, foi aprofundada pela eleição presidencial de 2018, que conduziu o deputado *outsider* radical, Jair Messias Bolsonaro, à presidência da República.

O balanço desse quadriênio, que encerrou o governo de Jair Messias Bolsonaro em 31 de dezembro de 2022, encontra uma nação dividida, com campos de tensão a serviço de interesses variados, com instituições socialmente precárias e politicamente instáveis, economicamente problemático e culturalmente diversificado. A década recente foi difícil para todos os pesquisadores que, como nós, procurávamos denunciar o retorno do integralismo fascista, iniciado nos idos de 2015. Dificuldades paradoxalmente desveladas de maneira profunda pela COVID-19, que atingiu de forma exemplar um país submerso em verdadeira micropolítica — institucional, econômica, social e ambiental das mais profundas —, e que deixou um rastro de cerca de 700 mil mortos (número ainda incerto). Apesar disso, a esperança renasce por meio da eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, empossado em 1º de janeiro de 2023.

Esses fatos ocorreram em meio a um processo de destruição das instituições políticas e burocráticas, acompanhado por quase destruição das áreas trabalhistas, previdenciárias, sociais, educacionais, ambientais e saúde, mas insere também realinhamentos geopolíticos anacrônicos e movimentos populistas da nova onda neoconservadora mundial, com impactos

variados — guerras, golpes de Estado, refugiados e imigrantes, campos de trabalhos forçados, tratados políticos desiguais, fundamentalismos, neo-colonialismos ressurgentes.

No Brasil, diante dos graves problemas suscitados pelo (des)governo de Jair Messias Bolsonaro, esta coletânea foi idealizada por pesquisadores do Naci – Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional, do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da PUC-SP, no marco de aniversário dos 20 anos de existência deste grupo, e homenageia a memória do professor Paulo-Edgar de Almeida Resende, seu primeiro coordenador. Idealizado como espaço para discussão de ideias, aberto ao debate interdisciplinar no qual Brasil e América do Sul se imbricam. Nesse sentido, esta coletânea aborda temas contemporâneos dos grandes problemas econômicos, sociais, históricos e geopolíticos, que reinsere o Brasil no contexto global internacional.

Os tempos recentes têm sido marcados por expressiva volatilidade nos mercados financeiros e pelo uso de tecnologias (AI), algumas de duvidosa eficácia e que agravam a situação dos trabalhadores nas periferias do sistema, sobretudo a partir do aprofundamento da crise institucional, combinada a governos de extrema direita, não só na América Latina como em outras partes do mundo. Esta crise combina transversalmente diferentes fatores econômicos, políticos, sociais, psicológicos e sanitários. Nesse sentido, os autores presentes nesta obra são de diferentes formações científicas e seus artigos abordam problemas não apenas teóricos e históricos, como econômicos e institucionais dentro do campo de suas especialidades, abrindo espaço para a reflexão dos leitores.

Metodologicamente, e sem seguir uma sequência na apresentação dos capítulos, esta coletânea encontra-se dividida em três sessões, que analisam as principais questões contemporâneas – Economia, Sociedade, Relações Internacionais. A obra aborda problemas econômicos teóricos, tais como moeda e consumo, taxa de juros e inflação - capítulo 3, dos professores Norma Cristina Brasil Casseb e Gabriel Galipolo, sobre as incertezas das decisões econômicas nos jogos de mercado e seus reflexos na democracia dos países. Ainda, nessa direção, o professor Antônio Corrêa de Lacerda demonstra no capítulo 4 alguns dos principais desafios a serem enfrentados pela economia política brasileira para a retomada do desenvolvimento. Merece destaque as análises sobre as circunstâncias e efeitos do imperialismo (capítulo 5), por Rubens R. Sawaya e Mariel Liberato Bastos, mas também o capítulo 6, *Notas sobre a natureza do capitalismo contemporâneo*, de Fernando A. Mansor de Mattos, que analisa os desníveis de crescimento americano a partir da evolução da desigualdade contemporânea.

Ainda, nessa primeira sessão, o Capítulo 1 aborda uma questão transversal de grande importância, a *Economia como Ciência moral*, submetendo seus fundamentos aos efeitos das desigualdades acentuadas pelo coronavírus. Por outro lado, o Capítulo 2 (*Capital Social: em busca do ativo social*), do professor Amaury de Souza Amaral e Paulo Fernando Silva Amaral, partem da ideia de transversalidade científica, que nos é ensinada pelo teórico social e antropólogo Edgar Morin. Reconhecendo que a economia não se confunde com ciência exata, os autores procuram analisar o conceito “capital social” dentro de uma nova área interdisciplinar do saber, a *Econofísica*, buscando respostas que podem ser encontradas através da dinâmica não linear.

Contrapõe-se a este enfoque, o Capítulo 7, do professor Ladislau Dowbor, a nos oferecer, uma vez mais, aprofundada análise-síntese do conceito e possibilidades de acumulação de capital. Problema igualmente moral, em que a vida desnuda dos cidadãos é dominada por bolsas, bancos e corretoras, inibindo o processo de acumulação de capital, submetido cada vez mais à financeirização do capital (incluindo o capital social de indivíduos e nações). *Reverendo o conceito de acumulação de capital* demonstra como o capitalismo, sistema que já foi socialmente produtivo, está hoje a se anular face ao rentismo esterilizante, que tudo anula, incluindo o futuro da humanidade. Porém, como humanista comprometido com as consignas sociais e planetárias, Dowbor também oferece egressão a este modelo de extremada exclusão e insiste em novas saídas societárias.

A segunda parte da coletânea – Sociedade – aborda de forma contundente as variadas manifestações de totalitarismos, polarização e poder exercidos sobre cidadãos e indivíduos em diferentes contextos, atuando sobre corpos e percepções – Capítulo 11, do professor León Pomer, que efetua arguta análise de uma sociedade em que cidadãos se submetem às variadas formas de exploração de forma alienada e consentida. Esse fato mina as democracias e favorece o surgimento de regimes totalitários, desencadeando guerras, racismos, deslocamentos forçados e perseguições, do passado ao presente, como demonstra no capítulo 9, a análise histórica no artigo do historiador francês Albert Broder. Este artigo, inédito, elucida a verdade ocultada da construção de uma ferrovia a cortar as montanhas transaariana do império africano francês, pelo governo de Vichy (1940-1944) – essa farsa governamental permitida pelos alemães aos governantes colaboracionistas em uma França derrotada no início da II Guerra Mundial.

De maneira clara e documentada, Broder revela a exploração dos campos de trabalhos em que foram internados os revolucionários espanhóis após a derrota militar das forças republicanas que lutaram por uma Espanha democrática e livre. Porém também foram internados nesses campos, os judeus sobreviventes dos campos de batalha, combatentes voluntários contra a invasão alemã a fim de trabalharem como mão de obra escrava na construção de extensa ferrovia que atravessava as regiões desérticas da África subsaariana do Marrocos a partir dos montes Atlas até a boca do rio Níger, no oceano Atlântico. Engana-se, porém, quem pensar que se trata apenas de mais um episódio da história. Broder nos aporta uma profunda reflexão sobre os efeitos deletérios da cobiça dos governantes sobre os destinos de refugiados de todos os tempos, expulsos de seus países por catástrofes naturais, guerras, fomes, doenças.

O que nos remete aos refugiados contemporâneos das guerras territoriais e/ou perseguições fundamentalistas religiosas e extremistas de todos os tempos — Ucrânia, certamente, mas também Afeganistão, Síria, Palestina e Próximo Oriente, África e Ásia, Américas. Guerras e conflitos de todos os lugares e tempos. O artigo demonstra a necessidade da memória não deixar esvanecer o trágico destino não só de judeus, mas também daqueles republicanos de Espanha, que buscaram suposto refúgio junto a uma França “democrática” de antes da guerra, aonde seriam sacrificados, primeiro como soldados e, depois, internados em campos de trabalhos forçados.

De mesmo o Capítulo 10, sobre os frutos venenosos do imperialismo inglês sobre as populações chinesas: guerra do Ópio, que aniquilou o grande império do levante. O autor, Durval de Noronha Goyos Jr., grande conhecedor da China moderna, demonstra os horrores da longa dominação estrangeira nesse país. Fatos que são reveladores das variadas explorações geopolíticas, com profundos impactos sobre o próprio conceito de democracia e cidadania. Nesse sentido, também, é de fundamental importância a análise que traz o artigo 8, do Embaixador Pedro Monzón Barata, cônsul de Cuba em São Paulo e professor de política da universidade de Havana, sobre as razões da revolução cubana e seu exemplo para a América Latina, único país a apresentar uma revolução bem sucedida na busca de independência à exploração de ditadura interna aliada ao imperialismo norte-americano. Complementa esta segunda sessão, o Capítulo 12 de Fernando de Almeida Santos e Gustavo Adolfo Rubio-Rodrigues, sobre a necessidade de internacionalização do sistema de educação em nossos países, sem perder autonomia.

A terceira parte da obra abrange as relações internacionais. Abre esta parte o Capítulo 13, de Tadeu Morato Maciel, escrito em memória a Paulo Edgar Resende. Recorre ao conceito de rizoma (caro a seu mestre) para recordar os paradigmas e diretrizes da cooperação técnica externa do Brasil da década de cinquenta ao final dos anos setenta. Política exitosa que acompanha a longa trajetória do Itamarati na segunda metade do século XX. Porém, o desastre das políticas neoliberais mal conduzidas por uma extrema direita regressista conservadora, recentemente chegada ao poder, nos é revelada pela (quase) decomposição dos blocos econômicos construídos na América do Sul, ocorrido na última década. Essa nova fase é analisada no Capítulo 14, de autoria do sociólogo e politicólogo argentino Alberto J. Sosa, sobre o Mercosul. Nessa direção, também, o capítulo 15 de Regina Maria A. Fonseca Gadelha, centrado sobre o desmonte da construção dos acordos da União das Nações Sul-Americanas-Unasul. O marco desse desmonte se dá a partir do impeachment da presidente Dilma Rousseff (2015), que permitiu a eleição do deputado de extrema direita, Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil, em 2018 (2019-2022). Fecha a abordagem desta última parte a valiosa contribuição do professor Jason Tadeu Borba (Capítulo 16), que analisa os primeiros momentos da invasão da Ucrânia pela Rússia, triste acontecimento que completa um ano em 24 de fevereiro de 2023, sem que o pêndulo da guerra ainda indique um lado vencedor.

Acontecimento de imensa gravidade a abrir portas à renovação do extremado e frágil jogo geopolítico dos Estados Unidos em manter sua hegemonia sobre o planeta, como indica esta aguçada análise, a ameaçar o mundo com uma nova grande guerra, quiçá nuclear!

Os autores, no entanto, abrem perspectivas e caminhos para o enfrentamento a essas questões. Problemas Contemporâneos diz respeito à exploração imperialista mais ampla, com impactos estruturais variados tanto na América Latina como em um mundo cada vez mais distante da visão idealizada pelo ideário neoliberal do mito salvacionista da globalização dos anos noventa, e desvela que a tão sonhada fraternidade e a colaboração internacional entre os povos parece se encontrar cada vez mais distantes. Em especial em nosso continente, no qual a *colonialidade de poder* (o termo é forjado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, para definir o controle exercido pelas elites nacionais locais sobre seus cidadãos) se associa ao imperialismo. O que provoca não só ruínas e depressão econômica às nações que se submetem às crises sucessivas e permanentes,

como coloca em jogo a própria identidade dos povos. Identidade fragmentada e a reboque de uma falsa dicotomia liberista, dos que confundem liberdade com sede de lucro e poder apenas, cujos rumos se apresentam de maneira incerta para as nações tanto a nível nacional como ao nível das relações exteriores internacionais.

Esperamos que o leitor tire bom proveito das reflexões anteriormente suscitadas com a leitura desta obra.

São Paulo, fevereiro 2023.

PARTE I

ECONOMIA

A ECONOMIA COMO CIÊNCIA MORAL: O CASO DO NOVO CORONAVÍRUS

Joaquim C. Racy

As crises, como todas as coisas no mundo, apresentam duas faces normalmente encaradas antiteticamente como positivas e negativas. Quando se pensa na ciência como esfera destacada do conhecimento necessário à sua compreensão e superação, as crises acabam por fazer renascer questões de maior profundidade e relevância, exigindo por parte de seus pensadores um esforço no sentido de recuo aos fundamentos e princípios que dão origem aos pensamentos que as sustentam.

Nesse sentido, a crise do novo coronavírus, tanto em relação à urgência que coloca para o rearranjo das sociedades na solução do problema imediato da sobrevivência, quanto para as suas possibilidades futuras, indica que a realidade está se modificando e com ela o mundo como se conhece, o que exige mudança na forma como esses devem ser pensados.

Conforme assevera Slavoj Žižek,

La propagación continua de la epidemia de coronavirus también ha desencadenado grandes epidemias de virus ideológicos que estaban latentes en nuestras sociedades: noticias falsas, teorías de conspiración paranoicas, explosiones de racismo.¹

Cabe, portanto, à ciência de uma forma geral e à ciência econômica em particular, um papel de destaque no encaminhamento do debate acerca dessa situação. Nessa perspectiva, considera-se fundamental que os olhos dos economistas se voltem para os problemas originais de sua área de conhecimento conforme colocados por alguns expoentes do pensamento econômico comprometidos com a delimitação dos postulados, finalidades e função dessa ciência, particularmente aqueles referenciados em situações críticas como a atual.

¹ ŽIZEK, Slavoj. El coronavirus es un golpe al capitalismo a lo Kill Bill. In: AGABEN, Giorgio *et al.* *Sopa de Wuhan*. Curitiba: ASPO, 2020. p. 21.

O objetivo aqui é, então, estimular a retomada de elementos do debate fundamental sobre o qual se encontra assentada a economia, enquanto campo de conhecimento, fazendo sobressair o problema moral implícito às decisões econômicas que orientam a vida dos seres humanos.

Apoiado essencialmente no pensamento keynesiano, este texto, com o recorte de ensaio, talvez um registro historiográfico, e sem pretensões de esgotar ou apresentar qualquer grande novidade para o debate atual, busca desenvolver uma reflexão sobre o sentido moral da economia aliando postulados científicos daquela e de outras importantes correntes do pensamento em geral, e do econômico em particular, visando, como resultado, a emitir um juízo sobre o comportamento de diferentes grupos sociais à presente crise, do novo coronavírus, que, de abrangência mundial, assola o Brasil com uma intensidade sem precedentes.

Razão e Moral na Ciência Econômica

A economia política, assumindo o *status* de conhecimento autônomo a partir de Adam Smith, considerado seu fundador, define-se como desdobramento da filosofia moral, debruçando-se sobre o conflito entre o egoísmo e a piedade² como determinante do comportamento dos indivíduos e constituindo o objeto do conhecimento da Economia.

Ao analisar o motivo do comportamento econômico dos homens, Adam Smith explora a “Fábula das Abelhas” de Bernard Mandeville, que trata do conflito entre egoísmo e piedade. Sua observação sobre aquela obra é clara no que concerne à conformação do modo de pensar a economia enquanto campo de conhecimento com objeto bem-definido. Nessa medida, declara ser a posição de Mandeville falaciosa ao considerar que todas as paixões são viciosas, pois alguns dos vícios, assim considerados por aquele autor, sendo produtos de paixões, embora egoístas, trazem benefícios à sociedade.

Encontrando-se, então, na raiz do problema, a discussão sobre a natureza moral do comportamento humano pode ser considerada o fundamento da ciência econômica. Mas, na delimitação dessa ciência, Smith, não discordando de Mandeville no que se refere à manifestação dos comportamentos egoístas do homem no mundo real, isto é, admitindo que as paixões ou vícios individuais podem levar à riqueza social, considera que o homem assim procedendo manifesta uma razão ou uma forma racional

² ROBINSON, Joan. *Filosofia econômica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

em sua convivência social, que se expressa na organização econômica da sociedade em torno do mercado, sendo esse, no mundo real, o cenário em que se desenvolvem as relações entre os homens, cuja dinâmica deve ser apreendida pelo estudioso da economia.

Em outro sentido, Amartya Sen, ao criticar a Economia Política definida como uma ciência imune aos sentimentos morais por John Stuart Mill, afirma que

[...] há no entanto algo de extraordinário no fato de que a economia tenha evoluído dessa maneira, caracterizando as motivações humanas em termos tão espetacularmente estreitos. Uma das razões por que isso é extraordinário é que a economia deve, supostamente, tratar de pessoas reais. É difícil acreditar que pessoas reais não sejam minimamente afetadas pelo alcance do autoexame induzido pela questão socrática: *Como se deve viver?*³

Numa perspectiva filosófica, o egoísmo jamais pode ser considerado uma virtude, pois a virtude de um homem “é o poder específico que o homem tem de afirmar sua existência própria, isto é, sua humanidade”⁴, ou uma disposição adquirida de fazer o bem, ou ainda é o esforço para se portar bem, que define o bem nesse próprio esforço. Nesse sentido, aqueles que agem por vícios ou paixões não estão, em princípio, esforçando-se para se portarem bem, a não ser para seu próprio benefício.

Tomando por base o pensamento de Aristóteles na *Ética a Nicômano*, ao buscar definir o bem universal como aquilo que deve ser buscado pelo homem, o pensador questiona se esse é um bem em si mesmo e nessa busca separa as coisas boas em si mesmas das coisas úteis. Nesse sentido, encontra na felicidade a expressão mais acabada do bem a ser procurado pelo homem.

Cabe aqui lembrar que, embora raramente expressa no discurso dos economistas contemporâneos, a felicidade é o bem de que vulgarmente trata a ciência econômica enquanto esforço de compreensão e avaliação de sua manifestação material, isto é, na alocação de recursos para satisfação do indivíduo. Mas, ao analisar a procura desse bem pelo homem, Aristóteles afirma que, em sendo uma atividade da alma que segue um princípio racional, deve estar em consonância com a virtude e que, mesmo observada

³ SEN, Amartya. Comportamento econômico e sentimentos morais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 25, p. 103-130, abr. 1992. p. 1.

⁴ COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 8.

em diferentes circunstâncias, deve se direcionar à melhor e mais completa virtude⁵. E a virtude a que ele se refere se revela nos atos praticados pelo homem na relação com outros homens, tornando-os justos ou injustos.

Vale ressaltar que o pensador define, com base nessa assertiva, que a diferença entre a qualidade dos atos praticados é aquilatada pela diferença de caráter. E sob esse aspecto, o filósofo afirma que o que se deve tomar como indicativo do caráter é o prazer ou a dor que acompanham os atos dos homens. Como resultado, a excelência moral está então relacionada com prazeres e dores, sendo que por prazer o homem pratica más ações e por causa da dor se abstém de ações nobres.

A virtude a ser desejada pelo homem, portanto, não sendo produto de paixões nem faculdades, mas sim uma disposição de caráter, é uma mediania cuja excelência se encontra no prazer e na dor sentidos na medida apropriada, sendo o vício exatamente o excesso de sentimento em relação ao prazer e à dor.

Ajuizando o comportamento do homem nesse sentido, Aristóteles afirma que a dificuldade de encontrar o meio-termo dificulta ao homem ser bom. Ao se deter sobre essa questão, considera que as ações humanas são voluntárias ou involuntárias, dividindo-se essas últimas em ações não voluntárias e involuntárias propriamente ditas, sendo que no primeiro caso se realizam por ignorância e no segundo produzem necessariamente dor e arrependimento. No que se refere aos atos voluntários, que se realizam pela razão ou pela vontade do próprio agente, podem produzir prazer ou dor. Não obstante, é de se considerar que nem todas as situações são passíveis de deliberação pelo homem que age. Assim, os atos do homem segundo tal situação só podem ser deliberados no que se refere ao meio como se realizam.

Referindo-se ao objeto da reflexão aqui desenvolvida, Aristóteles afirma que as coisas úteis podem ser bem ou mal usadas, o que ocorre com a riqueza. Ela pode promover atos nobres, tornando-se uma virtude, dependendo do sentimento que a ela se atribui ou do que ela produz nas relações entre os homens.

É dessa maneira que a questão da justiça se explicita em Aristóteles de tal sorte que, expressa pelas leis que têm como fim a vantagem comum, passa a ser uma virtude completa, ainda que não em absoluto, pois é “o bem de um outro”. Mas, por ser um bem comum, não é uma parte da virtude, é ela inteira, sendo a injustiça o vício inteiro.

⁵ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

A justiça, nesse sentido, claramente se manifesta nas relações econômicas quando o homem justo pratica o que é justo ao distribuir entre si e outros o que é de igual com a proporção, isto é, não dá mais do que convém a si e menos ao próximo. Não é preciso dizer que aqui se coloca a questão necessária da mediação sobre a justiça que implica a necessária agência do Estado na vida econômica.

Parece desnecessário dizer, após todas essas considerações, que o bem supremo buscado pelo homem só tem sentido e substância na contingência da vida ou da existência humana. Mas, posicionando-se de maneira diversa em relação ao pensamento de Aristóteles, o Utilitarismo, segundo Stuart Mill (1863), tem seu credo fundamentado no Princípio da Maior Felicidade sustentando que as ações justas são as que promovem felicidade entendida como prazer e ausência de dor⁶.

Isso significa que os utilitaristas, diferentemente de Aristóteles que não discrimina o prazer como motivo para as ações humanas, desconsideram a virtude como determinante dos resultados dessas ações. E, mesmo reconhecendo o desagrado que tal concepção do comportamento do homem causa em muitos estudiosos, recorrem a Epicuro, contra cujas ideias Marx se colocou, arrazoando que os seres humanos têm qualidades superiores que o impelem somente para o prazer, tendo isso como consequência natural à promoção do bem. Não é preciso dizer que, tentando se livrar do peso moral na explicação do comportamento dos indivíduos no convívio social, acabam por adotar a crença numa razão egoísta, descaracterizando-a como um vício.

Talvez as ações egoístas possam gerar benefícios na medida em que se realizem virtuosamente, isto é, aconteçam de forma a promover sua finalidade que é a felicidade. Mas isso se observará se tais ações voluntariamente vierem, de fato, promover um bem comum. Não sendo um imperativo, em grande parte das vezes, pela maneira como se realizam, promoverão o mal ou a dor. Serão, nesse sentido, viciosas.

Reposicionando a questão, Joan Robinson afirma que a Economia pode ser considerada um ramo da Teologia quando, ao procurar postular sua condição científica, se baseia na indução com base nos fatos observados, mas que, sem a possibilidade da experimentação controlada das leis por ela estabelecidas, sua veracidade acaba por envolver interpretações ou julgamentos. A tarefa de construção de um conhecimento científico

⁶ STUART-MILL, John. *Utilitarismo*. Coimbra: Atlântica Editora, 1976.

na Economia é, nesse sentido, pouco efetiva uma vez que a objetividade a que se pode chegar por tal caminho se dá com a permanente negação das propostas teóricas de uns economistas por outras propostas teóricas de outros economistas. Claro que aqui se coloca a perspectiva teórica e o critério de falseabilidade de Karl Popper. Para Robinson, portanto, a tarefa que se impõe ao economista seria, então, a de procurar resolver a confusão que existe entre ciência e ideologia, tomada como a expressão das interpretações e julgamentos.

Naturalmente, também, a concepção de ideologia com tal característica refere-se ao senso comum ou à interpretação do universo baseada nas necessidades irracionais do homem. Vale destacar que, nessa perspectiva, vê-se desprezado o fenômeno da ideologia enquanto processo de falseamento da consciência, tipicamente marxiana, cuja importância na determinação da realidade e do conhecimento, particularmente econômico, emerge irreversivelmente na tentativa de elucidação de qualquer problema social, como no caso da crise do coronavírus.

Acrescenta-se a essa breve reflexão algumas notáveis ideias de Albert Hirschman⁷. Pode-se iniciar com sua observação de que Maquiavel, ao desenvolver seu pensamento anunciando que iria tratar das instituições políticas como eram e não como os preceitos morais de pensadores anteriores o faziam, teria fundado a ciência social moderna. O deslocamento do processo de conhecimento promovido por Maquiavel, na opinião de Hirschman, naturalmente se reflete na construção da ciência econômica. Nessa medida, vê-se reafirmada a observação colocada anteriormente sobre Smith, segundo a qual os comportamentos interessados, se colocados a serviço da ordem e do progresso, expressam-se na figura da “mão invisível”, representativa de uma razão comportamental apreensível pelo economista, livre de juízos de valor.

Detendo-se sobre a interpretação da economia por Marx, pensador em que Hirschman identifica a recusa enfática em apelar para argumentos morais na composição de uma teoria — posição visivelmente manifesta na ironia com que tratou o socialismo utópico —, buscaria em toda a sua obra, de maneira veemente, reforçar a ideia de que a verdade científica se distingue absolutamente da moral. Para Hirschman, contudo, ao procurar provar a verdade de sua teoria da exploração por sua demonstração real, o que atenderia à sua recomendação de interpretar cientificamente a rea-

⁷ HIRSCHMAN, Albert O. *Moralidade e ciências sociais: uma tensão duradoura*. In: HIRSCHMAN, Albert O. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 7-133.

lidade, Marx teria incorporado algum juízo de valor ao procurar prever o fim do capitalismo. Assim, a “incompatibilidade entre a moral e o ato de moralizar”⁸, significando a exclusão mútua entre a moral e a ciência, seria então o problema por excelência da sociedade moderna.

Tal problema residiria nas condições históricas sobre as quais se desenvolveu o conhecimento científico, particularmente nas ciências sociais. Vale destacar aqui, embora fuja ao escopo desta análise, que Hirschman coloca o conhecimento econômico no quadro das ciências sociais, o que levanta uma série de acaloradas e infundáveis discussões na comunidade de conhecimento econômico. Mas o fato é que a maior hostilidade em relação à moral se dá mais intensamente nas ciências sociais e a razão para tanto, segundo o autor, é que as descobertas nesse campo normalmente assumem a forma de paradoxos. Os novos conhecimentos devem trazer algo novo e, nessa medida, desnudar o conhecimento vigente. Esse caminho natural da ciência social assume, portanto, um caráter imoralista.

Voltando ao problema em Adam Smith, o pensamento de Bernard Mandeville (1670-1733) pode ser colocado nessa perspectiva. O importante a ressaltar, então, é que essa questão ressurgiu na ciência econômica, se é que ela deixou de permear o pensamento econômico em algum momento, particularmente com a análise das condições de mercado e mais especificamente das suas distorções que, naturalmente, remetem ao tema da justiça.

Tal tema, tratado por diferentes áreas da economia, micro ou macroeconomicamente, detendo-se necessariamente sobre a questão da felicidade e da justiça, sendo ambas manifestações de virtude ou vício, implica ser a ciência econômica um campo de conhecimento que deve tratar cientificamente, senão moralmente, dos problemas morais e éticos. Não há forma mais simples de exemplificar o problema do que o debate sobre a necessidade da excepcionalidade no trato das políticas sanitárias e econômicas de preservação da vida e manutenção do emprego, que se coloca como um dilema sem fundamento lógico e moral, isto é, um falso dilema.

Nesse sentido, se a vida é a contingência que determina a felicidade e a justiça como finalidades ou bens supremos alcançados por vícios ou virtudes, não há como não pensar sobre sobrevivência e subsistência como parte de um mesmo todo. Não há possibilidade da vida sem a produção das condições de existência (subsistência), mas também não há possibilidade da produção dessas condições sem a vida (sobrevivência).

⁸ *Ibidem*, p. 122.

Obviamente, portanto, a questão relativa à precedência de políticas sanitárias ou de políticas de emprego só faz sentido no que diz respeito à temporalidade das ações em resposta à crise. Raciocinando lógica e imediatamente, pode-se afirmar simplesmente que a vida vem em primeiro lugar, pois o emprego só se realiza quando há vida, sendo essa a razão da espécie humana. Mas, para uma resposta “objetiva” à questão, a que deve servir a ciência econômica, esclarecendo como políticas de extrações diversas que podem ou não ser conciliadas, considerando virtudes ou vícios que produzam o bem comum, nesse caso a resposta seria a sobrevivência e a subsistência.

Relações básicas entre Racionalidade e Moral na Teoria Econômica

Procurando entender como a teoria econômica historicamente tem respondido as crises com a natureza e a magnitude atual, invariavelmente os economistas acabam por convergir quanto à importância das políticas keynesianas como ferramenta útil para a solução dos problemas apresentados.

Tendo consolidado seu pensamento em momento de uma crise sem precedentes da economia mundial, a Grande Depressão, Keynes se apoiou na análise da realidade contestando alguns postulados das doutrinas econômicas então em vigor. Tomando aqui por referência sua obra mais conhecida e que sintetiza de maneira mais cabal sua teoria, *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*, de 1936⁹, Keynes começa por destacar a importância por ele atribuída ao termo geral, que diferencia seu pensamento do pensamento clássico, indicando estar a teoria então vigente amparada pela ideia de equilíbrio, que acontece somente em caso especial.

Analisando as razões por que essa situação não corresponderia à realidade, inicia sua demonstração da necessidade da inversão das relações entre as variáveis determinantes da atividade econômica de tal forma que, ao invés de se pensar que a oferta cria a demanda geral de uma economia, deve-se pensar que a demanda é que determina sua oferta. E, a partir desse fundamento, define a demanda efetiva de uma economia como a soma do consumo, necessário à preservação da existência, e do investimento, necessário à produção das condições de existência, determinando o nível de atividade ou o emprego na economia.

Procurando avaliar, então, esses fatores, detendo-se no comportamento agregado dos agentes econômicos, o autor acaba por construir um

⁹ KEYNES, John M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

modelo representativo da realidade cujo recorte estático-comparativo se baseia na observação temporal em dois momentos, o primeiro dizendo respeito às ações levadas a efeito pelos atores do sistema, e um segundo, referente às respostas a essas ações, de modo a desenhar possíveis soluções para as crises. Para tanto, considera o Estado um agente relevante no equacionamento das soluções de crises uma vez que, orientando e atuando sobre o consumo e o investimento presentes, pode proporcionar a geração de aumento da demanda num momento seguinte, buscando promover o equilíbrio entre demanda e oferta em níveis adequados para a economia.

Assim, no que se refere ao consumo, o autor destaca seu papel estratégico na definição da demanda. Entendida como atividade realizada para a manutenção da existência por todos os agentes econômicos, sem exceção, é definida como uma tendência com razão constante, pelo menos a curto prazo. Isso significa que os indivíduos consomem parcela de sua renda na aquisição de meios ou bens para sobrevivência e obtenção de prazer, constituindo uma propensão média a consumir que tende a se reproduzir.

Naturalmente, o consumo depende da renda disponível na economia enquanto expressão monetária da demanda, e sua distribuição altera essa variável de sociedade para sociedade. Assim, o comportamento de consumo também se diferencia entre os grupos nas sociedades em função dessa distribuição de renda. Mas o que é mais importante é que a desigual distribuição de renda faz com que os grupos de maior renda na economia tendam a consumir menos relativamente aos grupos de menor renda e, em função disso, podendo poupar, constituem-se virtualmente nos grupos de investidores.

Sob esse aspecto, divididos entre dois grupos com distintos papéis nesse modelo econômico, consumidores e investidores, sendo seus comportamentos os reais objetos de avaliação pela teoria, há que se observar a importância do primeiro na medida em que agrega a totalidade dos indivíduos que compõem a economia, pois todos realizam consumo, pelo menos no que tange à manutenção das condições básicas de existência.

Referindo-se ao investimento, Keynes, em suas observações anteriores à sintetização da teoria, ao buscar analisar o papel da gestão do capital pelo investidor, dá a entender que esse, tomado como agente com total liberdade individual, poupa, deixando de consumir, com o objetivo de realizar riqueza pessoal, o que não implica necessariamente aumentar o aparelho produtivo da economia e o emprego.

Essa observação deve merecer um comentário de sorte que, ao que parece ainda preso a postulados do pensamento neoclássico, de caráter utilitarista, Keynes, para conformação de seu modelo, procura analisar o comportamento do investidor de forma mecânica e isolada, desconsiderando o fato de que o investidor é também um consumidor dos bens necessários à preservação de sua existência. O que ele deixa eventualmente de consumir são os bens necessários à satisfação de seu prazer.

É por essa razão que Keynes, em outra passagem de seu livro, recusando postulados do pensamento clássico que definem o consumo como determinante da poupança e, por consequência, do investimento, destaca o investimento como variável de maior relevância na consecução da riqueza geral de uma economia, colocando-o em nível igual ou superior ao do consumo.

Mas, antes de chegar a tal inferência e admitindo, por outro lado, que o investidor por razões egoístas também pode gerar benefícios gerais, Keynes trata de sublinhar a importância das previsões para as decisões de investimento. Nesse sentido, assevera que é o investidor a longo prazo o que melhor serve ao interesse público, o que significa, como ele mesmo pontua, que tudo depende das “forças obscuras do tempo” que poderiam ser minimizadas pelas previsões. Contudo, havendo o investidor de curto prazo, que procura realizar ganhos imediatos, parte das previsões se refere às antecipações simples e pouco sérias. Keynes, portanto, diferentemente do que faz com o consumo, diferencia o grupo de investidores, dividindo-o em dois, o investidor real e o especulador.

Na realidade, segundo Kenneth Kurihara¹⁰, o investimento na economia como um todo seria definido por Keynes a partir de duas perspectivas: a do investimento autônomo e a do investimento induzido. No primeiro caso, trata-se de uma variável não dependente do nível de renda e de decisões individuais dos investidores, implicando inclusive a agência real do Estado como investidor. No segundo, trata-se da totalidade dos investimentos individuais motivados por ganhos futuros esperados, com base em condições diversas do ambiente econômico.

Pensando na situação econômica atual, particularmente brasileira, vale ressaltar que Keynes não se furta à questão moral na avaliação do comportamento dos investidores. Separados em dois tipos, essa avaliação deve estar baseada nos resultados que geram para a sociedade como um todo. No caso brasileiro esses dois tipos são tomados hoje como iguais.

¹⁰ KURIHARA, Kenneth. *Introdução à dinâmica keynesiana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.

Nesse sentido, para aquele pensador econômico, o empresário, termo que atualmente é utilizado de maneira vulgar para descrever qualquer agente econômico com capacidade de poupar e aplicar o resultado dessa poupança, é aquele que efetivamente realiza o aumento da produção e riqueza econômica, restando a outros atores, com tal capacidade, somente o papel de especulador. Pode-se claramente inferir de suas colocações uma valorização desse agente por se tratar daquele que, amparado por cálculos e previsões, nem sempre precisas, assume maiores riscos na consecução de imobilização de seu capital para realização de uma produção, comportamento que não se observa no especulador.

Com o propósito somente de confirmar essa inferência, é importante lembrar ser uma questão moral, no sentido apresentado no item anterior deste artigo, que se manifesta em Keynes no pensamento que permeia suas ideias, na primeira obra de destaque, ainda no início de sua carreira pública, *As consequências econômicas da paz*, de 1919. Ali, não se furta a endereçar duras críticas ao presidente da França, Georges Clemenceau, no que se refere à sua insistência na exigência objetivamente desequilibrada de pesadíssimas compensações de guerra por parte da Alemanha. Em sua opinião, tais exigências não poderiam gerar qualquer outra coisa que não o desenvolvimento de um sentimento de revanche por parte daquela nação.

Mas, por sua importância, cabe voltar à questão das previsões pouco sérias que orientariam algumas das decisões de investimento. Keynes indica que além da especulação que previsões promovem, por estarem comprometidas com antecipações de variações iminentes nos mercados, fundadas muitas vezes em atmosfera instalada por razões variadas na vida da sociedade, inclusive além da razão, podem essas gerar otimismo sem correspondência no mundo real. E, obviamente, o contrário também se pode observar. Em suas palavras:

Além da causa devida à especulação, a instabilidade econômica encontra outra causa, esta inerente à natureza humana, no fato de que grande parte de nossas atividades positivas depende mais do otimismo espontâneo que de uma previsão matemática, seja moral, hedonista ou econômica.¹¹

Isso significa que a confiança é um fator essencial ao crescimento e ao equilíbrio da economia e praticamente inexistente em momentos de crise. Para Keynes, a racionalidade dos agentes econômicos fica reduzida a dois tipos de comportamento exclusivamente, consumo ou investimento. Textualmente:

¹¹ KEYNES, 1970, p. 158.

O único remédio radical para as crises de confiança que afligem a vida econômica do mundo moderno seria restringir a escolha do indivíduo à única alternativa de consumir sua renda ou servir-se dele para ordenar a produção de bens específicos de capital [...]¹².

Então de tudo que se disse e conforme a conclusão de Keynes sobre o enunciado de sua nova teoria, pode-se considerar que a definição das ações necessárias à superação de crises deve supor que o investimento e o futuro crescimento da atividade econômica e do emprego resultam fundamentalmente do consumo presente que, dependendo da manutenção dos salários, pode e deve merecer, caso isso não aconteça como resultado da negociação livre entre patrões e operários, a ação do Estado. Para efeito de registro, vale ressaltar ser ponto pacífico para Keynes que o pleno emprego rara e excepcionalmente ocorre, podendo observar-se praticamente só em situações de guerra.

Conforme explica Kurihara, a manutenção do crédito, para a manutenção da propensão marginal a consumir e para a garantia da liquidez necessária ao efeito multiplicador que o investimento promove, deve ser objeto de qualquer ação fundamental concertada pelo Estado.

Destacando, assim, um terceiro grande agente de maior importância para a determinação da demanda, o Estado, conforme se depreende do pensamento de Keynes, pode e deve agir no sentido de manter o consumo e estimular o investimento, inclusive concomitantemente. Claro está que há limites para tanto, uma vez que na criação de crédito para consumo, investimento, ou ambos, o Estado incorre em gastos para os quais deve buscar compensações. E as formas de realização desse processo, fugindo ao escopo deste artigo, foram preconizadas pelo próprio autor.

Cabe aqui reafirmar que Keynes desenvolve sua teoria com o objetivo de fazer frente a uma situação de desajuste econômico que se dá não só no campo real da economia, mas também em sua expressão monetária. Com isto se quer dizer que um eventual excesso de crédito relativamente à capacidade produtiva de uma economia pode gerar problemas de expressão maior ou igual àquela que pretende combater. Com esse intuito, propõe uma série de possibilidades em termos de políticas, particularmente fiscais, que venham a compensar os gastos realizados pelos governos para a superação de crises, com base no efeito multiplicador do investimento, bem representados pelo clássico teorema do orçamento equilibrado de Haavelmo.

¹² *Ibidem*, p. 157.

De uma ou outra forma, há que se sublinhar que a inevitável atuação do Estado estará pautada tanto pelas condições em que se encontra a economia quanto pela concordância da sociedade e do grupo que a dirige. Nesse sentido, não por acaso, Keynes descreve a função investimento considerando duas possibilidades, investimento induzido e investimento autônomo. No primeiro caso, como o próprio termo indica, trata-se do investimento que se realiza em função de possíveis ganhos de rendimento para aplicação dos investidores individuais informados, por exemplo, pela taxa de juros, muitas vezes definida pelo governo. O investimento autônomo, por sua vez, independe das flutuações econômicas e guarda relação com as condições econômicas estruturais, podendo ser realizado pelo próprio governo como forma de alavancar a renda real da economia.

Finalmente, na conclusão da *Teoria geral*, Keynes oferece um capítulo com as “Notas Finais sobre a Filosofia Social a que poderia conduzir a Teoria Geral”, em que afirma que os dois principais defeitos do mundo econômico moderno seriam a incapacidade de se manter o pleno-emprego e a desigualdade na distribuição de renda na sociedade, problemas que se apresentam agudamente em crises como a do novo coronavírus.

Tomando agora o problema pela função da oferta, isto é, a capacidade produtiva de uma economia, pode-se inferir que Keynes se apoia na ideia representada pelo modelo clássico da Curva de Possibilidades de Produção, consagrado nos manuais tradicionais de teoria econômica. Destacam-se, na explanação desse modelo, originalmente Paul Samuelson¹³ e contemporaneamente Gregory Mankiw¹⁴, cujas obras são referenciadas como fundamentais à introdução ao conhecimento e à lógica da ciência e da análise econômica.

Nessa perspectiva, a Curva de Possibilidade de Produção descreve as possibilidades de combinação entre a produção de diferentes bens numa economia num momento dado. No exemplo clássico de Samuelson, os limites dessa curva podem ser dados em torno de dois bens colocados em possibilidade aparentemente diversa ou antagônica: canhões e manteiga. Supõe-se nesse modelo que a capacidade produtiva, ou a atividade econômica como um todo, não se altera a curto prazo e, nesse sentido, numa situação de guerra, a alocação dos recursos produtivos se concentra na produção de canhões, o que obviamente não significa absolutamente abdicar da produção de manteiga.

¹³ SAMUELSON, Paul A. *Introdução à análise econômica*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1952.

¹⁴ MANKIW, Nicholas Gregory. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

A combinação entre a produção de um bem em detrimento de outro faz com que a economia opere de maneira diferente de uma situação normal de vez que, não se alterando a curva de possível produção, se observe um deslocamento do ponto de encontro ou combinação entre os bens oferecidos nessa economia.

Parece claro que essa mudança nos parâmetros da atividade econômica depende em grande medida da capacidade que uma economia tem de converter suas atividades produtivas, que pode ser acionada mediante o pleno conhecimento das necessidades mais prementes da sociedade em determinado momento, o que, por sua vez, depende ou de planejamento estatal ou de uma capacidade de adaptação ou inovação imanente do investidor individual. Essa última alternativa, no entanto, estará orientada muito provavelmente por razões egoístas, que não necessariamente deixam de gerar benefícios gerais. Contudo, conforme afirmação anterior, as decisões individuais dos investidores, dependendo de cálculos um tanto quanto complexos, envolvendo problemas relativos a prazos largos de geração de retornos, diminuem sua disposição para o investimento.

Cabe aqui uma pequena e relativamente reduzida colocação quanto ao papel do empresário no desenvolvimento de uma economia, baseada numa visão schumpeteriana simplificada. Segundo Cláudio Napoleoni¹⁵, o empresário, diferentemente de um mero diretor de uma empresa, diferencia essa indicada também por Keynes, é aquele que é capaz de romper o estado estacionário da economia, descrito na teoria neoclássica por Walras, ao buscar o lucro em função de quatro possibilidades, destacando-se entre essas a abertura de um novo mercado e a introdução de um novo bem. Nesse sentido, Schumpeter daria o significado ao termo empreendedorismo, tão destacado na avaliação do comportamento empresarial moderno. Mas, para tanto, aquele autor também destacaria o papel da poupança e do crédito como elementos estimuladores de tal comportamento, sendo que o segundo deles poderia ter origem privada ou estatal.

Naturalmente, as situações relativas à oferta e ao papel do investidor, descritas acima, compreendem o curso de relações econômicas dentro de um padrão de normalidade que não se aplica ao caso aqui analisado. Em face de uma crise, principalmente como a do novo coronavírus no Brasil, os comportamentos se veem transformados e suas variáveis explicativas, sobre as quais se impõe a exigência de uma ação, veem-se modificadas de maneira que a curva de possibilidades de produção da economia se encontra alterada

¹⁵ NAPOLEONI, Cláudio. *O pensamento econômico do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

em sua combinação produtiva e deslocada para baixo, como resultado de uma redução da quantidade dos bens produzidos e do emprego.

Isso ocorre porque a implementação de uma urgente e imperativa política sanitária que, para manter a vida, restringe a mobilidade social, forçando uma drástica diminuição da capacidade de consumir da sociedade ao reduzir o emprego, dificulta à população a realização de sua sobrevivência. A ação do Estado se torna, portanto, fundamental para o encaminhamento de uma solução para tal crise. Considerando as possibilidades de atuação nessa situação de anormalidade, semelhante à guerra, o Estado, tomando o modelo keynesiano, pode e deve lançar mão de disponibilização de crédito para o consumo, com o objetivo de manter a sobrevivência dos indivíduos e, como consequência, manter a demanda da economia, ainda que em nível inferior ao de momento anterior. Nesse último aspecto, o Estado também pode fornecer crédito para a manutenção da atividade produtiva sob a forma de capital de giro para as empresas.

Ao mesmo tempo, no que se refere ao investimento, o Estado também pode estimular as decisões individuais de investidores procurando elevar o investimento induzido ou pode, agindo como um investidor, desenvolver atividades por si próprio, como forma de elevar o investimento autônomo da economia.

Parece claro, pensando na curva de possibilidades de produção, que com isso o Estado pode, em parte, mitigar o deslocamento da curva para baixo, mesmo que com uma combinação entre bens produzidos alterada relativamente à realidade anterior da economia. Sob esse aspecto, no que tange ao investimento, a resposta mais imediata para o aumento da demanda da economia, seja pelo estímulo gerado para os investidores individuais, seja pela atuação direta do Estado, só deverá se realizar com a concentração das atividades voltadas para os setores relacionados essencial e emergencialmente às necessidades de manutenção da sobrevivência. Uma resposta à necessidade de incremento à atividade produtiva ou de aumento da demanda geral da economia, com investimento real, só se dará em prazo mais largo.

Como conclusão, pode-se afirmar que o Estado, principalmente em momentos de crise, como é o caso atual no país e no mundo, tem protagonismo indiscutível para sua superação. Quanto mais rápida e melhor ordenada sua atuação, mais efetivos serão seus resultados. Supondo que os Estados em regimes democráticos agem para o bem comum da sociedade, sua atuação deve ser também pautada pela equidade.

E o melhor ordenamento para uma ação dessa natureza, segundo a teoria aqui explorada, deve supor o fornecimento de crédito para a realização do consumo e do investimento. Não se excluindo essas duas variáveis como fundamentais para a determinação da demanda da economia, coloca-se a necessária prioridade das ações sobre o consumo uma vez que essa variável responde às urgentes necessidades de sobrevivência que, com ações de sustentação econômica e sanitária para manutenção da vida, se estendem à sociedade como um todo.

Entretanto, a forma de satisfação das necessidades de consumo, particularmente no Brasil, tem encerrado uma discussão sobre a precedência na atuação do Estado relativamente à manutenção da existência ou à reprodução dessas condições expressas como um reducionista dilema relativo a uma virtual contraposição, nos termos do tradicional modelo do fluxo circular da renda, entre o consumo das famílias e o das empresas ou, em outra acepção, entre trabalho e capital. Fugindo aos termos teóricos até aqui utilizados, essa questão remete, por sua vez, a uma necessária resposta lógica que, dentro da moral keynesiana, faça sentido.

Dadas as críticas condições de desigualdade econômica na sociedade brasileira, os trabalhadores compoem a maior parcela da população, com menores chances de fazerem frente à crise em pauta, devem ter prioridade na ação do Estado, com o atendimento do consumo básico e das medidas sanitárias necessárias à preservação de sua vida. Essa prerrogativa, inclusive, não se furta ao interesse dos empresários enquanto chefes de família.

Essa situação, no entanto, não exclui a possibilidade da provisão de crédito fundamental à sustentação das empresas. Mas, com melhores condições de enfrentar a situação, os empresários, com ou sem o concurso do Estado, têm facultadas suas decisões relativas à realocação dos recursos das empresas, podendo proporcionar benefícios exclusivamente para si, ou para a sociedade e a economia como um todo.

Como resultado, desvanece-se o pseudodilema sobre a atuação do Estado relativo à manutenção da renda dos trabalhadores ou do capital de giro das empresas. Trata-se de um problema de ordem temporal. Primeiro a vida e depois o emprego, pois, como afirmava Keynes, a longo prazo todos estaremos mortos.

Racionalidade e Moral na Economia Política do novo Coronavírus

O que acontece na presente crise do novo coronavírus é que seus efeitos, manifestos de forma quase que indiscriminada pelo mundo, são

agravados no Brasil por suas características estruturais socioeconômicas. A crise, nesse sentido, expôs as mazelas sociais do país, cujas raízes se encontram, em grande medida, na formação e desenvolvimento histórico da economia brasileira, com seu elevadíssimo e desumano grau de concentração de riqueza e renda. E, em boa medida, isso pode ser atribuído à gestão desse processo que politicamente no país tende a reproduzir práticas perversas para manutenção dessa situação.

Uma primeira aproximação do problema, pensando na superação da crise atual, exigiria o reconhecimento de que ela torna todos os indivíduos mais pobres. No caso brasileiro, em função do que se disse anteriormente, uns muito mais pobres que outros, encontrando-se nessa categoria a grande massa de trabalhadores. Considerando a natureza da crise que expõe as urgentes necessidades de sobrevivência e subsistência, todos os cidadãos devem merecer, segundo a perspectiva aqui adotada, o cuidado para a preservação da vida e a sustentação da atividade econômica por parte do Estado. Obviamente, seguindo o princípio da equidade, os cidadãos mais vulneráveis devem merecer um cuidado mais atento e imediato.

Nesse sentido, assumindo que a atual crise tem um caráter sanitário que se impõe em anterioridade e urgência ao seu consequente caráter econômico, parece lógico pensar que o Estado deveria ter sua atuação pautada em primeiro lugar para ações de saúde. Em seguida, como desdobramento e conforme as ideias desenvolvidas no item anterior deste artigo, essas ações deveriam se voltar prioritariamente para o fornecimento de crédito para o consumo primeiro das famílias e logo após para as empresas. Tais medidas teriam como objetivo proporcionar condições de manutenção da demanda agregada em níveis aceitáveis diante de uma crise de proporções incomensuráveis. As ações relativas ao investimento propriamente dito, visando à recuperação efetiva da economia, envolvendo a ação direta do Estado ou estímulo à ação privada, não se excluindo das variadas possibilidades de ações presentes, devem considerar resultados futuros.

Colocando-se, então, um primeiro questionamento relativo à proposição anterior deve-se perguntar por que, assumindo papel central na orientação do planejamento e execução das ações necessárias à solução da crise com políticas direcionadas para as questões acima, segundo a perspectiva adotada nesta reflexão, o Estado tem se portado pusilanimemente, resistindo à implementação de medidas com esse objetivo, seja num primeiro momento pela negação do problema sanitário, depois pela imposição de um debate

descabido, conforme indicado anteriormente, sobre a ordem ou a precedência das medidas a serem efetivadas, retardando a superação do problema ou a minimização do sofrimento a que se encontra submetida a população brasileira?

Sob tal aspecto, inclusive, um segundo questionamento, de ordem estrutural, deve ser colocado. Há que se perguntar por que, tendo como fundamento e função a defesa do interesse da nação, com principal destaque para a produção e a distribuição da riqueza da sociedade como um todo, objetivo a que se propõe qualquer grupo dirigente na representação do Estado, o atual governo não pode aproveitar essa experiência para transformar a realidade econômica do país como forma de prevenir e mitigar crises futuras de semelhante monta que certamente virão?

A resposta a essa questão, fugindo ao escopo desta reflexão, é da maior importância, podendo ser apreciada adiante. Mas, no que tange à primeira pergunta colocada, relativa à ação emergencial, restam duas possibilidades. A primeira delas remete a uma eventual incapacidade, motivada por incompetência ou conveniência de ordem teórica, na gestão da situação. A segunda, a problemas de ordem moral, travestida como ideológica.

No primeiro caso, de maneira em parte reducionista, a questão pode ser respondida pelo desconhecimento, ignorância ou desprezo de perspectivas e dispositivos normativos de teorias tais como a keynesiana que suplantam o liberalismo inqualificável renitentemente assumido pelos atuais gestores, no caso da economia brasileira. Ao mesmo tempo, é de causar perplexidade o fato de que, em um Estado atualmente gerido em grande parte por militares, não se viu uma ação firme no sentido de se organizar a economia numa situação irremediavelmente identificada com uma guerra. Nesse sentido, não há como desprezar a incompetência da atuação dos atuais agentes do Estado, economistas e militares, explicitadas nos atos referentes à condução do país diante da crise.

No segundo caso, como consequência, ao insistir em argumentos baseados na ortodoxia monetária típica de uma escola de pensamento econômico, os gestores do Estado transformaram uma crise realmente séria em questão menos urgente, menos importante e menor. Os atos de governo relativos à crise sanitária, retardados tanto na promulgação quanto na execução, apoiados nas convicções indicadas expressas na insistência da ideia da priorização da crise econômica e da sustentação das empresas como principal objeto da atuação governamental, revelam por si um sentimento moral condenável. Assim também ocorre com as medidas de manutenção do consumo básico das famílias. Submetendo grande parte da população

ao sofrimento, ao desprezarem o caráter humanitário da crise, desviam o Estado de sua função virtuosa, expressa no seu papel de promotor do bem-estar geral e comum da sociedade.

Uma leitura alternativa e relevante do problema com base em extrações do pensamento de Marx, que não orientam esta breve reflexão, sugeriria que a explicação do problema pode ser encontrada nas relações que, definindo o Estado como superestrutura representativa das classes dominantes, seu papel se define a partir da dinâmica que estabelece entre as classes e suas frações na sociedade. E essa situação, no caso brasileiro, mesmo numa análise não marxista, transparece no comportamento dos diferentes grupos sob observação, empresários e trabalhadores.

Assim, no que se refere ao empresariado, o que se pode observar na crise do coronavírus é um posicionamento ambíguo no sentido da manifestação de sinais opostos. Parte do empresariado, tendo compreendido a dimensão do problema, tem reagido de forma a aceitar a precedência da ordem sanitária apoiando medidas nesse sentido e, realocando e redirecionando sua produção, tem mantido sua atividade produtiva e a relação com os trabalhadores de forma a garantir salários, consumo e, como consequência, a demanda agregada da economia, naturalmente, sem dispensar a atenção do Estado para com sua situação.

Por outro lado, parcela expressiva, talvez a maior, tem se recusado a assumir semelhante posição. Bradando uma situação de asfixia terminal, advoga uma ação prioritária do Estado em sua defesa justificada pela salvação dos trabalhadores com a manutenção de seus empregos, promovendo até a suspensão de medidas sanitárias recomendadas, expondo paradoxalmente aquele grupo ao coronavírus.

A explicação para esse quadro comportamental do empresariado tem matiz variada, mas, na tentativa de simplificá-la, como se fez com o comportamento do Estado, pode ser circunscrita a duas ordens, lógica e moral. Pensando no comportamento de empresários ou empresas que se engajaram no processo de manutenção da vida e da atividade econômica, parece desnecessário dizer que se enquadram numa perspectiva pragmática, adequada à lógica utilitária que ampara estratégias mercadológicas relativas ou a novas oportunidades, ou a recuperação do nível de atividades anterior à crise, ou puramente de ampliação dessa quando da volta da vida econômica à normalidade. Sob esse aspecto, pode-se dizer que os vícios privados podem gerar benefícios gerais e se veem totalmente justificados.

No que tange ao outro grupo do empresariado, as repostas são um tanto mais complexas. No caso brasileiro, o que se pode pensar do ponto de vista lógico é que, desprovido de uma real vocação empresarial, até como produto da formação do país e do consequente e recorrente desequilíbrio estrutural e conjuntural da economia brasileira, o grupo não apresenta capacidade de gestão compatível com as exigências do sistema econômico moderno. A natureza heterogênea desse último grupo, composto por empresas de naturezas variadas, poderia favorecer a explicação de sua situação baseada na ocorrência de uma segmentação empresarial por tamanho e finalidade. Enquadrando desde pequenos negócios comerciais ou *de* serviços com reduzidíssimo volume de emprego e elevado grau de informalidade, até plantas produtivas organizadas e com volume de emprego significativo, esse grupo teria seu comportamento diferenciado por sua incapacidade de gerar as reservas já alcançadas pelo primeiro grupo que, em função de sua origem, tamanho e experiência, inclusive de inserção em cadeias produtivas internacionais, lhes permitem realocar recursos, modificando seus negócios ou sustentando-os em períodos de crise.

Há que se sublinhar aqui que a argumentação nesse sentido tem se fundamentado, em parte, na confusão entre empresa e trabalho informal, isto é, nas atividades que se realizam com o concurso de trabalho individual, muitas vezes justificada pelas “teorias” sobre empreendedorismo no campo da administração de empresas¹⁶.

Mas a realidade tem dado conta de oferecer contra-argumentos ao revelar uma série de ações por parte de pequenas empresas que, realocando sua atividade, desenvolvem produção útil à sua sustentação e à satisfação das necessidades da sociedade no atual momento. Como exemplo, pode-se tomar o caso da produção de máscaras de proteção sanitária em que pequeniníssimas empresas, mantendo o emprego, realizam uma produção que garante a sobrevivência não só de seus proprietários, como de seus trabalhadores. São decisões desse tipo que, de fato, podem identificar o empresário como real empreendedor. Nesse mesmo sentido, destacam-se as ações no sentido de transformar parte das linhas, deslocando-as para uma produção, voltada para o atendimento das necessidades básicas da sociedade, particularmente para a saúde, levadas a efeito por grandes empresas.

De qualquer forma, na avaliação do comportamento do grupo de empresários que se recusa a assumir o ônus de uma crise que acomete a

¹⁶ JUDT, Tony. *O mal ronda a Terra*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

sociedade em geral em que se insere e que se mobiliza no sentido de exigir uma proteção privilegiada do Estado, esquecendo-se que o risco é o que caracteriza sua atividade e que contra ele deveria ter se precavido, sob o ponto de vista moral, não há qualquer chance de classificá-lo como virtuoso e menos ainda como promotor de benefícios para o bem geral.

Dessa maneira, um sem número de possibilidades se apresenta na atual circunstância. Algumas delas saltam imediatamente aos olhos, como é o caso dos sistemas computacionais, seja na produção, seja na utilização de meios remotos para a realização da atividade econômica por empresas de pequeno ou grande porte. A prestação de serviços à distância e os sistemas de *delivery* são exemplo claro disso. Tornando ao modelo da curva de possibilidades de produção, isso corresponde a uma mudança na combinação da produção que implica ao menos a manutenção da atividade produtiva, mas aponta para sua recuperação ou ampliação futura em novas bases.

Novamente a questão suscita o papel a ser desempenhado pelo Estado no atual cenário. Devendo agir diretamente no investimento com o desenvolvimento de ações voltadas ao atendimento das necessidades sanitárias, seja com o financiamento dos institutos de pesquisa e a realocação das operações de empresas estatais, como no caso da produção de respiradores e álcool em gel, seja pelo estímulo ao desenvolvimento de atividades empresariais nessa mesma direção, o Estado tem a chance de manter o nível de atividade necessário ao enfrentamento da crise e, para além, planejar a economia com suas prováveis mudanças após sua superação.

Nesse sentido, causa estranheza o fato de o atual governo brasileiro não registrar qualquer ideia relativa a eventuais aspectos positivos relativos à situação internacional que podem atenuar em parte a crise. É o caso das exportações de soja, cuja demanda vem crescendo e crescerá de forma expressiva, possibilitando ao país angariar receitas tremendamente importantes para a situação atual e futura da economia brasileira. O desprezo disso e de outros elementos presentes na realidade só reforçam a desfaçatez com que tem tratado a virtual mudança que o novo coronavírus promoverá no mundo. Sem entrar no mérito do financiamento dos gastos resultantes da ação do Estado, sustentáveis se observados requisitos técnicos e métodos preconizados por diferentes grupos de economistas, é necessário dizer mais uma vez que o atual governo tem usado o déficit econômico como justificativa para sua inação diante da crise. Mas, considerando uma mudança de rumo, após a negação do problema, com a edição de ações no sentido de

fornecer o crédito necessário à manutenção do consumo, das famílias e das empresas, é de se constatar que seu acesso é tremendamente dificultado. Entram aí dois problemas relativos à capacidade de organização desse acesso pelo Estado, e a dificuldade de acesso pela via privada.

No que se refere ao crédito com esse objetivo, disponibilizado pelos bancos privados, mas fundado em recursos fornecidos pelo Estado, por razões de segurança operacional daquelas instituições, o acesso é dificultado dado o “preço” por ele cobrado. Voltando então à questão do comportamento empresarial, é importante lembrar que o sistema financeiro, reputado como principal responsável pela já histórica instabilidade da economia mundial, dada sua natureza especulativa, *a priori* tem excluído seu comprometimento com uma causa humanitária como o novo coronavírus. Claro está haver honrosas exceções, amparadas na racionalidade do comportamento empresarial que, conforme se indicou anteriormente, se baseia na manutenção de uma imagem institucional que permite a manutenção e a ampliação do lucro futuro, o que não deixa de implicar algum ganho para a sociedade como um todo.

Finalmente, é mister ressaltar a questão anunciada referente à confusão que vem se estabelecendo no Brasil relativamente às atividades empresariais e o trabalho informal. Esse trabalhador, ainda que realize livremente uma tarefa que lhe proporciona o sustento, estando absolutamente à margem das regulamentações a que se submetem as empresas, não pode ser, portanto, identificado como empresário. É natural que esse trabalhador, impossibilitado de garantir sua subsistência, reivindique a suspensão das medidas sanitárias recomendadas. Não se pode esperar, principalmente nesse caso, um comportamento pautado pela racionalidade. Por essa razão, mais uma vez se manifesta a urgente necessidade da ação do Estado. O problema é que, na atual realidade brasileira, muitas vezes esse trabalhador tem identificadas suas reivindicações com as daquela parte do empresariado que, buscando amplificar a disseminação de seu discurso, procura engrossar a fileira dos que pouca importância atribuem à crise sanitária e seus efeitos na coletividade.

Essa confusão pode conter parte da definição da atual crise ao explicitar uma situação de embaralhamento das ordens técnica e moral que se encerram nos problemas da sociedade, produzindo a tirania das ideias, algumas delas pelo menos¹⁷. Nessa mesma medida, outra parte da explicação pode ser dada com a constatação de que os motivos que movem a ação ou

¹⁷ COMTE-SPONVILLE, André. *O capitalismo é moral?* São Paulo: Martins Fontes, 2005.

inação do Estado resultam de seus compromissos com interesses políticos e econômicos de grupos específicos da sociedade. Não identificados, à moda marxista, com classes ou mesmo frações de classes, esses grupos podem ser divididos, a partir desta reflexão, segundo critérios lógicos e morais, entre aqueles que agem por vícios e geram o bem geral e aqueles que, também agindo por vícios, geram somente o bem individual.

Retornando à questão original do presente artigo, não se pode negar ao primeiro grupo dos empresários, acima descrito, alguma virtude e ao segundo somente vício. Mas o que é mais importante é que o governo atualmente se encontra na direção do Estado ao se negar a agir ou a agir no sentido de corroborar a visão de grupos comprometidos com ações fundamentadas em ignorância e egoísmo, sem qualquer virtude, recusando sua função de promoção do bem-estar comum a toda a sociedade. Além de se mostrar covarde, revela falta de sentido de justiça, que são vícios que se opõem a virtudes tais como coragem, equidade, compaixão e generosidade, e que provavelmente não levarão a bom termo a crise do coronavírus.

Considerações finais

Esta reflexão, não tendo a intenção de esgotar as questões econômicas implicadas pela crise do coronavírus, objetivou realizar uma reflexão que permitisse alcançar um juízo sobre o debate instalado relativo às ações necessárias para a superação do difícil momento vivido pela sociedade.

Nesse sentido, o material se ateve a considerações sobre a moral e à forma de compreensão e encaminhamento da política econômica, destacando o pensamento keynesiano nesse sentido, em sua realização pelo Estado com base no comportamento das variáveis e dos agentes econômicos envolvidos pelo processo.

Ficaram excluídos dessa reflexão aspectos e atores de outra natureza que, dada a complexidade e amplitude do problema não caberiam no exíguo espaço de um artigo, mas talvez pudessem jogar uma luz que melhor iluminasse a questão.

Cabe ressaltar, por exemplo, o papel dos organismos da sociedade civil que, nessa perspectiva, assumem preponderante importância ao buscar formas de interlocução e mediação relativas às necessidades dos diferentes grupos sociais, particularmente das camadas de menor renda e dos cidadãos totalmente excluídos.

Aí se colocam várias organizações não-governamentais de assistência social que, assumindo a função de mitigar o sofrimento daquele imenso contingente populacional, viabilizando o alcance das eventuais e limitadas medidas governamentais, poderiam ser objeto de uma ação mais forte do Estado não só para o problema imediato, mas para a retomada futura da economia de maneira a transformar a sociedade brasileira, tornando-a justa e desenvolvida.

De qualquer forma, o artigo, ajuizando a realidade na crise do novo coronavírus segundo postulados da filosofia econômica, conclui que alguns países têm enraizados dois comportamentos, antitéticos, no que se refere à moral que os orienta. Um deles naturalmente, por seu caráter, é absolutamente condenável. E, infelizmente, nesse grupo se encontram governos atuais.

Assim, o trabalho e suas conclusões, apesar de não constituírem uma novidade, veem-se justificados na medida em que apresentem alguma utilidade na corroboração de outros tantos trabalhos da mesma natureza em diferentes campos de conhecimento.

Referências

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômano*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

COMTE-SPONVILLE, André. *O capitalismo é moral?* São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COMTE-SPONVILLE, André. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HIRSCHMAN, Albert O. Moralidade e ciências sociais: uma tensão duradoura. In: HIRSCHMAN, Albert O. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7-133.

JUDT, Tony. *O mal ronda a Terra*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KEYNES, John M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

KURIHARA, Kenneth. *Introdução à dinâmica keynesiana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967.

MANKIWI, Nicholas Gregory. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

NAPOLEONI, Cláudio. *O pensamento econômico do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROBINSON, Joan. *Filosofia econômica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SAMUELSON, Paul A. *Introdução à análise econômica*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1952. 2 v.

SEN, Amartya. Comportamento econômico e sentimentos morais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 25, p. 103-130, abr. 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/S3kN9K8c5HWc3fSjGgWvSKQ/?lang=pt>. Acesso em: jan. 2022.

STUART MILL, John. *Utilitarismo*. Coimbra: Atlântida Editora, 1976.

ZIZEK, Slavoj. El coronavirus es un golpe al capitalismo a lo Kill Bill. In: AGAMBEN, Giorgio *et al.* *Sopa de Wuhan*. Curitiba: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. p. 21-28. Disponível em: <https://iips.usac.edu.gt/wp-content/uploads/2020/03/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf>. Acesso em: dez. 2021.

CAPITAL SOCIAL: EM BUSCA DO ATIVO SOCIAL

*Amaury de Souza Amaral
Paulo Fernando Silva Amaral*

Ao lado do capital físico e do capital humano, há nos tempos hodiernos um capital com outra especificidade e muito mais poderoso para gerar lucro ou ganhos pessoais no campo da dominação de grupos: o capital social, entendido como “um ativo social em virtude das conexões dos atores e acesso a recursos na rede ou grupos dos quais eles são membros”¹⁸. Nota-se, aqui, que não se fala de acesso a um universo singular, pessoal, mas, ao contrário, de uma pluralidade de recursos, reais ou potenciais, que estão embutidos nas redes de relacionamento que podem ser acessadas para gerar e impulsionar ganhos, sejam eles exclusivamente pessoais ou do grupo.

Nesse sentido, foi a partir da década de 1980 que o conceito alcançou a esfera acadêmica, associando-se à teoria social e até mesmo à economia, e ganhando plena notoriedade, sobretudo com Pierre Bourdieu que definiu o “capital social” como

[...] o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis¹⁹.

Note que a ideia de propriedade comum estava tipicamente adstrita a um espaço e tempo bem recortado, sendo objeto de um conjunto de agentes socialmente distribuídos em torno de seus círculos concêntricos. Assim,

¹⁸ KAUFMAN, Dora. A força dos laços fracos de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 207-218, 2012. p. 211. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/5336/7580>. Acesso em: 29 nov. 2021.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. *Escritos de Educação*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 67, 1998.

com esse pensamento, imaginou-se uma geometria “bem comportada” e linear que circunscreveria um agrupamento desses agentes agregados em certas classes sociais.

Apesar de nem sempre tão propalado, esse tipo de capital, na visão de alguns autores, é vislumbrado como de vital relevância nos tempos contemporâneos. Nessa linha de raciocínio, Fukuyama²⁰ passa a defini-lo como um componente cultural das sociedades modernas, importante para o funcionamento de sua economia *sine qua non* de uma democracia liberal estável, chegando mesmo a propor um raio geométrico de confiança passível de aferição.

No entanto dois pontos devem ser ressaltados. Por um lado, cabe notar que o desenvolvimento da ciência da computação, quando das formulações supracitadas, ainda era relativamente incipiente, o que obstaculizava uma plena aferição dos grupos — ou *clusters* — em integração. Nesse aspecto, as próprias formulações teóricas que buscavam integrar elementos subjetivos como, por exemplo, a confiança, tornavam-se duvidosas, causando certo isolamento acadêmico. De certa forma, a ideia morreu antes mesmo de ganhar notoriedade acadêmica e prática, ainda que os esforços isolados pudessem avançar ao menos conceitualmente. Estávamos diante da morte do conceito de capital social.

Decerto que podemos compreender uma sociedade antiga ou até mesmo fazer inferências sobre as formações sociais por meio dos detalhes arqueológicos ou arquitetônicos e dos onipresentes artefatos de usos familiares. São por meio deles que se analisam os seus ocupantes humanos e não humanos e, ainda mais, pode-se teorizar sobre os núcleos familiares e suas interações no âmbito daquelas sociedades²¹. Porém, os dinamismos sociais ficam em opacidade quando queremos alcançar as gêneses ou os “*sítios nucleares*”, dos colapsos e das efervescências sociais, dos vieses políticos e, principalmente, quando queremos mapear os atratores dos acontecimentos.

Por outro lado, o crescente uso de equipamentos eletrônicos de comunicação, o desenvolvimento de redes sociais digitais e a integração das economias em âmbito global tornam mais claros, ainda que por meio de um grande esforço, a visualização dos laços de integração de pessoas, grupos e países, possibilitando com isso um melhor entendimento das formas, for-

²⁰ FUKUYAMA, Francis. *Social capital and civil society*. Washington, DC: IMF Institute, 2000. p. 6.

²¹ SMITH, Monica L. The process of complex societies: dynamic models beyond site-size hierarchies. *World Archaeology*, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 122-136, 14 set. 2021. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fj57MZ3QaYJ:https://www.x-mol.com/paper/1437852237694824448&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: out. 2022.

ças e sentidos das interações humanas. Adentrando nesse segundo ponto, teremos que passar brevemente pelas ideias de classes sociais inseridas no contexto econômico e social, pois se configuram como a primeira e, talvez, mais forte ideia de interação interpessoal com vistas a um fim específico.

Originalmente, as classes econômicas, políticas e culturais foram concebidas em um formato de entes sociais, como uma espécie de *cluster*, dependentes entre si e, paradoxalmente, com certa autonomia nos seus processos de agrupamento. No contexto do controle dos recursos escassos e no âmbito das necessidades ilimitadas, os agentes provocam um desequilíbrio no sistema, principalmente quando os domínios passam às mãos de um pequeno grupo em detrimento de outros, provocando assim um choque sistêmico.

Ainda avançando nas concepções diversas de classes e seu surgimento, ressalta-se outra, a saber, a econômica, predita por Marx, e que merece destaque principalmente quando verificada à luz de sua teoria da evolução da sociedade. No *Manifesto comunista* (1848), por exemplo, Marx e Engels descrevem as classes dispostas em uma dicotomia de grupos, quais sejam: escravos e senhores, servos e senhores feudais, operários e capitalistas, com que se pôde detalhar detidamente o processo de exploração econômica dos grupos dominantes dos recursos sobre o dominado. Essa exploração será realizada, segundo a sua concepção, por meio de uma “superestrutura” do conjunto das classes. Ou seja, nas ideias concebidas por Marx, o grupo dominante vai constituir uma ideologia por meio de certo instrumento de poder, gerenciando e controlando todos os interesses desses grupos predominantes, favorecendo assim a burguesia. Gaetano Mosca, em sua *teoria das elites*, tentativamente vai explicar essas ideias por meio do que chamou de teoria de classes de “governantes” e de “governados”, em que a prerrogativa de poder seria uma exigência funcional e uma necessidade estrutural, em uma tentativa de se justificar a predominância de poder estabelecido.

Outra corrente desse pensamento, segundo a qual as classes estavam entrelaçadas umas com as outras em uma cadeia causal, teve raiz em Max Weber e nas suas propostas de ordens de classes²². Nessas, Weber formulou as classes sociais de forma estratificada para explicar o fluxo de recursos e a sua concentração vinculados a uma disjunção natural. Segundo sua teoria, haveria socialmente a distinção de grupos em duas ordens básicas de classe, no contexto de uma sociedade liberal, captando a “ambiguidade construtiva” composta de

²² Sobre o conceito de classe e estamento social em Weber, ver FERNANDES, Florestan (coord.). *Weber – sociologia*. São Paulo: Ática, 1999. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13).

um racionalismo singular. Enuncia as classes de proprietários, aqueles que seriam os rentistas, subdividindo-a ainda em duas subclasses, a positivamente e a negativamente privilegiada, os *déclassés*. Ao lado desse último grupo, posta-se o dos comerciantes, em que os industriais são os indivíduos pertencentes à classe subestratificada, a dos positivamente privilegiados, e, por fim, a dos operários, que pertencem ao grupo oposto. Na sua visão, as condições de classes seriam os elementos de oportunidades de ascensão e declínio constituídos nesses agrupamentos sociais. Notemos aqui os recortes de capital social dispostos nessas hierarquias que se sedimentam em uma espécie de pirâmide social.

Foi no concreto dessas matrizes metodológicas de classes sociais que a noção do capital social se desenvolveu, portanto, em um sistema abstrato, inserido nas disposições de tempo-espaço das relações interpessoais e de um coletivo. Por isso, a noção de confiança produziu certo distanciamento do conhecido e, sobretudo, por meio de um “ponto de acesso” que, no nosso caso, poderia ser uma empresa, uma instituição ou país, localmente situado.

Em outras palavras, não é difícil perceber que o capital social pode ganhar também contornos da posse de informações privilegiadas em relação às estratégias e realidades ocultas de poder no mercado, criando um campo de oportunidade que não está acessível a todos. Vejamos, também, por exemplo, que as relações sociais com algum tomador de decisão seguramente podem influir no favorecimento de alguém. É mesmo a “referência”, a “chancela”, o “amigo de quem”, o “fale em meu nome”, o que pressupõe que o interlocutor carregue os valores do grupo e permita seu acesso aos seus demais membros.

Seria de se questionar, portanto, como o capital social aumenta a probabilidade de obter melhores empregos, realização de *status* e retornos em sua posição socioeconômica. A principal proposição é que o capital social exerce um efeito importante e significativo, além daquele considerado pelos recursos pessoais. Notemos que, para certos empregos que exigem especificidades técnicas como manuseio de *softwares*, por exemplo, esse conhecimento pode ser suficiente para obtenção do cargo. Entretanto, nessa mesma empresa, os cargos de altíssimo nível, em termos de gerência, provavelmente serão ocupados por aqueles com habilidades e recursos sociais ricos, já que eles precisam lidar e gerenciar pessoas dentro e mesmo fora da organização. Resta claro, portanto, que, em níveis mais altos de gerência, o capital social supere em muito o capital humano dos ocupantes²³.

²³ LIN, Nan. *Social capital: a theory of social structure and action* (structural analysis in the social sciences). Cambridge, UK: Cambridge University, 2002. p. 115.

Portanto, podemos supor que firmas como a IBM e a Microsoft recrutam gerentes mais experientes com as habilidades sociais do que peritos em computação para os seus CEOs e que as universidades de topo precisam de presidentes que tenham mais habilidades sociais para negociar com as faculdades, os estudantes, pais e alunos e para conseguir fundos do que produzir estudiosos notáveis.

Certo é que o capital humano ajuda a produzir o capital social, já que indivíduos melhores educados e capacitados tendem a transitar em círculos sociais com mais recursos, mas sobram exemplos de que o inverso é verdadeiro e, por vezes, é na realidade o capital social que realmente contribui para a realização do *status*. Mas essa busca de um novo *status* vai ao encontro, por uma via, de uma necessidade do capitalismo global.

Segundo Gilberto Dupas, a partir das últimas duas décadas do século XX, surgiu uma nova lógica imperando na ordem global: a manutenção da liderança tecnológica. Para o autor, a intensa aceleração da globalização dos mercados e a abertura dos grandes países da periferia a produtos de capitais internacionais coincidiram com a necessidade de as grandes corporações transacionais ampliarem seus mercados²⁴. Essa orientação para a criação de valor econômico impôs lideranças tecnológicas, que basicamente passaram a gerar padrões de acumulação. Surgiu também, dentro da fragmentação geográfica das cadeias produtivas, a possibilidade de se utilizar grandes reservas de mão de obra barata — sem ter de arcar com suas infinitas demandas de *welfare* e sua capacidade de gerar tensões sociais nos países de origem, incorporando seu baixo valor adicionado àquela etapa de produção recebendo os demais fatores (capital, tecnologia, materiais)²⁵.

Com essa nova concepção, a demanda por mão de obra especializada cresceu e o indivíduo tem agora a necessidade de se “especializar” diante dessa nova tecnologia crescente, de forma exponencial. Isso fará com que também passe a se engajar em uma rede, conectando-se em teias de relações políticas e institucionais, governadas por lideranças em redes superiores, definindo uma nova ordem global²⁶.

Há de se perguntar se estaríamos diante de uma nova concepção de classe social. Marx chamou atenção também para o conceito de “classes”,

²⁴ DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: Unesp, 2005. p. 32.

²⁵ *Ibidem*, p. 34.

²⁶ *Ibidem*, p. 73.

que adviriam da imobilidade social perpetrada pela lógica do sistema, visto que os trabalhadores, ao trocarem a integralidade do salário para custear a sua sobrevivência, não teriam qualquer possibilidade de adquirir os meios de produção, o que lhes perpetuaria a permanência naquela condição. Por outro lado, numa visão crítica aos modelos de classe aqui desenhados, se utilizarmos um sentido amplo de classe, situando tal conceito em diferentes visões e funções que queremos conceber, chama a atenção o *déficit* na ênfase da dinâmica social, da distribuição, da movimentação e da relação existente nesse fluxo, extrapolando-se assim os limites mais ou menos estáveis de agregados sociais de indivíduos.

Não há que se confundir, contudo, as manifestações do capital social com o próprio. Notemos, assim, que uma rede social ou, por exemplo, uma sociedade civil ou uma associação não são o capital social em si, e sim o seu provável resultado. Mas atenção: essa não é qualquer rede de relacionamento. Como o próprio nome diz, esse relacionamento pressupõe durabilidade, conhecimento mútuo, dentre outras características e componentes. E essa rede de relacionamento fornece alguns elementos que fatalmente colaboram para as ações em busca de ganhos pessoais que se somatizam em ganhos coletivos.

Como bem salienta Partha Dasgupta, o capital social é um bem privado, mas que, no entanto, é permeado tanto de externalidades positivas, quanto de negativas²⁷. Uma prática caridosa, voluntária, de integrantes de alguma instituição religiosa serve para ilustrar o primeiro caso. Quanto ao segundo, exemplos não faltam: atividades de atuação da máfia, do PCC (Primeiro Comando da Capital), da Ku Klux Klan, dentre várias outras, sobejamente, servem como referências.

Desse modo, as redes sociais são estruturas informais, no quesito regras e posições, em relação à autoridade dos participantes. Também o são nos quesitos ocupantes, procedimentos. O amálgama que os une está mais para o campo dos acordos mútuos e persuasivos do que para coerção ou intimidação. Esses relacionamentos tenderão a ser recíprocos e positivos, de modo que quanto mais os indivíduos interajam, mais provável que compartilhem sentimentos e mais se engajem na atividade coletiva. Porém, o mais normal é que ocorra uma relação homofílica, conforme depreendemos de Lin (2002), apoiado nas pesquisas de padrões de amizade de Paul Lazarsfeld e Robert Merton, e em associações (Edward Laumann), também

²⁷ DASGUPTA, Partha. *Human well-being and the natural environment*. New York: Oxford University Press, 2001. p. 51-52.

conhecidas como a hipótese do “como eu” em uma relação de identificação²⁸. Afirma Lin, “as interações sociais tendem a tomar parte entre indivíduos com estilos de vida e características socioeconômicas similares”²⁹. E isso significa recursos similares.

Soma-se, assim, à relação sentimento-interação, citada, o derradeiro elemento: o recurso. Existe, portanto, uma relação recíproca triangular entre sentimento, recursos e interação. Essas interações não somente propiciam o compartilhamento de sentimentos, mas também de recursos. As pessoas se relacionam, também, para acessar recursos. Ademais, não podemos esquecer que quanto mais homofílica é a interação dos parceiros em termos de recursos, mais socialmente iguais eles são. Isso significa que existe menos interesse ou intenção de se apropriarem dos recursos um do outro, pois o custo de guardar e defender os recursos são reduzidos³⁰.

Com isso, pode-se notar a disposição de dois modelos distintos de recursos: os pessoais e os posicionais. Os recursos pessoais são de inteiro domínio e gozo de seu titular, que deles pode dispor ao seu inteiro talento. Sua aquisição geralmente ocorre pela herança, educação ou mesmo intercâmbio. Em contrapartida, os recursos posicionais são possuídos, ou melhor, são controlados por algumas pessoas durante certo período de tempo, geralmente enquanto durar algum contrato social que esteja em vigor, como um cargo hierárquico em determinada empresa³¹.

Ainda que à primeira vista possa parecer que os recursos pessoais sejam muito mais úteis que os posicionais, a realidade tem demonstrado que os recursos posicionais são muito mais poderosos. Percebemos que, se seu detentor estiver bem posicionado dentro de uma estrutura hierárquica, ele não somente terá acesso ao seu recurso, como também ao dos demais, ganhando sobre eles controle e uso. Estando mais ao topo, ele terá melhor visão de toda a estrutura e poderá localizar recursos em qualquer ponto dela. E, por meio dos laços diretos e mesmo os indiretos, o capital social tende a se estender tão longe quanto suas redes sociais³². Mas isso não é

²⁸ LAUMANN, Edward O.; MARSDEN, Peter V.; PRENSKY, David. The boundary specification problem in network analysis. *Research Methods in Social Network Analysis*, Beverly Hills, v. 61, p. 18-34, 1989. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Edward-Laumann/publication/238338190_The_Boundary_Specification_Problem_in_Network_Analysis/links/582389ec08ae61258e3cb5b3/The-Boundary-Specification-Problem-in-Network-Analysis.pdf. Acesso em: out. 2022.

²⁹ LIN, 2002, p. 47.

³⁰ *Ibidem*, p. 48.

³¹ *Ibidem*, p. 49.

³² *Ibidem*, p. 49-52.

tudo: o ocupante do cargo terá a sua disposição e certamente fará uso do poder, reputação e riqueza da organização em que estiver trabalhando. Por exemplo, seguramente, quem estiver no comando ou bem posicionado em uma multinacional, líder no setor e reconhecida no mercado, terá mais poder de influência que alguém que estiver no comando de alguma outra empresa sem essas características.

Contudo, além das relações hemofílicas mais comuns, existem também as heterofílicas, que ocorrem com sujeitos de recursos desiguais. Para aqueles dotados de recursos menores, isso gera o benefício do *status* ou a “hipótese do prestígio” a que se refere Laumann. Nesse caso, os parceiros preferidos para essas interações são aqueles que ocupam *status* social levemente melhor. E essa interação propiciaria o efeito halo: o prestígio de um acabaria por abarcar o outro sujeito. Mas percebamos que isso não é garantia de segurança ou permanência, já que duraria enquanto durar a relação³³. Percebemos que, nas atividades de seu dia a dia, os sujeitos fundamentalmente estão preocupados em duas ações: manter os recursos e obter os recursos. Quanto às primeiras, a literatura convencionou chamá-las de ações expressivas e as segundas, de instrumentais. Tem-se, ainda, que as ações expressivas estejam ligadas a interações homofílicas e, em contrapartida, as instrumentais, entre aqueles agentes de posições sociais distintas.

Para a obtenção de recursos adicionais ou novos é mister que se acesse outras posições sociais. Esse acesso, e mesmo o uso do capital social, leva a ações de sucesso. Percebamos que, tendo acesso a um indivíduo melhor posicionado, poderemos utilizar sua influência, suas informações privilegiadas, suas credencias sociais e mesmo sua colaboração ao acesso a intermediários melhor posicionados. Os laços sociais acessam poder e riqueza, dentre outros ativos sociais³⁴. Nesse ponto será então preciso retomar o conceito de Modernidade para examinarmos como a confiança se intercala nesse contexto.

Em uma estreita síntese, Modernidade, na concepção de Anthony Giddens (1990), refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII, tornando-se mundial em sua influência³⁵. Num sentido mais amplo, Giddens elenca algumas das diferenças fundamentais da modernidade para o que ele chama de

³³ LAUMANN; MARSDEN; PRENSKY, 1989.

³⁴ *Ibidem*, p. 64.

³⁵ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. 5. reimpr. Tradução de Raul Filker. São Paulo: Unesp, 1991. p. 11.

pré-modernidade. Entre algumas delas, destacamos a confiança e o risco. Para o autor, na modernidade, o conceito de risco substitui o de “fortuna”³⁶. Não que não existisse em um tempo pré-moderno o fator risco e com ele o sentido derivado de perigo, mas as causas e explicações, que antes se baseavam, sobretudo, em uma cosmologia rotineira e socialmente distribuída nos afazeres da vida humana, na era moderna são substituídas pelo conhecimento reflexivo organizado³⁷.

Nesse sentido, segue o autor, a ideia de “acaso” surgiu ao mesmo tempo que a de “risco”. Ora, a moderna noção de reflexividade social permeia agora todos os aspectos da vida humana, deixando a “fortuna” como um conceito majoritariamente ligado à fé e à superstição. Com isso, a reflexão para as ações futuras baseia-se, em grande parte, na confiança que depositamos em sistemas abertos, ou seja, sistemas com os quais não nos relacionamos diretamente e com o qual temos acesso somente por meio de um “ponto de acesso”, por sua vez representado por um perito ou especialista institucional que nos transmite, por meio de seu conhecimento sobre determinada instituição ou ambiente de risco, a segurança que nos permite mover ou retroceder, dependendo do caso³⁸.

Delegamos então o risco a uma opinião, a um terceiro conhecedor do tema que se supõe prever com a maior acurácia possível todos os aspectos positivos ou negativos de uma determinada ação a ser tomada. Aliado a isso, e também por conta disso, a modernidade, segundo Giddens, oferece o distanciamento tempo-espaço como condição secular de tal período. Tanto tempo como espaço são cada vez mais relativos e indeterminados e, claramente, conceitos como “perto”, “longe”, “aqui”, “ali”, “agora” e “depois” são cada vez menos entendíveis e percebidos pela humanidade como algo relacionado ao nosso próximo material e ao nosso tempo cronológico.

Se assim for, podemos concluir que a confiança em sistemas abstratos, hoje parte integrante da sociedade globalizada, é condição de distanciamento do tempo-espaço e das grandes áreas de vida cotidiana em que nos inserimos na era moderna, quando comparadas ao mundo tradicional. Nessa lógica exemplificadora, Zygmunt Bauman remete-nos ao conceito de atuações globais e consequências locais do capital financeiro mundial, uma vez que

³⁶ O termo “fortuna”, utilizado por Giddens, é aqui representado pela “sorte”.

³⁷ *Ibidem*, p. 45.

³⁸ *Ibidem*, p. 95-145.

as empresas transnacionais hoje são determinadas e comandadas pelos acionistas dispersos pelo mundo, porém, sua atuação, geração de emprego, renda e desenvolvimento são locais³⁹. Para Bauman,

Com efeito, longe de ser um “dado” objetivo, impessoal, físico, a “distância” é um produto social; sua extensão varia dependendo da velocidade com a qual pode ser vencida (e, numa economia monetária, do custo envolvido na produção dessa velocidade). Todos os outros fatores socialmente produzidos de constituição, separação e manutenção de identidades coletivas — como fronteiras estatais ou barreiras culturais — parecem, em retrospectiva, meros efeitos secundários dessa velocidade⁴⁰.

Elencando as formulações acima, nota-se a necessidade proeminente de uma atualização da teoria do capital social, considerando o quadro de intercomunicação subjacente à discussão e o trânsito nas ciências naturais, de forma interdisciplinar com que se lida com a cultura e a ação. Um esforço nesse passo seria o aproveitamento dos aprendizados de máquinas em medidores mais robustos e eficazes que possam capturar ações humanas. Como se sabe, tais ações possuem padrões repetitivos em vários grupos em um processo de interação. Uma possível forma de abordagem, entre outras, do objeto aqui definido, é pelas redes sociais.

Nessa vertente, as análises quantitativas das redes sociais são objetos de estudo da Sociologia desde o final do século XX e início do século XXI, por meio dos chamados sociogramas⁴¹. Em seus trabalhos pioneiros (1937, 1951)⁴², Jacob Levy Moreno utilizou a teoria de grafos para representar as estruturas sociais e sugeriu que elas poderiam ser usadas para descobrir novas propriedades da dinâmica da sociedade.

As redes sociais diferem muito entre si quando se consideram diferentes sistemas, grupos ou fenômenos sociais a serem estudados⁴³. A melhor

³⁹ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 21.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 19.

⁴¹ MORENO, Jakob L. Sociogram and sociomatrix: a note to the paper by Forsyth and Katz. *Sociometry*, Washington, DC, v. 9, n. 4, p. 348-349, 1946. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2785499?sid=21105663397383&uid=2&uid=2134&uid=70&uid=4>. Acesso em: 15 nov. 2021.

⁴² MORENO, Jakob L. Sociometry in relation to other social sciences. *Sociometry*, Washington, DC, v. 1, n. 1-2, p. 206-219, 1937. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2785266?sid=21105663397383&uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4>. Acesso em: 15 nov. 2021; MORENO, Jakob L. *Sociometry, experimental method and the science of society: an approach to a new political orientation*. Beacon: Beacon House, 1951.

⁴³ KNOKE, David; YANG, Song. *Social network analysis*. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2008. Disponível em: <http://www.sagepub.com/booksProdDesc.nav?prodId=Book228826#tabview=google>. Acesso

estratégia para estudar tais redes é lançar mão de medidas que eventualmente capturem padrões relevantes relacionados aos processos microscópicos que determinam as propriedades macroscópicas observadas⁴⁴.

Existem muitas métricas conhecidas na literatura. Na verdade, são dezenas delas⁴⁵. Neste trabalho, pretende-se apresentar uma métrica de rede social que será utilizada como uma possível medida que, de certa forma, está relacionada ao capital social. Essa medida pode ser vista como um indicador ou uma *proxy* para medir capital social e não uma forma absoluta e única de expressar tal conceito. Sabe-se que capital social é um conceito multidimensional, ou seja, não existe um único fator ou variável que o descreve, mas muitas variáveis. Como vimos acima, dentre elas estão o grau de confiança, normas, valores, solidariedade, reciprocidade e colaboração.

Alguns autores encontraram uma correlação entre confiança e a presença de grandes organizações⁴⁶. Outros encontram correlação entre o grau de confiança e a taxa de crescimento⁴⁷. A hipótese fundamental que se deve assumir é a conexão entre capital social e a prosperidade econômica⁴⁸. A prosperidade econômica resulta do desenvolvimento financeiro. Assim, emergem na economia grandes empresas e bancos, altamente conectados com outros agentes da economia.

Para além das distribuições de riquezas das firmas e famílias, faz-se necessário mostrar a estrutura de conexão entre os parceiros econômicos que podem ser medidos por métricas de redes. Assume-se aqui que conjuntos densos de laços têm uma influência significativa sobre a coesão global da rede e, por conseguinte, sobre o aumento do fornecimento de recursos da rede como o volume de empréstimos e pagamentos. A inadimplência pode gerar quebra de *links* entre os nós, diluindo a densidade do aglomerado.

em: 30 dez. 2014.

⁴⁴ SCOTT, John. *Social network analysis: a handbook*. London: Sage Publications, 1988. p. 109-127. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=Ww3_bKcz6kgC&printsec=frontcover&hl=pt=-BR#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 27 nov. 2021.

⁴⁵ MISLOVE, Alan *et al.* Measurement and analysis of online social networks. In: ACM SIGCOMM CONFERENCE ON INTERNET MEASUREMENT, 7., 2007, San Diego. *Proceedings* [...]. San Diego: ACM Sigcomm, 2007. p. 29-42. Disponível em: <http://conferences.sigcomm.org/imc/2007/papers/imc170.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

⁴⁶ LAPORTA, Rafael *et al.* *Legal determinants of external finance*. Cambridge: National Bureau of Economics Research, 1997. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w5879.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

⁴⁷ ZAK, Paul J.; KNACK, Stephen. Trust and growth. *The Economic Journal*, Oxford, UK/Maiden, MA, v. 111, p. 295-321, abr. 2001. Disponível em: <http://www.sba.muohio.edu/davisgk/growth%20readings/19.pdf>. Acesso em: out. 2022.

⁴⁸ GUIISO, Luigi; SAPIENZA, Paola; ZINGALES, Luigi. The role of social capital in financial development. *The American Economic Review*, Berkeley, v. 94, n. 3, p. 526-56, 2004. Disponível em: http://www.kellogg.northwestern.edu/faculty/sapienza/htm/social_capital.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

O coeficiente de agrupamento local mede o quão densamente interligados estão os parceiros de um dado indivíduo ou agente uns com os outros. Em outras palavras, esse coeficiente mede a probabilidade de dois parceiros ou amigos terem um amigo em comum. Matematicamente, o coeficiente de agrupamento é simplesmente a razão entre o número de laços ou conexões que existem entre os nós mais próximos (distância um ou primeiros vizinhos) pelo número máximo de laços que poderiam existir entre eles. Pode-se expressar essa razão como:

$$C_i = \frac{\sum_{j,k} n_{jk}}{k_i(k_i - 1)},$$

Em que n_{jk} é igual a um se os nós j e k estiverem ligados e forem vizinhos do nó i enquanto k_i mede o número de vizinhos do i -ésimo nó. O denominador leva ao número máximo de conexões entre os vizinhos. Por conseguinte, esse coeficiente varia entre zero e um.

Quanto maior for o coeficiente de agrupamento, maior é o número de interconexões de nós próximos ou primeiros vizinhos em uma rede social. Assim, se o coeficiente de agrupamento local de um determinado nó for relativamente alto significa que os nós aos quais ele se conecta são suscetíveis de estarem conectados uns com os outros.

Desse modo, como o coeficiente de aglomeração, o grau médio da rede poderia ser uma medida global capaz de medir uma das dimensões do chamado capital social. O grau médio nada mais é do que o número médio de conexões ou laços de um nó qualquer da rede. Quanto maior for o grau médio, mais densa tende a ser a rede. O aumento da densidade da rede está correlacionado ao aumento da densidade das comunidades. O uso dessa medida para descrever o capital social exige menos suposições. Contudo, optou-se neste trabalho pelo coeficiente de aglomeração justamente pelo fato de que o aglomerado é uma medida de comunidade e ao mesmo tempo uma medida de coesão da rede.

O que podemos concluir disso tudo? Com o avanço das ciências da computação e da sociedade moderna muito mais conectada, seja pelos grupos em redes sociais, seja pela economia globalizada ou pela internet, pode-se desenvolver certas *proxys* de agrupamentos que podem emular determinados graus de confiança presentes nas conexões, fortalecendo o capital social. A modelagem de minúcias interativas de comunicação e identidade pode alargar o foco das interpretações das ligações das pessoas abrangendo toda a diversidade daqueles ocupantes.

Ainda é bastante incipiente o estudo dessas *proxys* em função do avanço tecnológico. Há que se perguntar se está ocorrendo uma migração da sociedade “em risco” de Ulrich Beck para uma sociedade “em risco digital”⁴⁹. Contudo, tais estudos têm ganhado muita notoriedade na exploração das iniciativas privadas, no uso de *marketing*, do meio político ou até mesmo religioso. Estamos diante da reivindicação do caráter finito da existência postulada por Massimo Recalcati⁵⁰

Tentamos expor aqui uma possível aferição de uma *proxy*, mas temos por certo que os estudos interdisciplinares podem contribuir para o avanço da pesquisa nesse campo, somatizando conhecimentos e resultados. Aqui estamos diante da ressurreição do capital social.

Referências

- AMARAL, Amaury de Souza. *Regulação financeira internacional: uma análise exploratória e impactos sociais da avaliação das agências*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BECK, Ulrich. *Risk society towards a new modernity*. London: Sage Publication, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. *Escritos de Educação*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 65-70, 1998.
- DAGRIPTA, Partha. *Human well-being and the natural environment*. New York: Oxford University Press, 2001.
- DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: Unesp, 2005.
- FERNANDES, Florestan (coord.). *Weber – sociologia*. São Paulo: Ática, 1999. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13).
- FUKUYAMA, Francis. *Social capital and civil society*. Washington: IMF Institute, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. 5. reimp. Tradução de Raul Filker. São Paulo: Unesp, 1991.

⁴⁹ BECK, Ulrich. *Risk society towards a new modernity*. London: Sage Publication, 1993.

⁵⁰ RECALCATI, Massimo. *¿Qué queda del padre? La paternidad en la época hipermoderna*. Tradução de Silvia Grases. [s. l.]: Xoroi Edicions, 2016.

GUIISO, Luigi; SAPIENZA, Paola; ZINGALES, Luigi. The role of social capital in financial development. *The American Economic Review*, Berkeley, v. 94, n. 3, p. 526-56, 2004. Disponível em: http://www.kellogg.northwestern.edu/faculty/sapienza/htm/social_capital.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

KAUFMAN, Dora. A força dos laços fracos de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. *Revista Galáxia*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 207-218, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/5336/7580>. Acesso em: 29 nov. 2021.

KNACK, Stephen; KEEFER, Philip. Does social capital have an economic payoff? A cross-country investigation. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, v. 112, n. 4, p. 1251-88, 1997. Disponível em: https://hec.unil.ch/docs/files/21/280/knack_keefe_1997.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.

KNOKE, David; YANG, Song. *Social network analysis*. 2. ed. Thousand Oaks, PA: Sage Publications, 2008. Disponível em: <http://www.sagepub.com/booksProdDesc.nav?prodId=Book228826#tabview=google>. Acesso em: 30 dez. 2014.

LAPORTA, Rafael *et al.* *Legal determinants of external finance*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1997. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w5879.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021.

LAUMANN, Edward O.; MARSDEN, Peter V.; PRENSKY, David. The boundary specification problem in network analysis. *Research Methods in Social Network Analysis*, Beverly Hills, v. 61, p. 18-34, 1989. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Edward-Laumann/publication/238338190_The_Boundary_Specification_Problem_in_Network_Analysis/links/582389ec08ae61258e3cb5b3/The-Boundary-Specification-Problem-in-Network-Analysis.pdf. Acesso em: out. 2022.

LIN, Nan. *Social capital: a theory of social structure and action (structural analysis in the social sciences)*. Cambridge, UK: Cambridge University, 2002.

MISLOVE, Alan *et al.* Measurement and analysis of online social networks. In: ACM SIGCOMM CONFERENCE ON INTERNET MEASUREMENT, 7., 2007, San Diego. *Proceedings* [...]. San Diego: ACM Sigcomm, 2007. p. 29-42. Disponível em: <http://conferences.sigcomm.org/imc/2007/papers/imc170.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MORENO, Jakob L. *Sociometry, experimental method and the science of society: an approach to a new political orientation*. Beacon: Beacon House, 1951.

MORENO, Jakob L. Sociometry in relation to other social sciences. *Sociometry*, Washington, DC, v. 1, n. 1-2, p. 206-19, 1937. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2785266?sid=21105663397383&uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MORENO, Jakob L. Sociogram and sociomatrix: a note to the paper by Forsyth and Katz. *Sociometry*, Washington, DC, v. 9, n. 4, p. 348-349, 1946. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2785499?sid=21105663397383&uid=2&uid=2134&uid=70&uid=4>. Acesso em: 15 nov. 2021.

RECALCATI, Massimo. *¿Qué queda del padre?* La paternidad en la época hipermoderna. Tradução de Silvia Grases. [S. l.]: Xoroi Edicions, 2016.

SCOTT, John. *Social network analysis: a handbook*. London: Sage Publications, 1988. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=Ww3_bKcz6kgC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 27 nov. 2021.

SMITH, Monica L. The process of complex societies: dynamic models beyond site-size hierarchies. *World Archaeology*, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 122-136, 14 set. 2021. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fJj57M-Z3QaYJ:https://www.x-mol.com/paper/1437852237694824448&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: out. 2022.

ZAK, Paul J.; KNACK, Stephen. Trust and growth. *The Economic Journal*, Oxford, UK/Maiden, MA, v. 111, p. 295-321, abr. 2001. Disponível em: <http://www.sba.muohio.edu/davisgk/growth%20readings/19.pdf>. Acesso em: out. 2022.

INCERTEZAS DAS DECISÕES ECONÔMICAS NOS JOGOS DE MERCADO E DEMOCRACIA

Norma Cristina Brasil Casseb

Gabriel Galipolo

Moeda e sua gestão

Nas economias de hoje, a moeda está fundada no fenômeno coletivo e social da confiança. A confiança de cada indivíduo na moeda repousa na disposição dos outros também a aceitarem como reserva de valor, meio de troca e unidade de medida de valor dos bens e serviços, dos contratos e da riqueza. Por isso, é chamada de moeda fiduciária.

Os bancos e demais instituições financeiras são provedores da infraestrutura que abastece os mercados monetários, na medida em que definem as normas de acesso à liquidez, ao crédito e administram o sistema de pagamentos. Tais normas determinam as condições de produção e de concorrência das empresas.

Os bancos cuidam de administrar o estado da liquidez e do crédito, de acordo com a confiança sobre o futuro da economia e a possibilidade das empresas e governos de controlarem seus balanços. São gestores públicos-privados da forma geral da riqueza, o dinheiro. Por isso, num regime de moeda fiduciária, a prerrogativa de criação de moeda pelos bancos privados está subordinada às regras impostas pelas autoridades reguladoras. São empresas privadas que visam a maximizar sua rentabilidade em um ambiente concorrencial e concessionárias da autoridade monetária responsável pela gestão da moeda.

O Banco Central assume a função de coordenador das expectativas privadas que governam essas decisões sobre a moeda, a liquidez e a riqueza. Essa é a mediação esperada das autoridades monetárias, não permitir níveis de alavancagem temerária à estabilidade do sistema financeiro, mas inibir a elevação da preferência da liquidez em patamares que limitem os negócios e o crescimento da economia.

Essa arquitetura torna ineficaz o manejo da política monetária pelo simples controle quantitativo dos agregados monetários. Por serem endógenos, seu controle assume um caráter indicativo. Nessas circunstâncias, os bancos centrais tendem a controlar as taxas de juros, ao invés de estabelecerem metas monetárias para restringir ou ampliar a liquidez, bem como a demanda por moeda.

O compromisso da autoridade monetária junto à sociedade passa a ser com os resultados de sua política em termos de estabilidade de preços, prescindindo do cumprimento estrito da emissão, como expressamente reconhecido pelos bancos centrais que adotam regime de metas para inflação. A inflação não é uma função da quantidade de moeda em uma economia, dentro do modelo tradicional de atuação da política monetária, ela é indicativa de um excesso de demanda agregada em relação à capacidade de oferta.

O Banco Central induz o arrefecimento da demanda por bens e serviços da economia pela elevação na taxa de juros, pois restringe as condições de investimento para as empresas e de consumo para as pessoas ao encarecer o preço de acesso ao dinheiro. Elevar a taxa de juros também aumenta o prêmio (recompensa) para quem investe no país, o que tende a valorizar a moeda doméstica. A apreciação da moeda reduz o preço de produtos importados em moeda doméstica. Pelo mesmo mecanismo, os produtos exportados tornam-se menos competitivos, reduzindo a demanda sobre eles.

Aumentos na taxa de juros provocam também uma desvalorização de diversos ativos financeiros, como títulos de dívida e ações de empresas. De forma simplificada, se a taxa de juros foi elevada para 15% ao ano, quem já detinha um título com risco e prazo de vencimento similar, mas adquirido com remuneração de 10% ao ano, só conseguirá vendê-lo antes do vencimento se aceitar um deságio em seu valor capaz de equipará-lo ao novo prêmio de risco do ativo. A elevação no custo de capital tende a diminuir também o lucro das empresas e, por consequência, o preço das ações. Essa redução no estoque de riqueza existente cria um ambiente mais adverso aos investimentos das empresas e consumo das pessoas.

Um dos canais mais relevantes do manejo da taxa de juros ocorre pelo crédito. A elevação da taxa de juros pelo Banco Central se dissemina pelas taxas cobradas pelos bancos, reduzindo o volume de empréstimos e liquidez disponível bem como a geração de poder aquisitivo (moeda) pelo sistema financeiro para pessoas e empresas.

Uma vez que o futuro será formado pelo resultado do conjunto de medidas e convicções dos diversos agentes econômicos, o manejo da taxa de juros proporciona ainda um efeito de coordenação de expectativas sobre as condições de liquidez para a realização de investimento e consumo futuro.

O sistema bancário, incluído o Banco Central, assume o papel de administrar simultaneamente os dois riscos, inerentes à economia monetária, o de liquidez e o de pagamento. São gestores das regras “convencionadas” e dos limites impostos aos produtores e detentores de riqueza, no processo concorrencial em busca da acumulação de valor na forma universal (moeda).

O estoque de riqueza existente pode constituir garantia ou base para a alavancagem de empréstimos, mas investir é a decisão crucial. Investir consiste em abandonar a segurança e aceitar formas menos líquidas da riqueza na esperança da sua valorização e reconversão futura na forma universal do valor.

Quanto maior a camada de ativos, com diferentes graus de liquidez e valores alavancados sobre uma mesma base de riqueza na expectativa de sua valorização, mais instabilidade e risco ao sistema. Em momentos de grande otimismo, a tolerância e o apetite ao risco crescem inflados pelas convicções de que tudo dará certo. Novos negócios encontrarão demandas crescentes, empréstimos serão pagos e os investimentos devidamente remunerados.

Diante de um cenário de elevação da incerteza, o investidor pode preferir permanecer com seus recursos em dinheiro, na forma mais líquida da riqueza e do valor, por precaução, reduzindo a disponibilidade de recursos e deprimindo a renda na economia. O empreendedor pode não demandar o empréstimo junto ao banco, cético da viabilidade do negócio em um cenário adverso, pois a demanda pode não ser suficiente para gerar receita necessária para remunerar o capital. Os impactos sistêmicos, no entanto, agravam-se ante um aumento na preferência pela liquidez dos bancos, em um ambiente de elevação da incerteza. Ao cessar ou restringir a concessão de crédito se interrompe a “geração endógena de moeda”.

Passa a falhar o metabolismo vital para o funcionamento do sistema. O receio de um futuro adverso faz crescer o desejo por riqueza abstrata, na sua forma mais líquida e, portanto, conservadora de maior potência e conversibilidade. A elevação na preferência pela liquidez decorre das suspeitas de que ativos menos líquidos se revelem ilíquidos com a deterioração da economia. A liquidez de um ativo, em suas diversas gradações, refere-se à possibilidade de se converter em dinheiro.

Em cenários de elevação na preferência pela liquidez, as autoridades monetárias recorrem aos instrumentos que possuem para compensar essa tendência. Buscam atender à demanda por dinheiro e, simultaneamente, sancionar com a moeda estatal os diversos ativos financeiros suspeitos de se tornarem ilíquidos. A redução na taxa de juros básica da economia é o instrumento tradicional dos bancos centrais para ampliar a liquidez, operando os mecanismos supramencionados. Em cenários de elevação extrema na demanda por moeda, reduzir a taxa de juros pode se revelar um instrumento insuficiente. Até mesmo a redução dos juros para taxas reais ou nominais negativas, onerando com perdas aqueles que preferirem carregar sua riqueza ao longo do tempo na forma de moeda, pode não ser suficiente para convencer os agentes econômicos a assumirem o risco de formas menos líquidas da riqueza.

Além da diversidade de ativos líquidos, criados pelo sistema financeiro, que busca oferecer proteção a esse tipo de perda, a mesma lógica descrita que promove a desvalorização dos ativos ante uma elevação na taxa de juros proporciona uma valorização do estoque de ativos pela redução na taxa de juros, dado que o seu valor presente é calculado a partir da expectativa quanto ao fluxo futuro de receitas a que sua aquisição dá acesso. O desconto desse fluxo futuro, por uma taxa (de juros) menor, proporciona um valor presente maior como resultado. Em casos extremos de elevação na preferência pela liquidez, os agentes econômicos podem preferir uma perda menor, mas com a segurança de carregar sua riqueza em um ativo líquido, do que a insegurança do risco de iliquidez. Nesses momentos, o próprio comportamento dos agentes desencadeia a realização do efeito temido, pois o aumento na oferta desses ativos, que é também uma elevação na demanda por moeda, provoca a perda de valor do primeiro ante a segunda, pela ausência de agentes com posição contrária (demanda por ativos e oferta de liquidez).

A lógica do mercado

O mercado financeiro opera em uma lógica estranha à ideia convencional de ciência, enquanto extração de um valor da experiência independente da subjetividade do indivíduo que a observa e da lógica que realiza deduções pela exclusão de contradições. Os preços são formados por convenções dos agentes de mercado, mas as transações dependem da existência de percepções contrárias quanto à expectativa de evolução do ativo ante um mesmo preço.

A utilidade, produtividade ou eficiência do capital dependem das receitas esperadas (futuras), pois não se consomem no ato da transação equivalente à troca. Para o investidor, a vantajosidade da compra ou venda será confirmada ou frustrada no futuro. A renúncia de liquidez é uma ponte para a geração de nova riqueza, apoiada pela crença (crédito) em receitas futuras, em uma sucessão de apostas interdependentes.

No mercado de bens de consumo, as percepções inversas de valores estão associadas às utilidades diferentes das mercadorias. Em um momento é possível que determinada quantidade de comida e bebida tenha valor equivalente no mercado e inverso entre os agentes. Concluído o negócio, consumidas as mercadorias e saciados os desejos inversos, estão realizadas as vantagens mútuas da operação nesse mercado.

As trocas envolvendo ativos financeiros também dependem de três dimensões de valores. O vendedor do ativo financeiro é mobilizado pela crença de que, na posse de liquidez, encontrará remuneração mais vantajosa para seu capital, enquanto o comprador renuncia à liquidez por acreditar que o ativo àquele preço se apresenta como oportunidade vantajosa de valorização da sua riqueza.

A troca realiza uma contradição, a equivalência nos valores trocados representa simultaneamente um valor adquirido superior ao renunciado para um agente e o inverso para o outro. O mesmo preço significa uma oportunidade vantajosa para renúncia de liquidez e aquisição do ativo para o comprador, e de renúncia do ativo em troca de liquidez para o vendedor.

As percepções inversas das utilidades no mercado financeiro decorrem de expectativas distintas quanto aos riscos e prêmios envolvendo a evolução futura dos preços, que conformam diferentes estratégias para o mesmo desejo de valorização da riqueza na forma monetária. Como citado, é possível que comida seja preferível à bebida para uma pessoa em um momento e o inverso valha para outra pessoa ou em outro momento, mas mais dinheiro é sempre preferível a menos dinheiro. As trocas no mercado financeiro são mobilizadas por apostas diversas nas probabilidades de os ativos maximizarem um mesmo desejo de resultado.

No momento da troca, o preço representa uma transação vantajosa tanto para comprador quanto vendedor. O ativo equivale à quantia em dinheiro que é comprado e vendido, mas para o comprador o ativo detém valor maior que a posse do dinheiro ou ativos alternativos, enquanto para o vendedor o dinheiro ou outros ativos têm maior valor que o ativo negociado.

Cada qual prevê o futuro à sua maneira. Essa esperança matemática de ganho é “calculada” na base das probabilidades existentes e deve parecer suficiente para compensar o risco de reveses. O comprador acredita que o prêmio esperado compensa o risco, ocorrendo o oposto com o vendedor. O benefício para o comprador será realizado caso o tempo entregue os ganhos esperados com a aquisição do ativo. Caso os reveses se realizem ou os recursos auferidos com a venda sejam alocados de forma mais rentável, a venda do ativo se revelará vantajosa.

Para o consumo de bens, há percepções opostas simultâneas de valores para que os agentes consumam a vantajosidade mútua no consumo das utilidades. No mercado financeiro, as percepções distintas de valores são possíveis no presente enquanto expectativas distintas, mas o valor futuro mensurado em uma mesma unidade de medida não poderá proporcionar um resultado mutuamente vantajoso. O tempo irá dissolver as percepções de vantagem para ambos, revelando ganhadores e perdedores, ao confirmar, superar ou frustrar as apostas e redimensionar os valores das posições renunciadas e adquiridas.

A marcação a mercado expõe, para cada momento, a comparação dos resultados em uma mesma unidade de medida (moeda) das posições compradoras e vendedoras. A diferença das rentabilidades, calculada pela evolução do preço de mercado do ativo relativamente à data da transação, demonstra o quanto um ganhou e o outro perdeu (deixou de ganhar). Logo, não é possível para um mesmo objetivo de valorização monetária ser mutuamente vantajoso vender e comprar um mesmo ativo.

A economia colaborativa, representada por trocas com vantagens mútuas para agentes mobilizados pelo desejo de consumo de utilidades diversas, tem sua mecânica subvertida por movimentos de agentes com percepções inversas quanto à estratégia para realizar um desejo mútuo, mas concorrente, de expansão do valor em dinheiro.

A dinâmica que afasta a economia de uma lógica cooperativa a aproxima da dos jogos de apostas. Em 1863, Jules Regnault⁵¹ apresentou estudo para as variações do mercado de ações, a partir da concepção da flutuação dos preços decorrente de transações determinadas pelas expectativas do investidor, associando a especulação na bolsa a um jogo de

⁵¹ Economista e matemático, Regnault validou sua hipótese empiricamente se utilizando do curso da principal aplicação da Bolsa de Paris, a renda francesa de 3%. Sua obra, *Calcul des Chances et Philosophie de la Bourse* (1863), se tornaria um dos principais instrumentos da moderna teoria financeira.

dados. Em 1870, Henri Lefebvre, ex-primeiro-secretário do Barão James de Rothschild, desenvolveu a representação geométrica das operações com opções. Utilizou essa abordagem visual para desenvolver o “ábaco do especulador”, uma lousa de madeira com letras móveis que permitia aos investidores descobrirem os resultados de uma decisão em cada tipo de contrato de opção. Essa invenção era similar ao *autocompteur*, um aparelho que ele havia introduzido para computar apostas em corridas de cavalos. Louis Bachelier, que tinha Henri Poincaré entre seus mentores, defende sua tese de doutorado, *Théorie de la spéculation*, em 29 de março de 1900, diante de uma banca de matemáticos parisienses que definem seu tema como *estranho e distante dos tratados por outros candidatos*. O trabalho de Bachelier, com a aplicação do movimento browniano na precificação de ativos, será incorporado nos modelos financeiros com a redescoberta de sua tese cinquenta anos mais tarde, tornando o autor reconhecido como responsável pela introdução das ideias e conceitos da análise estocástica, com o propósito de precificar ativos no mercado financeiro. As análises e projeções do mercado hoje são predominantemente baseadas em modelos estocásticos de equilíbrio geral.

Keynes publica sua *Teoria geral* em 1936 e comenta a dinâmica de mercado:

Esta luta de esperteza para prever com alguns meses de antecedência as bases da avaliação convencional, muito mais do que a renda provável de um investimento durante anos, nem sequer exige que haja idiotas no público para encher a pança dos profissionais: a partida pode ser jogada entre estes mesmos. Também não é necessário que alguns continuem acreditando, ingenuamente, que a base convencional de avaliação tenha qualquer validade real a longo prazo. Trata-se, por assim dizer, de brincadeiras como o jogo do anel, a cabra-cega, as cadeiras musicais. É preciso passar o anel ao vizinho antes de o jogo acabar, agarrar o outro para ser por este substituído, encontrar uma cadeira vaga antes que a música pare. Estes passatempos podem constituir agradáveis distrações e despertar muito entusiasmo, embora todos os participantes saibam que é a cabra-cega que está dando voltas a esmo ou que, quando a música para, alguém ficará sem assento⁵².

Pode ser útil exemplificar a dinâmica de apostas contrárias pelo funcionamento do mercado de derivativos. Os derivativos permeiam praticamente

⁵² KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 165.

todas as operações financeiras realizadas no mercado e somam valores em torno de US\$ 600 trilhões, constituindo a classe de ativos financeiros mais relevantes do planeta.

Trocando moedas no futuro

Imagine que uma empresa brasileira produtora de frango firmou contrato de exportação e, para auferir a receita necessária à remuneração da sua produção, o preço do quilo de frango tem de ser R\$ 10. A quantidade a ser entregue já foi acordada com o comprador, os custos de produção são conhecidos, no entanto, o preço de venda foi firmado em dólares, ao preço de US\$ 2 o quilo. Como o Brasil tem câmbio flutuante, que, ao invés de se equilibrar em um ponto fixo, insiste em flutuar, caso, na data da liquidação do contrato, US\$ 1 esteja valendo menos do que R\$ 5, o vendedor não receberá a receita esperada e necessária para remunerar seus custos de produção.

Supondo que, no prazo entre a assinatura e a liquidação do contrato, ocorra uma apreciação da moeda brasileira, de forma que US\$ 1 não compre mais R\$ 5, mas apenas R\$ 2,5, o vendedor irá auferir R\$ 5 pelo quilo do frango, metade da receita esperada em reais. Uma das formas da empresa se proteger dessa variação é firmar um contrato futuro de venda de dólar a R\$ 5, no prazo de liquidação do contrato, assegurando dessa forma sua receita em reais. Essa operação é possível pela existência no mercado de agentes em posição contrária, que apostam na desvalorização da moeda brasileira diante do dólar no período e vislumbram a oportunidade de comprar US\$ 1 por R\$ 5 no futuro, quando acreditam que a moeda norte-americana estará sendo negociada a valores superiores no mercado. Ao firmarem o contrato futuro, ambas as partes preestabelecem o preço do câmbio para uma data específica. Caso, no dia do vencimento, o dólar esteja cotado a um preço superior a R\$ 5, a empresa produtora de frango terá deixado de ganhar dinheiro, o que do ponto de vista do custo de oportunidade equivale a perder, pois poderia auferir uma receita superior em reais. Ao valor de US\$ 1 a R\$ 6, a mesma receita de US\$ 2 o quilo representa R\$ 12. A outra ponta do contrato futuro de dólar terá o ganho decorrente da compra de US\$ 1 a R\$ 5, com a economia pela compra mais barata ou lucro com a venda subsequente ao preço vigente no mercado de R\$ 6.

Contratos futuros, assim como os contratos a termo, envolvem a assunção de compromissos (direitos e deveres) futuros simétricos entre comprador e vendedor. O contrato a termo incorpora o risco na inadim-

plência de uma das partes das obrigações futuras assumidas. Nos contratos futuros não existe o risco de crédito da contraparte, devido aos papéis desempenhados pela bolsa de futuros e corretoras de valores mobiliários. Compradores e vendedores operam por meio de uma corretora, que, além de ter obrigação de conhecer a capacidade financeira do seu cliente, está vinculada à câmara de compensação e é responsável por se relacionar diretamente com a bolsa de futuros.

Como proteção, a bolsa marca a mercado as posições com ajustes diários. O preço médio, que representa o preço de mercado, das negociações de contratos futuros realizadas para um determinado ativo e vencimento é calculado diariamente. A partir dele são estimadas as perdas ou ganhos esperados para cada uma das partes. Caso a marcação a mercado aponte um resultado futuro potencialmente negativo para o comprador, o valor do ajuste diário será creditado na conta da posição vendida e debitado na conta da posição comprada (sendo válido o inverso). A marcação a mercado amplia a mensuração da liquidez dos ativos pela sua reprecificação diária, emulando nos balanços os efeitos da sua negociação naquele momento, equivalentes aos decorrentes da sua liquidação, impondo aos agentes oscilações passivas em seus patrimônios. São sentidos ajustes nos ativos marcados a mercado em função das oscilações nos preços das negociações diárias, mesmo para quem não realizou mudanças (compra ou venda) em seus portfólios.

Como garantia contra a inadimplência das obrigações, a bolsa pratica um sistema de margens dos ajustes diários, o que exige dos participantes a constituição de garantias em dinheiro ou ativos líquidos. A conta da margem também sofre ajustes diários, depósitos e saques em função da marcação a mercado das posições. Na data da liquidação financeira, essa é realizada via ajuste pelo preço no mercado à vista, ou seja, pelo pagamento e recebimento da sua diferença em relação ao valor contratado, diariamente atualizado ao longo do contrato pela marcação a mercado, sendo o preço de mercado ponderado pelos contratos negociados no período.

Uma alternativa ao problema da flutuação cambial, para a empresa exportadora de frango, seria o *swap*, contrato que permite a troca da variação ou rentabilidade de um ativo pela de outro. O *swap cambial* no Brasil envolve contratos derivativos cujos operadores são o Banco Central, as instituições financeiras e as empresas que possuem dívidas em dólar.

O *swap* consiste na troca de taxa de variação cambial, ou seja, a volatilidade do preço de certa moeda estrangeira por uma taxa de juros. Nessa

operação as duas partes tanto pagam como recebem, mas em indexadores trocados (invertidos). Quem compra o *swap* fica ativo na taxa básica de juros e passivo em câmbio, enquanto quem vende o *swap* fica passivo na taxa básica de juros e ativo em câmbio. Há ainda a possibilidade oferecida pelas opções, derivativos distintos dos demais pela perda de simetria dos direitos e deveres entre as partes. O comprador da opção adquire o direito de compra ou venda de determinada quantidade de um ativo por um preço e prazo acordados. O vendedor de uma opção tem a obrigação de comprar ou vender um ativo em quantidade, preço e prazo acordados, caso o comprador da opção exerça seu direito.

No exemplo, a empresa produtora de frango poderia comprar uma opção de venda de dólar a R\$ 5 (preço de *strike*), com vencimento na data da liquidação do contrato de exportação. Caso o dólar esteja cotado a um valor inferior a R\$ 5, será vantajoso exercer a opção para preservar a sua receita em reais. Se a cotação do dólar estiver superior a R\$ 5, a empresa pode não exercer sua opção e vender seus dólares no mercado por um valor maior, ampliando sua receita em reais. O valor despendido com a compra da opção (prêmio) será perdido, caracterizando um ganho para o vendedor da opção, que apostou na probabilidade do dólar a um preço superior a R\$ 5 na data do vencimento.

Na forma descrita, a compra de uma opção se assemelha à contratação de um seguro, mas a história econômica registra diversos eventos, inclusive de empresas no Brasil, levadas à insolvência por perdas em posições no mercado futuro muitas vezes superior ao volume das mercadorias comercializadas. Como afirmado previamente, os derivativos somam valores em torno de 8 vezes (US\$ 600 trilhões de dólares) o PIB mundial.

Modelos de precificação

A análise da dinâmica do mercado a partir da expectativa do comportamento do outro é desenvolvida pela teoria dos jogos, e a tentativa de estimar as tendências futuras é desenvolvida por modelos estocásticos que tomam emprestado das ciências naturais o movimento browniano, a partir de uma concepção do mercado que alcança o equilíbrio partindo dele, descrito como formado por agentes atomizados tomadores de preço. Nomeado em homenagem ao botânico Robert Brown, o modelo é usado para descrever movimentos aleatórios das partículas suspensas em um fluido, por isso também é chamado de teoria da partícula.

Em 1827, ao observar em um microscópio o movimento das partículas de grãos de pólen na água, Brown não foi capaz de determinar suas causas e mecanismos. Acreditou se tratar de uma nova forma de vida, pois as partículas pareciam apresentar movimentos por vontade própria. Thorvald Nicolai Thiele, em 1880, foi pioneiro em descrever a matemática por trás do movimento browniano, em artigo sobre método dos menores quadrados, seguido independentemente por Louis Bachelier, em 1900, em sua tese de doutorado *A teoria da especulação*, que aplicou o método na precificação de ativos financeiros.

Átomos e moléculas posteriormente foram teorizados como os constituintes da matéria. Em 1905, Albert Einstein publicou artigo explicando como o movimento observado por Brown decorre da colisão das moléculas de água com as partículas de pólen, com tamanho suficientemente grande para ser vista no microscópio, mas com massa pequena a ponto de poder ter seu movimento alterado. A explicação desse fenômeno consolidou a confirmação da existência de átomos e moléculas (hipótese atômica), validada experimentalmente por Jean Baptiste Perrin, em 1908, laureado com o Prêmio Nobel de Física em 1926, por seu trabalho sobre a estrutura descontínua da matéria.

O trabalho de Bachelier se baseia no desenvolvido por Jules Regnault, que estabelece relação entre o intervalo de tempo e a variação dos preços, o que levou ao desenvolvimento da “lei das diferenças (variantes) ou lei das raízes quadradas”: a dispersão (*spread*) dos preços está em proporção direta à raiz quadrada do intervalo de tempo. Bachelier oferece a derivação matemática dessa lei, que governa o que batizou de “coeficiente da instabilidade”, equivalente ao conceito de volatilidade empregado atualmente. Ele representou o “preço verdadeiro” do valor mobiliário durante um intervalo como o centro de um círculo cujo interior é representado por todos os preços possíveis. A área do círculo cresce linearmente com o tempo e então os desvios do “preço verdadeiro” crescem com o raio do círculo, que é a raiz quadrada do tempo.

Paul Samuelson, Nobel de Economia em 1970 e um entusiasta da tradução e difusão da *théorie de la spéculation*, apresenta Bachelier, nos capítulos que acompanham a reedição da tese na forma de livro mais de um século após a sua defesa, como um pensador cuja matemática antecipou Norbert Wiener, Kiyoshi Ito e Albert Einstein. Segundo Samuelson,

Bachelier, assumindo apenas que os preços evoluem como um processo sem memória, homogêneo no tempo e espaço, estabelece o que hoje é conhecido como equação Chapman-

Kolmogorov e deduziu que a distribuição do preço em um tempo fixo determinado é gaussiana. Ele então considera a probabilidade de diferentes preços como uma função do tempo e estabelece a raiz quadrada. Apresenta uma derivação alternativa considerando o processo de formação do preço como uma caminhada aleatória. O próximo passo é a conexão entre as probabilidades das transações e a equação do calor de Fourier, praticamente traduzindo a lei do calor de Fourier para uma lei análoga da probabilidade do fluxo⁵³.

O modelo *Black & Scholes* é o mais conhecido e usado para precificação de opções e tem como premissas uma economia em concorrência perfeita, ausência de custos de transação ou possibilidade de arbitragem, entendida como o ganho sem risco pela possibilidade de se beneficiar da existência de preços distintos para o mesmo ativo em um dado momento, e a generalização da possibilidade de se financiar a uma taxa de juros livre de risco (taxa básica de juros paga pelo governo) e constante.

Como já mencionado, o valor presente de um ativo é estimado a partir de uma expectativa de receitas futuras descontadas a uma taxa, que representa o custo de oportunidade para os agentes. Considerar a particularidade desse custo (taxas distintas) para atores heterogêneos, que tomam decisões cotejando condições de acesso a dinheiro (custos) e oportunidades (ativos) consideravelmente diferentes, resultaria em valores presentes distintos para um mesmo valor futuro convencionado como preço de *strike* da aposta, justamente pelo seu desconto a valor presente a taxas distintas. Daí a necessidade da hipótese (heroica) da possibilidade de emprestar e tomar emprestado dinheiro a uma taxa de juros livre de risco constante e conhecida.

A premissa de generalização da taxa livre de risco neutraliza a intratável heterogeneidade dos atores ao homogeneizar, em um só golpe, seus custos de oportunidade e a velocidade do movimento do dinheiro no tempo, pela suposição de uma neutralidade ao risco pelos agentes econômicos (igualdade entre eles). Insere um dinheiro neutro como o espaço contínuo, tridimensional, infinito, ilimitado, absoluto, homogêneo e isótropo da física newtoniana. A prática de mercado evidencia um ambiente de tomada de decisões em função de condições particulares e distintas de custos de oportunidade, revelando a predominância negocial (convenções dinâmicas para o estabelecimento de apostas) na determinação dos preços.

⁵³ SAMUELSON, Paul A. Foreword. In: BACHELIER, Louis. *Theory of speculation: the origins of modern finance*. New Jersey: Princeton University Press, 2006. p. VIII, tradução nossa.

Estabelecidos o preço da ação hoje, o preço futuro para o exercício da opção, o prazo e a taxa de desconto a valor presente, resta apenas calcular a volatilidade por meio da dispersão para inferir sua probabilidade (risco) e o preço da opção. A volatilidade é estimada pelo desvio-padrão da série histórica do ativo em um determinado período amostral. O desvio-padrão calculado com base em dados diários é anualizado e cresce em proporção a raiz quadrada do tempo.

O preço da opção é apresentado na literatura como uma concordância entre as partes compradora e vendedora acerca da probabilidade de ocorrência do preço de exercício no futuro. A dedução axiomática do preço revelaria uma indiferença (de novo neutralidade) entre comprar ou vender àquele preço para os agentes. A nomenclatura técnica empregada por auditorias e instituições financeiras é a de “preço justo”.

A realidade, no entanto, é que uma das partes compra àquele preço, pois percebe como uma oportunidade vantajosa ante a probabilidade do seu exercício (ocorrência), tendo a parte vendedora uma percepção de risco oposta. Tais constatações contribuem para revelar novamente o processo de formação de preço como resultante de condições distintas e expectativas contrárias entre as partes. Após a realização da transação, o preço decorrente das expectativas das probabilidades é recalculado diariamente, com os ajustes (diários) da marcação a mercado, o que implica atualizar, redimensionar e reabastecer a série histórica da volatilidade a partir das observações das negociações ocorridas que, por definição, determinarão o preço pela distribuição (ou concentração) de sua ocorrência mensurada em volume financeiro (dinheiro).

Como é amplamente conhecido, Myron Scholes e Robert C. Merton, que dividiram em 1997 o Prêmio Nobel em Economia, pelo desenvolvimento do modelo *Black & Scholes*, sofreram perda de US\$ 4,6 bilhões no *hedge fund*, em que eram diretores da *Long-Term Capital Management L.P.* (LTCM), seguida da sua insolvência, desafortunadamente também entre os anos de 1997 e 1998, momento da crise asiática e russa. Juntamente a outras 14 instituições financeiras, o fundo aderiu a um acordo de recapitalização sobre supervisão do Federal Reserve.

Isso não significou o abandono do emprego do modelo *Black & Scholes* no mercado financeiro, pois ele representa um sistema contábil funcional para o complexo cálculo dos preços correntes, como registro presente da expectativa média da maioria, em volume financeiro do mercado quanto às

probabilidades de preços futuros, mensurada pelos valores das negociações realizadas (passado) diariamente. Ao ser empregado dessa forma, não como modelo de previsão, mas de registro presente das expectativas (futuras) médias do mercado, o ferramental do modelo *Black & Scholes* está seguro pela identidade de “estimar” as expectativas dos preços futuros naquele dia pela observação dos preços negociados. Os ajustes diários da marcação a mercado se encarregam de incorporar as oscilações que reconfiguram a volatilidade, a probabilidade e o preço, garantindo de forma tautológica (identidade contábil) a igualdade entre estimativa e preço quando o futuro se tornar presente.

Os vexames impostos aos modelos econômicos empregados como cálculo, que permite deduzir o futuro ao invés dos preços que refletem hoje as expectativas futuras, não decorrem de uma calibragem inadequada da série histórica que alimentou o cálculo da volatilidade, mas da inadequação de um sistema de deduções axiomáticas ao ambiente de mercado.

Não se trata de uma insuficiência de conhecimento a ser superada para alçar a economia ao *status* de ciência, mas do fato de que o próprio funcionamento do mercado depende dessa contradição das inferências que produzem percepções de valores distintos para um mesmo objeto, fenômeno ou experiência. Quem compra um ativo realiza uma aposta na sua valorização monetária a partir do preço de mercado daquele momento, mas que só pode ser realizada mediante a existência de um vendedor que, ante o mesmo preço de mercado, realiza uma aposta no sentido contrário, seja por deter informações distintas ou por questões constitutivas da sua subjetividade, dimensões de difícil dissociação.

A formação de um consenso geral quanto às expectativas em relação ao preço do ativo interrompe a lógica do mercado. A generalização das apostas na expectativa de desvalorização, por exemplo, promove o empenho coletivo dos agentes na venda, carente da demanda dos agentes com expectativas contrárias (compradores). A expectativa de desvalorização para o agregado da economia está identificada com o conceito de crise, capaz de realizar o próprio efeito temido, pois o aumento na oferta e queda na demanda dos ativos provoca a desvalorização. O consenso no sentido contrário (alta) está associado à formação de bolhas financeiras.

Ao reconhecer a incerteza que permeia o ambiente das decisões econômicas, John Maynard Keynes afirma que a decisão de investimento só poderia ser mobilizada por um espírito animal, como um reconhecimento

da impossibilidade dos agentes de mercado de basearem suas ações em deduções de nexos causais confiáveis. Isso não significa irracionalidade, mas decisões mobilizadas e orientadas por outras inclinações além da razão.

O preço do mercado se viabiliza no encontro da venda dos “baixistas” (*bear market*) com as compras dos “altistas” (*bull market*). Essa avaliação é apresentada por Keynes como resultado da psicologia de massas. A formação dos preços é descrita como uma convenção social:

[...] talvez seja mais exato dizer que a taxa de juros seja um fenômeno altamente convencional do que basicamente psicológico, pois o seu valor observado depende sobremaneira do valor futuro que se lhe prevê. Qualquer taxa de juros aceita com suficiente convicção como provavelmente duradoura será duradoura [...]. Há, todavia, uma condição necessária sem a qual não poderia existir a preferência de liquidez pela moeda como meio de conservação da riqueza. Esta condição necessária é a existência de incerteza quanto ao futuro da taxa de juros, isto é, quanto ao complexo de taxas para vencimentos variáveis a prevalecer em datas futuras⁵⁴.

Não é por outra razão que o poder sobre a informação desempenha papel tão relevante no mercado, seja na tentativa de obtê-la de forma antecipada ou na sua produção por meio da influência da interpretação dos eventos pela opinião pública. A expressão “a bolsa é um grande cassino” realmente não reflete a realidade. Menos por uma superioridade dos métodos de precificação e estimativas de probabilidades empregadas pelos agentes de mercado, mas pela diferença daquilo que se pretende antecipar. A dispersão de partículas suspensas em um fluído, jogos de roleta e dados apresentam dinâmicas, possibilidades e nexos distintos da manipulação da opinião pública.

Considerações finais: as possibilidades econômicas das nossas democracias

A elevação radical da preferência pela liquidez durante a crise financeira de 2008 inaugurou uma nova prática de atuação dos bancos centrais, que, ante a generalização das opiniões de mercado na venda de ativos e demanda por liquidez, não apenas induziram, mas desempenharam o papel de posição contrária para viabilizar o funcionamento do mercado, ofertando liquidez e demandando (comprando) ativos.

⁵⁴ KEYNES, 1996, p. 175-6.

A política de flexibilização quantitativa (*quantitative easing*), que se inicia como combate à crise de 2008 e se aprofunda como resposta aos efeitos econômicos da COVID-19, são exemplos radicais das possibilidades da ampliação da quantidade de moeda estatal para sustar a desvalorização dos ativos financeiros.

A taxa de juros americana, que em janeiro de 2020 estava em 1,75%, foi reduzida para 0,25% em março. Os bancos centrais, europeu e japonês, já praticavam taxas de juros negativas. Como resposta à pandemia, os bancos centrais das principais economias do mundo voltaram a adquirir ativos financeiros, buscando sustentar seus preços nos mercados e ao mesmo tempo abastecê-los de moeda.

No dia 01/09/2008, o balanço do FED (Banco Central norte-americano) detinha US\$ 925 bilhões em ativos. No dia 08/12/2008 já constavam mais de US\$ 2,250 trilhões, refletindo a aquisição de US\$ 1,325 trilhão em ativos no mercado, em um período de pouco mais de três meses. As compras do FED seguiram até seu balanço se estabilizar em pouco menos de US\$ 4,5 trilhões entre 2014 e 2018.

Após uma contração de aproximadamente US\$ 700 bilhões até setembro de 2019, o FED realizou uma expansão de seu balanço sem precedentes, como resposta aos efeitos da COVID-19, saltando de US\$ 4,1 trilhões, em 17/04/2020, para US\$ 6,9 trilhões em 11/05/2020, ultrapassando US\$ 8 trilhões em 2021. Também, como reação aos efeitos da COVID-19, o Banco Central Europeu e o Banco Central da Inglaterra engordaram seus balanços com a aquisição de ativos financeiros em valor equivalente a 10% dos seus respectivos PIBs, em curtíssimo espaço de tempo. Nem no pós-crise de 2008, tampouco durante a COVID-19, a colossal emissão de moeda, para municiar os bancos centrais a fim de formarem o preço dos ativos no mercado e salvarem o estoque de riqueza financeira existente, provocou inflação.

Um bem contém a possibilidade de ser utilizado ou trocado. Se utilizado, é renunciada a apropriação do seu valor de troca. Se trocado, seu uso é alienado para quem o adquiriu. Uma possibilidade nega e rejeita a outra, mas ambas convivem em potência na mercadoria. A moeda, além de unidade de conta, é meio de pagamento e reserva de valor. O seu emprego, como meio de pagamento na aquisição de bens e serviços, implica a negação da sua conservação como reserva de valor, enquanto preservação da riqueza ao longo do tempo na forma líquida. O raciocínio inverso também é verdadeiro,

quem prefere a liquidez abdica do consumo. Por essa razão, a inflação não é função da quantidade de moeda. Para o bem e para o mal, a quantidade de moeda disponível não implica relação direta com a demanda e a inflação.

Durante o período de ampliação e manutenção da flexibilização monetária, os bancos centrais das maiores economias do mundo lutaram muitas vezes não para conter, mas acelerar uma inflação, que teimava em escorregar para baixo da meta. A liquidez permaneceu empossada em ativos líquidos no mercado financeiro ao invés de se inserir no fluxo capaz de gerar demanda por bens e serviços. A ausência de demanda induzia as autoridades monetárias a ampliarem os estímulos, com redução dos juros e compra de ativos, o que, pelos mecanismos já abordados, promovia a valorização dos ativos financeiros, produzindo um rentismo para juros negativos, auferindo ganhos não pelo fluxo de juros recebidos, mas pela valorização do estoque de riqueza.

A valorização dos ativos financeiros, combinada à baixa expectativa de demanda, estimulou a conservação da riqueza na forma de ativos líquidos, produzindo dissonância entre a evolução dos preços dos ativos financeiros e a atividade econômica.

Após a retração econômica produzida pela pandemia, as principais economias do mundo anunciaram medidas para um novo estágio da gestão da política econômica, pretendendo reduzir os estímulos de flexibilização monetária e, ao mesmo tempo, ampliar diretamente, via política fiscal, o poder aquisitivo e a demanda agregada para retirar seus PIBs da letargia.

O Brasil, na contramão das principais economias do mundo, em meio à pandemia, elevou a taxa de juros e produziu, em 2021, um superávit primário nas contas públicas, constituindo-se o primeiro desde 2013. Conseguiu ser mais realista que o rei. O “mercado”, diga-se o mercado financeiro, esperava uma dívida bruta de 100% do PIB e fechou em apenas 80% do PIB. A dívida líquida alcançou 56,6%, ficando apenas 2% acima de 2019.

As convicções monetaristas, dominantes há décadas no debate econômico, que ainda hoje exercem papel de restringir e apresentar limites ao espectro de políticas públicas possíveis, sofrem, com a prática de mais de uma década de flexibilização monetária sem inflação, o mesmo efeito de demonstração, contrário aos seus argumentos, que a chegada do ser humano à Lua para os terraplanistas.

As possibilidades econômicas das nossas democracias dependem da vontade e capacidade da sociedade de construir uma agenda econômica

pragmática, voltada para suprir ao menos as carências materiais da existência e se libertar da dinâmica de jogos que, ao apostarem o destino das pessoas, produzem alguns poucos vencedores e uma multidão de perdedores, resultando na formação de um imenso exército de miseráveis no planeta.

Referências

BLACK, Fischer; SCHOLES, Miron. The pricing of options and corporate liabilities. *The Journal of Political Economy*, Chicago, v. 81, n. 3, p. 637-654, maio/jun. 1973. Disponível em: https://www.cs.princeton.edu/courses/archive/fall09/cos323/papers/black_scholes73.pdf. Acesso em: nov. 2021.

HULL, John. *Options, futures, and other derivatives*. 9. ed. Toronto: University of Toronto, 2015.

KEYNES, John Maynard. Economic possibilities for our grandchildren (1930). In: KEYNES, John Maynard. *Essays in persuasion*. New York: Harcourt Brace, 1932. p. 358-373.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Saraiva, 1996.

SANTOS, José Carlos de Souza; SILVA, Marcos Eugênio da. *Derivativos e renda fixa, teoria e aplicações ao mercado brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2014.

SAMUELSON, Paul A. Foreword. In: BACHELIER, Louis. *Theory of speculation: the origins of modern finance*. Tradução e comentários de Mark Davis e Alison Etheridge. New Jersey: Princeton University Press, 2006. p. VII-XI.

Sites

<https://www.federalreserve.gov/>.

<https://www.bcb.gov.br/>.

A ECONOMIA POLÍTICA DA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Antônio Corrêa de Lacerda

Os tempos recentes têm sido marcados por uma expressiva volatilidade nos mercados financeiros, a partir do agravamento da crise institucional. O quadro denota a combinação de fatores econômicos, políticos, institucionais e sociais preocupantes. À pressão inflacionária se soma o baixo nível de atividade, mercado de trabalho deteriorado, elevação dos níveis de pobreza e de insegurança alimentar, assim como os efeitos potenciais da crise hídrica e energética.

Embora tenha havido progressos no combate à pandemia de COVID-19, prevalece o risco das novas variantes do vírus. Além disso, há o desafio da imunização da população, ampliação da testagem, além do cumprimento de protocolos mínimos para o enfretamento das novas variantes.

O conjunto de variáveis envolvidas tem reduzido as perspectivas de desempenho da economia brasileira. Embora o resultado positivo do Produto Interno Bruto (PIB) para 2021 já esteja “contratado”, muito em função dos efeitos estatísticos da recessão do ano anterior, fica cada vez mais claro o limite da expansão futura. Os prognósticos de crescimento econômico para 2022 têm sido revistos para baixo, não se afastando até o risco de estagnação e mesmo recessão, a depender, dentre outros fatores, da capacidade de adoção e gestão das medidas de política econômica.

Para além das questões conjunturais gravíssimas, prevalecem, não sem correlação, aspectos estruturais determinantes. Os investimentos, fundamentais para garantir um crescimento robusto e sustentável no longo prazo, permanecem em nível aquém do necessário. A formação bruta de capital fixo, o total das inversões em infraestrutura, construção civil e aquisição de máquinas e equipamentos representam apenas 18% do PIB, um nível muito abaixo da média mundial de 26,7%, e ainda mais distante da média dos países emergentes de 33,2%.

Desse total, no Brasil o investimento público, importante fator contracíclico nas crises, representa apenas 2,4% do PIB, pouco mais da metade da média do período 2012-2014, antes da crise. Tais investimentos são relevantes pelo seu impacto multiplicador na economia, mas também pelo “efeito demonstração” para as inversões privadas.

Já as decisões de investimento privado são motivadas pelas expectativas de crescimento da demanda e das taxas de retorno. Portanto o quadro se retroalimenta em um ciclo vicioso: investimos pouco porque não temos expectativa de crescimento sustentado; e crescemos pouco porque não investimos!

Não há um caminho único nas alternativas de políticas econômicas, ao contrário do que sugere uma análise “senso comum”. Todas as escolhas envolvem, portanto, custos e benefícios, que precisam ser explicitados. Daí a importância de que as possibilidades sejam apresentadas e debatidas no âmbito da sociedade. As alternativas de política econômica são técnicas, mas as escolhas, políticas.

A probabilidade de uma estagnação ou até mesmo uma recessão no Brasil em 2022 é maior do que a de crescimento. Há ausência de vetores que possam impulsionar a economia. A começar pela herança estatística. O ano de 2021 herdou um carregamento (*carry trade*) de 3,6% do ano anterior. Ou seja, 80% do desempenho positivo do ano, previsto em 4,5%, advém desse fator. Para 2022, o efeito estatístico de 2021 será praticamente nulo. Além disso, outros fatores macroeconômicos são adversos: a inflação, a política monetária, o mercado de trabalho e o investimento. A inflação derivada do choque de oferta das matérias-primas produz estragos na cadeia produtiva. A política monetária restritiva, com a elevação dos juros, desestimula o consumo, que há tempos anda em falta, por estimular a poupança dos mais ricos e encarecer as dívidas das famílias e empresas.

O mercado consumidor também tem sido negativamente afetado pelo elevado desemprego em uma acepção mais ampla, considerando os desalentados e os subocupados. O fato é que mais de 30 milhões de pessoas estão fora do mercado de trabalho. A capacidade de compra das pessoas segue limitada, com a elevação do custo de vida e a falta de reajuste de salários e honorários.

A política fiscal segue restringindo o investimento público, que está no menor nível médio histórico e que seria crucial para promover uma medida anticíclica pelo seu potencial efeito multiplicador e de demonstração. O investimento privado, dadas as circunstâncias apontadas, é circunscrito

a algumas atividades ou ações de modernização estritamente necessárias. Nenhum empresário investe porque a mão de obra ficou mais barata ou mediante eventual desoneração tributária. Se há ociosidade na capacidade produtiva, falta perspectiva clara de elevação da demanda. Além disso, variáveis-chaves para decisão, como a taxa de câmbio, por exemplo, não são previsíveis, inviabilizando o cálculo econômico.

As medidas de auxílio social, embora cruciais e necessárias, não serão suficientes para contrapor o cenário traçado. Completa o quadro o efeito das eleições gerais, que tradicionalmente geram muita especulação e volatilidade nos mercados. O aumento da incerteza exige mais clareza por parte dos postulantes aos cargos no Executivo e no Legislativo, especialmente quanto às propostas do que fazer na economia.

Inflação e política monetária

A inflação no Brasil voltou a representar um aspecto relevante para as decisões dos agentes econômicos. Dessa vez, no entanto, esse movimento de elevação de preços não está relacionado ao aumento da demanda, mas a choques de oferta. Primeiro, houve uma disparada nos preços das *commodities* (matérias-primas e grãos, por exemplo), cujos preços são formados no mercado internacional a partir do movimento de demanda física, mas também influenciados pelas posições nos mercados futuros.

Uma das consequências da financeirização observada na economia global nas últimas três décadas foi que as *commodities* também se transformaram em ativos financeiros, na medida em que seja por operações de *hedge*, visando à proteção dos comerciantes, seja por posições especulativas de operadores, formam suas posições. Tornou-se prática mercadológica no Brasil, também em função do longo histórico de inflação, a adoção de critérios de reajuste para contratos envolvendo as relações interempresariais. Em geral, estabelece-se o reajuste dos preços contratados baseados na variação percentual acumulada de um determinado índice de preços, que são baseados na variação observada em uma determinada cesta de consumo média, referenciadas às faixas de renda.

Criado na década de 1940, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o IGP-M é utilizado até hoje como a principal referência para correção de aluguel residencial e comercial e também no cálculo dos reajustes de tarifas como energia, telefonia e transporte público. O IGP-M é composto por

três subíndices: o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), com peso de 60%, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), com peso de 30%, e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), com 10%.

O IPA, que tem maior peso no IGP-M, é muito influenciado pela desvalorização do real, que afeta diretamente os custos de produtos importados, inclusive commodities como soja, no mercado agrícola, ou o minério, na indústria.

A expressiva elevação nos preços das *commodities* no mercado internacional, combinada com a desvalorização cambial, tem gerado significativos aumentos nos preços de insumos e matérias-primas por parte dos fornecedores. Estruturas de mercado de monopólio ou oligopólio também afetam a formação de preços. A situação também tem afetado o abastecimento comprometendo e afetando a cadeia produtiva.

Esses movimentos de preços não são, necessária e imediatamente, refletidos adequadamente em determinados índices de inflação, mesmo aqueles mais usualmente utilizados como parâmetros para fixação de critérios de reajuste de preços interempresariais, públicos e privados. Isso ocorre devido a aspectos metodológicos já mencionados, como a composição e abrangência dos diferentes índices.

O quadro descrito aponta para um potencial desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados, o que afeta diretamente a viabilidade operacional e econômica, comprometendo a normalidade operacional. A situação exige uma repactuação de contratos, de forma a preservar minimamente os valores preestabelecidos, evitando que o desequilíbrio venha a inviabilizar o fornecimento de produtos e/ou a prestação dos serviços.

A indexação ou reajuste automático de contratos, com base em índices de variação da inflação passada, prevalece como herança do nosso período de inflação crônica dos anos 1980 e início dos 1990, gerando fator inercial e propagando a inflação.

Como enfrentar o drama inflacionário é sempre uma questão relevante para nosso futuro, embora haja pressões decorrentes da elevação dos preços das *commodities* (matérias-primas, petróleo e grãos, por exemplo), o que vem impactando mundialmente a economia e representado um desafio ainda mais expressivo para os países emergentes, há o que possa ser feito domesticamente, ao contrário do que se depreende de algumas declarações do ministro da Economia brasileiro:

- a desvalorização do real e a volatilidade da taxa de câmbio é um fator que pode ser enfrentado com uma postura mais proativa do Banco Central. O país conta com nível confortável de reservas cambiais, a situação das contas-correntes do balanço de pagamentos é razoável, o que permite as precondições para atuações no mercado à vista. Da mesma forma, via *swaps* cambiais, pode-se influenciar o mercado futuro;

- os preços administrados, especialmente derivados de petróleo e energia, representam outro foco de pressão sobre a inflação. O governo federal ainda detém o controle da maior empresa na área e pode adotar uma política mais adequada, não só para atender aos interesses dos acionistas da empresa, mas o mercado consumidor;

- os oligopólios ainda mantêm grande capacidade de formação e preços domésticos, o que pode ser combatido com medidas de concorrência, via órgãos competentes;

- o Regime de Metas de Inflação, introduzido em 1999 e em vigor atualmente, tem potencial de melhoria, dadas as demais distorções apontadas nos itens anteriores, especialmente a indexação, que o torna muito rígido.

Diante do problema inflacionário, tem havido aumento da taxa básica de juros (Selic). O Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic de 2% vigente no início de 2021 para 9,25% a.a. em dezembro. Essa prática, por outro lado, revela significativa contradição, uma vez que as pressões inflacionárias decorrem de “choques de oferta” e não excesso de consumo.

Além disso, o aumento do juro básico está elevando custo e as condições de crédito aos tomadores finais, outro fator restritivo da demanda afetando, com mais ênfase, as famílias e as empresas endividadas e aquelas que demandam financiamento.

De qualquer forma, é um equívoco considerar que a subida dos juros e a busca desenfreada de “ajuste” fiscal a qualquer preço vão resolver a questão da inflação. Mesmo porque essas não são políticas e medidas neutras, proporcionando elevados ganhos a alguns, enquanto as causas relevantes da inflação, como as apontadas, seguem incólumes!

A questão da taxa de juros básica no Brasil representa um expressivo paradoxo, especialmente em face da situação em curso: diante da prevalência do Regime de Metas de Inflação e da inoperância de outros instrumentos de combate à inflação, o aumento da Selic se torna uma aparente alternativa única, com custos econômicos e sociais dramáticos.

A pressão inflacionária recente tem “nome e endereço”. O aumento das cotações das matérias-primas, especialmente petróleo e grãos (*commodities*) no mercado internacional, associado à desvalorização do real têm pressionado os preços domésticos dos combustíveis, gás de cozinha e alimentação, dentre outros.

Fatores específicos do nosso mercado, que vão muito além da sempre apontada questão fiscal, também são relevantes: a política de paridade internacional dos preços praticada pela Petrobras, as estruturas de mercado em vários setores oligopolizados e a indexação, são alguns deles.

A contradição presente é que a elevação de juros não irá resolver o problema atual da inflação brasileira, embora produza vários efeitos colaterais adversos. A questão-chave é que a atual pressão inflacionária se caracteriza nitidamente por um choque de oferta e não por excesso de demanda!

Juro alto é um mecanismo clássico de combate às elevações de preço decorrentes de pressão de demanda, o que não é o nosso caso. Nossa situação é exatamente inversa. Há claros sinais de estagflação: inflação em alta, retração industrial crônica, elevada ociosidade da capacidade produtiva, desemprego expressivo e queda na renda.

O aumento dos juros não é neutro, provocando efeitos deletérios, no encarecimento do crédito e financiamento privados e na elevação do custo de rolagem da dívida pública. Isso aprofundará a queda de demanda, afetando negativamente os demais aspectos, com o agravante de que dificultará a situação fiscal do país, assim como das famílias e empresas endividadas. Também favorece as aplicações financeiras em detrimento do investimento produtivo, o contrário do que precisamos.

A questão fiscal-tributária

Nas discussões sobre a reforma tributária, vários aspectos podem agravar as distorções já presentes na estrutura. Uma revisão de incentivos e benefícios sem retorno social é uma medida bem-vinda, pois há uma gama de outras isenções que precisam ser revistas em nome da justiça social e normalização da concorrência, visto que há alguns casos localizados de grande potencial para amenizar os impactos fiscais.

Uma distorção relevante se refere à carga tributária por bases de incidência. Nesse ponto, observa-se um relevante desalinhamento do Brasil em relação à grande parte dos países. Enquanto entre nós há uma participação

da tributação de 18% sobre a renda, de 4% sobre patrimônio de 50% sobre consumo, na média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo dos 36 países mais desenvolvidos, a participação da tributação sobre renda é de 34%, sobre patrimônio é de 5,5% e sobre consumo de 32%. O Brasil tributa muita o consumo e pouco a renda e o patrimônio em relação à média desses países, o que lhe denota um significativo caráter regressivo.

O quadro denota ainda a importância de uma profunda reforma tributária. No entanto, nenhuma das propostas do tema em trâmite no Congresso Nacional ataca os principais problemas. Embora a carga tributária brasileira esteja um pouco abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo dos 36 países mais desenvolvidos, de 34% do Produto Interno Bruto (PIB), observam-se relevantes desalinhamentos levando em conta não apenas a contrapartida dos serviços prestados.

A questão é que a carga tributária muito concentrada em impostos indiretos, sobre consumo, além de regressiva, afeta negativamente a capacidade de consumo das famílias de classe baixa e média de renda, reduzindo a capacidade de demanda e agravando a desigualdade. Isso restringe a demanda agregada, reduzindo o potencial de crescimento e de desenvolvimento econômico, principalmente nas diferentes regiões do país, dados os seus desequilíbrios.

Assim, o sistema tributário brasileiro, além de complexo e ineficiente, é também regressivo. A alegada simplificação dos impostos indiretos presentes nas propostas em trâmite no Congresso Nacional, embora possa corrigir parcialmente uma das distorções, é insuficiente para reverter a enorme distorção presente na tributação progressiva. Trata-se de uma questão de justiça social, mas também de distribuição de renda, fundamental para propiciar melhores condições de expansão do mercado.

A carga tributária muito concentrada em impostos sobre consumo, incidindo, sobretudo, de forma indireta, sobre o que afeta direta e negativamente a capacidade de consumo das famílias de classe baixa e média de renda, reduzindo significativamente a capacidade de demanda e agravando a desigualdade. Logo, em um país onde grande parte da população percebe um baixo rendimento mensal, essa elevada carga tributária sobre consumo e sobre produção restringe a demanda agregada, reduzindo o potencial de crescimento e de desenvolvimento econômico, principalmente nas diferentes regiões do país.

Em nível geral, a carga tributária brasileira proporcionalmente ao Produto Interno Bruto (PIB) está um pouco abaixo da média dos países da OCDE, embora elevada comparativamente a países de renda média equivalente. Outra questão relevante que se coloca no caso do Brasil diz respeito à contrapartida oferecida pelo Estado aos contribuintes. Na maioria dos países citados, o Estado proporciona uma boa base de serviços, educação, segurança, saúde, infraestrutura em geral.

Sob o ponto de vista da competitividade, a elevada complexidade e tempo para apuração de impostos gera um elevado custo adicional para as empresas brasileiras. Insegurança jurídica com as constantes alterações nas leis também dificulta o planejamento econômico e os investimentos.

As tratativas para adoção de uma alíquota mínima de imposto global estão avançando. Propõe-se a adoção de um imposto mínimo sobre os lucros, conforme articulado no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômica (OCDE).

A tributação em debate terá impacto significativo especialmente para aqueles países que praticam a chamada guerra fiscal, com a adoção dos paraísos tributários, a isenção parcial ou total de impostos no intuito de atrair investimentos das empresas na instalação de suas sedes. Outra questão análoga diz respeito à tributação de transações digitais, com impactos especialmente sobre gigantes da área como Google, Apple, Facebook e Amazon, dentre outras.

A discussão em si não é nova, mas enfrentava resistência nos EUA na gestão Donald Trump, agora superada na era Biden; já na União Europeia construiu-se um relativo consenso entre os países membros em prol da proposta. A adesão da China à causa também foi relevante e o ponto de partida para um acordo mais amplo se deu a partir da reunião do G7, ocorrida no início de junho de 2022. Se aprovadas, as regras valerão a partir de 2023.

A reforma da tributação sobre empresas transnacionais pressupõe duas etapas: a primeira equivale a uma realocação de uma parcela do lucro pago pelas empresas aos chamados “países de mercado”, que são aqueles nos quais efetivamente elas desenvolvem suas atividades. Assim, a tributação deixará de ocorrer somente nos países onde se localizam as sedes das empresas. Já a segunda etapa implica a adoção de uma tributação com alíquota de, pelo menos, 15% sobre os lucros.

Ambas as etapas combinadas têm como objetivo inviabilizar ou pelo menos dificultar a prática de transferências fictícias de sedes de empresas para países que praticam tributação muito baixa, ou até mesmo nula de lucros.

Para o Brasil, que adota em geral alíquotas de impostos mais elevadas do que o mínimo proposto, não há diretamente um impacto. O imposto de renda sobre as pessoas jurídicas é de 34%, embora se tribute a distribuição de lucros e dividendos, o que a reforma tributária que o Governo Federal em abril/2022 propõe alterar.

O país, assim como os demais que vinham eventualmente perdendo investimentos para outros que praticam a guerra fiscal, será, em tese, favorecido na disputa. Uma questão paralela relevante é a tributação presente em exceções, como alguns segmentos da Zona Franca de Manaus (ZFM), principalmente quanto às brechas presentes na legislação que têm dado margem a práticas de planejamento e elisão fiscal, as quais só distorcem a concorrência, sem gerar retorno social. Isso vem ocorrendo na atividade de fabricação de concentrados na ZFM, por exemplo.

Grandes empresas multinacionais do setor de bebidas têm se apropriado, de forma abusiva e anticoncorrencial, de incentivos e créditos tributários para terem maiores ganhos competitivos e margens de lucro, por meio da prática do superfaturamento na venda dos concentrados de refrigerantes, de forma a aumentar artificialmente incentivos tributários.

Tais práticas montam um contencioso total de R\$ 20 bilhões no Brasil, além de mais US\$ 5 bilhões nos EUA. São exemplos para os quais a pressão internacional, pela contenção de brechas e uniformização da tributação, pode representar importante limitação.

Sob o ponto de vista fiscal mais amplo, caberia rever algumas regras que nos têm gerado enormes restrições. É o caso da Emenda Constitucional 95 (EC95), a chamada “lei do teto de gastos” que traz vícios de origem significativos. O primeiro, presente na Exposição de Motivos que a encaminhou para votação no Congresso Nacional, é o de equiparar o Orçamento Público ao orçamento doméstico. O argumento é que, assim como as empresas e famílias diminuem seus gastos diante da crise, o Estado deveria agir da mesma forma. Nada mais equivocado, pois o Estado, além de ter responsabilidades que lhe são conferidas pela Constituição Nacional, detém o monopólio da emissão monetária e de dívida pública, diferentemente dos entes privados.

O segundo ponto relevante está na visão igualmente equivocada de que o “ajuste fiscal” a qualquer preço pode, por si só, reverter expectativas negativas e criar um clima de confiança, que teria o condão de retomar a atividade econômica e os investimentos. O fato é que ninguém investiria ou

contrataria mais funcionários somente com a percepção de equilíbrio fiscal. O investimento e a atividade respondem às expectativas de crescimento econômico e de rentabilidade.

Um terceiro problema consiste em considerar *a priori* todo gasto público como negativo. Uma parcela dos gastos públicos se refere aos investimentos em infraestrutura e programas sociais. Ao colocar todos esses elementos no mesmo critério de contenção, provoca-se uma restrição descabida da atuação do Estado no enfrentamento dos seus problemas econômicos e sociais⁵⁵.

Portanto, reverter a EC95 se mostra crucial para viabilizar uma ação mais proativa do Estado. O enfrentamento da pandemia tem pressionado os gastos públicos, assim como a recessão também tem afetado negativamente a receita pública. Tem-se aumentada a pressão pela reversão da EC95, em vigor desde a sua aprovação no final de 2016, e que mantém em termos reais as despesas públicas pelos próximos vinte anos. A discussão é pertinente. Não é possível limitar a expansão de todos os gastos públicos e por um período tão longo, especialmente em um país com os desequilíbrios regionais e de renda, além de carências, de ordem social e de infraestrutura.

Alternativas para o desenvolvimento

A fragilidade do quadro econômico e social brasileiro está a exigir um conjunto de medidas para enfrentar o problema social, mas também, e ao mesmo tempo, fomentar a atividade econômica. Isso implica uma nova rodada urgente de pagamento de uma renda básica. Torna-se também crucial a implementação de medidas de socorro aos pequenos negócios, que em geral têm menos resiliência do que as grandes empresas para sobreviver em um ambiente inóspito.

Especialmente nas grandes cidades, mas não apenas, a degradação é evidente. Há um claro aumento da população em situação de rua, assim como o fechamento de lojas, prestadores de serviços, bares e restaurantes e muitas outras atividades que não estão conseguindo fazer frente ao desafio da longa retração provocada pelas restrições da pandemia e pela crise econômica.

Iniciativas como o pagamento de renda básica, ampliação de crédito em condições favoráveis aos empreendedores e outras políticas a serem

⁵⁵ LACERDA, Antônio Corrêa de (org.). *O mito da austeridade*. São Paulo: Contracorrente, 2019.

adotadas têm inegavelmente um impacto fiscal. No entanto, isso não pode servir de argumento para sua não realização. Além da situação política e socialmente insustentável, há também o impacto econômico decorrente. A inércia leva, inexoravelmente, a um agravamento da crise, com consequências diretas sobre a queda da atividade e, dessa forma, da arrecadação tributária. É o caso típico do “tiro que sai pela culatra”. Ao contrário do que poderia sugerir o senso comum, restringir gastos sociais também compromete o equilíbrio intertemporal das contas públicas.

Também se torna interessante observar mundo afora a ação do Estado para fazer frente aos grandes desafios impostos. Trata-se, por exemplo, do caso dos EUA. Depois de ter aprovado um pacote social da ordem de US\$ 1,9 trilhão, foi anunciado, no primeiro ano do seu governo, pelo presidente Biden, o “Plano de Emprego Americano”. O programa prevê investimentos em infraestrutura de US\$ 2,25 trilhões, contemplando a economia verde em áreas como residencial, de transportes e de mobilidade urbana em geral, dentre outras. Alguns dos programas em implementação na economia norte-americana, alguns dos quais previamente já anunciados na sua campanha, têm como objetivo promover a compra de produtos de origem local.

O *Buy American Act* não é propriamente novo. Já fora implementado em vários outros governos, tanto de republicanos quanto de democratas. O programa tem um impacto econômico expressivo. São cerca de US\$ 400 bilhões em compras do Governo Federal, montante que pode ser significativamente ampliado para alguns trilhões se vier acompanhado de investimentos voltados para combater os efeitos da crise e da Pandemia do Coronavírus. Uma vez adotado, terá impactos significativos, considerando seu efeito multiplicador para a atividade econômica como um todo e a geração de empregos.

A iniciativa é acompanhada de perto pelos parceiros comerciais dos EUA, pois, na prática, poderá significar restrições de acesso ao mercado por parte de exportadores. Na verdade, embora haja limitações de restrição de mercados anteriormente assumidos pelos norte-americanos junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), sempre há brechas para adoção de alguma forma de protecionismo.

Proteger mercados domésticos, exigir conteúdo nacional e outras medidas de cunho protecionista podem parecer uma contradição para um país tido como liberal do ponto de vista econômico. No entanto, sempre houve uma enorme distância entre o discurso liberalizante e a prática intervencionista.

Alexander Hamilton, primeiro secretário do tesouro norte-americano (1789-1795), foi um dos principais formuladores de políticas protecionistas de estímulo de desenvolvimento da indústria manufatureira nos EUA. Seu trabalho *Reports of the secretary of the treasury on the subject of manufactures* (1791) trouxe muitos conceitos e análises defendendo a proteção da indústria nascente, posteriormente aprofundados por Friedrich List (1789-1846), especialmente no seu livro *The national system of political economy* (1841).

A partir desses princípios, com idas e vindas políticas e econômicas, as políticas públicas norte-americanas jamais deixaram de fazer uso de instrumentos de fomento para viabilizar e desenvolver a sua indústria, em um conceito mais amplo, integrada à agricultura e aos serviços. Toda essa experiência de desenvolvimento, tanto dos EUA quanto de muitos países, hoje dentre os mais ricos, está fartamente documentada. Não se trata de sugerir imitar a sua trajetória, mas de levar em conta mais a prática do que o discurso no tocante às decisões de políticas a serem adotadas.

A Europa também anunciou plano de incentivo à economia no valor de 750 bilhões de Euros, acompanhada de uma proposta de orçamento de longo prazo para o período 2021-2027, que abrange a oferta de crédito a custos competitivos para empresas e pessoas físicas. A China tem longa tradição de adoção de medidas anticíclicas, mediante perspectiva de diminuição da demanda efetiva.

Essa ação de coordenação de políticas e medidas adotadas por vários países denota o esforço concentrado tanto em combater a crise decorrente da Pandemia, como em também empreender uma clara estratégia de desenvolvimento. Eles estão corretamente conduzindo um diagnóstico de debilidades e lacunas nos vários campos do social e de infraestrutura, para fomentar e induzir o crescimento em bases sustentáveis, envolvendo, dentre outras questões, a energia renovável. Subsidiária e complementarmente, também se destaca o esforço na ampliação da competitividade sistêmica, a melhora do “ambiente” de negócios.

Outro traço comum das ações em curso é a combinação da coordenação e atuação indissociável do Estado com o setor privado. Seria um equívoco atribuir essa responsabilidade somente a um deles. Ambos exercem papel relevante para superar a crise. Mas a iniciativa deve ser necessariamente do Estado, uma vez que o investimento público é determinante no processo. Dado o seu efeito multiplicador e de “demonstração”, ele estimula o setor

privado a também fazê-lo, sinalizando futuro crescimento da demanda e um efeito positivo retroalimentado.

A grande lição para o Brasil é a de que não se deve abrir mão dos próprios interesses em prol de uma aparente modernidade, sobretudo pelo fato de sermos uma nação com enormes desafios pela frente, cujas debilidades se agravaram durante a pandemia.

É preciso conduzir as políticas de desenvolvimento com foco nas oportunidades a serem geradas. Uma eventual abertura comercial deve levar em conta o desafio de reverter a desindustrialização em curso. Para além da reversão do retrocesso na área, faz-se imprescindível integrar, de outra forma, nossa atividade produtiva aos preceitos da indústria 4.0, da nanotecnologia, da internet das coisas e da tecnologia 5G. São enormes desafios, mas o Brasil conta com, além da sua tradição industrial, economias de escala e de escopo para enfrentá-los.

Isso, no entanto, não ocorrerá de forma automática, apenas contando com as forças do mercado, embora essas devam fazer parte, obviamente, da estratégia. É preciso um claro projeto de desenvolvimento, no qual estejam explícitos os papéis tanto das unidades federativas, quanto das empresas, dos trabalhadores, assim como dos institutos de pesquisa e sua relação com a universidade. Especialmente no que se refere ao papel a ser desempenhado pelo investimento direto estrangeiro (IDE), trata-se obviamente de questão relevante. O IDE representa todo ingresso de recursos advindos do exterior para instalação ou aquisição de empresas, caracterizando uma relação direta com a gestão da atividade. Nos vinte e cinco anos entre 1995 e 2020, o Brasil se manteve entre os principais países receptores de IDE no mundo.

Apesar desse desempenho relativamente positivo, ainda nos falta uma estratégia mais clara no relacionamento com os potenciais investidores internacionais, assim como com as empresas transnacionais já em operação no mercado doméstico. Dois aspectos se destacam nessa pauta: o primeiro, internacional, diz respeito ao fato de que tem crescido a disputa de novos projetos entre os vários mercados, uma vez que os efeitos da Pandemia de COVID-19 provocaram uma queda de 33% nos fluxos globais de investimentos estrangeiros em relação ao ano anterior; o segundo, é que a economia brasileira tem perdido espaço nas cadeias globais de valor pela saída de empresas que mantinham operações no Brasil.

No Brasil duas características têm marcado o IDE ingressante. Uma primeira, não exclusivamente local, é a predominância dos fluxos voltados

para aquisição de empresas já existentes. Ou seja, não se trata de investimento novo propriamente dito, mas de transferência de capital doméstico para internacional, sempre com implicações. A segunda observação se refere à predominância dos investimentos sem vocação exportadora, voltados para o atendimento do mercado doméstico.

Foi criada em 2021, no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar em Apoio aos Investimentos Estrangeiros para o Brasil (Frente Investe Brasil), cujo objetivo é articular as condições para incentivar o ingresso dessa modalidade. Trata-se de iniciativa válida, tendo vista a relevância do tema. A grande maioria dos países mundo afora conta com agências nacionais e regionais de promoção de investimentos, as quais visam a prospectar e atrair a parcela mais interessante dos investimentos estrangeiros. No Brasil, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos — Apex Brasil (antiga Apex) — tem essas atribuições. Outros órgãos governamentais também têm interação no assunto, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Vale a pena desmistificar o papel do investimento estrangeiro no desenvolvimento dos países. Na verdade, o IDE não é o vilão apontado por alguns, nem tampouco a panaceia apresentada por outros. Ao mesmo tempo em que gera externalidades positivas, embora não automáticas, também provoca impactos na estrutura produtiva e de distribuição, assim como no balanço de divisas. O IDE, embora de relevância crescente a partir da globalização especialmente pós-década de 1990, tem papel apenas marginal no total do investimento realizado pela maioria dos países, representando, na média, algo próximo de 10%. Mesmo na China não representa mais do que 15% da formação bruta de capital fixo. Portanto, não se pode esperar do capital estrangeiro o protagonismo dos investimentos totais. Todas as experiências internacionais analisadas apontam para um papel dessa modalidade relevante qualitativamente, tendo em vista sua integração às cadeias de valor, mas o vetor principal das inversões está na atividade doméstica!

A inserção internacional brasileira, sob o ponto de vista comercial, tecnológico e produtivo, passa por um aprimoramento da regulamentação e das políticas de relacionamento com as empresas transnacionais, tanto as já em operação, como aquelas potenciais investidoras no Brasil — algo que requer a combinação de ações governamentais, mas também da iniciativa privada.

Considerações finais: a possibilidade da reindustrialização para o desenvolvimento

A combinação no enfoque da economia, acrescida do social e do ambiental é um pressuposto fundamental da sustentabilidade. No Brasil, às debilidades estruturais, como desigualdade, falta de moradia, de saneamento básico e de acesso à água tratada, somam-se as dificuldades da conjuntura. A vulnerabilidade e insegurança alimentar crescem.

A persistente crise econômica tem tornado crucial o apoio às populações em meio à Pandemia, muitas das quais desempregadas ou impedidas de exercer sua atividade. Para além da medida de amparo social, tendo em vista o aprofundamento e extensão da crise, outras medidas se tornam cruciais para o seu enfrentamento. Note-se que muitos países têm adotado programas de fomento às atividades e à infraestrutura como forma de estimular a retomada da demanda efetiva, portanto, da renda, do emprego e da arrecadação tributária.

A pandemia de Coronavírus tem provocado um processo espontâneo de reconversão da indústria para a fabricação de itens necessários para o seu enfrentamento. É diante desse desafio que várias empresas vêm respondendo socialmente, com sucesso, com a transformação de suas plantas para a produção de respiradores e outros equipamentos médicos relevantes. Por outro lado, a crise sanitária também tem nos revelado uma das faces mais trágicas da desindustrialização, que é a extrema dependência de equipamentos médicos, mesmo aqueles mais simples, de proteção individual dos profissionais da saúde, como máscaras, luvas, gorros, etc., além da própria população.

Na lógica globalista das cadeias internacionais de valor, países como a China se tornaram as “fábricas do mundo”. Muitos países, como infelizmente o Brasil, restringiram-se ao conforto de se colocarem como fornecedores de matérias-primas e alimentos não processados (*commodities*) e criaram excessiva dependência de importação de produtos industrializados.

Afora as consequências perversas da desindustrialização, a saber, a perda de empregos de qualidade, a vulnerabilização das contas externas, a queda de arrecadação tributária em meio à atual crise, um fator adicional se mostra mais evidente: a questão da segurança no fornecimento. Além dos itens já mencionados, outros setores relevantes também dependem forte-

mente de insumos importados, como é o caso dos eletrônicos, máquinas e equipamentos, e os químicos-fármacos, para citar os mais gritantes. Reverter o processo de desindustrialização, promover a reconversão da produção para as necessidades mais prementes e reconstruir nossa capacidade técnica representa ao mesmo tempo um enorme desafio, mas também uma oportunidade a ser aproveitada.

Registrem-se dois pontos fundamentais de saída: a) o Brasil, apesar do processo descrito, ainda detém o maior parque industrial da América Latina, o que nos coloca estratégica e geopoliticamente bem-posicionados; b) industrializar não é para quem quer, mas para quem pode. O Brasil detém economia de escala e de escopo para a reconstrução. Isso, no entanto, não se dará de forma automática, apenas pela decisão das empresas. É preciso construir um ambiente de políticas macroeconômicas e de competitividade para fomentar o processo. As boas experiências internacionais e mesmo a nossa pregressa nos dão boas indicações dos caminhos a serem seguidos.

Destaque-se que houve, na gestão da atual equipe econômica, de visão predominantemente de cunho liberal, a junção de quatro antigos ministérios (Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio Exterior e Trabalho e Emprego) em um único Ministério da Economia. Se, por um lado, houve a vantagem de ter tudo sob o “mesmo chapéu”, a agrupação realizada tem se mostrado inoperante para a dimensão do desafio que se apresenta. Faltam estratégias e interlocutores nas várias áreas.

Os bancos públicos, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), têm sido atrofiados na ideia do “Estado Mínimo”, mas ainda têm um papel relevante a desempenhar para o financiamento de longo prazo e a taxas de juros minimamente compatíveis com a rentabilidade esperada dos projetos. Por outro lado, o excelente corpo técnico permanente dessas instituições, assim como da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (Ipea), dentre outras, pode ajudar muito com o seu *know how*. Será também imprescindível mobilizar o setor privado por meio de empresas líderes e associações, muitas das quais já têm um diagnóstico claro a partir do qual se poderá construir um plano estratégico de reconstrução da indústria brasileira. A favorecer nossa ação está o histórico de reação brasileira às crises. As grandes transformações se deram em resposta a elas!

Referências

LACERDA, Antônio Corrêa de (org.). *Celso Furtado, 100 anos: pensamento e ação*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

LACERDA, Antônio Corrêa de (org.). *O mito da austeridade*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

LACERDA, Antônio Corrêa de. *Desnacionalização: mitos, riscos e desafios*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

LACERDA, Antônio Corrêa de (org.). *Reindustrialização para o desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Contracorrente, 2022.

NEOLIBERALISMO COMO FACE DE UMA NOVA FORMA DE IMPERIALISMO NO BRASIL E AMÉRICA LATINA

Rubens R. Sawaya

Mariel Liberato Bastos

Este artigo tem como objetivo discutir o neoliberalismo como uma forma de controle do grande capital transnacional (TNC) sobre os países periféricos da América Latina, principalmente o Brasil, ao atuar por dentro dos aparelhos de Estado nacionais. Busca entender em que medida essa nova forma de controle “por dentro” se constitui como um novo imperialismo que atua para a implantação das políticas neoliberais desde dentro de cada país.

No após 2ª Guerra Mundial, o grande capital transnacional se internacionaliza e ocupa os espaços de acumulação na América Latina, via investimento direto (IDE). Dessa forma, enraíza-se na estrutura produtiva dos países. As políticas de liberalização dos anos 1990 abrem uma nova fase de reestruturação global das TNCs com impactos sobre a periferia, que havia podido se inserir de forma dependente e subordinada ao movimento do capital desde o pós-guerra⁵⁶. Argumenta-se que, embora a forma do imperialismo clássico nesse movimento histórico tenha se modificado, seu conteúdo permanece: a “partilha do mundo” pelo grande capital, agora transnacional. O resultado desse processo é a subordinação estrutural dessas periferias às TNCs que se enraízam em suas estruturas produtivas, bem como na estrutura política pela aliança ou composição com as frações de classe locais ou mesmo constituindo essas frações de classe, movimento necessário para garantir o controle e sua expansão por dentro da estrutura política e econômica periférica.

O neoliberalismo que toma corpo nos anos 1990, como consequência desse poder das grandes TNCs que adentram nas estruturas de Estado e em

⁵⁶ SAWAYA, Rubens. *Subordinated development: transnational capital in the process of accumulation of Latin America and Brazil*. Leiden, NL: Brill Academic Publishers, 2018.

sua burocracia, garante a implantação das políticas de liberalização comercial e financeira e de desmantelamento da estrutura produtiva do próprio Estado, pelas privatizações, bem como coloca em xeque as políticas sociais e a estrutura legal que organizava as relações de trabalho.

O Brasil constituiu sua estrutura econômica nos anos 1950 por meio de políticas de Estado. Nesse processo, o capital, à época multinacional, ocupou os setores industriais de média e alta tecnologia, setores que definem a dinâmica e controlam as cadeias de valor para trás e para frente. O capital nacional participou desse processo de forma subalterna como sócio menor, ao localizar-se nas partes menos nobres das cadeias dependentes de tecnologia importada. Assim, a grande TNC nasce nos nódulos de controle da estrutura produtiva. Por isso, disputa o poder dentro do Estado em aliança ou não com frações de classe locais.

Com as políticas neoliberais dos anos 1990 no Brasil, o capital transnacional, em seu processo de reestruturação de suas cadeias de valor no mundo, não apenas se fortaleceu internamente, como destruiu parte da estrutura industrial que havia sido criada no país ao longo das décadas de 1950–1970. São as mesmas políticas que defendem as reformas trabalhista, previdenciária, tributária e o fim das políticas sociais. O neoliberalismo resulta da aliança com as frações de classe internas, estruturalmente subordinadas.

Nos anos de 2000 até 2016, há uma ligeira reversão nesse processo. Grandes grupos econômicos nacionais ganham importância, principalmente na indústria de engenharia ligada à cadeia do petróleo puxada pela Petrobras, bem como à infraestrutura. Também se fortalece uma nova cadeia de alimentos, principalmente produtores de carnes *in natura*. Esse crescimento se deu em setores não ocupados pela TNC. Serão eles, justamente, os que estarão sob fogo cruzado e, após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, que marca o retorno radical às políticas neoliberais, serão desmantelados ou privatizados. O poder do capital transnacional na estrutura econômica brasileira integrada às frações de classe internas, em conjunto, realizam enorme pressão política para controlar esses setores (petróleo e construção pesada) ou impedi-los de ter algum protagonismo internacional (carnes e construção pesada).

O artigo está dividido em partes. Na primeira, demonstra o que caracteriza o imperialismo clássico para, na segunda parte, mostrar como ele se modifica em sua forma de ação materializada nas políticas neoliberais dos anos 1980 no mundo, as quais abriram espaço para a grande TNC reestru-

turar suas cadeias de valor globais. Na terceira parte, demonstra como o neoliberalismo, constituído como aliança de classes, atua sobre a estrutura econômica brasileira a partir dos anos 1990, por dentro do Estado nacional.

Do Imperialismo clássico ao Imperialismo “desde dentro”

O conceito de imperialismo “desde dentro” visa a apontar como o imperialismo clássico se transforma com o processo de acumulação de capital mundial, modificando a forma de controle do capital sobre o mundo. O capitalismo continua sendo caracterizado pelo “domínio de grandes grupos monopolistas” sobre o mundo, como afirmava Lênin⁵⁷. Esse é seu conteúdo, que continua sendo a “partilha do mundo” pelo grande capital, agora transnacional, mas sua *forma* se altera. O conceito “imperialismo desde dentro” busca ressaltar que esse poder sobre o mundo passou a ser, cada vez mais, exercido por dentro do Estado, nos países em que as TNCs distribuem suas estruturas produtivas, financeiras e de comercialização.

Com a internacionalização do capital, que ocorreu no pós-2ª Guerra mundial, e a reestruturação produtiva que toma lugar nos anos 1990, a partilha do mundo deixa de ser predominantemente entre Estados, como política de Estado, para se tornar uma partilha entre os capitais transnacionais que ocupam os espaços globais. Não superam os Estados nacionais, ao contrário, precisam adentrar em seus aparelhos, compor sua burocracia, para exercer seu poder de comando “desde dentro”, influenciar as estratégias e as políticas econômicas em cada local em seu favor. Buscam constituir alianças com as frações de classe locais, tomam aparência de um agente nacional (em cada lugar) e atuam sobre a política interna por dentro. O neoliberalismo é a ideologia que precisa adentrar nos aparelhos de Estado para materializar-se em políticas concretas que permitem o movimento estratégico do capital transnacional no mundo.

O imperialismo “clássico” parte das contradições internas do processo de reprodução ampliada do capital expostas em Marx, que obrigam cada capital individual a buscar novos espaços de acumulação no mundo. Lênin (1987) relaciona o imperialismo ao movimento expansivo do capital, assim como Rosa Luxemburg (1983)⁵⁸, aos processos de concentração e centralização (capital monopolista) nos países centrais, onde a reprodução ampliada atingiu seus limites diante das contradições que cria pela super-

⁵⁷ LÊNIN, Vladimir Ilich. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1987. p. 81.

⁵⁸ LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação de capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

produção e superacumulação. Lênin enfatiza tratar-se do movimento de grandes corporações, aliança simbiótica entre capital produtivo e bancário, atuando como capital financeiro — que hoje, em um sentido mais amplo, denomina-se “corporação financeirizada”⁵⁹ — que “torna essa superioridade de um punhado de enormes empresas ainda mais esmagadora”⁶⁰. Para ele, é o capital monopolista que organiza a acumulação de capital sob a lógica do capital financeiro e que ocupa os espaços relevantes para acumulação no mundo, em aliança com seu Estado de origem. Imperialismo é o resultado de esse capital centralizado não encontrar espaço de acumulação em seu país de origem e, por isso, caracteriza-se pela exportação de “capitais para o estrangeiro, para os países subdesenvolvidos [o que] resulta da maturidade do capitalismo em certos países [...]”⁶¹.

Lênin trata do imperialismo focado na exportação de bens de capital e bens de consumo pelo grande capital monopolista a partir dos países centrais. Luxemburg dá ênfase aos problemas de realização interna do valor entre os departamentos de bens de capital e bens de consumo. Ambos, por conta do momento histórico, fundamentam suas análises nos problemas de realização nos países do centro do capitalismo. Como afirma Lênin, “a exportação de capitais torna-se meio de fomentar a exportação de mercadorias”⁶².

Antes de mais, os grupos de monopólios capitalistas-cartéis, sindicatos, trustes, partilhavam o mercado interno entre si [...]. Porém, em regime capitalista, o mercado interno interliga-se ao externo. Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E, à medida que aumentava as exportações de capitais e se ampliavam, por todas as formas, as relações com o estrangeiro, [...] assim com as ‘zonas de influência’ dos maiores grupos monopolistas, as coisas caminharam naturalmente para um acordo universal entre estes últimos, para a formação de cartéis internacionais. Este novo grau de concentração [centralização], à escala de todo o mundo, do capital e da produção, é infinitamente mais elevado do que o de períodos anteriores⁶³.

O processo de expansão do capital, em seu movimento de ocupação dos espaços no mundo, ocorre por meio da relação simbiótica entre as

⁵⁹ CHESNAIS, François. *Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump*. Leiden, NL: Brill Academic Publishers, 2016. p. 108-109.

⁶⁰ LÊNIN, 1987, p. 17.

⁶¹ *Ibidem*, p. 61.

⁶² *Ibidem*, p. 63-64.

⁶³ *Ibidem*, p. 66.

grandes corporações e seus Estados de origem: “os monopólios privados e os monopólios de Estado, se interpenetram, não sendo mais do que elos da luta imperialista entre os maiores monopólios pela partilha do mundo”⁶⁴. A política colonial, a ocupação de “territórios desocupados do [...] planeta” é o que caracteriza esse imperialismo: “fase do desenvolvimento capitalista”⁶⁵.

Tanto Luxemburg — que publica *A acumulação de capital* em 1912 — como Lênin — que publica *Imperialismo, fase superior do capitalismo* em 1917 — tinham como pano de fundo a Primeira Guerra Mundial entre as potências centrais (Estados), “em simbiose com seus grandes capitais em processo de ocupação e partilha do mundo”⁶⁶. “O que constitui a própria essência do imperialismo é a rivalidade entre grandes potências com vista à hegemonia [...] para enfraquecer o adversário”⁶⁷.

A lógica imperialista descrita, apesar de sua atualidade em termos de “conteúdo”, tinha a sua “forma” fundada na “rivalidade entre potências”, Estados em busca de controle sobre espaços de acumulação em conjunto com seus capitais nacionais. O poder político e militar na relação entre Estados estava no centro do imperialismo, uma relação entre Estados. Não é por outra razão que o processo desemboca em guerra.

O processo descrito ocorreu e ainda ocorre, mas modifica-se em sua *forma*. Hoje o capital é muito mais transnacionalizado⁶⁸. O controle sobre o capital centralizado é cada vez mais difuso, uma vez que não está em apenas um Estado, nem produtivamente, nem em termos de propriedade. Por exemplo, os capitais dos EUA e da Europa estão na China coligados em diversas formas de propriedade, contratos, terceirização. Mesmo assim, como afirmava Lênin, os grandes capitais transnacionais se organizam em torno de um “acordo universal entre estes [grupos monopólicos]”, acordos que hoje se materializam em instituições supranacionais (*World Economic Forum, Bildeberg Conference, Trilateral Comission, International Chamber of Commerce*)⁶⁹, que não estão sob controle de um Estado, mas das grandes corporações que usam essas instituições na definição de políticas e na criação da ideologia neoliberal que adentra nos aparelhos de Estado.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 71.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 77.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 80.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 90.

⁶⁸ SKLAIR, Leslie. *The transnational capitalist class*. Malden, USA/Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2001.

⁶⁹ CARROLL, William. *The making of capitalist class: corporate power in the twenty-first Century*. London/New York: Zed Books, 2010. p. 40.

O processo de internacionalização de capital do final do século XIX e início do século XX, foco das análises de Luxemburg e Lênin, era dominado pela lógica da exportação de excedentes de capitais e mercadorias dos países do centro para a periferia (realização do valor criado), bem como pelo controle sobre matérias-primas dos países periféricos. A partir da 2ª Guerra Mundial, as corporações passam por amplo processo de internacionalização produtiva por meio de investimentos diretos (IDE) do centro na periferia e entre os países do próprio centro. Espalham filiais de grandes grupos multinacionais nos espaços relevantes para a acumulação de capital em escala mundial. Por meio desse movimento, cria-se a estrutura industrial da América Latina e do Brasil.

Esse processo no pós-guerra ainda podia ser encaixado na forma do imperialismo de Lênin. Resultava da ação simbiótica entre a grande corporação de determinado país ligada a seu Estado. Até a década de 1970/80, essa ligação entre a corporação e o Estado ainda era clara e, por isso, podia-se chamar esse capital de “multinacional”⁷⁰. Essa relação estava próxima à lógica imperialista de Lênin, mesmo não se tratando de relações predominantemente comerciais ou fundadas no interesse exclusivo de matérias-primas. O grande capital multinacional que se instala no Brasil tem por objetivo ocupar o mercado brasileiro e da América do Sul, ou “exportar desde dentro”. Era resultado do processo denominado “internacionalização de capital”⁷¹, que consiste na instalação de filiais de grandes corporações dos países centrais na periferia. As grandes corporações tornam-se parte integrante da estrutura produtiva da periferia relevante.

Imperialismo “desde dentro”: o neoliberalismo como forma de ação

A partir das políticas neoliberais da década de 1980, demarcadas pelo “Consenso de Washington”, que tomam corpo na década de 1990, a *forma* do movimento do capital no mundo se modifica, não seu *conteúdo*. A estratégia de ocupação (a partilha) dos espaços globais pelas grandes corporações e sua relação com os Estados nacionais se modifica, bem como o lugar dos Estados nos próprios países centrais. Os Estados periféricos, como os latino-americanos, continuarão subordinados, relativamente sem “independência política”, como já apontava Lênin⁷², apesar de formalmente independentes. As formas de controle pelas TNCs sobre eles se modificam.

⁷⁰ HIRST, Paulo; THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 29.

⁷¹ PALLOIX, Claude. *A economia mundial capitalista: I – A fase da concorrência; II – A fase do monopólio*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

⁷² LÊNIN, 1987, p. 81.

As políticas de privatização, liberação de fluxos comerciais e financeiros, supressão das políticas sociais e flexibilização do trabalho, são defendidas pelas instituições supranacionais antes mencionadas. Essas políticas têm a função modificar a forma de ação dos Estados, por dentro deles, suas estratégias de política econômica nacional, a fim de permitir o processo de centralização global do capital que toma corpo nos anos 1990⁷³. A ideia de Estados desenvolvimentistas é criminalizada em defesa do novo institucionalismo de Douglass North⁷⁴. O Estado deve apenas garantir contratos e a propriedade privada a fim de aplainar o terreno para que o investimento privado ocorra “livremente”.

Ao longo da década de 1990, sob a hegemonia neoliberal, modifica-se a estrutura de propriedade e controle do capital que, de multinacional, se torna transnacional⁷⁵. Processos de fusões, aquisições e *joint-ventures* entre as grandes corporações em seus movimentos de IDE (Unctad, 2000) — entre os próprios países do centro — fortalecem a forma de “capital financeiro” constituído como grandes *holdings* globais⁷⁶, aparentemente sem pátria, embora com controle centralizado nos países que compõem o espaço da Tríade (EUA, Europa e Ásia), sob as asas desses Estados. Empresas norte-americanas se fundem, compram ou realizam parcerias com empresas europeias, o que embaralha a nacionalidade dos grandes grupos e turva a relação simbiótica entre o Estado nacional e capital nacional que caracterizava a época de Lênin. O capital transnacional se conecta a vários Estados centrais. Nos países centrais, o capital aparenta ter perdido sua pátria originária⁷⁷.

Nesse processo, os Estados não se enfraquecem em sua função central de garantir a acumulação. Não diminuem sua conexão com capital, agora transnacional. Essa relação muda de forma. Não perdem seu papel tradicional, institucional e político, no processo de acumulação, como Estado capitalista constituído por frações de classe em disputa⁷⁸. O capital não existe sem Estado. Agora o capital transnacional precisa fazer parte dos aparelhos, como fração de classe local, em cada Estado onde tem sua estrutura ins-

⁷³ SAWAYA, 2018.

⁷⁴ NORTH, Douglas. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México, DC: Fondo de Cultura Económica, 2006.

⁷⁵ SKLAIR, 2001, p. 48.

⁷⁶ CHESNAIS, 2016.

⁷⁷ SKLAIR, 2001; CARROLL, 2010.

⁷⁸ POULANTZAS, Nikos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

talada; precisa conquistar o poder e o controle sobre as instituições locais como se fosse “local” e, assim, garantir seus interesses em cada espaço. Os Estados continuam sendo nacionais, o capital não⁷⁹.

As grandes TNCs têm que atuar em simbiose com cada Estado, em cada local. Esses Estados controlam as bases institucionais e colocam sua burocracia na realização de políticas concretas, das políticas econômicas e sociais em cada espaço. O capital se tornou transnacional, mas depende das políticas locais e, por isso, de alianças com as frações da burguesia local para ter o controle sobre os aparelhos de Estado e sua burocracia.

O Estado nacional continua sendo a mais importante forma territorial delimitada à qual as redes de produção estão incorporadas. Todos os elementos de uma rede de produção (global) são regulamentados em algum tipo de estrutura política cuja unidade básica é o Estado nacional, mas que também abrange instituições supranacionais como o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, grupos econômicos regionais, como União Europeia ou o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, e os Estados “locais” em escala subnacional⁸⁰.

A *forma* do imperialismo se modifica em relação à sua forma tradicional. O controle direto, militar, do Estado do centro sobre o Estado subordinado deixa de ser a forma predominante. Nos locais onde o capital transnacional enraíza sua estrutura, o poder precisa ser exercido por dentro de cada Estado, por dentro de suas instituições pelo controle direto da burocracia, dos aparelhos de Estado, com apoio da burguesia local. O controle da burocracia, braços concretos de ação do Estado, torna-se central. No neoliberalismo, os economistas ocupam o lugar central. Os modelos do “Novo Consenso Macroeconômico”, que se solidificam nos anos 1980 e 1990, darão corpo à lógica neoliberal no reger da coisa pública. Sua base são economistas formados nessa lógica, oriundos das principais universidades dos países centrais, bem-treinados nas “melhores técnicas”, prontos para ocuparem os aparelhos de Estado, fundamentais para a implantação do neoliberalismo por dentro. Esse controle sobre o saber atua como “legitimação das estruturas políticas, econômicas e sociais do sistema”⁸¹.

⁷⁹ WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003; WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

⁸⁰ DICKEN, Peter. *Mudança global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial*. 5. ed. São Paulo: Artmed, 2007. p. 39.

⁸¹ WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 94.

Controlar o aparato institucional regulador das relações sociais no sistema capitalista tem a função de definir os direitos de cada uma das frações de classe em disputa; é deter o poder de determinação das leis e regras que definem quem controla e se apropria do valor socialmente criado, do valor excedente; é regular os contratos que definem os direitos de propriedade. Talvez por isso no novo institucionalismo esses direitos se tornam fundamentais, o “respeito aos contratos”, sua frase dogma.

Por isso, os conflitos políticos e sociais predominantes deixam de ser entre países (guerras tradicionais) e tomam a forma de disputa entre as frações de classe em cada país, como movimentos antagônicos de aparência nacional em disputa pelo controle das instituições locais. Assim, muitas vezes desembocam em guerra civil na luta pelo controle do Estado. O poder e controle do grande capital cada vez mais se dão por dentro do Estado local, de seus aparelhos, pelo controle de sua burocracia, se necessário, poder conquistado via desestabilização política e golpes de Estado⁸².

Portanto, na partilha do mundo, não predomina, embora ainda presente, a disputa entre os países centrais via militar. Os capitais transnacionais enraizados nos Estados periféricos buscam o controle por dentro dos aparelhos de Estado locais. Para isso, podem também, como último recurso, utilizar o poder de Estados centrais aliados e seu poderio militar. Atuam também por meio das instituições supranacionais que possuem o papel de influenciar, pressionar e cooptar diretamente as frações de classe que constituem tanto os Estados do centro como os da periferia para garantir seus interesses por dentro dos aparelhos de Estado. A defesa das políticas neoliberais constitui sua ação concreta.

A partir da pressão sobre os Estados nacionais para a adoção de políticas liberalizantes ao longo da década de 1990, pressão essa exercida pelas instituições supranacionais e sua influência sobre os próprios Estados, o grande capital transnacional se fortaleceu; abriu espaço para reestruturar mundialmente suas cadeias globais de valor; redistribuiu suas estruturas produtivas e comerciais pelo mundo, mantendo o controle centralizado em nódulos em alguma parte da cadeia de valor (produção, comercialização, financiamento) por onde definem a estratégia e controlam o valor criado “dentro de redes de produção e distribuição distribuídas geograficamen-

⁸² Ver, a respeito, MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto de. *A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013; CHOMSKY, Noam. *Estados fracassados: o abuso do poder e o ataque à democracia*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006; CHOMSKY, Noam. *Quem governa o mundo?* Lisboa: Editorial Presença, 2016; ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.

te”⁸³. Relações contratuais de fornecimento e comercialização, para além da propriedade direta, definem preços e quantidades, de modo a garantir a apropriação do valor excedente criado na empresa líder localizada no nóculo da cadeia.

Uma empresa transnacional (TNC) é aquela que tem o poder de coordenar e controlar operações em mais de um país, mesmo que não seja proprietária delas. Elas têm a possibilidade de coordenar e controlar vários processos e transações em redes de produção transnacionais, dentro de diversos países, e de se beneficiar com as diferenças geográficas de modo a formatar a geoeconomia internacional⁸⁴.

O grande capital transnacional centralizado distribui estrategicamente parte de sua cadeia de produção e comercialização em alguns países do centro — as partes nobres e de elevado poder de controle — onde também está seu centro de controle, e em alguns países da periferia. Essa distribuição segue as estratégias de controle sobre mercados e de custos de produção. Atua por meio de “empresa-líder”, que tem o poder “...para definir e impor os parâmetros dos contratos e subcontratos em sua cadeia de fornecimento”⁸⁵. Esse poder está fundado na propriedade sobre marcas, tecnologias, na informação sobre mercados e produtos.

Lead firms tend to have power in GVCs [global value chains], in part, because they select and place orders from suppliers. Because suppliers tend to produce to the specifications of lead firms, they have fewer unique competencies, tend to exert less power in the chain, and earn lower profits⁸⁶.

Sob o ponto de vista dos países periféricos, principalmente da América Latina, essa lógica eleva a “dependência de um país em relação às estratégias de empresas transnacionais líderes da cadeia”⁸⁷ e faz com que as empresas subordinadas — filiais ou subcontratadas — fiquem em posições subalternas, em tarefas ou atividades em que a concorrência é grande e que podem ser transferidas a outras empresas em outros lugares, ou para empresas que compõem a rede internacional de fornecedor da empresa-líder.

⁸³ DICKEN, 2007, p. 125.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ ALTENBURG, T., 2007 *apud* VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra Polónia. Cadeias globais de valor e implicações para a formulação de políticas. In: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; CARNEIRO, Flávio Lyrio; SILVA FILHO, Edison Benedito (org.). *Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2017. p. 19.

⁸⁶ UNCTAD. *World investment report 2013: global value chains, investment and trade for development*. New York/Genève: Unctad, 2013. p. 9.

⁸⁷ Referindo-se ao *World Development Report 2013* (UNCTAD), vide VEIGA; RIOS, 2017, *Ibidem*. p. 27.

Essa estratégia de atuação das TNCs sobre o mundo teve como catalisador as políticas neoliberais e modificou a *forma* do imperialismo, embora não tenha alterado seu conteúdo. Criou mecanismos de pressão política exercida por dentro dos próprios Estados que elevam seu grau de subordinação aos interesses formulados no âmbito das instituições supranacionais que atuam como lobistas internacionais⁸⁸ das grandes TNCs e impõem políticas. De acordo com David Harvey, “[...] the role of State is to create and preserve an institutional framework appropriate to such practices”⁸⁹. Esse poder passa a ser exercido por dentro dos Estados em que a TNC atua. Por isso, o controle e interferência política ocorrem de uma nova *forma*.

Possuir o controle sobre os Estados locais, sobre as políticas econômicas e instituições é a forma de garantir políticas que abrem espaço e dão liberdade ao capital transnacionalizado. Taxas de câmbio compatíveis e liberdade comercial, baixos salários e flexibilidade do mercado de trabalho, supressão das políticas sociais tornam-se elementos centrais aos interesses das TNCs. As políticas econômicas e sociais locais devem ser, portanto, controladas para garantir a extração de valor excedente nas estruturas produtivas e comerciais espalhadas pelo mundo. “A forma política da globalização é, [...] não um Estado global, mas um sistema global de múltiplos Estados locais, estruturados numa relação complexa de dominação e subordinação”⁹⁰.

5.3 Estrutura produtiva brasileira: o neoliberalismo dos anos 1990

O desenvolvimento econômico brasileiro tem como marca o processo de industrialização induzida a partir da estrutura institucional que aparelhou o Estado nos anos 1950. Por meio do “Plano de Metas”, o Brasil constituiu sua estrutura produtiva fundada no chamado “Tripé de Acumulação”, resultado do planejamento que envolveu o Estado, capital privado nacional e multinacional. O objetivo era internalizar as cadeias de valor de forma completa, em todas suas partes, e assim constituir uma estrutura industrial endógena. O problema é que essa estrutura foi criada fortemente relacionada ao e sob controle do capital transnacional.⁹¹

⁸⁸ CARROLL, 2010, p. 39, 79.

⁸⁹ HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 2.

⁹⁰ WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 27-28.

⁹¹ SAWAYA, 2018, p. 125-30.

No “tripé”, o Estado teve como responsabilidade os investimentos nos setores básicos (siderurgia, química, energia, mineração, transportes, telecomunicações e alguns bens de capital) e criou grandes empresas estatais. O capital privado multinacional estrangeiro foi atraído para o país com a incumbência de ocupar-se da produção de bens de média e alta tecnologia (bens de consumo duráveis e alguns bens de capital). O capital privado nacional permaneceu responsável pelos investimentos em setores de média e baixa tecnologia (bens de consumo não duráveis), em que já possuía certo protagonismo, bem como passou a atuar como fornecedor de partes, peças e componentes para as empresas estrangeiras que se instalaram no país, ocupando os andares inferiores das cadeias de valor. Seguiu-se assim a estratégia de substituição de importações que estruturou a indústria interna, mas não nacional. A produção agrícola continuava a encargo dos grandes produtores nacionais rurais, grandes proprietários de terra, historicamente relacionados à produção de exportação (café, açúcar — a soja e o milho só se tornaram eixos centrais na década de 1990). Até a década de 1980, essa foi a estrutura produtiva brasileira.

Como resultado, a estrutura econômica brasileira nasce fortemente conectada ao capital estrangeiro. Nos anos 1970,

[...] a economia brasileira tinha [...] um dos maiores graus de internacionalização da produção do mundo. [...] O Brasil ocupou a sexta posição no ranking mundial [...] do grau de desnacionalização da indústria de transformação. [...] As empresas estrangeiras ocupavam 32% da produção industrial no final dos anos 1970⁹².

A participação das empresas estrangeiras nas vendas da indústria alcançava 83% em material elétrico, 78% em material de transporte, 44% em química, farmacêutica e perfumaria, 38% em borracha e plásticos, 34% em mecânica⁹³. O capital estrangeiro multinacional ocupava os nódulos estratégicos de controle das cadeias de valor, ou cadeia de produção, principalmente nos setores de média e alta tecnologia, na produção de bens de consumo duráveis. Esse era o resultado do processo de internacionalização do capital do pós-guerra.

O capital privado nacional ocupou, desde o início, posição subordinada nas partes mais baixas das cadeias de valor, como fornecedor de

⁹² GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 61-63.

⁹³ *Ibidem*, p. 63.

partes, peças e componentes para o grande capital estrangeiro. Nos setores da indústria tradicional de bens de consumo não duráveis, destacavam-se empresas de capital nacional, setores tradicionais que têm como característica a dependência dinâmica do emprego e renda criados nos setores de mais elevada tecnologia e produtividade, de salários mais elevados. O setor agrário-exportador permanecia em mãos dos grandes latifundiários seguindo sua característica histórica.

Esse foi o resultado de o Brasil, conforme percebido por Alice Amsden⁹⁴, ter adotado uma estratégia de desenvolvimento pela “aquisição” de tecnologia ao atrair o IDE. Mesmo a tecnologia empregada nos níveis inferiores das cadeias de valor internalizadas era predominantemente importada, incorporada em máquinas e equipamentos importados. Assim, desde o início, como resultado da estratégia de substituição de importações, embora o Brasil tenha internalizado, em parte, as cadeias de valor, abriu mão do controle sobre os principais nódulos dinâmicos da economia, capazes de sugar valor da cadeia, dominados pelo capital multinacional. Definiu assim sua forma de inserção subordinada no processo mundial de acumulação de capital, sob controle do grande capital que se tornará transnacional⁹⁵ por fusões e aquisições globais na década de 1990.

A grande transformação daquela estrutura criada nos anos 1950, e fortalecida no ciclo de crescimento dos anos 1970, ocorre nos anos 1990. As políticas de abertura e liberalização fundadas no neoliberalismo fortaleceram o poder das TNCs na estrutura produtiva brasileira. Foi um processo analisado e quantificado em diversas pesquisas, que deixam claro o processo de desmonte da antiga estrutura industrial e a intensificação da participação do capital transnacional tanto na indústria como no comércio e serviços⁹⁶.

O processo de desmonte dessa estrutura fundamentado nas políticas neoliberais ocorre, de um lado, pela supressão do capital nacional por fusões, aquisições e pela abertura comercial, fatores que inviabilizaram a participação desse capital mesmo em setores tradicionais, e, de outro lado, pelo fim

⁹⁴ AMSTEN, Alice H. *A ascensão do “resto”: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Unesp, 2004. p. 46.

⁹⁵ SKLAIR, 2001.

⁹⁶ Vide, LAPLANE, Mariano F.; SARTI, Fernando. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-94, jan./jun. 2002; GONÇALVES, Reynaldo. *Globalização e desnacionalização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999; GONÇALVES, Reynaldo. *O Brasil e o comércio internacional: transformação e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2000; LACERDA, Antônio Corrêa de. *Desnacionalização: mitos, riscos e desafios*. São Paulo: Contexto, 2001; LAPLANE, Mariano F.; COUTINHO, Luciano; HIRATUKA, Celio (org.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

do controle estatal de setores estratégicos nos processos de privatização. Foram privatizados setores básicos como mineração, bem como setores produtivos de média e alta tecnologia localizados em núdulos de controle das cadeias nacionais de valor, setores que geravam receitas, principalmente siderurgia, química e petroquímica, energia e telecomunicações. Apenas não foram privatizadas naquele momento — apesar de várias tentativas — a Petrobras (cadeia de petróleo) e a Eletrobras (geração de energia elétrica), dentro do grupo das maiores e mais importantes empresas nacionais.

Por meio dessa política de Estado, as TNCs — que já ocupavam os setores de média e alta tecnologia — fortalecem-se pela ampliação de seu espaço na estrutura produtiva nacional, principalmente nos núdulos de controle das cadeias de valor. No mesmo processo, a reestruturação produtiva de suas cadeias de valor em escala global, tanto horizontal como verticalmente, contribuiu para o processo de desindustrialização nacional, para dismantelar a estrutura produtiva, destruir cadeias completas de valor que haviam sido montadas em território nacional e que eram capazes de produzir completamente determinados produtos internamente (veículos automotores, por exemplo), mesmo que sob controle transnacional.

Tomando os dados das 500 maiores empresas do Brasil, Reynaldo Gonçalves demonstra como o processo de internacionalização da estrutura produtiva brasileira, pela participação do capital estrangeiro, cresce ao longo dos anos 1990, passando de 32% das vendas totais em 1994 para 36% em 1997, com destaque para veículos (91% para 95%), informática (69% para 81%), produtos farmacêuticos (73% para 79%), plásticos e borracha (58% para 62%), com uma ligeira redução em produtos de higiene e limpeza (91% para 87%)⁹⁷. Também, segundo Hiratuka⁹⁸, a participação do capital estrangeiro nas vendas das quinhentas maiores empresas no Brasil passa de 33,8%, em 1995, para 46,1%, em 2000, enquanto, na mesma base, a participação das empresas de capital nacional cai de 42,6% para 35,3% e as estatais de 23,6% para 18,6%, esse último grupo em decorrência das privatizações. Ainda segundo Reinaldo Gonçalves,

[...] a indústria automobilística foi [...] a que realizou [...] processo de reestruturação mais significativo nos anos 1990 [...] setor dominado por grandes empresas estrangeiras e que se beneficiou do comércio intra-firmas, matriz-filial⁹⁹.

⁹⁷ GONÇALVES, 1999, p. 135.

⁹⁸ HIRATUKA, Celio; ROCHA, Marco Antônio Martins. *Grandes grupos no Brasil: estratégias e desempenho nos anos 2000*. Brasília: IPEA, 2015. (Texto para Discussão, 2049).

⁹⁹ GONÇALVES, 2000, p. 110.

Isso demonstra que as corporações transnacionais usaram a adesão subordinada do Brasil às políticas neoliberais do Consenso de Washington para elevar o controle de sua participação na estrutura produtiva brasileira, para transformá-la pela elevação da dependência de fluxos financeiros e comerciais externos, definidos por suas matrizes, bem como para destruir cadeias completas de valor internas que produziam partes, peças e componentes, substituídos por importados. A ideologia neoliberal por dentro do Estado realiza esse processo.

Analisando o processo de internacionalização da estrutura produtiva, principalmente na indústria na década de 1990, Laplane, Coutinho e Hiratuka¹⁰⁰ se perguntam se essa elevação da participação das TNCs teria levado a uma integração positiva do Brasil na economia mundial, como defendiam as teorias baseadas no Consenso de Washington. Essas teorias afirmavam bastar abrir a economia — fazer a “lição de casa” com políticas de estabilização de preços e taxas de câmbio, modificações nas leis e direitos sociais — para que o influxo de IDE ocorresse e promovesse o processo de “convergência” no sentido dos países desenvolvidos.

Os autores demonstram que isso não apenas não ocorreu, como o país passou a ser mais dependente de importações, desestabilizando a Balança de Transações. Isso também provocou a desindustrialização e o desmantelamento do parque industrial de fornecedores privados nacionais. As TNCs aqui instaladas passaram a importar componentes de sua cadeia de fornecedores mundiais para montar produtos com o objetivo de vender internamente e no mercado da América do Sul.

Sarti e Hiratuka demonstram a baixa propensão a exportar por parte das empresas estrangeiras nos setores de que detêm o domínio, tais como químico, produtos de informática e equipamentos de telecomunicações, bem como a elevada propensão a importar, de suas matrizes transnacionais localizadas nos países desenvolvidos, principalmente os componentes mais sofisticados e de maior valor agregado¹⁰¹. As empresas estrangeiras dos grupos de automóvel, máquinas e equipamentos e alguns segmentos de higiene e limpeza também passaram a ter elevada propensão a importar para venda no Brasil e na América do Sul (Mercosul).

¹⁰⁰ LAPLANE; COUTINHO; HIRATUKA, 2003.

¹⁰¹ SARTI; HIRATUKA. Notas sobre a internacionalização produtiva brasileira no período recente e impactos sobre a integração regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 15., jun. 2010, São Luís, MA. *Anais* [...]. São Luís, MA: [s. n.], 2010. p. 12.

Pode-se concluir que a maior parte das filiais instaladas no Brasil ajustaram suas estratégias a um ambiente mais aberto com elevada compra de insumos e alguns produtos mais sofisticados tecnologicamente da matriz com o objetivo de atender o mercado interno [...] e em menor medida [...] o Mercosul¹⁰².

Ao longo da década de 1990, a participação do Brasil nas exportações mundiais cai de 0,91% para 0,86%, o que Gonçalves chama de “inserção regressiva no comércio mundial”¹⁰³. Além disso, constatam Sarti e Laplane,

[...] a internacionalização [da economia brasileira] consistiu na transferência de propriedade de empresas nacionais para investidores estrangeiros [o que] aprofundou a participação estrangeira na indústria brasileira e desnacionalizou atividades de serviços anteriormente dominadas por empresas de capital nacional, públicas ou privadas¹⁰⁴.

A entrada do Brasil no neoliberalismo, com políticas de Estado internamente definidas pela burocracia capitaneada por economistas formados no Novo Consenso Macroeconômico, em grande parte com seus PhDs nos EUA (Gustavo Franco, Pedro Malan, Edmar Bacha, Pêrsio Arida, Lara Resende), acentuou o processo estrutural de desnacionalização nos anos 1990 e acabou por provocar a desindustrialização. Além disso, elevou o poder de controle das TNCs sobre as cadeias de valor, não com produção nacional, e sim importada, resultando em uma inserção negativa na economia mundial. A ideologia neoliberal enraizada nas estruturas do Estado nacional permitiu às TNCs libertarem-se das antigas estratégias nacionais de desenvolvimento produtivo e tecnológico que as havia atraído para o território nacional, predominantes dos anos 1940 até 1970. Sobrou, para o capital nacional, segmentos menos nobres das cadeias de valor, de baixo valor agregado, ou aqueles que geograficamente devem ter sua produção aqui localizada por questões técnicas ou de logística, entre outras.

Para a estrutura produtiva de bens de consumo não duráveis, setor em que havia um predomínio de grupos nacionais, as consequências das políticas neoliberais de abertura comercial, taxas de câmbio valorizadas,

¹⁰² *Ibidem*, p. 13.

¹⁰³ GONÇALVES, 2000, p. 95.

¹⁰⁴ SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. Investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos noventa. In: LAPLANE, Mariano F.; COUTINHO, Luciano; HIRATUKA, Celio (org.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003. p. 49.

queda de tarifas aduaneiras, levaram também a uma forte perda de competitividade diante de produtos importados. O resultado foi o desmonte do parque industrial mesmo nos ramos de média e baixa tecnologia do setor.

Soma-se a isso o papel da China que, subvertendo toda a lógica neoliberal, aparece na década de 1990 atuando de forma agressiva nesses setores (vestuário e têxtil, principalmente), com enorme produtividade e escala¹⁰⁵. A partir das políticas de liberalização esses fatores tornaram as empresas de capital privado nacional praticamente impossível de competirem. A indústria brasileira calçadista e de vestuário nacional, que havia sido exportadora nos anos 1980 para Europa e EUA, desmantela-se.

No início dos anos 2000, a estrutura produtiva brasileira já havia se transformado. A perda de poder e controle, tanto do Estado como do capital privado nacional, sobre as cadeias de valor, já estava encaminhada. A lógica neoliberal, atuando por dentro do Estado, permitiu ao capital transnacional fortalecer-se no controle das cadeias internas de valor, controlando os setores mais dinâmicos de média e alta tecnologia, que estão nos nódulos das cadeias produtivas. Eleva, assim, o poder de controlar preços e quantidades dos fornecedores e revendedores, de modo a elevar sua capacidade de apropriação sobre o valor excedente na cadeia. Desse modo, em aliança com o capital privado nacional, espremido pelo baixo poder de se apropriar do valor na cadeia em que participa, abre-se espaço para uma maior pressão política sobre o mercado de trabalho para diminuir os salários e direitos sociais.

Os grupos produtores de bens primários (minérios e agrícolas) de exportação seguiam sendo nacionais. Nesse setor, o crescimento do poder do capital estrangeiro se deu pelas pontas da cadeia, em que estão os nódulos de controle sobre o valor criado. De um lado, ocuparam os segmentos da indústria química e genética como fornecedores de fertilizantes, defensivos e sementes, com elevado conteúdo importado; de outro, os grandes *traders* elevaram seu poder de controle sobre a comercialização internacional dos produtos. Mantiveram-se nacionais principalmente a produção e a extração de minério, bem como os segmentos agrícolas. Os produtores seriam então espremidos nos dois lados da cadeia de valor, mas, enquanto durasse o *boom* mundial de *commodities*, iniciado no final da década de 1990, todos se beneficiariam. Assim, no

¹⁰⁵ Cf. SAWAYA, Rubens R. China, uma estratégia de inserção no capitalismo mundial. In: SEMINÁRIO SOBRE PESQUISAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 3., 2011, Brasília. *Anais* [...]. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 205-235.

início da década de 2000, o Brasil deixaria de ser exportador de produtos manufaturados (que compunham 60% das exportações nos anos 1980) para se tornar exportador de *commodities*, principalmente para a China, participando da parte menos nobre dessa cadeia de valor em atividades de baixo valor agregado.

A onda de neoliberalismo da década de 1990, atuando por dentro do Estado, pelas mãos de seus economistas na burocracia, modificou de forma radical a antiga estrutura produtiva nacional e criou formas de pressão contra as políticas sociais. Ao longo dos anos 2000, o capital estrangeiro só não ultrapassou em importância o faturamento do capital nacional (público e privado) porque restaram, no campo da média e alta tecnologia, sob controle nacional (e estratégico), os setores de petróleo (que tem seu nódulo de controle na Petrobras), a produção de energia elétrica (com estatal Telebrás, que controla a geração hidrelétrica — sendo que a comercialização já havia sido privatizada no final dos anos 1990), a engenharia e construção civil pesada (infraestrutura) e aeronáutica (Embraer, antiga empresa estatal fabricante de aviões médios e pequenos que foi privatizada, mas da qual o Estado ainda detinha uma “*Golden Share*” que lhe garantia certo controle). Esses se tornam, não por coincidência, os setores sob ataque do grande capital transnacional, ataque que ocorre por dentro dos próprios aparelhos de Estado.

Com o curto período de mudança no governo, o processo de participação do capital estrangeiro na estrutura produtiva brasileira diminuiu de ritmo ao longo do ano de 2000 até 2016. Analisando-se a amostra dos 200 maiores grupos econômicos nos setores: comércio, serviços, indústria e financeiro, houve uma perda de participação do capital estrangeiro no total de faturamento. Esse movimento é principalmente resultado da queda da participação desse capital na indústria e no setor financeiro. Mas também foi responsável por esse processo o crescimento da Petrobras e das empresas envolvidas em sua cadeia de valor (engenharia pesada, naval, siderurgia, dentre as principais), resultado da política de “fornecedores nacionais”. Também foi responsável por essa reversão a política de fortalecimento de determinados setores nacionais por meio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que fortaleceu o setor de alimentos (carnes de exportação) e as empresas de engenharia pesada, beneficiadas por investimentos públicos e privados em infraestrutura (PAC – Plano de Ação para o Crescimento de 2010-2013), e que também participam da cadeia de valor da Petrobras, como fornecedores nacionais.

Em 2016, os defensores das políticas neoliberais retomam o poder no Brasil e se apropriam novamente do aparelho de Estado. Por dentro do Estado, vêm promovendo desde então o mais radical projeto de transformação e desmantelamento do Estado nacional. Realizam em série a reforma trabalhista, que retira direitos dos trabalhadores e precariza o trabalho, a reforma da previdência e a política de privatização dos setores justamente que controlavam o que restava de nódulos das cadeias de valor estratégico e que estavam sob controle nacional, liderados pela Petrobras e a Eletrobras. Completa o pacote a destruição por asfixia financeira do sistema de educação e pesquisa, bem como do sistema de saúde.

Considerações finais

As formas de agir do grande capital transnacional, bem como o papel dos Estados nacionais modificaram-se, principalmente com o fortalecimento do neoliberalismo desde a década de 1980, mas mostram sua ação concreta a partir da década de 1990 quando adentram nos aparelhos burocráticos de Estado. Esse é um fenômeno mundial, que modifica as formas de ação do capital e a forma do imperialismo, embora não altere seu conteúdo. Esse movimento do capital coloca em questão o antigo Estado desenvolvimentista e planejador, substituindo sua estrutura burocrática por dentro, pela lógica neoliberal tornada “técnica”, fundada no Novo Consenso Macroeconômico que fundamenta o jargão “menos Estado”, o que, na verdade, é outro Estado. Assim, torna possível, pela ação do próprio Estado, desmantelar sua estrutura anterior, bem como realizar as reformas como privatização, liberalização e o fim das políticas sociais, da previdência social e a flexibilização do mercado de trabalho.

Tomando o Brasil como exemplo, o grande capital transnacional já estava enraizado nos nódulos das cadeias de valor mais dinâmicas que estruturaram a economia desde os anos 1950, e apenas fortaleceu sua posição nos anos 1970, ao mudar sua estratégia diante da reestruturação global das cadeias de valor e, finalmente, com as políticas neoliberais nos anos 1990. Porém o grande capital transnacional (TNC) já vinha desde os anos 1950 ganhando espaço na participação dos aparelhos de Estado, em aliança ou em disputa com as frações de classe nacionais no poder. Participava da estrutura de poder econômico e político, na medida em que se tornou um ator interno e se aliou à burguesia nacional, a ele acoplada de forma subalterna na estrutura produtiva, como fornecedor dentro das cadeias de valor.

Dessa forma, nos anos 1990, o poder do capital transnacional já não se exercia de fora para dentro, mas desde dentro, em aliança com determinada fração de classe nacional. Assim, por esse poder e essa aliança, conseguiu implantar as políticas neoliberais na década de 1990 “desde dentro”, em composição com as frações de classe internas que defendiam as políticas neoliberais. O resultado foi a destruição de uma forma de Estado, tanto pelo corte de seu tímido braço de políticas sociais como pela perda de poder de ação sobre a estrutura produtiva nacional, com o enfraquecimento da participação do próprio capital nacional em relação ao grande capital transnacional. O Brasil se desindustrializa no processo. As estratégias econômicas e as políticas sociais podem ser destruídas sob o jargão do “custo Brasil”.

Na década de 2000, o grupo hegemônico no poder nos anos 1990 perdeu em parte o poder. Uma nova estratégia aproveitou fatores exógenos e, mesmo que tímida, consegue se estabelecer. De qualquer forma, só foi possível apostar em grandes grupos nacionais porque não afrontavam diretamente os espaços já ocupados pelo grande capital transnacional. Essa estratégia surge e se beneficia de fatores até certo ponto inesperados, como a descoberta de grandes reservas de petróleo e o *boom* de *commodities*, mas não só, dado o crescimento das empresas de alimento e de engenharia nacionais.

O capital nacional ocupou também outros nichos, mas, diante da importância econômica, principalmente no caso do Petróleo, despertam o interesse dos grandes capitais transnacionais. O novo ataque sobre as instituições, sobre esse Estado e sua estratégia em 2015-2016, tem a forma de um ataque interno. Não poderia ser diferente, dado o grau de poder que o grande capital estrangeiro possui e conquistou estruturalmente ao penetrar as frações de classe nacionais e o poder de comandar parte da burocracia e, por esse caminho, as estruturas de poder. Não é mais tão visível (talvez nem necessária) a pressão de países externos específicos, uma vez que a lógica é internalizada no Estado e em sua burocracia. As instituições supranacionais ou multilaterais fazem a propaganda em escala mundial em seus fóruns.

O capital transnacional atua desde dentro com aliados nacionais, frações de classes hegemônicas aliadas. Parece ser essa a “nova” forma de imperialismo que se dá por dentro da estrutura econômica, que tem os principais setores estratégicos sob controle do grande capital transnacional, e da estrutura política, pelos quadros-chaves da burocracia que treinam nos países centrais. Seguindo Lênin, seu *conteúdo* parece ser o mesmo, mas, a

partir da nova configuração da grande corporação mundial, a sua *forma* parece ter se tornado muito mais sofisticada, de modo que às vezes nos parece invisível.

Referências

AMSTEN, Alice H. *A ascensão do “resto”*: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Unesp, 2004.

ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.

CARROLL, William. *The making of capitalist class: corporate power in the twenty-first Century*. London/New York: Zed Books, 2010.

CHESNAIS, François. *Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump*. Leiden, NL: Brill Academic Publishers, 2016.

CHOMSKY, Noam. *Estados fracassados: o abuso do poder e o ataque à democracia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CHOMSKY, Noam. *Quem governa o mundo?* Lisboa: Editorial Presença, 2016.

DICKEN, Peter. *Mudança global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial*. 5. ed. São Paulo: Artmed, 2007.

GONÇALVES, Reinaldo. *O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2000.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. New York: Oxford University Press, 2005.

HIRATUKA, Celio. Mudanças na estrutura produtiva global e a inserção brasileira: desafios no cenário pós-crise. *Revista Política Social e Desenvolvimento*, [S. l.], v. 3, n. 24, p. 14-24, nov. 2015. Disponível em: <https://plataformapoliticasocial.com.br/dimensoes-estrategicas-do-desenvolvimento-brasileiro-a-construcao-novamente-interrompida/>. Acesso em: 17 fev. 2022.

HIRATUKA, Celio; ROCHA, Marco Antônio Martins. *Grandes grupos no Brasil: estratégias e desempenho nos anos 2000*. Brasília: IPEA, 2015. (Texto para Discussão, 2049).

HIRST, Paul; THOMPSON, Graham. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LACERDA, Antônio Corrêa de (org.). *Desnacionalização: mitos, riscos e desafios*. São Paulo: Contexto, 2000.

LAPLANE, Mariano F.; COUTINHO, Luciano; HIRATUKA, Celio (org.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Unesp/Unicamp, 2003.

LAPLANE, Mariano F.; SARTI, Fernando. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-94, jan./jun. 2002.

LÊNIN, Vladimir I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação de capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto de. *A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NORTH, Douglas C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México, DC: Fondo de Cultura Económica, 2006.

PALLOIX, Claude. *A economia mundial capitalista: 1 – A fase da concorrência; II – A fase do monopólio*. Lisboa: Estampa, 1971.

POULANTZAS, Nikos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

SARTI; HIRATUKA. Notas sobre a internacionalização produtiva brasileira no período recente e impactos sobre a integração regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 15., jun. 2010, São Luís, MA. *Anais [...]*. São Luís, MA: SEP, 2010. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/artigos/sep_2010_hiratuka_Sarti.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

SAWAYA, Rubens R. China, uma estratégia de inserção no capitalismo mundial. SEMINÁRIO SOBRE PESQUISAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 3., 2011, In: Brasília. *Anais [...]*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. p. 205-235.

SAWAYA, Rubens. *Subordinated development: transnational capita in the process of accumulation of Latin America and Brazil*. Leiden, NL: Brill Academic Publishers, 2018.

SKLAIR, Leslie. *The transnational capitalist class*. Malden, USA/Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2001.

UNCTAD. *World Investment Report 2013: global value chains, investment and trade for development*. New York/Gênève: UNCTAD, 2013. 264 p. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/wir2013_en.pdf. Acesso em: 17 fev. 2022.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra P. Cadeias globais de valor e implicações para a formulação de políticas. In: OLIVEIRA, Ivan T. M.; CARNEIRO, Flávio L.; SILVA FILHO, Edson B. (org.). *Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília, DC: IPEA, 2017. p. 17-48.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

NOTAS SOBRE A NATUREZA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE CONTEMPORÂNEA

Fernando Augusto Mansor de Mattos

O tema que mais chama a atenção na evolução do capitalismo das últimas quatro décadas é a contínua trajetória de concentração da renda e da riqueza nos países desenvolvidos. As razões para a ocorrência desse fenômeno residem na natureza das mudanças estruturais no funcionamento do capitalismo contemporâneo, notadamente a partir do momento em que as políticas neoliberais passaram a ser adotadas de forma generalizada.

Desde 1980 os pesquisadores do tema vêm percebendo que houve uma reversão na trajetória de redução da desigualdade que vinha caracterizando as três décadas que se seguiram à adoção da ordem financeira internacional que havia sido construída em Bretton Woods, no final da Segunda Guerra Mundial. Aquele período entre 1945-1975 consagrou-se na literatura internacional como a Era de Ouro do Capitalismo¹⁰⁶.

A partir de 1980, o processo de retomada da expansão da desigualdade econômica foi acompanhado de mudanças estruturais ocorridas no capitalismo, as quais promoveram: (a) mudanças dos padrões de acumulação de capital; (b) alterações na composição da riqueza; (c) novas formas a partir das quais as empresas e o sistema financeiro reagiram à nova ordem internacional (e atuaram para moldá-la também, conforme este texto pretende mostrar); e (d) modificações importantes na divisão internacional do trabalho, basicamente expressa no crescente protagonismo da China como “fábrica do mundo”.

Dos anos 2000 em diante, os ganhos de renda concentram-se cada vez mais no topo das pirâmides distributivas dos países, constatação que

¹⁰⁶ MAZZUCHELLI, Frederico. *Os dias de sol: a trajetória do capitalismo no pós-guerra*. Campinas: Facamp, 2013; MAZZUCHELLI, Frederico. *As ideias e os fatos: ensaios em teoria e história*. São Paulo: EdUNESP, 2017.

vem sendo mais bem compreendida à medida que surgiram ferramentas de captação de microdados de rendimentos originados de diversas fontes (não apenas dos mercados de trabalho). Os estudos mais recentes sobre desigualdade procuram compreender a evolução e a natureza da parcela da renda nacional apropriada pelo chamado 1% mais rico de cada sociedade.

Outro aspecto marcante da trajetória do perfil distributivo das últimas décadas é que a desigualdade econômica tem crescido, desde os anos 1980, muito mais nos EUA do que em países selecionados da Europa Continental.

O objetivo deste artigo é justamente buscar, por meio da investigação das causas dessas trajetórias tão díspares entre o perfil distributivo dos EUA e os dos principais países europeus capitalistas, compreender as principais causas desse processo geral (mas diferenciado) de evolução da desigualdade econômica sob o capitalismo contemporâneo.

Para desenvolver os argumentos deste ensaio, ele será dividido em três partes, além desta apresentação e das conclusões. Na primeira parte são apresentados dados agregados e comparativos históricos da evolução da distribuição da renda nos EUA e em países europeus selecionados, com o fito de demonstrar que nos EUA a trajetória de concentração da renda, a partir de 1980, foi ainda mais intensa do que nesses países — embora partindo já de um patamar mais desigual. Na segunda parte, discute-se o papel do sistema financeiro americano na promoção das mudanças, a partir de meados dos anos 1970, na ordem financeira internacional, papel que havia vigorado desde os acordos de Bretton Woods, no pós-Segunda Guerra, e que havia se caracterizado por permitir um processo de desenvolvimento econômico que levou a uma queda da desigualdade nos países capitalistas desenvolvidos. As referidas mudanças ocorridas a partir de meados dos anos 1970 prenunciavam a adoção de políticas neoliberais na maioria dos países, gerando concentração na distribuição da renda e da riqueza e, em particular, alterando as estratégias das grandes empresas, incluindo as regras de remuneração dos seus executivos. Na terceira parte, pretende-se avaliar como a política fiscal (tributação e gastos públicos com transferências) afetou a trajetória dos perfis distributivos de EUA e dos principais países europeus desde os anos 1980.

Dados históricos: comparando EUA e Europa

Estudos recentes de Thomas Piketty e colegas, desenvolvidos e organizado na base eletrônica de dados *World Top Incomes Database*, revelam, em perspectiva

histórica, as diferenças nas trajetórias dos perfis de distribuição de renda dos diferentes países. Os dados enfatizam o que ocorre no topo das respectivas pirâmides distributivas nacionais, ilustrado pelas rendas apropriadas pelo 1% de mais altas rendas delas. Piketty chama a atenção para as mudanças seculares ocorridas, comparando-se a desigualdade nos EUA e em países europeus (especialmente os continentais), destacando a forte expansão da desigualdade ocorrida nos EUA no século XX, como exposto na seguinte passagem:

O fato mais assombroso é que os Estados Unidos se tornaram mais desiguais do que a França — e, na realidade, do que toda a Europa — ao longo do século XX e neste início do século XXI, enquanto aconteceu o oposto no início do século XX. Não se trata de um simples retorno às realidades do passado: a desigualdade americana dos anos 2010 é tão extrema em termos quantitativos quanto a que caracterizava a velha Europa em torno de 1900-1910, mas sua estrutura é diferente¹⁰⁷.

Quando se refere à mudança na estrutura da composição da renda e da riqueza, Piketty sublinha o protagonismo assumido pelos salários ou, mais especificamente, pelos altos salários na composição da renda do topo da distribuição de cada uma das respectivas pirâmides distributivas dos países¹⁰⁸ ao longo do século XX — o que se acentua nos anos 2000. Do início do Capitalismo até antes da Primeira Guerra, era expressiva a presença das rendas do capital entre os ricos de cada país. Nos anos 1920, a presença das rendas do capital atinge seu auge, mas foi logo se esvaindo, nos rescaldos do final do conflito, pois a Guerra havia promovido fortes perdas de capital nos países europeus, com consequências imediatas sobre a distribuição da renda (a desigualdade foi se tornando cada vez maior nos EUA, logo depois superando a da Europa)¹⁰⁹.

¹⁰⁷ PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

¹⁰⁸ Deve-se sublinhar — como Piketty (2014), PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. The evolution of top incomes: a historical and international perspective. *American Economic Review*, Pittsburgh, PA, v. 96, n. 2, p. 200-205, maio 2006; ATKINSON, Anthony B.; PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. Top incomes in the long run of history. *Journal of Economic Literature*, Pittsburgh, PA, v. 49, n. 1, p. 3-71, 2011, entre outros — que a participação do capital na renda nacional, até o início do século XX, era menor nos EUA do que no Velho Continente, da mesma forma que a estrutura de propriedade do capital era menos desigual nos EUA do que nos países europeus (incluindo o Reino Unido) na mesma época. Essa situação obviamente gerava um fluxo de rendimentos mais desiguais no topo da distribuição dos países europeus do que no topo dos EUA, naquela altura da História. Para uma comparação entre EUA e outros países anglo-saxões, e diversos países europeus, ver a obra seminal de ATKINSON, Anthony B; PIKETTY, Thomas (ed.). *Top incomes over the twentieth century: a contrast between continental European and English-Speaking countries*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2007, com destaque para os casos da França (PIKETTY, 2007) e da Alemanha (DELL, 2007).

¹⁰⁹ “[...] os Estados Unidos partiram de um pico mais baixo de desigualdade às vésperas da Primeira Guerra Mundial e, mesmo com um declínio, após a Segunda Guerra se encontravam num nível mais alto do que o da

A tabela 1 ilustra sucintamente a reversão ocorrida, ao longo do século XX e até a primeira década do atual século, dos respectivos perfis distributivos de EUA e de quatro países europeus selecionados. A desigualdade, avaliada segundo a parcela da renda nacional apropriada, em cada caso, pelos respectivos 10% mais ricos de cada país, revela que, no início do século XX, os EUA eram menos desiguais do que cada um desses países, situação que começa a mudar a partir dos anos 1920. De todo modo, a desigualdade dos EUA, nos anos 1920 e 1930, ainda é apenas modestamente maior do que as dos demais países. Outro fato muito marcante é que, a partir dos anos 1940, os dados mostram uma trajetória de declínio da apropriação da renda nacional pelo estrato mais alto, o que revela uma redução da desigualdade na distribuição de renda em todos eles.

A trajetória de redução da desigualdade da distribuição de renda mantém-se até o final dos anos 1970. Observa-se que essa redução generalizada da desigualdade foi especialmente marcante na Suécia e no Reino Unido, que eram os dois países mais desiguais no início do século XX. Da mesma forma, revela-se também digna de nota a reversão ocorrida a partir de 1980. Essa reversão teve um “*timing*” e uma magnitude diferenciados, embora tenha ocorrido em todos os países aqui selecionados. Na então igualitária Suécia, a reversão demorou a acontecer, mas se fez presente a partir dos anos 1990. Na França a retomada da desigualdade foi modesta e na Alemanha demorou-se um pouco a iniciar a trajetória de expansão da desigualdade, mas tomou impulso a partir dos anos 1990. No Reino Unido a reversão foi imediata a partir do início dos anos 1980 e foi expressiva desde então. Mas foi nos EUA que a trajetória de expansão da desigualdade foi a mais expressiva, tornando o país destacadamente o mais desigual desse grupo representativo de nações.

Tabela 1 – Parcela da renda nacional apropriada pelo extrato dos 10% mais ricos – Anos selecionados: EUA *versus* quatro países europeus

Anos	EUA	Reino Unido	Alemanha	França	Suécia
1900	40,5%	47,1%	45,0%	45,5%	46,1%
1910	40,9%	47,4%	43,7%	46,6%	45,6%
1920	44,7%	41,4%	38,7%	42,0%	35,8%
1930	45,1%	39,3%	42,0%	43,1%	37,6%
1940	36,5%	33,9%	34,4%	33,5%	33,3%
1950	33,7%	30,3%	33,2%	33,8%	29,4%

Europa. O período 1914-1945 é a história do suicídio da Europa e de sua sociedade de rentistas, mas não do suicídio dos Estados Unidos” (PIKETTY, 2014, p. 286).

Anos	EUA	Reino Unido	Alemanha	França	Suécia
1960	34,1%	29,4%	31,0%	36,1%	30,1%
1970	33,4%	28,3%	31,4%	32,7%	26,4%
1980	37,5%	32,6%	31,6%	31,1%	22,4%
1990	42,4%	38,4%	33,8%	32,4%	25,0%
2000	46,9%	40,2%	35,7%	33,0%	27,0%
2010	47,9%	41,6%	36,1%	33,0%	28,3%

Fonte: *World Inequality Database*. Elaboração do autor

Mais especificamente, o que se nota na trajetória dos perfis distributivos, a partir dos anos 1980 e muito claramente a partir do início do século XXI, é que a expansão da desigualdade econômica se manifesta especialmente na crescente apropriação da renda nacional pelo 1% do topo e por suas subdivisões menores¹¹⁰ (Gráfico 1). A rigor, é sobre o “tema do 1% mais rico”¹¹¹, que se concentra o debate dos anos 2000 sobre distribuição de renda na literatura internacional e também na literatura nacional¹¹², dada a natureza desse processo de crescente desigualdade. Essa crescente apropriação da renda pelo 1% do topo foi particularmente marcante nos EUA¹¹³, razão pela qual sua desigualdade econômica cresceu muito mais do que a dos países europeus¹¹⁴.

¹¹⁰ Estudos de Piketty e colaboradores revelam que, mesmo dentro do extrato do 1% mais rico, a distribuição é bastante desigualitária, muitas vezes reservando ao 0,1% quase a metade da renda apropriada pelo 1% mais rico, nos mais diversos países. Isso vale (ainda mais) para a distribuição da riqueza. Ver, por ex., ALVAREDO, Facundo *et al.* *World inequality report 2018*. Paris: Unesco, 2018; Piketty, 2014.

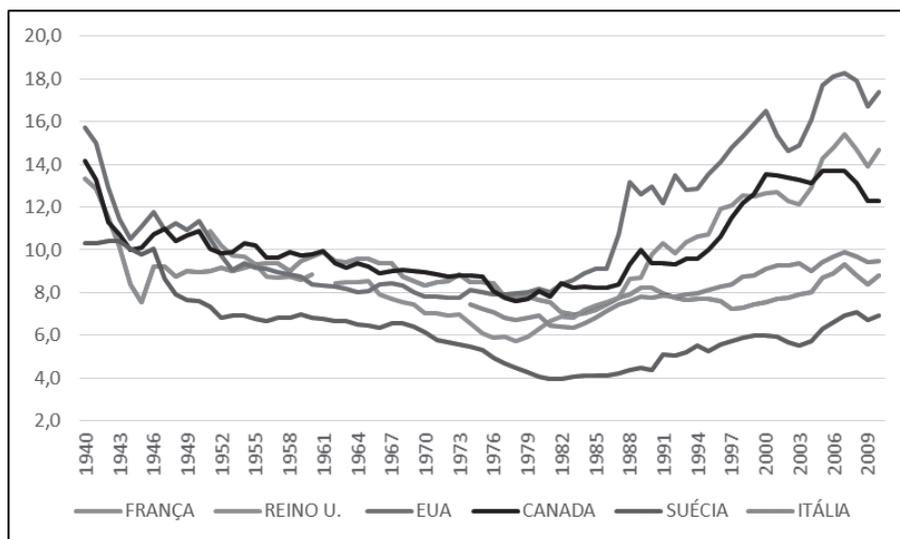
¹¹¹ MATTOS, Fernando A. M. Por que é importante discutir a desigualdade. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 42, n. 78, p. 242-75, 2021.

¹¹² SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. *Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)*. São Paulo: Hucitec, 2017.

¹¹³ E também cada vez de forma mais intensa à medida que os anos têm passado. Dados de Piketty e Saez (2013) são reveladores do papel do top 1% nos tempos recentes. Os autores mostram que entre 1993 e 2000 (período de expansão econômica do período Clinton, que foi de 4,0% de crescimento real do PIB ao ano, em média), o 1% mais rico dos EUA absorveu cerca de 45% do total de crescimento da renda do país. Essa parcela, já elevada, aumentaria para 65% entre 2002 e 2007, período em que o crescimento foi menor (3,0% ao ano, em média, na expansão do governo Bush Filho). Dados mencionados por Atkinson e colaboradores (2011) ilustram o caráter concentrador do Capitalismo contemporâneo. Mencionando o caso dos EUA, os autores sublinham que, entre 1976 e 2007, o primeiro percentil da distribuição de renda captou cerca de 58% de todo o crescimento da renda do período; no entanto, caso tomemos apenas o período compreendido entre 2002 e 2007, esse valor sobe para 65%; ou seja, cerca de dois terços do aumento da renda ocorrido entre 2002 e 2007 nos EUA foi apoderado pelo 1% mais rico do país. Após a crise do *subprime*, esse percentual aumentou mais ainda, segundo se pode depreender de estudo de Emmanuel Saez, *Striking it richer: the evolution of top incomes in the United States* (2015), que mostra, com base em dados oficiais do U.S. Census Bureau of Current Population Report, que, na recuperação de 2009-2012, o 1% mais rico se apoderou de nada menos do que 91% da renda criada.

¹¹⁴ Olhando-se sob uma perspectiva mais ampla em termos históricos, é interessante também lembrar que, entre 1977 e 2007, segundo Piketty (2014, p. 289-290), os 10% mais ricos se apropriaram de três quartos do

Gráfico 1 – Parcela (%) da renda nacional total apropriada pelo 1% mais rico



Fonte: elaboração do autor, com base em Piketty (2014)

Antes de encerrar esta seção, devemos sublinhar que nos EUA a desigualdade econômica começou a subir rapidamente desde meados dos anos 1970 e notadamente de 1980 em diante, contrastando com o que ocorria nos países europeus, onde também houve crescimento da desigualdade a partir dos anos 1980, porém menos acentuada¹¹⁵. Dados coletados em estudo de Panitch e Gindin¹¹⁶ ajudam a explicar esse movimento diferenciado, revelando que tanto nos EUA como na Alemanha, na Itália, no Reino Unido e na França, os ganhos salariais reais andaram abaixo dos ganhos médios de produtividade horária do trabalho nas atividades manufatureiras em todo o período entre 1983 e 1999, mas foi justamente nos EUA que a diferença entre esses indicadores foi maior. Os dados do referido estudo mostram piora do perfil da distribuição funcional da renda em todos os casos, mas

crescimento da renda nacional, sendo que o percentil mais alto se apropriou sozinho de 60% da renda criada. O estudo usa dados de rendas brutas.

¹¹⁵ Obviamente há diferenças entre esses países também. Na França, por exemplo, a distribuição de renda só se tornou mais desigual a partir dos anos 1990 e, mesmo assim, não muito acentuada. Na Alemanha, a desigualdade começou a crescer já nos anos 1980, mas subiu muito fortemente a partir dos anos 1990. Na Suécia, que era bastante igualitária até os anos 1970, a desigualdade já começa a dar sinais de aumentar nos anos 80, e assume uma trajetória mais nítida a partir dos anos 2000, quando a desigualdade econômica continuou a crescer em todos os casos — mas sempre menos do que nos EUA.

¹¹⁶ PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *The making of global capitalism: the political economy of American empire*. New York: Verso, 2012.

sugerem que a desigualdade econômica nos EUA, já nos anos 1980, estava aumentando mais do que nos países comparados.

Mudanças da divisão internacional do trabalho, neoliberalismo, mercado financeiro, altos salários e efeitos sobre a desigualdade total

As mudanças ocorridas na ordem financeira internacional após a derrocada dos acordos de Bretton Woods¹¹⁷ estão na raiz das alterações ocorridas nos perfis distributivos dos países a partir dos anos 1980. Essas alterações nos perfis distributivos resultam de efeitos ocorridos: (a) na divisão internacional do trabalho (BELLUZZO, 2014, 2016) em que a transferência de plantas produtivas para a Ásia, especialmente para a China, torna-se marcante; (b) na reorganização das estratégias empresariais¹¹⁸; (c) nos resultados macroeconômicos como expansão do PIB e PIB *per capita* (de menor magnitude do que ocorrera nos Anos Dourados) e também da taxa de investimento produtivo¹¹⁹; (d) nas formas de reorganização dos sistemas financeiros nacionais, invariavelmente em direção a uma progressiva desregulamentação¹²⁰; (e) na deterioração dos

¹¹⁷ Ver BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 4, p. 11-20, jun. 1995; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O capital financeiro e desigualdade: o que é inevitável e o que não é. In: BAVA, Silvio Caccia (org.). *Thomas Piketty e o segredo dos ricos*. São Paulo: Veneta/Le Monde Diplomatique, 2014; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *O tempo de Keynes nos tempos do capitalismo*. São Paulo: Contracorrente/Facamp, 2016; MATTOS, Fernando A. M. *Flexibilização do trabalho: sintomas da crise*. São Paulo: Annablume, 2009; MATTOS, 2021; STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.

¹¹⁸ Sob diversos aspectos: reorganização das estruturas produtiva e administrativa (numa busca incessante por redução de custos); novas formas de relacionamento com o setor financeiro; buscas por estratégias de transferências de estruturas produtivas para outros países ou outras regiões nos mesmos países; por novas relações com os movimentos sindicais, em um contexto macroeconômico em que os salários passam a ser interpretados cada vez mais como custos no âmbito microeconômico do que como fonte de demanda pensada em termos macroeconômicos etc. Ver MATTOS, 2009; CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996; LAZONIC, William; O'SULLIVAN, Mary. Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance. *Economy and Society*, Londres, v. 29, n. 1, p. 13-35, fev. 2000. Disponível em: <https://www.depfe.unam.mx/actividades/10/financiarizacion/f-1-LazonickW.pdf>. Acesso em: out. 2000.

¹¹⁹ PALMA, José Gabriel. The revenge of the market on the rentiers: why neo-liberal reports of the end of history turner out to be premature. *Cambridge Journal of Economics*, Oxford, v. 33, n. 4, jul. 2009, é um dos vários estudos que postulam que, sob o cenário do neoliberalismo, as taxas médias de formação do capital fixo na quase totalidade dos países foram menores do que ocorria na época do “capitalismo regulado” dos Anos Dourados (1945-1975).

¹²⁰ No caso dos EUA, por exemplo, o ponto culminante desse processo foi a extinção da Lei Glass-Steagall durante o governo Clinton. A revogação completa da Lei Glass-Steagall (Glass-Steagall Act) ocorreu em novembro de 1999 e representou um ponto de culminância em relação a diversas medidas de desregulamentação do mercado financeiro americano, que vinham sendo tomadas ao longo das décadas anteriores (desde, pelo menos, meados dos anos 1970). A Glass-Steagall Act havia sido promulgada em 1933 e compunha parte importante das reformas executadas durante o primeiro mandato do presidente Roosevelt para enfrentar a Grande Depressão deflagrada pela crise de 1929. A Glass-Steagall era o principal componente da Lei dos Bancos, tornada lei naquele ano. Entre as principais resoluções da Glass-Steagall, destacam-se a separação total das atividades bancárias das atividades

mercados de trabalho¹²¹; (f) na hegemonia ideológica (advento das políticas econômicas neoliberais, inicialmente no Reino Unido, em 1979, e nos EUA, em 1980)¹²²; e (g) na promoção de um novo padrão de acumulação capitalista, que tem na predominância da acumulação financeira o seu caráter definidor.

A “ascensão das finanças” tem abrangência e implicações que vão além do mero funcionamento dos próprios mercados financeiros (e da forma de acumulação que Marx denominou de D-D’)¹²³, mas afeta o comportamento das empresas, das famílias e dos Estados nacionais, que têm na gestão das dívidas públicas um importante elemento de condução da política econômica — com evidentes implicações distributivas, conforme explicam Belluzzo e Galípolo. Para o que nos interessa discutir aqui, é preciso resgatar o papel exercido pelo sistema financeiro dos EUA, sublinhando sua peculiaridade como líder do sistema financeiro internacional. Para isso, vale recuperar estas palavras de Belluzzo:

A história da economia mundial, desde meados dos anos 1940, não pode ser contada sem a compreensão das peripécias do dólar em seu papel de moeda de faturamento nas transações internacionais e de ativo de reserva universal. No imediato pós-guerra, sob a égide de Bretton Woods, o poder do dólar conversível sustentou três processos simultâneos: (1) o déficit na conta de capitais, produto da expansão da grande empresa norte-americana, garantiu o abastecimento da liquidez requerida para o crescimento do comércio mundial; (2) daí, a reconstrução dos sistemas industriais da Europa e do Japão; (3) a industrialização de muitos países da periferia, impulsionada pelo investimento produtivo direto em conjugação com políticas de desenvolvimento nacional¹²⁴.

Desse longo comentário da lavra de Belluzzo¹²⁵, aqui recuperado, deve-se notar especialmente que a centralidade do dólar no sistema inter-

de investimentos no sistema financeiro dos EUA e o combate à cartelização bancária. Ver BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; GALÍPOLO, Gabriel. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo: Contracorrente/Facamp, 2017; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; GALÍPOLO, Gabriel *A escassez na abundância capitalista*. São Paulo: Contracorrente/Facamp, 2019.

¹²¹ MATTOS, 2009; PALMA, 2009.

¹²² Para uma interpretação robusta e original sobre essa questão ideológica e suas diversas implicações, ver PALMA 2009; STREECK 2018; BELLUZZO 2016; BELLUZZO; GALÍPOLO 2017; BELLUZZO; GALÍPOLO 2019.

¹²³ Sob o Capitalismo contemporâneo, a acumulação de capital na esfera financeira vem sendo mais expressiva do que na esfera produtiva. Vide Belluzzo e Galípolo (2017, 2019).

¹²⁴ BELLUZZO, Luiz Gonzalo de Mello. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Edunesp, 2012.

¹²⁵ BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019. Ainda, dos mesmos autores, *Globalização desigual e combinada*. Campinas: IE-Unicamp, 2017. 36 p. (Texto para discussão, 310). Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/>

nacional tem papel decisivo na aproximação de nosso objetivo, que é discutir em que medida as peculiaridades do sistema financeiro americano (conforme vamos mostrar mais à frente, mais rico, mais profundo e mais diversificado), ajudam a explicar a trajetória de desigualdade daquele país ter sido mais expressiva do que a de outros países desenvolvidos desde 1980.

Da mesma forma, as mudanças ocorridas na divisão internacional do trabalho (especialmente no que se refere aos seus efeitos sobre a desindustrialização nos EUA)¹²⁶, debilitando um mercado de trabalho já por princípio flexível e frágil (do ponto de vista da qualidade dos vínculos empregatícios), acabam também, por diversas maneiras, impulsionando a desigualdade econômica nos países capitalistas e nos EUA em especial. A transferência de unidades industriais para a China, especialmente por parte de empresas antes localizadas em solo americano, torna-se viável justamente pelas próprias características do protagonismo do dólar, que torna atrativos os títulos do Tesouro Americano (que atrai os excedentes gerados nos países que recebem estruturas industriais de outros países e que produzem robustos superávits comerciais), compensando, assim, pela conta de capitais, os enormes e crescentes déficits das transações correntes do balanço de pagamentos dos EUA¹²⁷.

A nova divisão internacional do trabalho é uma das principais forças a debilitar a força dos sindicatos de trabalhadores e promover precarização dos mercados de trabalho em todos os países capitalistas, cada um a seu modo. No caso dos países europeus, as regras de Maastricht também acabaram concorrendo para uma “sinergia” em favor de processos de deterioração das condições de trabalho¹²⁸, o que inclui perda de dinamismo dos rendimentos do trabalho e aumento da desigualdade da renda primária (efeitos sobre as políticas fiscais e em especial dos mecanismos de transferências de renda foram em boa medida preservados, especialmente nos países europeus, conforme veremos a seguir).

arquivos/artigos/3539/TD310.pdf. Acesso em: jan. 2018.

¹²⁶ GALBRAITH, Joseph K. *Inequality: what everyone needs to know*. New York: Oxford University Press, 2016, comenta que a perda do emprego manufatureiro, no conjunto da economia dos EUA, elimina parcelas importantes das estruturas intermediárias do mercado de trabalho do país, bem como de empregos de alta renda, cujo efeito multiplicador sobre o conjunto da atividade econômica é muito importante. Da mesma forma, os empregos de menor renda dessas atividades, ao serem eliminados, vão criar a necessidade de que seus antigos integrantes sejam compelidos a buscar formas alternativas de ocupação — invariavelmente mais precárias, tanto em termos da regularidade dos rendimentos, como também de seus próprios valores reais. Toda essa deterioração do mercado de trabalho promove ampliação da desigualdade pessoal da renda e, no limite, também perda da parcela salarial na renda total da economia.

¹²⁷ BELLUZZO, 2014; BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019.

¹²⁸ MATTOS, 2009.

Mas é na natureza de funcionamento dos sistemas financeiros que residem as principais explicações para a trajetória recente de hiperconcentração da renda e da riqueza. Para compreender essa questão, vale recuperar a taxonomia proposta por Maldonado, que descreve e analisa sistemas financeiros¹²⁹. A classificação teórica de Maldonado define dois tipos de sistemas financeiros: os “*market-based financial systems*” e os “*bank-based financial systems*”. A avaliação proposta pela autora ajuda a averiguar a hipótese deste artigo, qual seja a de que as características específicas do sistema financeiro dos EUA representam um elemento importante na explicação para a desigualdade de renda (e de riqueza) ter crescido muito mais naquele país do que nos países europeus.

Segundo essas definições, o sistema financeiro dos EUA é tipicamente marcado pelas características de um sistema “*market-based*”, pois, entre outras características, (1) possui um mercado acionário muito maior do que o de cada um dos países europeus tomados isoladamente; (2) seu mercado de capitais possui uma maior quantidade de empresas registrando ações em bolsa, mas não só isso, como também um peso menor das ações das dez maiores empresas no conjunto de ações registradas¹³⁰ — e também quando comparados em relação ao PIB —, o que significa um mercado acionário mais pulverizado e menos dependente de poucas empresas; (3) os ganhos dados pela valorização do mercado acionário dos EUA superaram em larga medida os de outras bolsas de valores pelo mundo afora¹³¹; (4) há a presença, no sistema financeiro dos EUA, de fundos de pensão e de “*hedge funds*”, que controlam ativos em proporção muito maior do que em outros países, sendo merecedor de destaque também o fato de que esses fundos têm aumentado exponencialmente sua presença no mercado financeiro estadunidense nos anos mais recentes¹³².

¹²⁹ MALDONADO, Joana Elisa. Financial systems and income inequality. *Bruges European Economic Research Papers*, Bruges, v. 36, 2017. 40 p. Disponível em: <http://aei.pitt.edu/85962/1/beer36.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

¹³⁰ Dados do *Global Financial Development Database* (WORLD BANK, 2021), trabalhados para produzir este artigo, mostram que o valor total das ações transacionadas nas respectivas bolsas de valores nacionais, excetuando-se os valores das 10 ações mais valiosas, em proporção do valor total das ações transacionadas em bolsa, equivale a cerca de 88% nos EUA (dado disponível para 2016), 16% na Noruega (em 2010), 53% na Itália (em 2000), 52% na Alemanha (em 2010) e 70% no Reino Unido (em 2010). Na mesma publicação, pode-se saber que o peso do valor dos ativos de fundos mútuos em relação ao PIB já atinge o equivalente a mais de 90% do PIB estadunidense, enquanto na Itália e no Reino Unido, por exemplo, não há registro de qualquer ano em que tenha superado 35% do PIB, da mesma maneira que na Noruega esse indicador equivale a apenas 19% do seu PIB (dado anual disponível mais recente) e na Dinamarca cerca de 37%.

¹³¹ Ver também World Bank (2021).

¹³² BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019.

A promoção da desigualdade econômica, por parte dos sistemas financeiros, notadamente pós-1980, deve-se tanto à natureza da dinâmica de suas próprias remunerações (com destaque para as remunerações dos CEOs), mas também pelos efeitos que as características institucionais dos diferentes tipos de mercados financeiros geram em termos de possibilidades de captar rendimentos de aplicações em títulos do capital financeiro ou em ações em bolsa¹³³. Não se deve olvidar, tampouco, os efeitos do sistema financeiro sobre as atividades empresariais, em que também afetam, de forma indireta, os rendimentos do trabalho (prejudicados pelas estratégias de redução de custos, notadamente pela deslocalização — ou mera ameaça — das plantas produtivas) e as rendas relacionadas à posse do capital produtivo, dadas as mudanças de comportamento das empresas diante das novas possibilidades de valorização financeira do capital.

No sistema financeiro americano, conforme revelam diversas pesquisas recentes¹³⁴, o fato de o mercado de ações ser maior e a oferta de ativos (sejam ações ou não) ser mais diversificada acaba gerando maiores oportunidades de valorização da riqueza aos detentores de maiores rendimentos. Portanto, nos sistemas financeiros mais caracterizados pelos critérios típicos do sistema “*market-based*”, a desigualdade de renda tende a ser mais expressiva¹³⁵ do que nos sistemas financeiros de tipo “*bank-based*”, como na Alemanha, Itália e França, por exemplo¹³⁶. Não é mera coincidência que, nos países

¹³³ Ou seja, a somatória da desigualdade entre rendas do trabalho e as rendas do capital, o que Piketty (2014) define como “desigualdade total”.

¹³⁴ COURNÈDE, Boris; DENK, Olivier; HOELLER, Peter. Finance and inclusive growth. *OECD Economic Policy Paper Series*, Paris, n. 14, p. 1-47, 2015. Disponível em: <https://www.financite.be/sites/default/files/references/files/5js06pbhf28s.pdf>. Acesso em: out. 2022; CARDACI, Alberto; SARACENO, Francesco. *Inequality, financialisation and credit booms: a model of two crises*. Roma: Luiss School of European Political Economy, 2016. *Working Paper*, n. 2. 28 p. Disponível em: <https://luissuniversitypress.it/wp-content/uploads/2020/09/WPSEP-2002-1620Cardaci20Saraceno.pdf>. Acesso em: out. 2022.

¹³⁵ DEMIRGUC-KUNT, Asli; LEVINE, Ross. *Finance and inequality: theory and evidence*. Cambridge: National Bureau of Research, 2009. *Working Paper*, n. 15275. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w15275/w15275.pdf. Acesso em: out. 2022; DENK, Olivier; COURNÈDE, Boris. Finance and income inequality in OECD countries. *OECD Economics Department Working Papers*, Paris, n. 1224, p. 1-41, 16 jun. 2015. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/5js04v5jm2hl-en.pdf?expires=1662559859&id=id&accname=guest&checksum=F65142B1A93188C726964E9215367F26>. Acesso em: out. 2022; DENK, Olivier; CAZENAVE-LACROUTZ, Alexandre. Household finance and income inequality in the euro area. *OECD Economics Department Working Papers*, Paris, n. 1226, p. 1-30, 16 jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5js04v-5wh9zs-pt>. Acesso em: out. 2022; CHRISTOPOULOS, Dimitris; McADAM, Peter. Do financial reforms help stabilize inequality? *European Central Bank Working Paper Series*, Frankfurt, n. 1780, p. 1-24, abr. 2015. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpwps/ecbwp1780.en.pdf>. Acesso em: out. 2022; DEMIRGUC-KUNT; LEVINE, 2009.

¹³⁶ O mercado financeiro do Reino Unido tem uma característica bem mais próxima ao “*market-based*” system americano do que a do “*bank-based*” system dos demais países europeus.

de mercado financeiro “*market-based*”, o portfólio das famílias e empresas carregam uma parcela maior de ativos no mercado acionário, ou seja, nas bolsas de valores, assim como em ativos de maior tempo de maturidade, como seguros de vida e fundos de pensões¹³⁷.

Nesse contexto, o recente processo de expansão da presença de ações (cuja opção foi exercida pelos executivos ou que lhes foram concedidas pelas instituições financeiras ou empresas produtivas de grande porte) na composição dos rendimentos dos CEOs americanos explica a trajetória de suas remunerações terem estado crescentemente acima da dos europeus. Essa situação é bem ilustrada por recente pesquisa de Mishel e Kandra, publicada pelo site *Economic Policy Institute*:

The composition of CEO compensation is shifting away from the use of stock options and toward the use of stock awards. Vested stock awards and exercised stock options totaled US\$ 20,1 million in 2020 and accounted for 83,1% of average realized CEO compensation¹³⁸.

Nos mercados financeiros do tipo *market-based*, o provimento de liquidez para consumo e investimento é maior, mas os riscos também, porém a atuação dos bancos centrais nesses mercados (notadamente no caso dos EUA) torna esses riscos mais comumente repartidos pelas sociedades, por meio da ação estatal¹³⁹. Na maior parte dos países europeus, as famílias canalizam suas poupanças para ativos mais acessíveis e líquidos, como contas de poupança ou aplicações nos bancos comerciais. Como se vê, o potencial para a valorização dos recursos poupados pelas famílias tende a ser mais robusto nos EUA. Para isso também tem peso importante o fato de que as bolsas de valores nos EUA têm uma dimensão muito mais expressiva do que nos países europeus. Luigi Guiso e colaboradores (2002) mostram que em 2000 a capitalização do mercado de ações dos EUA somava o equivalente a cerca de 12,187 trilhões de euros,

¹³⁷ BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, 2019.

¹³⁸ MISHEL, Lawrence; KANDRA, Jon. *CEO pay has skyrocketed 1,322% since 1978*. Washington, DC: Economic Policy Institute, ago. 2021. Disponível em: <https://www.epi.org/research/ceo-pay/>. Acesso em: out. 2022. p. 2. Belluzzo e Galípolo reforçam o que estudo do EPI denunciou: “O Roosevelt Institute aponta que entre 1978 e 2013 a renda média dos CEOs cresceu 937%; em 1965 a razão remuneração CEO/trabalhador era de 20 para 1, em 2013 essa razão alcançou 295,9 para 1” (2017, p. 188). Também é digno de registro que, entre o início dos anos 1980 e 2014, os salários dos CEOs, nos EUA, subiram duas vezes mais do que a valorização do índice S&P 500.

¹³⁹ Por exemplo, cf. Belluzzo e Galípolo (2019), com medidas recorrentes de QE (*quantitative easing*, injetando nova liquidez nos mercados).

enquanto as bolsas de França, Alemanha, Itália, Holanda, Suécia e Reino Unido somavam juntas cerca de 7,5 trilhões de euros¹⁴⁰.

Maldonado¹⁴¹ (2017) também pondera, com base em estudos setoriais recentes, baseados em características institucionais dos diferentes sistemas financeiros, que, a partir dos anos 1990, a mudança dos sistemas financeiros nacionais em direção a características típicas de um sistema “*market-based*” foi muito mais expressiva nos EUA, enquanto que nos anos 2000 a Europa vivenciou uma volta às características de um sistema mais tipicamente “*bank-based*”, de tal maneira que, nas últimas décadas, aumentaram as diferenças institucionais entre os respectivos sistemas financeiros — com diversos efeitos sobre o comportamento não apenas dos sistemas financeiros, mas da forma pela qual cada um deles afetou o funcionamento das respectivas economias nacionais. Ao que nos interessa aqui, deve-se destacar que essa ampliação das diferenças institucionais entre os sistemas financeiros dos países acabaria por potencializar diversos aspectos que carregam elementos de desigualdade elevada e/ou crescente dentro dessas sociedades.

Em poucas palavras, pode-se afirmar que o sistema financeiro dos EUA sofreu um processo mais intenso de desregulamentação de suas atividades, com efeitos também distintos sobre a questão da desigualdade, conforme se pode depreender de um estudo robusto de Julia Tanndal e Daniel Waldenström, citado por Maldonado: “Tanndal e Waldenström argue that high profitability of the financial sector and the resulting high wages are the most likely explanation for strong increases in top incomes when financial markets are deregulated”¹⁴².

Essa trajetória divergente entre os altos salários já vinha sendo investigada desde os anos 1990. No que se refere especificamente aos salários de executivos, vale citar Piketty e Saez, que procuram investigar as causas do comportamento divergente dos altos salários comparando-se EUA e países anglo-saxões, de um lado, e países europeus continentais, de outro¹⁴³. Os autores constatam que, a partir dos anos 1970, amplia-se em velocidade cada vez maior a divergência entre a parcela apropriada pelo 1% do topo nos países comparados, com expressiva expansão nos EUA (e outros

¹⁴⁰ GUIISO, Luigi; HALIASSOS, Michael; JAPPELLI, Tullio. *Household stockholding in Europe: where do we stand and where do we go?* Nicosia, Chipre: Department of Economics-University of Cyprus, 2002. (Discussion Paper, 2002). Disponível em: <http://papers.econ.ucy.ac.cy/RePEc/papers/0209.pdf>. Acesso em: out. 2010.

¹⁴¹ MALDONADO, 2017.

¹⁴² *Ibidem*, p. 8.

¹⁴³ PIKETTY; SAEZ, 2006.

países anglo-saxões, mas EUA principalmente) e relativa estabilidade nos países da Europa continental, em um primeiro momento. Esse resultado está relacionado não apenas ao advento dos altos salários dos CEOs, mas também — de forma articulada — à trajetória da redução da taxaço sobre esses rendimentos (e sobre os ganhos de capital).

Dois argumentos são sugeridos pelos autores para explicar esse comportamento divergente entre o que ocorreu nos EUA e o que ocorreu na Europa Continental. O primeiro deles é que, nas décadas do pós-Segunda Guerra, as regulaçoões do mercado de trabalho e a taxaço dos altos rendimentos junto a outras normas sociais impediam o crescimento dos altos salários muito acima do crescimento do salário médio (em uma época em que os sindicatos eram fortes e o crescimento econômico era tal que o desemprego era baixo — o que vale muito também para os países europeus). Os autores ponderam, porém, que essas regulaçoões foram mais extensivamente removidas nos EUA e menos amplamente eliminadas nos países europeus. O segundo argumento (relacionado ao anterior) lembra que o expressivo crescimento dos “*top wages*” dos executivos americanos (em comparação com os executivos europeus, na média) deve-se a uma crescente habilidade dos executivos dos EUA em obter ganhos extraordinários à custa dos acionistas das empresas — sem contar que os esses, conforme ponderamos acima, usufruem, mais do que executivos de qualquer parte do mundo, dos ganhos provenientes da posse de ações da pujante bolsa de valores americana. O estudo sobre taxaço progressiva, também da lavra de Piketty e Saez, confirma essas hipóteses ao mostrar que nos EUA a redução da progressividade do sistema tributário foi bem maior do que na França e no Reino Unido, comparando-se a década de 1970 e o cenário vigente nos primeiros anos do atual século; da mesma forma, também o patamar da taxa média de impostos nos EUA é mais baixo do que nos outros países mencionados¹⁴⁴.

De todo modo, o importante é constatar que o sistema tributário corrige menos a extrema desigualdade, nos tempos recentes, do que fazia nos anos 1970. Esse tema será discutido de forma mais detida na próxima seção.

¹⁴⁴ PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. How progressive is the U.S. federal tax system? A historical and international perspective. *Journal of Economic Perspectives*, Nashville, v. 21, n. 1, p. 3-24, inverno de 2007. Disponível em: <https://eml.berkeley.edu/~saez/piketty-saezJEP07taxprog.pdf>. Acesso em: jan. 2008.

Desigualdade de rendimentos brutos e de rendimentos líquidos: os efeitos da política fiscal

O debate específico sobre os efeitos do sistema tributário e dos gastos públicos sobre a desigualdade de renda deve ser colocado em perspectiva histórica. A partir do pós-Segunda Guerra, tornaram-se cada vez mais encontradiços os estudos que procuravam definir critérios para avaliar a evolução das desigualdades de renda antes e depois da incidência dos impostos e das transferências, ou seja, para aquilatar o efeito da política fiscal sobre os indicadores de desigualdade pessoal da renda. O cenário político que animou esses estudos foi marcado pelo advento (ou ampliação de estruturas já existentes desde antes de 1945, em alguns países) dos sistemas nacionais de Estado de Bem-Estar Social, quando políticas públicas de enfrentamento da desigualdade econômica/social e medidas em prol do pleno emprego tornaram-se a norma das políticas econômicas¹⁴⁵.

Para os objetivos a que se destina este artigo, vale analisar dados de estudo de Wang, Caminada e Goudswaard¹⁴⁶, que definem uma metodologia para diferenciar a renda bruta da renda disponível. O objetivo dos estudos formulados pelo grupo¹⁴⁷ é avaliar em que medida os impostos diretos e as transferências sociais mitigaram a ampliação da desigualdade ocorrida nas rendas primárias dos países da OCDE desde os anos 1980. Os autores apresentam os dados mais recentes e rechaçam a ideia de que teria ocorrido um relativo desmonte (simbolizado pela redução de gastos sociais) dos sistemas nacionais de Estado de Bem-Estar. O que de fato houve, segundo seus estudos, foi um aumento das desigualdades das rendas primárias — e essa desigualdade foi, sim, mitigada pelos mecanismos de taxaço-transferência na maioria dos países, guardadas obviamente, as diferenças de proporção entre os vários casos nacionais. Também sob esse aspecto, a diferença entre

¹⁴⁵ MAZZUCHELLI, 2013, 2017.

¹⁴⁶ WANG, Chen; CAMINADA, Koen; GOUDSWAARD, Keey. Income distribution in 20 countries over time. *International Journal of Social Welfare*, UK, v. 23, p. 2652-2675, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ijsw.12061>. Acesso em: out. 2017.

¹⁴⁷ CAMINADA, Koen *et al.* Income inequality and fiscal redistribution in 47 LIS-countries, 1968-2014. *Lis Working Paper Series*, Luxemburgo, n. 724, nov. 2017. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/lis/liswps/724.html>. Acesso em: nov. 2017; CAMINADA, Koen *et al.* Income inequality and fiscal redistribution in 31 countries after the crises. *Comparative Economic Studies*, Notre Dame, v. 61, p. 119-148, 16 nov. 2018. Disponível em: <https://scholarlypublications.universiteit leiden.nl/handle/1887/68005>. Acesso em: dez. 2018; CAMINADA, Koen *et al.* Has the redistributive effect of social transfers and taxes changed over time across countries? *International Social Security Review*, Genebra, v. 72, n. 1, p. 3-31, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/issr.12193>. Acesso em: jan. 2020.

o que ocorreu nos EUA e o que ocorreu nos países europeus desenvolvidos chama a atenção pelas dessemelhanças.

Ainda levando em conta o cenário mais geral e os dados agregados, os dados mostram que nos anos 1990 o efeito do binômio taxaço-transferências perdeu força, comparando-se com o que ocorrera nos anos 1980. Por outro lado, os dados também revelam que, de modo geral, foi nos anos 1980 que as diferenças de renda primária (também definida como renda bruta) mais cresceram, na maioria dos países.

Basicamente, para avaliar os efeitos distributivos das políticas de taxaço e transferências, faz-se uma comparação entre a desigualdade de rendas brutas de um determinado país e da desigualdade da renda disponível (ou seja, a renda após a incidência de impostos e transferências)¹⁴⁸. Os estudos organizados por Caminada e Wang comprovaram que a desigualdade da renda bruta foi mais generalizada entre os países geralmente também de maior magnitude entre 1985 e 1995 do que entre 1995 e 2005¹⁴⁹. No caso da renda disponível (ou seja, renda bruta menos impostos e mais transferências), também ocorre aumento generalizado da desigualdade (em 14 países entre 1985 e 1995 e em 11 países entre 1995 e 2005), porém, de forma mais modesta do que ocorreu nos indicadores de renda bruta, justamente devido aos efeitos das políticas redistributivas, as quais, diga-se, foram mais efetivas nos anos 1980 (quando foram mais “necessárias”, ou seja, quando a desigualdade de renda bruta havia crescido mais intensamente) do que depois, embora elas tenham continuado a ocorrer ao longo dos anos 90 e também nos anos 2000.

Esses resultados, porém, valem para a média dos países da OECD, tendo sido menos nítidos nos EUA. Os dados da Tabela 2 comparam os resultados obtidos pelos países da OECD (a maioria dos quais, europeus) com o que ocorreu com os EUA — exercício importante para os fins a que se destina este artigo. Em primeiro lugar, pode-se notar que a desigualdade de renda bruta não difere muito entre os EUA (cujo índice de Gini será definido como referência, tendo base = 100) e os principais países europeus¹⁵⁰ (isso vale para os três anos analisados). Entretanto, as diferenças se mostram expressivas quando a comparação é feita em termos da renda disponível. Ou

¹⁴⁸ O indicador de desigualdade tradicionalmente utilizado para essa avaliação é o índice de Gini.

¹⁴⁹ Entre 1985 e 1995, houve aumento da desigualdade da renda primária em 17 dos 20 países avaliados, enquanto a desigualdade desse mesmo indicador seguiu aumentando em 11 dos 20 países entre 1995 e 2005. Entre 1985 e 1995, as exceções foram Irlanda, Suíça e Holanda; entre 1995 e 2005, houve significativa redução da desigualdade especialmente na Espanha e na França.

¹⁵⁰ Exceto nos casos de Noruega, Finlândia e França.

seja, fica claro que, no caso dos EUA, a correção da desigualdade primária é bastante modesta, enquanto na quase totalidade dos demais países da OCDE (especialmente nos países escandinavos e também na Suíça, Holanda, França, Alemanha e Bélgica¹⁵¹), é significativo o efeito redistributivo das políticas fiscais — e continua tendo o mesmo impacto em 2005, em comparação ao que ocorria em 1985. Ademais, os dados permitem concluir que, com o passar dos anos, a diferença entre o papel das políticas redistributivas dos principais países europeus e o dos EUA até aumentou um pouco¹⁵².

Tabela 2 - Desigualdade* de cada país em relação à desigualdade dos EUA por tipos de renda

Países	Renda primária			Renda disponível		
	1985	1995	2005	1985	1995	2005
AUSTRÁLIA	97	98	96	87	84	84
BÉLGICA	95	98	112	67	73	75
CANADÁ	91	90	90	85	79	85
DINAMARCA	92	89	87	75	60	61
FINLÂNDIA	76	81	96	62	59	68
FRANÇA	84	103	93	85	62	76
ALEMANHA	102	95	101	78	74	75
IRLANDA	115	104	102	97	92	84
ISRAEL	103	100	102	91	92	99
ITÁLIA	98	96	104	91	106	91
LUXEMBURGO	87	82	94	70	64	72
MÉXICO	103	103	99	132	131	123
HOLANDA	100	89	95	77	70	71
NORUEGA	81	85	89	69	65	69
POLÔNIA	84	111	109	80	87	86
ESPANHA	96	106	91	94	97	85
SUÉCIA	99	97	92	64	61	64
SUÍÇA	88	79	82	91	84	72
REINO UNIDO	110	106	102	90	94	93
EUA	100	100	100	100	100	100

¹⁵¹ Todos esses países mencionados têm uma desigualdade na renda disponível, comparada a dos EUA, menor do que a média dos demais países, conforme se depreende dos dados da parte inferior da Tabela 2.

¹⁵² Em 1985, a desigualdade média dos 20 países era cerca 16% menor do que a desigualdade dos EUA, no caso dos rendimentos disponíveis, passando a ser 18% menor em 1995 e em 2005. O mesmo cenário se verifica para os dois outros agregados, com destaque para o dos oito países mais ricos.

Países	Renda primária			Renda disponível		
	1985	1995	2005	1985	1995	2005
Média – 20	95	96	97	84	82	82
Média – 12	95	92	94	81	77	78
Média – 8	95	100	101	90	90	86

Fonte: elaboração do autor, com base em Caminada e Wang (2011)¹⁵³

(*) Medida pelo índice de Gini.

Importante sublinhar que os estudos organizados por Caminada e Wang não se resumem a organizar e apresentar dados, mas também permitem concluir que a evolução da desigualdade de renda resulta de fatores institucionais e de políticas públicas elaboradas e definidas pelos respectivos sistemas nacionais de *Welfare State* (historicamente mais robustos nos países europeus mais ricos do que nos EUA — e isso vale até hoje). O que se percebeu é que foram os mercados, e não as políticas redistributivas, que se tornaram mais desigualitários.

Considerações finais

A elaboração de um estudo sobre desigualdade econômica e distribuição de renda, usando como recursos a comparação entre experiências nacionais, permite esclarecer alguns fatos estilizados muito representativos das décadas mais recentes. Em primeiro lugar, fica claro que, em períodos de intenso crescimento econômico, a desigualdade tende a se acentuar, notadamente numa época (como ocorre desde 1980) em que o domínio dos mercados financeiros sobre o processo de acumulação e sobre as estratégias empresariais é crescente. Mais do que isso, a natureza e a dimensão do aumento da desigualdade tendem a favorecer os ricos ou muito ricos (retratados pela literatura pelo 1% do topo das pirâmides distributivas e suas subdivisões menores). Essa parte rica da população se refere aos grandes executivos dos mercados financeiros e das grandes empresas do setor produtivo (de resto cada vez mais imbricadas no processo de acumulação predominantemente financeira do capital que caracteriza os anos que se seguiram à derrocada do sistema de relações financeiras interacionais que havia sido criado no pós-Segunda Guerra) e também aos detentores de

¹⁵³ CAMINADA, Koen; WANG, Chen. Leiden LIS budget incidence fiscal redistribution dataset. *LIS Data Center*, Leiden, 2011. Disponível em: <http://www.lisdatacenter.org/wp-content/uploads/files/resources-other-kcjw-doc.pdf>. Acesso em: out. 2017.

ativos (financeiros ou não) em processo de contínua valorização, exceto em épocas de crise sistêmica. Conforme pretendemos ter deixado claro, a chamada “financeirização da riqueza”¹⁵⁴ ou a chamada “dominância financeira”¹⁵⁵ representam o elemento central do processo de hiperconcentração de renda ocorrido desde os anos 1980 e ainda mais nos anos 2000.

Do ponto de vista das políticas redistributivas e da atuação dos Estados de Bem-Estar Social, percebe-se que os gastos com transferências e a tributação progressiva afetam positivamente os ganhos das classes médias e dos mais pobres, embora afete menos os muito ricos. Mais do que isso, quando se generalizaram as “reformas tributárias” de caráter crescentemente regressivo, os muito ricos se beneficiaram desproporcionalmente — sem que tenha ocorrido qualquer movimento favorável aos investimentos produtivos¹⁵⁶ geradores de nova capacidade de produção e de novos empregos, com melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

A comparação entre os EUA e os principais países europeus se impõe ao debate sobre a natureza da evolução da desigualdade econômica contemporânea. Essa comparação está presente em centenas de artigos acadêmicos, nos últimos anos, cada qual procurando ressaltar algum aspecto em específico. O que procuramos fazer aqui foi organizar em um mesmo texto o que julgamos serem os principais fatores explicativos.

O papel dos sistemas financeiros para esses resultados distributivos tão díspares permite explicar o destacado crescimento da desigualdade nos EUA em comparação com os países europeus. Os EUA hospedam o mercado financeiro mais rico, mais amplo, mais diversificado e com a maior presença de instituições ativas no processo de valorização fictícia do capital¹⁵⁷. Não que o “rentismo” não tenha se instalado nos demais países capitalistas, mas foi nos EUA, justamente por ser o país que liderou as transformações financeiras mundiais e por ostentar o papel central no contexto econômico-financeiro internacional, onde os muito ricos mais se beneficiam das possibilidades de captar as rendas decorrentes dos novos e dos antigos circuitos de valorização dos ativos. Além disso, seu sistema de Bem-Estar Social é mais frágil do que os da maioria dos países europeus. Obviamente que o tema do *Welfare State* mereceria uma análise mais detida, mas os dados aqui apresentados sobre os efeitos das políticas fiscais dos

¹⁵⁴ CHESNAIS, 1996; PIKETTY, 2014.

¹⁵⁵ BELLUZZO; GALÍPOLO, 2019.

¹⁵⁶ PALMA, 2009.

¹⁵⁷ BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, 2019.

países sobre a distribuição e a desigualdade pessoal da renda ilustram as diferenças existentes entre EUA e os principais países europeus e ajudam a explicar as trajetórias díspares entre os seus respectivos perfis distributivos.

Não se deve esquecer, porém, que a desigualdade cresceu muito nos países europeus, mas foi ainda mais intensa nos EUA, o que reforça a necessidade de se colocar na discussão sobre a desigualdade econômica contemporânea o papel das instituições financeiras, fugindo às análises falhas ou incompletas ou mesmo inúteis de estudos neoclássicos que procuram se limitar a enumerar e comparar características da oferta da mão de obra para explicar evolução da distribuição da renda.

Da mesma forma, é interessante lembrar, como fizemos na primeira seção deste artigo, que os EUA eram menos desiguais do que todos os países europeus até os anos 1920, provavelmente porque, tomando-se por empréstimo a original interpretação de Piketty¹⁵⁸, a renda do trabalho crescesse ali de maneira muito mais rápida do que as rendas do capital, ao contrário do que acontecia na quase totalidade dos países europeus desde pelo menos o século XIX até o início do século XX.

Não obstante, a partir do momento em que os EUA assumem a liderança do mundo capitalista depois da Segunda Guerra Mundial e, notadamente, quando o liberalismo acabaria por fortalecer progressivamente o papel da acumulação capitalista, especialmente em sua vertente financeira (1980 em diante), os EUA se tornariam o símbolo da desigualdade do mundo capitalista. Por fim, não se deve esquecer o fato (que não discutimos aqui)¹⁵⁹ dos EUA terem um mercado de trabalho mais flexível e instituições menos devotadas ao enfrentamento da desigualdade (em comparação com os principais países europeus), o que tem tornado a dessemelhança cada vez maior entre os dois lados do Atlântico Norte desenvolvido em termos de distribuição de renda.

Referências

ALVAREDO, Facundo *et al.* *World inequality report 2018*. Cambridge, MA: Belknap Press, 2018.

ATKINSON, Anthony B.; PIKETTY, Thomas (ed.). *Top incomes over the twentieth century: a Contrast between continental European and English-Speaking countries*. Oxford, UK: Nuffield College, 2007.

¹⁵⁸ PIKETTY, 2014.

¹⁵⁹ MATTOS, 2009.

ATKINSON, Anthony B.; PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. Top incomes in the long run of history. *Journal of Economic Literature*, Pittsburgh, PA, v. 49, n. 1, p. 3-71, 2011.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 11-20, jun. 1995.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *O capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Capital financeiro e desigualdade: o que é inevitável e o que não é. In: BAVA, Silvio Caccia (org.). *Thomas Piketty e o segredo dos ricos*. São Paulo: Veneta/Le Monde Diplomatique, 2014. p. xx-xx.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *O tempo de Keynes nos tempos do capitalismo*. São Paulo: Ed. Contracorrente/Facamp, 2016.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; GALÍPOLO, Gabriel. *Globalização desigual e combinada*. Campinas: IE-Unicamp, 2017. 36 p. (Texto para discussão, 310). Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3539/TD310.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; GALÍPOLO, Gabriel. *A escassez na abundância capitalista*. São Paulo: Ed. Contracorrente/Facamp, 2019.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; GALÍPOLO, Gabriel. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo: Ed. Contracorrente/Facamp, 2017.

CAMINADA, Koen *et al.* Income inequality and fiscal redistribution in 47 LIS-countries, 1968-2014. *Lis Working Paper Series*, Luxemburgo, n. 724, nov. 2017. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/lis/liswps/724.html>. Acesso em: nov. 2017.

CAMINADA, Koen *et al.* Income inequality and fiscal redistribution in 31 countries after the crises. *Comparative Economic Studies*, Notre Dame, v. 61, p. 119-148, 16 nov. 2018. Disponível em: <https://scholarlypublications.universiteitleiden.nl/handle/1887/68005>. Acesso em: out. 2018.

CAMINADA, Koen *et al.* Has the redistributive effect of social transfers and taxes changed over time across countries? *International Social Security Review*, Genebra, v. 72, n. 1, p. 3-31, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/issr.12193>. Acesso em: jan. 2020.

CAMINADA, Koen; WANG, Chen. Leiden LIS budget incidence fiscal redistribution dataset. *LIS Data Center*, Leiden, 2011. Disponível em: <http://www.lisdatacenter.org/wp-content/uploads/files/resources-other-kcjw-doc.pdf>. Acesso em: out. 2017.

CARDACI, Alberto; SARACENO, Francesco. *Inequality, financialisation and credit booms: a model of two crises*. Roma: Luiss School of European Political Economy, 2016. *Working Paper*, n. 2. 28 p. Disponível em: <https://luissuniversitypress.it/wp-content/uploads/2020/09/WPSEP2002-1620Cardaci20Saraceno.pdf>. Acesso em: out. 2022.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHRISTOPOULOS, Dimitris; McADAM, Peter. Do financial reforms help stabilize inequality? *European Central Bank Working Paper Series*, Frankfurt, n. 1780, p. 1-24, abr. 2015. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpwps/ecbwp1780.en.pdf>. Acesso em: out. 2022.

COURNÈDE, Boris; DENK, Olivier; HOELLER, Peter. Finance and inclusive growth. *OECD Economic Policy Paper Series*, Paris, n. 14, p. 1-47, 2015. Disponível em: <https://www.financite.be/sites/default/files/references/files/5js06pbhf28s.pdf>. Acesso em: out. 2022.

DELL, Fabien. Top incomes in Germany throughout the twentieth century: 1891–1998. In: ATKINSON, Anthony B.; PIKETTY, Thomas (ed.). *Top incomes over the twentieth century: a contrast between continental European and English-speaking countries*. Oxford, UK: Nuffield College, 2007. p. 365-425.

DEMIRGUC-KUNT, Asli; LEVINE, Ross. *Finance and inequality: theory and evidence*. Cambridge: National Bureau of Research, 2009. *Work Paper*, n. 15275. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w15275/w15275.pdf. Acesso em: out. 2022.

DENK, Olivier; CAZENAVE-LACROUTZ, Alexandre. Household finance and income inequality in the euro area. *OECD Economics Department Working Papers*, Paris, n. 1226, p. 1-30, 16 jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5js04v5wh9zs-pt>. Acesso em: out. 2022.

DENK, Olivier; COURNÈDE, Boris. Finance and income inequality in OECD countries. *OECD Economics Department Working Papers*, Paris, n. 1224, p. 1-41, 16 jun. 2015. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/5js04v5jm2hl-en.pdf?expires=1662559859&id=id&accname=guest&checksum=F65142B1A-93188C726964E9215367F26>. Acesso em: out. 2022.

GALBRAITH, Joseph K. *Inequality: what everyone needs to know*. Cambridge, MA: Oxford University Press, 2016.

GUISSO, Luigi; HALIASSOS, Michael; JAPPELLI, Tullio. *Household stockholding in Europe: where do we stand and where do we go?* Nicosia, Chipre: Department of

Economics-University of Cyprus, 2002. (Discussion Paper, 2002-09). Disponível em: <http://papers.econ.ucy.ac.cy/RePEc/papers/0209.pdf>. Acesso em: out. 2010.

LAZONIC, William; O’SULLIVAN, Mary. Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance. *Economy and Society*, Londres, v. 29, n. 1, p. 13-35, fev. 2000. Disponível em: <https://www.depfe.unam.mx/actividades/10/financiarizacion/f-1-LazonickW.pdf>. Acesso em: out. 2020.

MALDONADO, Joana Elisa. Financial systems and income inequality. *Bruges European Economic Research Papers*, Bruges, v. 36, 2017. 40 p. Disponível em: <http://aei.pitt.edu/85962/1/beer36.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

MATTOS, Fernando A. M. *Flexibilização do trabalho: sintomas da crise*. São Paulo: Annablume, 2009.

MATTOS, Fernando A. M. Por que é importante discutir a desigualdade. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 42, n. 78, p. 242-275, 2021.

MAZZUCHELLI, Frederico. *Os dias de sol: a trajetória do capitalismo no pós-guerra*. Campinas: Facamp, 2013.

MAZZUCHELLI, Frederico. *As ideias e os fatos: ensaios em teoria e história*. São Paulo: EdUNESP, 2017.

MISHEL, Lawrence; KANDRA, Jon. *CEO pay has skyrocketed 1,322% since 1978*. Washington, DC: Economic Policy Institute, ago. 2021. Disponível em: <https://www.epi.org/publication/ceo-pay-in-2020/>. Acesso em: out. 2022.

PALMA, José Gabriel. The revenge of the market on the rentiers: why neo-liberal reports of the end of history turn out to be premature. *Cambridge Journal of Economics*, Oxford, v. 33, n. 4, jul. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/241753416_The_Revenge_of_the_Market_on_the_Rentiers_Why_Neo-liberal_Reports_of_the_End_of_History_Turned_Out_To_Be_Premature. Acesso em: out. 2022.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *The making of global capitalism: the political economy of American empire*. New York: Verso, 2012.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

PIKETTY, Thomas. Income, wage, and wealth inequality in France, 1901–98. In: ATKINSON, Anthony P.; PIKETTY, Thomas (ed.). *Top incomes over the twentieth century: a contrast between continental European and English-speaking countries*.

Oxonia, UK: Oxford University Press, 2007. p. 43-81. Disponível em: <https://wid.world/document/piketty-thomas-2007-income-wage-and-wealth-inequality-in-france-1901-1998-in-atkinson-a-b-and-piketty-t-editors-top-incomes-over-the-twentieth-century-a-contrast-between-continental/>. Acesso em: out. 2022.

PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. The evolution of top incomes: a historical and international perspective. *American Economic Review*, Pittsburgh, PA, v. 96, n. 2, p. 200-2005, maio 2006. Disponível em: <https://eml.berkeley.edu/~saez/piketty-saezAEAPP06.pdf>. Acesso em: out. 2022.

PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. How progressive is the U.S. federal tax system? A historical and international perspective. *Journal of Economic Perspectives*, Nashville, v. 21, n. 1, p. 3-24, inverno de 2007. Disponível em: <https://eml.berkeley.edu/~saez/piketty-saezJEP07taxprog.pdf>. Acesso em: jan. 2008.

SAEZ, Emmanuel. *Striking it richer: the evolution of top incomes in the United States (Updated with 2013 Preliminary Estimates)*. California: UC Berkeley, jan. 2015. Disponível em: <https://eml.berkeley.edu/~saez/saez-UStopincomes-2013.pdf>. Acesso em: out. 2022.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira. *Uma história de desigualdade*. São Paulo: Hucitec, 2017.

STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.

TANNDAL, Julia; WALDENSTRÖM, Daniel. Does financial deregulation boost top income? Evidence from the Big Bang. *CEPR Discussion Paper*, Saint-Louis, n. 11094. 2016. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/cpr/ceprdp/11094.html>. Acesso em: out. 2022.

THE WORLD BANK. Global financial development database. *World Bank*, [s. l.], nov. 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/gfdr/data/global-financial-development-database>. Acesso em: out. 2022.

WANG, Chen; CAMINADA, Koen; GOUDSWAARD, Kees. Income distribution in 20 countries over time. *International Journal of Social Welfare*, UK, v. 23, p. 262-275, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ijsw.12061>. Acesso em: out. 2017.

REVENDO O CONCEITO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Ladislau Dowbor

A desigualdade é antes de tudo uma construção social, histórica e política.

(Thomas Piketty)¹⁶⁰

Podemos certamente dizer que a nossa proficiência tecnológica excede de longe o nosso desenvolvimento moral, social e político.

(Oliver Stone e Peter Kuznick)¹⁶¹

A revolução digital está tendo impactos tão profundos quanto em outra era teve a Revolução Industrial. Com a revolução digital, que envolve uma expansão radical das tecnologias, bem como a generalização da economia imaterial, a conectividade global, o dinheiro virtual e o trabalho precário, a própria base da sociedade capitalista se desloca. Em particular, a apropriação do produto social por minorias já não exige geração de emprego e produção de bens e serviços. Passa pela intermediação do dinheiro, do conhecimento, das comunicações, das informações pessoais. Onde dominava a fábrica, hoje temos plataformas em escala planetária que exploram não só as pessoas, por exemplo, por meio do endividamento, mas também as próprias empresas produtivas por meio dos dividendos pagos a acionistas ausentes.

O presente artigo está centrado precisamente no que está mudando no que chamamos de modo de produção capitalista. A atividade industrial permanece, sem dúvida, como permaneceu a atividade agrícola diante da revolução industrial, mas o eixo de dominação e controle já não está nas mãos dos capitães da indústria, está na mão dos gigantes financeiros como

¹⁶⁰ “L'inégalité est avant tout une construction sociale, historique et politique”. PIKETTY, Thomas. *Une Brève Histoire de l'Égalité*. Paris: Seuil, 2021. p. 20.

¹⁶¹ “It can certainly be said that our technological proficiency far exceeds our moral, social, and political development”. STONE, Oliver; KUZNICK, Peter. *The untold history of the United States*. New York: Gallery Books, 2019. p. 734.

Blackrock, de plataformas de comunicação como Alphabet, de ferramentas de manipulação como Facebook, de intermediários comerciais como Amazon. O mecanismo de apropriação do excedente social mudou, e com isso mudou a própria natureza do sistema. Estamos no meio de uma transformação profunda da sociedade, nas suas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, gerando o que tem sido chamado de crise civilizatória. Estamos transitando para outro modo de produção, e o presente artigo sistematiza os novos mecanismos.

O capitalismo já foi produtivo

Os “trinta anos gloriosos” do pós-Guerra foram um sucesso, limitado aos hoje países desenvolvidos, e duraram, precisamente, apenas 30 anos. Os capitalistas se apropriaram da glória do sucesso, proclamando o livre-mercado, a propriedade privada e a livre-iniciativa como solução definitiva para a humanidade. “There is No Alternative” (TINA) proclamou Margareth Thatcher. O Estado não é a solução, o Estado é o problema, ecoou Ronald Reagan. Milton Friedman daria um lustro acadêmico com a profundidade do *The business of business is business*, os especuladores de Wall Street passaram a repetir em todo fechamento da bolsa o seu “Greed is Good”. Os economistas montaram inúmeros modelos, baseados na simplificação de que não há sociedade, e sim indivíduos, e de que os indivíduos podem ser simplificados como maximizadores de vantagens individuais, tornando-se previsíveis. A economia política virou “ciência econômica”. Nascia o neoliberalismo. Robert Reich resume: “A economia migrou de produzir coisas para produzir instrumentos financeiros. Empreendedores de produtos foram substituídos por empreendedores financeiros”¹⁶². O capitalismo hoje navega na lembrança de um passado que funcionou, mas é passado, legitimidade emprestada.

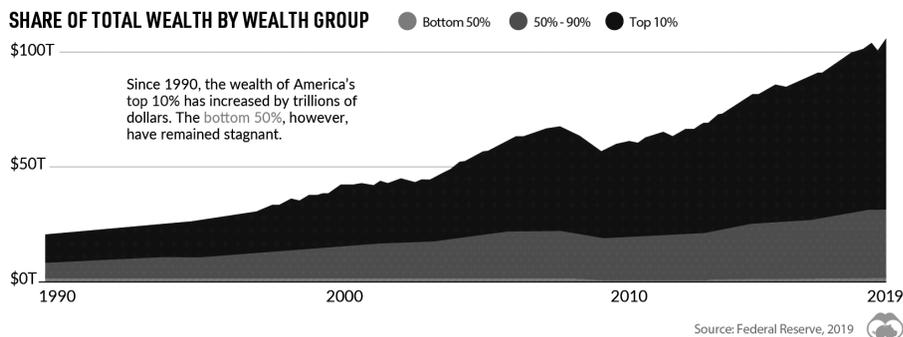
A fase do capitalismo razoavelmente equilibrado nos países ricos, tanto com o New Deal dos Estados Unidos, desde os anos 1930, como de maneira mais generalizada no pós-Guerra, caracterizando o Estado de bem-estar, encerra-se praticamente no final dos anos 1970, com a evolução muito acelerada para o hoje chamado neoliberalismo. Aqui nos interessa a mudança no cerne do sistema, que é o mecanismo de apropriação do

¹⁶² “The economy turned from making things to making financial instruments. Product entrepreneurs were replaced by financial entrepreneurs”. REICH, Robert. *The system: who rigged it, how we fix it*. New York: Alfred A. Knopf, 2020. p. 31.

excedente social. Na fase anterior, o capitalista, para enriquecer, precisava pelo menos produzir e gerar empregos, e inclusive pagar impostos, o que enriquecia a sociedade. Na fase que se inaugura no final dos anos 1970, o capitalista descobre que os mecanismos financeiros podem lhe garantir enriquecimento com muito menos esforço, e sem tantos constrangimentos. Os últimos quarenta anos do capitalismo se caracterizam por um aumento radical da desigualdade, uma explosão de fortunas no topo da pirâmide social, e um ritmo muito fraco de crescimento, apesar dos impressionantes avanços tecnológicos. O contraste dessas mudanças estruturais é significativo, pois os avanços tecnológicos, possibilitando o aumento da produtividade, deveriam permitir tanto a aceleração do crescimento como o aumento geral da prosperidade, como se constata com o exemplo da China.

O gráfico que segue apresenta a evolução do acesso à riqueza nos Estados Unidos. Os anos 80, como sabemos, foram considerados como “a década perdida”, mas o capitalismo dominante estava se orientando para novas formas de acumulação, centradas no capital financeiro. Em tom escuro, vemos a acumulação extraordinária de riqueza pelos 10% mais ricos, no tom mais claro a evolução dos 50% a 90% que constituem aproximadamente a classe média, e a linha milimétrica e estagnante na base do gráfico mostra a paralisia econômica dos 50% mais pobres da população. São 30 anos de acumulação radicalmente desigual, contrastando com a fase do pós-Guerra. Não é misterioso que a base da sociedade norte-americana, que nas últimas décadas, com democratas ou republicanos, viu-se excluída do processo, tivesse aderido com tanta força à política do ódio, da antipolítica.

Gráfico 1 – Parcela da riqueza total por grupo de riqueza



Fonte: Carmen Ang (2020). Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/5-undeniable-long-term-trends-shaping-societys-future/>. Acesso em: 2020

A pandemia escancarou o processo, na medida em que o contraste entre a paralisia das economias e o crescimento acelerado das fortunas tornou óbvio que o modelo de acumulação se tornara disfuncional. Mas a transformação se dá desde os anos 1980. Thomas Piketty traz os dados do World Inequality Database (WID): “Os tempos têm sido particularmente acelerados para os que estão mesmo no topo nos Estados Unidos, com a renda anual explodindo em 205% desde 1980 para o 1% superior, e em 636% para o 0,001% superior”¹⁶³. São dados absolutamente explosivos, sem relação com o ritmo de expansão da produção de bens e serviços, de apenas alguns pontos percentuais. Trata-se de um enriquecimento em ritmo muito mais elevado do que o que permitia a exploração do trabalhador, no quadro da tradicional mais-valia. Piketty deixa isso claro no mesmo texto:

A importância crescente da renda derivada do capital — e a crescente concentração de riqueza — têm sido vetores chave da desigualdade. Os ricos estão ficando mais velhos, e uma parte crescente da sua renda provém da propriedade de capital passivo em vez de trabalho ativo¹⁶⁴.

Importante aqui é que Piketty se refere à “renda que provém da propriedade de capital passivo e não do trabalho ativo”, o que é profundamente diferente de lucro que provém da reprodução ampliada do capital, de empresas produtoras de bens e serviços, que geram valor superior aos seus custos, em particular explorando a mão de obra. Aqui, trata-se de “renda derivada de capital passivo”, com o “capital” entendido como recurso financeiro aplicado em produtos financeiros, rendendo juros e dividendos sem o aporte produtivo correspondente. No ciclo de reprodução de capital que conhecemos, dinheiro que gera processos produtivos, que por sua vez geram mais dinheiro, no clássico $D - P - D'$, o P tornou-se desnecessário para essa classe de capitalistas. David Harvey (2005) escreve com razão que se trata de patrimônio, não de capital, na medida em que não são recursos que giram e se ampliam no processo de acumulação de capital. “Capital passivo” não é capital, mas “capital fictício” como o chamava Marx.

Só o crescimento exponencial de enriquecimento por mecanismos financeiros poderia assegurar esse nível de enriquecimento no topo, sem base produtiva correspondente. O *Inequality.org* mostra, por exemplo, que

¹⁶³ PIKETTY, Thomas *et al.* Launching the world inequality report. *The Guardian*, London, 14 dez. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/inequality/2017/dec/14/inequality-is-not-inevitable-but-the-us-experiment-is-a-recipe-for-divergence>. Acesso em: 21 jan. 2023.

¹⁶⁴ PIKETTY *et al.*, *Idem*.

em 2020 a riqueza acumulada da metade mais pobre da população americana era de US\$ 1,1 trilhão, enquanto 719 bilionários detinham US\$ 4,56, mais de quatro vezes mais. São 719 pessoas. O número de bilionários no mundo, em 2020, pulou de 660 para 2.750. Os 20 indivíduos mais ricos no mundo detêm mais riqueza que toda a metade inferior da humanidade¹⁶⁵. Lembremos que o crescimento anual efetivo da produção de bens e serviços no mundo é da ordem de 2,5%. Se tirarmos a China, é menor ainda.

A apropriação do excedente social por minorias improdutivas existiu em diversas épocas e com diferentes formas de organização social, mas volta hoje com uma escala e um ritmo de enriquecimento novo. Não é nova a exploração da sociedade por improdutivos, mas sim o fato de o processo ter atingido dimensões que transformam o conjunto da sociedade. Quando empresários, que poderiam investir na produção, constatam que é mais lucrativo investir em produtos financeiros, ou lucrar com mais dividendos sobre ações que eles mesmos recompram, é a base mesma da acumulação de riqueza que se desloca. Não mais o capitalismo de fortunas merecidas, na medida em que geravam mais produtos e crescimento econômico: trata-se de rentismo.

Oren Cass, diretor executivo do *thinktank* conservador *American Compass*, refere-se às empresas que adotam o sistema como “*Eroders*”, que geram uma erosão do próprio sistema produtivo.

Um *eroder* é um tipo estranho de empresa que parece consumir os seus próprios órgãos para o benefício de curto prazo dos seus acionistas. Ainda que nem todas as empresas entrem nessa categoria, a grande maioria o faz, representando 90% da capitalização de mercado do último meio-século.¹⁶⁶

Essa erosão, segundo Cass, “representa uma grave ameaça à prosperidade futura da América”. Não é só no Brasil que ocorre a desindustrialização. Escreve Oren Cass:

¹⁶⁵ “\$1.1 trillion is the current combined wealth of the 165 million Americans in the nation’s poorest half. The nation’s 719 billionaires now hold \$4.56 trillion in wealth, over four times as much [...]. The worldwide billionaire population, meanwhile, has leaped by 660 over the past year, to over 2,750. The world’s 20 richest individuals now hold more wealth than the entire bottom half of humanity”. *Inequality.org*, s/p, 19 abril 2021. Disponível em <https://inequality.org/wp-content/uploads/2021/04/apr-19-by-the-numbers.jpg?emci=8aa847fb-2ea1-eb11-85aa-0050f237abef&emdi=a7be930e-39a1-eb11-85aa-0050f237abef&ceid=3872836>. Acesso em: 19 fev. 2023.

¹⁶⁶ No original: “An Eroder is a strange type of firm that seems to harvest its own organs for its shareholders’ short-term benefit. While not all firms fit these categories, the vast majority do, accounting for 90% of market capitalization over the past half century”. CASS, Oren. The corporate erosion of capitalism – a firm-level analysis of declining business investment, 1971-2017. *American Compass Research*, [s. l.], p. 1. 25 março 2021. Disponível em: <https://americancompass.org/essays/the-corporate-erosion-of-capitalism/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

O problema aparece quando o setor financeiro deixa de servir a economia real e ao invés disso a economia real passa a servir o setor financeiro [...]. Os ativos da economia real tornam-se apenas o meio que o setor financeiro usa para desenvolver uma variedade de atividades não-investidoras (*non-investment activities*) para o seu próprio lucro [...]. Empresas que não investem em si mesmas estão travando a sua própria produtividade, o que implica em salários mais baixos para os seus trabalhadores. Pagamentos massivos para os acionistas beneficiam essencialmente (*overwhelmingly*) os ricos, que são donos da maior parte do dinheiro no mercado de ações.¹⁶⁷

A visão de *eroder*, do capitalista que drena a própria capacidade produtiva da empresa, aproxima-se muito do conceito de parasita que mata o próprio hospedeiro, o *killing the host*, de Michael Hudson: “Essas dinâmicas são diferentes das que regem o capitalismo industrial, e na realidade solapam a economia industrial ao desviar recursos dela para pagar ao setor financeiro e aos seus clientes rentistas”¹⁶⁸. No Brasil, o exemplo da Samarco, que preferiu privilegiar o pagamento de dividendos aos acionistas e bônus aos executivos do que melhorar a barragem no Município de Mariana (MG), é nesse sentido muito claro. Como a remuneração dos executivos é diretamente ligada aos dividendos repassados aos acionistas, que são do Brasil, mas também de qualquer parte do mundo, nos chamados “mercados” gera-se uma solidariedade entre os dois níveis, acionistas e executivos, no sentido de maximizar a dinâmica extrativa. O

¹⁶⁷ No original: “The problem arises when the financial sector stops serving the real economy and instead the real economy serves the financial sector,” Oren Cass said. “The assets in the real economy become merely the medium that the financial sector uses to conduct a variety of non-investment activities for its own profit’ [...] ‘Cass, however, views declining business investment as a driver of many of the ills facing the American economy today. Companies that don’t invest in themselves are hindering their own productivity, which means lower wages for their workers. Massive shareholder payouts overwhelmingly benefit the rich, who own most of the money in the stock market’”. INGRAHAM, Cristopher. Interview Oren Cass. *Washington Post*, Washington, 2 abr. 2021. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/business/2021/04/02/wall-streets-fixation-quick-profits-wreaking-havoc-real-economy-report-says/?utm_campaign=wp_post_most&utm_medium=email&utm_source=newsletter&wpisrc=nl_most&carta-url=https%3A%2F%2Fs2.washingtonpost.com%2Fcar-ln-tr%2F31937e5%2F60673e869d2fda1e56de9123%2F597717059bb-c0f6826c041ab%2F46%2F68%2F60673e869d2fda1e56de9123. Acesso em: 19 jan. 2023.

¹⁶⁸ “These dynamics are different from those of industrial capitalism, and indeed undercut the industrial economy by diverting income from it to pay the financial sector and its rentier clients”. HUDSON, Michael. Finance Capitalism versus Industrial Capitalism: The Rentier Resurgence and Takeover. In: *Review of Radical Political Economics* [s. l.], março 2021, p.13. Disponível em: <https://michael-hudson.com/2021/07/finance-capitalism-versus-industrial-capitalism-the-rentier-resurgence-and-takeover/>. Acesso em: 19 fev. 2023. Ver tradução em Outras Palavras. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/ocidente-diz-adeus-ao-capitalismo-industrial/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

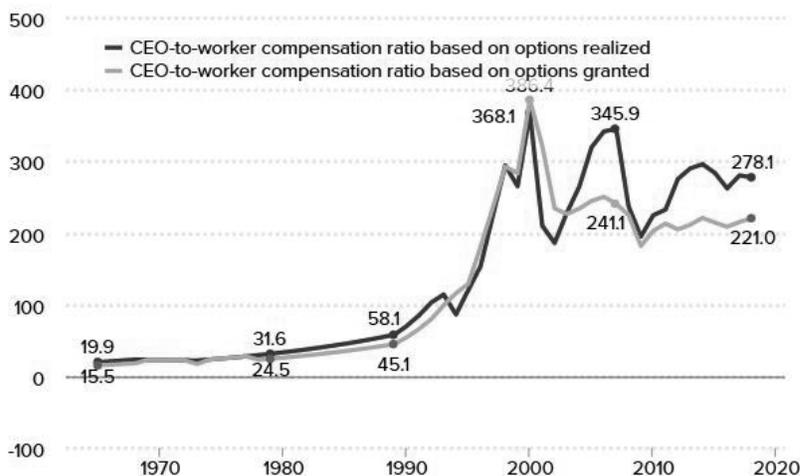
resultado é o prejuízo da própria empresa, na sua capacidade produtiva, e aumento de riqueza financeira, que no caso deixa de ser capital e se torna patrimônio. O rentista moderno gosta de se qualificar de capitalista, mas é mais próximo do Mercado de Veneza do que do capitão de indústria do século passado.

A mudança da orientação do processo decisório nas empresas produtivas é essencial. A convergência de interesses entre acionistas que recebem dividendos extorsivos e os executivos das empresas leva a uma explosão dos níveis de remuneração dos dirigentes empresariais à custa dos trabalhadores, mas também à custa da capacidade de investimento produtivo das próprias empresas. No gráfico abaixo vemos que, enquanto nos anos 1970 a remuneração dos executivos americanos estava na faixa de 20 vezes o salário médio dos empregados, essa chega a ser 278,1 vezes superior no período mais recente¹⁶⁹.

Gráfico 2 – CEOs ganham 278 vezes mais do que trabalhadores comuns

CEOs make 278 times more than typical workers

CEO-to-worker compensation ratio, 1965–2018



Fonte: Mishel, Lawrence and Wolfe, Julia. CEO compensation has grown 940% since 1978. In *Economic Policy Institute*, 14 Agosto 2019

¹⁶⁹ MISHEL, Lawrence; WOLFE, Julia. CEO compensation has grown 940% since 1978 – 2018 report. *Economic Policy Institute*, Washington, DC, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://www.epi.org/publication/ceo-compensation-2018/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

Marjorie Kelly e Ted Howard chamam esse sistema de economia extrativa:

A nossa economia é ‘do 1%, pelo 1% e para o 1%’ como o apresentou Joseph Stiglitz. No seu centro está o que nós, como coautores, chamamos de ‘viés de capital’ (*capital bias*), um favoritismo relativamente aos donos de finanças e de riqueza que penetra invisivelmente por todo o sistema. Podemos chamá-lo de *economia extrativa* (*extractive economy*), pois está desenhado para assegurar que a elite financeira possa extrair o máximo de ganhos para si, em qualquer parte do globo, sem atenção para o prejuízo causado para trabalhadores, comunidades, e o meio ambiente.¹⁷⁰

Não são investidores no sentido tradicional, produtivo, são “*speculative investors*” nos termos dos autores, “que detêm ações por minutos e assumem direitos de proprietários”¹⁷¹.

Michael Hudson focaliza precisamente essa dimensão de travamento da produção e em particular da indústria:

Marx e muitos dos reformadores menos radicais que lhe foram contemporâneos viam o papel histórico do capitalismo industrial como sendo o de remover a herança do feudalismo — os latifundiários, banqueiros e monopolistas que extraíam renda econômica sem produzir valor real. Mas aquele movimento de reforma fracassou. Hoje o setor das Finanças, Seguros e Imobiliário (*Finance, Insurance, Real Estate, FIRE*) recuperou o controle do governo, criando economias neo-rentistas. O objetivo deste capitalismo financeiro pós-industrial é o oposto daquele do capitalismo industrial bem conhecido dos economistas do século XIX: Ele busca riqueza primariamente através da extração de renda econômica, não da formação de capital industrial. O favoritismo fiscal para o imobiliário, a privatização do petróleo e da extração mineral, a banca e os monopólios de infraestrutura aumentam o custo de vida e de fazer negócio. O trabalho está sendo explorado crescentemente pela dívida à banca, dívida estudantil, dívida do cartão de crédito, ao passo que a habitação e outros preços são inflacionados com o crédito, deixando menos rendimento para gastar em bens e serviços quando economias sofrem deflação da dívida.¹⁷²

¹⁷⁰ KELLY, Marjorie; HOWARD, Ted. *The making of a democratic economy*. Oakland, CA: BK Berrett-Koehler Publishers, 2019. p. 5.

¹⁷¹ *Idem*.

¹⁷² HUDSON, Michael. *O Ocidente diz adeus ao capitalismo industrial*. São Paulo: Outras Palavras, 2021. Disponível em <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/ocidente-diz-adeus-ao-capitalismo-industrial/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Apresentamos essa citação mais longa do Michael Hudson, porque explicita um ponto essencial do presente artigo: uma coisa é constatar a desigualdade explosiva, o aumento radical da apropriação de riqueza no topo da pirâmide; outra é quando constatamos que o enriquecimento resulta apenas parcialmente de atividades produtivas, e constitui essencialmente uma apropriação por mecanismos financeiros. Repetindo, “... ele busca riqueza primariamente através da extração de renda econômica, não da formação de capital indústria”. Trata-se precisamente de “renda”, que resulta do rentismo improdutivo, conceito que não se encontra no Aurélio e que apenas começa a aparecer na literatura econômica brasileira, mas a distinção é essencial: “renda” aqui é equivalente a “*rente*” em inglês (e não *income*) ou “*rente*” em francês (e não *revenu*). Um capitalismo que reinveste apenas marginalmente na reprodução ampliada do capital, desviando o essencial dos recursos para a ampliação de fortunas pessoais improdutivas, ainda é o mesmo sistema?

O rentismo se torna dominante

Estamos acostumados a chamar de “capital” todo valor acumulado, incluindo casas, fábricas, ações e diversos tipos de papéis financeiros. Mas o conceito de capitalismo está baseado na sua inserção no processo de reprodução de capital, como no caso de um fabricante de sapatos que investe o seu capital no ciclo produtivo, gerando empregos, produtos e impostos: trata-se aqui precisamente de “acumulação de capital”. A reprodução ampliada do capital gera enriquecimento social, ainda que gere também exploração dos trabalhadores. Ter contas gordas, ações, casas e iates significa ter patrimônio, riqueza (*wealth*), mas não capital. Riqueza tinham da mesma maneira os aristocratas franceses, extraída de produtores reais, mas essa riqueza e os castelos não eram capital inserido no ciclo de reprodução de capital. Constituía um dreno, como bem compreendiam os revolucionários franceses de 1789.

Joseph Stiglitz se refere à *unearned income*, que pode traduzir-se por renda não-merecida, e que constitui uma busca de renda, *rent-seeking*:

Prática de obter riqueza não por meio de atividade economicamente válida, mas extraindo-a de outros, frequentemente por meio de exploração. Os exemplos incluem o monopólio que cobra em excesso pelos seus produtos (rendimentos de monopólio) ou empresas farmacêuticas que conseguem que o Congresso passe uma lei que permite cobrar preços muito

altos, bem como fornecer menos bens, serviços e inovação efetiva ao mercado.¹⁷³

Trata-se de rendimentos sem a contrapartida produtiva, e não há como chamar isso de capitalismo. Envolve exploração, sem dúvida, mas não é o mesmo que uma pessoa tomar o risco de investir numa indústria para produzir, ampliando o capital próprio, mas também a riqueza social.

Marx trata amplamente dessa apropriação que esteriliza o capital, por exemplo, quando trata da usura e do capital fictício. Nessa análise, o que o capitalista produtor transfere para o banco é apresentado como uma repartição da mais-valia extraída do trabalhador. O capitalista produtivo tomava crédito, gerando lucro para o banco, mas o próprio crédito permitia os investimentos produtivos. Era o banco com função de fomento. A mudança é profunda quando o sistema de intermediação financeira se torna em grande parte parasita do processo produtivo, gerando fortunas que retornam muito parcialmente para o processo produtivo. Não é mais o sistema financeiro que ajuda a empresa a desenvolver a atividade produtiva, mas o sistema produtivo a serviço da acumulação financeira. Nada que Marx não tivesse detalhado em termos de mecanismo, com a diferença que o sistema financeiro se tornou dominante. A dominância leva por sua vez a uma inversão sistêmica: a produção é atividade fim, a intermediação financeira é atividade meio e, quando os meios se apropriam dos fins, teremos muitos lucros financeiros e menos produtos.

Montecino e Epstein, do *Roosevelt Institute*, estimam que apenas 10% do que é extraído do processo produtivo pelo sistema financeiro voltam para a economia real. Mariana Mazzucato estima que possa chegar a 15%. Mas, de toda forma, mantém-se a imagem usada pelos americanos, *the tail is waiving the dog*, o rabo está abanando o cachorro. O essencial do excedente produzido pela sociedade vai para não-produtores, e o modo de produção precisa ser definido em função do principal modo de enriquecimento das elites, que é constituído hoje por um conjunto de mecanismos de extração de renda, não por acumulação produtiva de capital. A acumulação de capital pode hoje ser encontrada de maneira muito mais clara na China, inclusive permitindo um ritmo impressionante de desenvolvimento, do que no Ocidente “capitalista”. A China usa o sistema financeiro como fomentador das atividades produtivas.

¹⁷³ STIGLITZ, Joseph. *Rewriting the rules of the American economy: an agenda for shared prosperity*. New York: Roosevelt Institute, 2015. p. 14. Disponível em: <https://dowbor.org/2015/06/j-stiglitz-rewriting-the-rules-of-the-american-economy-an-agenda-for-shared-prosperity-junho-2015115p.html>. Acesso em: 1 fev. 2023.

Ellen Brown traz de maneira muito clara a mudança sistêmica, com a América passando do “capitalismo de papai-mamãe” (*mom-and-pop capitalism*) para o que chamou de techno-feudalismo:

Esses faraós dos últimos dias, os donos do planeta, os 5% mais ricos — fazem com que o resto de nós pague todo dia pelo direito de viver no planeta deles. E à medida que os fazemos mais ricos, eles compram ainda mais o planeta para eles, e usam sua riqueza e poder para brigar entre eles por mais riqueza — apesar de, naturalmente, sermos nós que temos de lutar e morrer na guerra deles.¹⁷⁴

O rentismo está no centro do palco, temos mais do que nunca “élites do atraso” e não surpreende que o sistema atual tenha sido chamado de “techno-feudalismo” por Ellen Brown, de “neo-feudalismo” por Joel Kotkin, de “capitalismo parasitário” por Zygmunt Bauman, que leve ao grito indignado de *The triumph of injustice* de Saez e Zucman, e tantas qualificações que se multiplicam. O essencial é compreender que é o núcleo duro do conceito de capitalismo que se deslocou, mudando o próprio processo de acumulação de capital. Não à toa o mundo estagna quando temos tanta tecnologia e tanta riqueza — essa última em grande parte improdutiva. Capital financeiro, capital extrativo, capital passivo, capital parasitário, tantas qualificações encontramos na busca de redefinir o sistema. Na realidade o capital subsiste, sem dúvida, nas empresas produtivas, mas o conjunto do sistema, a lógica do reinvestimento, obedece aos interesses de rentistas improdutivos, e os que se referem a um novo feudalismo estão mais próximos da realidade. Há muita proximidade entre os bailes de Versalhes e as reuniões de Viena de séculos atrás e o atual glamour de Davos.

Não é misterioso, em termos de mecanismo, e na fase da pandemia, termos tanto enriquecimento no topo da pirâmide, e bolsas tão pujantes, quando as economias estão paralisadas ou em queda. O divórcio entre o crescimento das fortunas e a estagnação da produção mostra que um já não depende do outro. Otávio Ianni (1997) escrevia que “a política mudou de lugar”. O capital também mudou de lugar. É o sistema que se desloca. Na era das fábricas e do operariado no centro do processo econômico, podia-se batalhar pela “socialização dos meios de produção”. Hoje precisamos resgatar o controle do rentismo improdutivo: finanças, tecnologias, informação, comunicação. O eixo de luta se desloca.

¹⁷⁴ BROWN, Ellen. How America went from mom-and-pop capitalism to techno-feudalism. In: *Scheerpost*, 18 maio 2021. s/p. Disponível em: <https://scheerpost.com/2021/05/18/how-america-went-from-mom-and-pop-capitalism-to-techno-feudalism/>. Acesso em: 1 fev. 2023.

Muitos lamentam com razão a desindustrialização do Brasil. Mas o essencial está no sistema de financeirização e de intermediação de *commodities* que gera essa desindustrialização ao mesmo tempo que fomenta a reprimarização. Mariana Mazzucato e Robert Skidelsky deixam isso claro: “Deixadas por conta própria, as economias de mercado tendem a favorecer atividades de curto prazo ou de rentismo — daí as tendências radicais de financeirização e desindustrialização testemunhadas nas últimas quatro décadas”¹⁷⁵. O capital vai para onde rende mais, e não é mais na produção.

Um editorial do *The Guardian* aponta para a profundidade da transformação:

Hyman Minsky foi um pioneiro na compreensão do controle da finança sobre a economia dos Estados Unidos — a das consequências para a sociedade. Nos anos 1980, ele predisse o surgimento do “capitalismo de gestão do dinheiro” e anteviu que os investidores institucionais se tornariam mestres (*masters*) do universo. Hoje, estamos em um mundo de “capitalismo gestor da máquina do dinheiro”, em que os algoritmos controlam a compra e venda de títulos. O pioneiro nesta abordagem é a empresa americana *BlackRock*, que é o maior gestor mundial de ativos e no ano passado se tornou também da Grã-Bretanha. Os humanos ainda definem as regras que os computadores seguem. Mas a inteligência artificial está diluindo a distinção. Os computadores gerem os portfólios de investimento oferecendo fundos negociados em bolsas que automaticamente seguem os índices de ações e títulos. Isso teve tanto sucesso que os três grandes — as firmas americanas *BlackRock*, *Vanguard* e *State Street* — atualmente gerem US\$ 19 trilhões em ativos, aproximadamente um décimo dos títulos contados no mundo.¹⁷⁶

A dimensão aqui é importante: os ativos dos três grupos acima, pouco conhecidos do público em geral, *BlackRock*, *Vanguard* e *State Street*, são equivalentes ao PIB dos Estados Unidos (21,5 trilhões), e representam cerca de quatro vezes o orçamento do governo federal americano. Só a *BlackRock* tem ativos que em 2022 ultrapassam 10 trilhões de dólares, mais de cinco

¹⁷⁵ MAZZUCATO, Mariana; SKIDELSKY, Robert. Economia do comum, urgência máxima. *Outras Palavras*, [s. l.], 5 fev. 2021. s/p. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/economia-do-comum-urgencia-maxima/>. Acesso em: 3 jan. 2023. Original em inglês: <https://www.project-syndicate.org/onpoint/new-fiscal-constitution-job-guarantee-by-mariana-mazzucato-and-robert-skidelsky-2020-07>. Acesso em: 3 jan. 2023.

¹⁷⁶ THE GUARDIAN. Editorial: The Guardian view on finance failures: manmade errors amplified by machines. *The Guardian*, 21 mar. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/mar/21/the-guardian-view-on-finance-failures-manmade-errors-amplified-by-machines>. Acesso em: 15 fev. 2023.

vezes o PIB do Brasil. Nada produzem, intermedeiam. São atravessadores, cobradores de pedágio sobre atividades produtivas. O comércio mundial de *commodities*, por exemplo, está essencialmente nas mãos desses grupos. Constituem os novos vetores de apropriação do excedente social. Ellen Brown, no texto citado acima, ao buscar uma dimensão propositiva, focaliza essencialmente a intermediação:

A reforma do sistema bancário é também outra importante ferramenta. Bancos operando como uma utilidade pública poderiam alocar crédito para atividades produtivas servindo os interesses públicos. Outras possibilidades incluem a aplicação da legislação antimonopólio e a reforma da lei de patentes.¹⁷⁷

Rendas financeiras, rendas de monopólio, pedágios sobre o conhecimento, pedágios sobre a comunicação, vigilância social individualizada por meio de algoritmos, esses são alguns dos eixos dominantes de apropriação do excedente social que travam a capacidade de investimento produtivo¹⁷⁸.

O sistema baseado na exploração dos escravos constituía um modo de produção escravagista, o sistema baseado na exploração dos servos no quadro de feudos foi um modo de produção feudal, o sistema baseado na exploração do operário em fábricas foi um sistema capitalista. O sistema que hoje enfrentamos, baseado na extração de renda por meio do controle das empresas produtivas (*absentee ownership*, regime de proprietários ausentes), da informação e do dinheiro, pode ser considerado um modo de produção rentista, fruto da revolução digital. Isso é muito mais do que “indústria 4.0”. O capital improdutivo, que se insere apenas marginalmente no processo de produção para explorá-lo, não constitui o bom velho capitalismo que tanto denunciamos, mas que pelo menos produzia, gerava empregos e pagava impostos.

Um sistema baseado na extração do excedente social por meio das diversas formas de rentismo, em que a exploração do trabalhador pela mais-valia deixa de ser dominante, tampouco se interessa por criar emprego. Os avanços tecnológicos contribuem sem dúvida para gerar desemprego

¹⁷⁷ BROWN, 2021, s/p.

¹⁷⁸ Desenvolvemos a dimensão propositiva em *O capitalismo se desloca*. São Paulo: Sesc, 2020. Disponível em: <https://dowbor.org/2020/05/debate-livro-novo-o-capitalismo-se-desloca-novas-arquiteturas-sociais-ladislau-dowbor-e-antonio-martins-edicoes-sesc-26-05-16h.html>. Acesso em: 19 fev. 2023. Para o conceito de sociedade vigiada, ver DOWBOR, Ladislau (org.). *A sociedade vigiada*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

pela simples dinâmica de substituição da força de trabalho, mas o processo é bem mais amplo. Neste país de 214 milhões de habitantes, o emprego formal privado se resume a 33 milhões de pessoas. Somando 11 milhões de funcionários públicos, são 44 milhões, apenas 42% da força de trabalho de 106 milhões. Como ordem de grandeza, temos 40 milhões de pessoas no setor informal. Segundo o IBGE, a renda desses trabalhadores é a metade da renda que o trabalhador formal auferir. São pessoas que no essencial “se viram”. Ser empreendedor individual sem dúvida frequentemente assegura uma aparência mais digna à subutilização, mas vemos na própria uberização e nas terceirizações irresponsáveis o que isso pode significar. E temos 15 milhões de pessoas formalmente desempregadas. Somando os 40 milhões do setor informal, os 15 milhões de desempregados, são 55 milhões, a metade da força de trabalho, parados ou subutilizados. A esse contingente precisamos acrescentar o imenso desalento, pessoas que estão em idade de trabalho, mas desistiram de procurar, e ainda as pessoas classificadas como empregadas, mas que trabalham apenas algumas horas. No conjunto estamos falando de uma massa de 60 milhões de adultos em idade de trabalho. A subutilização da força de trabalho, num país onde há tantas coisas por fazer, é absolutamente chocante, mas soma-se ao próprio processo de substituição tecnológica.

Na realidade, um sistema cuja principal forma de se apropriar do excedente social se dá por meio de rentismo improdutivo precisa cada vez menos de força de trabalho para ter quem explorar. O vendedor de bugigangas na praia ou nas praças já anda com “maquininha” e paga o pedágio para os bancos em cada operação. O antigo proletariado é hoje cada vez mais qualificado como “precarizado”. O fato de o dreno financeiro ser feito em grande parte sem exigir aumento de produção e de emprego afeta diretamente a força de trabalho. A tendência é mundial. Na África do Norte, por exemplo, o setor informal supera os 70% da população ativa.

Com a centralidade da acumulação financeira improdutiva, deslocou-se igualmente uma dinâmica essencial do capitalismo, de precisar gerar mercado para os seus produtos. Henry Ford afirmava que precisava pagar bons salários para que os seus carros pudessem ser vendidos. A acumulação de fortunas financeiras não necessita da ampliação da capacidade de compra da população para evitar crises de superprodução. Trata-se hoje de um capitalismo que precariza o emprego e o consumo, dois elementos centrais do que era a acumulação de capital. A Avenida Faria Lima demonstra alguma preocupação com o tamanho do desemprego e a fome que se generalizou? Continua acumulando: a bolsa e a economia produtiva se desconectaram.

O novo sistema é incomparavelmente mais destrutivo, gerador de desigualdade em escala qualitativamente superior e irresponsável quanto aos impactos econômicos, sociais e ambientais. No essencial, perdeu a sua função de reprodução e expansão do capital produtivo, do que Marx chamou de reprodução ampliada do capital. As fábricas não desaparecem com a revolução digital em curso, como a agricultura não desapareceu com a revolução industrial. Mas o eixo estruturante do sistema, a forma de apropriação do excedente social, desloca-se. Expandir a produção, os empregos e a correspondente capacidade de compra da população, para poder escoar os produtos, passa a desempenhar um papel secundário.

A seguir traçamos em breves linhas os diversos mecanismos que permitem o que Gar Alperovitz e Lew Daly chamaram de “apropriação indébita”¹⁷⁹.

1) O endividamento generalizado

Quando o endividamento ultrapassa a capacidade de pagamento da dívida, seja por juros elevados ou por volume da dívida — e os banqueiros conhecem perfeitamente a situação do cliente, seja família, empresa ou Estado —, gera-se um processo permanente de transferência de recursos, o chamado serviço da dívida, que leva, por exemplo, a dívidas estudantis que pessoas aposentadas ainda estão pagando: os formandos passarão a vida repassando parte dos seus salários para banqueiros, iludidos que foram pela perspectiva de grandes ganhos que lhes proporcionaria o diploma, com a propaganda muito ativa dos bancos. No Brasil, em 2003 a dívida das famílias equivalia a 18% dos rendimentos, em 2012 chegou a 45%, pagando juros estratosféricos. O financiamento da pequena e média empresa seguiu o mesmo ritmo, levando ao estrangulamento financeiro. Ampla pesquisa de fins de 2016, sobre o endividamento privado (famílias e pessoas jurídicas), apresentou o volume de recursos extraídos da economia real pelos bancos: 1 trilhão de reais, em um ano, equivalentes na época a 16% do PIB. Somando 6% de juros sobre a dívida pública, é um quinto do PIB transformado em lucros financeiros improdutivos.

Em 18 de dezembro de 2016, *O Estado de S. Paulo* trazia a manchete: “Crise do crédito tira R\$ 1 tri da economia e piora recessão”. Apresentamos esses dados com análise detalhada em *A era do capital improdutivo* (2017),

¹⁷⁹ ALPEROVITZ, Gar; DAILY, Lew. *Apropriação indébita*. São Paulo: Senac, 2010. Disponível em: <https://dowbor.org/2010/06/apropriacao-indebita-gar-alperovitz-e-lew-daly-ed-senac-sao-paulo-2010.html>. Acesso em: 7 fev. 2023.

para o caso brasileiro, mas o endividamento generalizado das famílias, das empresas e dos Estados é planetário, e envolve tanto o endividamento interno como internacional. Grande parte da humanidade trabalha para alimentar intermediários financeiros. E as pessoas se esquecem de que o dinheiro emprestado ou é da própria sociedade, ou é simplesmente emitido, sob forma de sinais magnéticos — dinheiro hoje virtual — pelos próprios bancos, que cobram juros sobre um dinheiro que não lhes custou nada. São atividades-meio, custo líquido para a sociedade que só se justificaria se o aporte para a acumulação do capital fosse maior do que a extração.

Uma pessoa emitir dinheiro constitui um crime, pois adquire um poder de compra sem ter contribuído com produção. Os bancos hoje emitem dinheiro. O papel-dinheiro impresso pelos governos hoje representa, como ordem de grandeza, 3% da liquidez. Os 97% constituem apenas anotações nos computadores, dinheiro virtual, emitido pelos bancos. Quando um banco nos cobra caro por um dinheiro pelo qual não precisou pagar, os acionistas passam a adquirir um poder de compra sem ter precisado contribuir com a produção. Lembrando que o Lehman Brothers entrou em falência, quando tinha emitido 27 vezes mais dinheiro sob forma de empréstimos do que tinha em caixa. O banco faliu, bastou algumas empresas retirarem seu dinheiro para quebrar, mas os acionistas embolsaram os dividendos. Com a crise de 2008, os bancos receberam trilhões como resgate, dinheiro público que podia ter sido utilizado para infraestruturas e políticas sociais.

A massa da população tem pouca escolha, em particular quando se privatizam as políticas sociais. Segundo Eric Toussaint,

Bancos privados e outras instituições privadas investiram muita energia no desenvolvimento de uma política de empréstimos para pessoas comuns que buscam empréstimos porque as suas rendas são insuficientes para pagar a educação superior ou os cuidados de saúde. Nos Estados Unidos, a dívida estudantil chegou a US\$ 1,7 trilhões, com US\$ 165 bilhões de inadimplência sobre empréstimos estudantis, quando grande parte das garantias são sujeitas a condições abusivas¹⁸⁰.

Para se apropriar do excedente social, o banco não precisa gerar emprego, e cada vez menos gerar crédito produtivo: empregados ou não, no

¹⁸⁰ POLYCHRONIOU, C.J. To address increasing inequality and global poverty, we must cancel debt. *Truthout*, [s. l.], 15 jun. 2021. s/p. Disponível em: <https://truthout.org/articles/to-address-increasing-inequality-and-global-poverty-we-must-cancel-debt/?eType=EmailBlastContent&eld=443ee98d-6108-47e5-9f0d-735853178254>. Acesso em: 15 fev. 2023.

Brasil 62 milhões de adultos estão atolados em dívidas, dos quais 25% em bancarrota pessoal. Com a pandemia, famílias e empresas em situação crítica se atolaram mais ainda, sem ter como escapar da agiotagem. Os trabalhos de Varoufakis mostram como a extorsão funciona no nível internacional, no caso da Grécia¹⁸¹.

2) Extração de dividendos

A lógica aqui é próxima da lógica do endividamento. As pessoas que compram ações consideram que estão financiando uma empresa e, com isso, favorecendo as atividades empresariais. Mas, quando a remuneração das ações (os dividendos) está no limite do excedente que a empresa gera, ela perde capacidade de reinvestimento. O mecanismo permite entender, por exemplo, a dinâmica econômica do Brasil e de outros países, em que a economia não cresce, mas a bolsa está bombando, gerando mais rendimentos para os acionistas¹⁸². A tragédia de Mariana, em que a Samarco preferiu aumentar os dividendos dos acionistas, e consequentemente os bônus dos executivos, em vez de investir na segurança da barragem, é característica dessa questão.

Aplicação financeira não é investimento, no sentido de construir uma estrada ou uma fábrica ou uma escola, atividades que geram aumento do capital acumulado da sociedade. Trata-se, precisamente, de aplicação financeira, ainda que os bancos qualifiquem de “investimento” qualquer atividade especulativa. Da mesma forma, renda gerada por habilidade em lidar com papéis financeiros não é a mesma coisa que lucro sobre um processo produtivo que gera capital fixo, produto, emprego e impostos. Marjorie Kelly, em livro de grande impacto publicado em 2003, deixa claro o novo mecanismo:

No desenho do sistema do capitalismo aristocrático, os CEOs são contratados por acionistas e dirigidos por conselhos para focar apenas um objetivo: maximizar os retornos dos acionistas. Os executivos são pagos apenas quando atingiram esse objetivo. Temos hoje indignação (*outrage*) quanto à falta de legitimidade dos ganhos dos CEOs. [...] Mas em

¹⁸¹ O filme de Kostas Gravas, *Adults in the Room (Jogo do Poder*, no Brasil), tem a vantagem de mostrar como se articulam o poder político e o sistema financeiro, detalhando os mecanismos de exploração pela dívida.

¹⁸² Para o Brasil, ver o artigo de Paulo Kliass, “A Bolsa vai bem e o povo vai mal”, publicado na *Carta Maior*, em 9 de junho de 2021, disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/A-bolsa-vai-bem-e-o-povo-vai-mal/7/50775>.

nenhum lugar encontramos indignação quanto à falta de legitimidade dos ganhos dos acionistas, pois se trata do sol em volta do qual o sistema gira. Questioná-lo é questionar o direito divino do capital.¹⁸³

A autora explicita que esse tipo de apropriação de recursos equivale à apropriação indébita dos senhores feudais:

Os detentores de ações se apropriam de uma riqueza para a criação da qual pouco contribuíram, de forma parecida como os nobres proclamavam privilégios para os quais não trabalharam [...]. Em vez de capitalizar empresas, o mercado de ações as descapitaliza. Os detentores de ações durante décadas têm representado um imenso dreno da liquidez das corporações. Eles são a mais morta da madeira morta. É até incorreto falar dos detentores de ações como *investidores*, pois em verdade são *extratores*. Quando compramos ações não estamos contribuindo com capital: estamos comprando o direito de extrair valor.¹⁸⁴

Lembremos que, com ordem de grandeza, 85% das aplicações financeiras estão nas mãos dos 10% mais ricos. Trata-se de um pedágio generalizado sobre processos produtivos¹⁸⁵.

3) *Monopólio de demanda: o poder das plataformas*

O dinheiro, como vimos, é hoje representado por sinais magnéticos. O dinheiro virtual permite apropriação de fragmentos de praticamente todas as atividades econômicas por meio de pedágios financeiros. No caso dos cartões de crédito, no Brasil, onde antigamente o dinheiro da compra saía do bolso do cliente diretamente para o caixa do comerciante, hoje, com o pagamento por cartão de crédito, o banco drena cerca de 5% do valor da compra, sem produzir nada. Na modalidade “débito”, o dreno é da ordem de 2,5%. Com dezenas de milhões de transações diárias com cartão, o volume se torna muito elevado. O Dieese calcula que, com essas e outras

¹⁸³ KELLY, Marjorie. *The divine right of capital*. San Francisco: Berrett-Kohler Publishers, 2003. p. 14-15.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. xiii, 29, 35. Em carta publicada no quadro do *Business Round Table* em 2019, 181 das maiores corporações americanas se comprometem a ir além do interesse dos acionistas, para responder a preocupações ambientais e sociais, na linha do ESG (Environment, Social, Governance). Por enquanto, basicamente declarações de intenção. Conferir: <https://dowbor.org/2019/10/ladislau-dowbor-a-economia-desgovernada-novos-paradigmas-14-de-outubro-de-2019.html>.

¹⁸⁵ Para uma análise detalhada dos mecanismos de apropriação do excedente social no chamado mercado de capitais, ver DURAND, Cédric. *How finance is appropriating our future*. London: Verso, 2017.

tarifas, sem contar os juros, os bancos pagam uma vez e meia a sua folha de pagamentos. Em outra era tecnológica, não seria viável inserir pequenos drenos em tantas operações dispersas, mas com a moeda digital é só colocar a instrução no computador para drenar pequenas quantias de dezenas de milhões de pessoas. “Enter”. Essa microdrenagem atinge a todos, sem gerar atividade econômica ou empregos.

Uma drenagem semelhante é imposta às transferências internacionais para famílias. Milhões de pessoas hoje trabalham nos Estados Unidos ou na Europa e fazem regularmente remessas para os países de origem. Trata-se de pequenos montantes, feitos por pessoas simples, e os intermediários cobram, como ordem de grandeza, 7% do valor remetido, quando os custos, simples envio de sinais magnéticos no computador, se contam em centavos por remessa. Trata-se de mais um pedágio que consiste apenas numa instrução no computador.

A expansão da economia das plataformas, onde antes dominavam unidades empresariais, generalizou a microdrenagem de maneira dramática. Inúmeros serviços não são mais comprados: adquire-se o direito de acesso. Jeremy Rifkin escreveu um excelente livro sobre essa transformação, *A era do acesso* (2000). Pagamos mensalidades para ter acesso a filmes no Netflix, recebemos inúmeras ofertas com propostas de mensalidades baixas, inclusive com alguns meses gratuitos no início. O fato é que esses microdrenos se somam. Cortar o vínculo é burocraticamente irritante e aqui são centenas de milhões de pessoas que veem as suas contas no banco reduzidas, quer utilizem os serviços ou não.

A BBC é paga pelo preço do custo. Um britânico paga pelo serviço, que é público, e tem boa programação sem publicidade, no que tem sido qualificado de “a melhor televisão do mundo”. Nas TVs comerciais, a TV aberta se apresenta “sem custos”, mas o pagamento é simplesmente indireto. A publicidade que interrompe os programas representa custos para as empresas que promovem os seus produtos, custos que são incorporados nos preços dos produtos que compramos. De toda forma, o dinheiro sai do nosso bolso, mas de forma indireta. E temos de enfrentar os intervalos publicitários, pagos do nosso bolso.

O básico hoje, em termos de acesso aos serviços de comunicação, é o acesso à internet, a uma linha de celular e a canais de TV minimamente decentes. Os pacotes oferecidos estão na mão de algumas empresas apenas, que cobram o que querem, pois tratam-se de serviços essenciais e porque

constituem um oligopólio. Aqui também não é algo que compramos, e sim uma mensalidade que passamos a pagar para ter “acesso”, para estar conectado. Os custos são ridículos se comparados aos preços cobrados, pela simples retransmissão de sinais. Não à toa o mexicano Carlos Slim tem uma fortuna na altura do Bill Gates. É um intermediário da comunicação. No Brasil controla a Claro.

As maiores fortunas mundiais hoje não são mais baseadas em atividades produtivas, mas de intermediação do dinheiro e de intermediação da comunicação. O Facebook, por exemplo, é gratuito na aparência. As fortunas que fluem para a empresa vêm da publicidade, que é paga por empresas que as incluem nos custos de produção, da mesma forma como no caso da TV aberta, e terminam saindo do nosso bolso. Aqui tampouco temos opção, trata-se de “monopólio de demanda”, ou seja, somos obrigados a utilizar o que os outros utilizam, o que leva a uma situação em que a empresa lucra com bilhões de pessoas que pagam os custos, incorporados nos produtos que compram. As gigantescas fortunas que surgem da uberização da economia fazem parte dessa capacidade técnica de colocar drenos em tantas coisas pequenas que pagamos, dinheiro que flui para as sedes mundiais dos grandes grupos, plataformas de pedágio. Estamos falando aqui das maiores fortunas do mundo, no sistema que permite que fragmentos do que ganha um simples entregador com a sua moto ou sua bicicleta sejam aspirados para os grandes grupos mundiais.

O fato é que em grande parte o capitalismo de pedágio não exige esforços por parte de quem cobra, o dinheiro é deduzido da conta bancária, do salário, ou incorporado no preço da compra, ou disfarçado como tarifas que nos parecem módicas, e o resultado são fortunas monumentais que resultam de simples intermediação. Não é inevitável. Lembremos que um serviço essencial e de uso diário generalizado é o WorldWideWeb, o *www* que colocamos em qualquer comunicação, que não gera nenhum custo. É administrado por um consórcio mundial sem fins lucrativos e é nessa rede sem custos que navegam os serviços comerciais que drenam nossas contas. Tim Berners-Lee, criador do WWW, recusou-se a cobrar tarifas de intermediação, dizendo que simplesmente não faria sentido: a comunicação é de utilidade pública¹⁸⁶.

¹⁸⁶ O pequeno livro de Tim Berners-Lee, *Weaving the web (Tecendo a teia)*, de 1999, é muito instrutivo para a compreensão do potencial subutilizado e do dreno comercial. Ver também RAYMOND, Eric S. *The cathedral and the bazaar*. Cambridge: O'Reilly Media, 2001. Disponível em: <https://dowbor.org/2008/02/the-cathedral-and-the-bazaar-2.html>. Acesso em: 5 fev. 2023.

4) Privatizações e apropriação de recursos naturais

As fortunas modernas encontraram, na narrativa de que o Estado mínimo é melhor, o caminho para se apropriarem de riqueza sem precisar investir, herdando a baixo custo um capital construído pelo setor público com os recursos públicos. É o caso em particular da apropriação de extração mineral, produtos naturais que fazem parte da nação e que são exportados em bruto, rendendo imensas fortunas para os acionistas. O Banco Mundial desde 1993 propõe contabilizar a extração de petróleo, por exemplo, como descapitalização do país e não como aumento do PIB.

O caso da Petrobras constitui um exemplo. Das negociações que se desenrolaram na primeira década do milênio, resultou uma legislação importante: com o petróleo sendo da nação, os lucros da sua venda deveriam ser canalizados para financiar o desenvolvimento do país, haveria “partilha” e não entrega. Com a privatização, as reservas servirão para alimentar dividendos de acionistas do Brasil e do resto do mundo, resultando em rentismo improdutivo e aparência de progresso ao aumentar o PIB.

A privatização da Eletrobras segue no mesmo caminho. O Brasil possui uma base importante de produção de energia hidrelétrica e realizou, com os impostos da população, infraestruturas de grande porte, tanto de geração como de transmissão e de capacidade de gestão.

Estimativas calculam que o valor de mercado da Eletrobrás é de pelo menos R\$ 400 bilhões, podendo chegar a R\$ 1 trilhão. E o governo quer entregar por R\$ 60 bilhões [...] A Eletrobrás tem R\$ 15 bilhões em caixa e, graças a seus bons indicadores financeiros, pode tranquilamente alavancar mais R\$ 40 bilhões. Tem total condição de realizar novos investimentos. Desde 2019, já distribuiu R\$ 7,6 bilhões só em dividendos.¹⁸⁷

Aqui também há uma apropriação de bens públicos sem a contrapartida correspondente, e recursos gerados com investimento público passarão a alimentar com proporção radicalmente superior grupos financeiros não produtivos, que poderão inclusive aumentar preços — prioridade dos acionistas — e encarecer a energia elétrica tanto para famílias como para empresas. O preço do quilowatt seguirá o preço do botijão de gás.

¹⁸⁷ LEITÃO, Miriam. Consumidor vai pagar uma Eletrobrás para o governo privatizar a Eletrobrás. *Brasil 247*, [s. l.], 15 jun. 2021, s/p. Disponível em: <https://www.brasil247.com/economia/miriam-leitao-consumidor-vai-pagar-uma-eletobras-para-o-governo-privatizar-a-eletobras?amp>. Acesso em: 15 fev. 2023.

A tendência é planetária, gerando mais apropriação do excedente social e dos recursos naturais por grupos financeiros improdutivos. George Monbiot apresenta essa dinâmica:

Cortar o financiamento das repartições, eliminar as equipes e descartar os expertos que as apoiavam, fechar programas de pesquisa, perseguir os funcionários públicos que permanecem, o estado que odeia a si mesmo está destruindo o próprio aparato de governo. Ao mesmo tempo, está destruindo as proteções públicas que nos protegem do desastre [...]. As forças que ameaçam destruir o nosso bem-estar são também as mesmas por toda parte: essencialmente o poder de lobby dos grandes negócios e do grande dinheiro, que veem a administração pública como um impedimento aos seus interesses imediatos.¹⁸⁸

Os investidores institucionais privados que adquiriram a empresa pública irão sem dúvida explorar os trabalhadores na linha da mais-valia tradicional, mas a sua posição de força lhes permitirá gerar renda de monopólio, sob forma de dividendos e de preços mais elevados, que todos os cidadãos irão pagar.

5) Apropriação dos bens e serviços de consumo coletivo

Em economias que funcionam de maneira razoável, o bem-estar das famílias depende em grande parte do acesso gratuito a bens de consumo coletivo. Como ordem de grandeza, podemos dizer que 60% do conforto familiar depende do dinheiro no bolso, que permite fazer as compras, pagar o aluguel, coisas que permitem que nos sintamos mais seguros e donos das nossas vidas. Mas os outros 40% constituem o que tem sido chamado de salário indireto, e consiste no acesso aos bens de consumo coletivo. Precisamos de segurança, mas não se compra a delegacia de polícia. Temos de ter acesso aos serviços de saúde, não só curativos, como preventivos sob forma de saneamento básico, controle de emissões, restrição aos agrotóxicos e antibióticos na nossa comida. O acesso à educação precisa ser generalizado, gratuito, público e universal, toda criança precisa ter a sua chance na vida e a desigualdade do acesso trava o imenso potencial de contribuição econômica e social da massa mais pobre da população, constituindo uma esterilização das possibilidades de desenvolvimento. Thomas Piketty trabalha com razão a desigualdade educacional no mesmo nível crítico que a desigualdade de renda e de patrimônio.

¹⁸⁸ MONBIOT, George. Is this the end of civilization? *The Guardian*, London, 24 jan. 2018. s/p. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/jan/24/end-civilisation-take-different-path>. Acesso em: 30 jan. 2023.

O rentismo nessa área surge, no Brasil como em outros países, do fato de que as restrições do acesso aos bens de consumo coletivo obrigam as famílias a se voltarem para os serviços privados. É o caso, por exemplo, dos planos privados de saúde. Ainda que representem solução adequada para os mais ricos, que querem ter um serviço sob medida, a saúde privada deixa de fora a ampla maioria da população. A lei do Teto de Gastos, ao reduzir os recursos do SUS, por exemplo, força as pessoas a contratarem planos privados, ainda que estejam no limite em termos de renda. A fragilização da educação pública tende a ter o mesmo efeito, empurrando os pais a se sacrificarem para assegurar um melhor futuro para os seus filhos, com uma base mais sólida de conhecimentos. A guerra contra as universidades federais tende a ter o mesmo efeito, de forçar mais clientes para o que se tornou uma indústria do diploma. Uma geração de estudantes que saem das universidades com grandes dívidas, para descobrir que o emprego sonhado não é garantido, faz pouco sentido¹⁸⁹.

Não são médicos os que comandam os planos privados de saúde, nem educadores no caso das escolas, e sim grupos financeiros. A revista *Forbes* apresenta as fortunas pessoais acumuladas em 2019. Carlos Wizard tem uma fortuna pessoal de 3 bilhões de reais:

Wizard voltou ao mundo da educação em 2017, com a compra de 35% da Wiser Educação, dona das redes WiseUp e NumberOne, do também bilionário Flávio Augusto da Silva. Em abril deste ano, o grupo vendeu participação minoritária do grupo para o Itaú, por meio do seu fundo de investimentos Kinea, por 200 milhões¹⁹⁰

Educadores? É importante notar que se trata de negócios, numa era em que o acesso à educação está se tornando fundamental. Chaim Zaher acumulou uma fortuna de 2,5 bilhões, vendendo as marcas Dom Bosco, Pueri Domus, Name e COC para a financeira britânica Pearson por 888 milhões, e a rede de ensino superior UniSEB para o grupo Estácio por 615 milhões. O paraibano Janguie Diniz é o principal acionista da Ser Educacional, abriu capital na Bovespa em 2013, comprou a Univeritas de Minas Gerais em 2016 e investe em educação a distância, uma grande indústria com baixos custos, elevados lucros e frágeis resultados educacionais.

¹⁸⁹ A *Folha de S. Paulo* de 20 de junho de 2021 apresenta pesquisa de que 47% dos jovens entre 15 e 29 anos gostariam de deixar o país. Essa perspectiva da nova geração é um desastre para o país.

¹⁹⁰ FORBES. Mais de 200 bilionários brasileiros. *Forbes*, São Paulo, ano 7, n. 71, p. 98, 2020. Ver, em particular, a tabela da p. 111; ver também edição n. 89, de agosto de 2021: 315 bilionários brasileiros, p. 101. O grupo de bilionários passou a ter um patrimônio equivalente a 25% do PIB.

Na área da saúde é característico o comportamento de Paulo Sérgio Barbanti, com uma fortuna de 1,6 bilhão, que vendeu a Intermédica para a Private Equity norte-americana Bain Capital, retirou-se da atividade e vive da fortuna acumulada. Para que se tenha uma ordem de grandeza, uma pessoa que aplica a fortuna de 1 bilhão para um módico rendimento de 5% ao ano está ganhando 137 mil reais por dia, de mão no bolso. É o caso igualmente de José Seripieri Filho, com uma fortuna de 1,2 bilhão, que fez fortuna com a Quali-corp, que administra planos de saúde coletivos no Brasil. Repassou a atividade para outros e passou a viver do rendimento de ações. É um comportamento generalizado: empresários que começaram uma atividade produtiva, vendem a empresa para grupos financeiros, muitas vezes estrangeiros, como a Pearson, na área da educação, ou a BlackRock, na área da saúde, e passam a viver do rendimento das ações. As empresas, por sua vez, passam a ser utilizadas para extrair o máximo de dividendos. Os 11 bilionários que vivem de explorar o setor da saúde acumularam uma fortuna de 56,88 bilhões de reais. As empresas que gerem essas fortunas buscam extrair o máximo. A educação dos jovens e a saúde das famílias constituem apenas uma fonte. *The business of business is business.*

O raciocínio pode ser aplicado a numerosos setores. Tanto o conforto das famílias como a produtividade das empresas dependem, por exemplo, de ruas asfaltadas, de redes de estradas e semelhantes. O essencial aqui é que grande parte das infraestruturas foi construída com recursos públicos, permitindo rendimentos mais elevados do setor privado sem que as empresas tenham contribuído significativamente para os custos. A produtividade sistêmica de um país e o lucro ampliado das empresas dependem muito das infraestruturas e dos serviços de consumo coletivo, lucro líquido para as empresas, que irão se referir apenas à própria criatividade e ao poder mágico dos “mercados”. Essa dimensão simplesmente não aparece nas contas econômicas, mas sim nas análises de Hazel Henderson, que apresenta a necessidade de ajuste na contabilidade nacional, incluindo a contribuição produtiva das infraestruturas geradas pelo setor público.

Mariana Mazzucato e Robert Skidelsky denunciam a política fiscal contracionista e resgatam esse papel das políticas públicas:

A crise do covid-19 tornou as falhas do modelo ortodoxo ainda mais óbvias, ao ressaltar a grave deficiência de bens públicos, desde a infraestrutura básica de saúde até equipamentos de proteção individual [...]. Agora que o COVID-19 expôs os danos causados pelo paradigma anterior, é hora de começar a mapear uma nova era de investimento público

para remodelar nosso cenário tecnológico, produtivo e social. Deixadas por conta própria, as economias de mercado tendem a favorecer atividades de curto prazo ou de rentismo — daí as tendências radicais de financeirização e desindustrialização testemunhadas nas últimas quatro décadas.¹⁹¹

Quando corporações usam serviços públicos, mas praticam a evasão fiscal, está ocorrendo o *faree-riding* de rentistas.

6) Evasão fiscal

O dinheiro ganho pelos rentistas gera imensas fortunas sem contribuição produtiva, mas também sem pagar impostos. O sistema econômico em geral depende em grande parte de capital público acumulado, hoje muito amplo nos países ricos, mas também no Brasil sob forma de infraestruturas energéticas, de transportes, de comunicação, de saneamento, além dos sistemas de saúde, educação, segurança e outros que são essenciais para a sociedade como um todo. O excedente produzido pela sociedade depende vitalmente do capital público acumulado. Essa base essencial da produtividade econômica foi financiada com recursos públicos, e pagar os impostos constitui um dever tanto do cidadão como das empresas que usam essas infraestruturas. Boas infraestruturas reduzem custos de produção, constituindo *economias externas* para as empresas. Mas as grandes fortunas têm suficiente força política para evitar pagar a sua parte.

No caso brasileiro é absurda a lei de 1995 que isenta de tributação lucros e dividendos distribuídos. Mas o caso dos magnatas mundiais não é muito diferente, como se viu com os dados fiscais dos maiores bilionários americanos vazados em 2021. Um sistema infantil de simples permite uma evasão gigantesca: nos Estados Unidos, os bilionários mantêm as suas fortunas em ações, imóveis, objetos de luxo, que só seriam taxados quando vendidos.

O sistema tributário dos Estados Unidos foca na renda, não no que é chamado de ganhos não-realizados sobre ações não vendidas, imóveis ou outros ativos [...]. Ninguém entre os 25 mais ricos evitou tanto imposto como Buffett, o ancião

¹⁹¹ MAZZUCATO, Mariana; SKIDELSKY, Robert. Economia do comum, urgência máxima. *Outras Palavras*, [s. l.], 5 fev. 2021. s/p. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/economia-do-comum-urgencia-maxima/>. Acesso em: 13 fev. 2023. Original em inglês: <https://www.project-syndicate.org/onpoint/new-fiscal-constitution-job-guarantee-by-mariana-mazzucato-and-robert-skidelsky-2020-07>.

centibilionário. Isso talvez seja surpreendente, dada a sua imagem pública como advogado de impostos mais elevados para os ricos. De acordo com a Forbes, a sua riqueza aumentou em US\$24 bilhões entre 2014 e 2018. Durante esses anos, os dados mostram, Buffett informou ter pago US\$23,7 milhões em impostos. Isso representa uma alíquota efetiva de 0,1%, ou seja, menos de 10 centavos para cada US\$100 que ele acrescentou à sua riqueza.¹⁹²

Os dados publicados pelo *ProPublica* mostram que o comportamento é generalizado, envolvendo as maiores fortunas. Robert Reich, que foi secretário do trabalho de Bill Clinton mostra a relação entre a evasão fiscal absurda — quanto mais ganham, menos pagam — e a apropriação do processo decisório público nos Estados Unidos:

A bomba que representou o relatório do *ProPublica* sobre o fato dos super-ricos americanos pagarem pouco ou nada em impostos revela não só a sua riqueza espantosa como também a forma como traduziram essa riqueza em poder político para encolher os seus impostos para quase nada.¹⁹³

Eric Toussaint, um especialista em dívida, traz com clareza o impacto dos ricos não pagarem impostos sobre o crescimento da dívida pública: “A dívida pública continua a explodir em volume porque os governos estão se endividando massivamente para evitar taxar os ricos no pagamento das medidas de resistência à Covid-19, e não demorarão a retomar a sua ofensiva de austeridade”¹⁹⁴. Mariana Mazzucato apresenta os mecanismos que permitem que as corporações usem recursos desenvolvidos no setor público, cobrando dos consumidores pelo que não produziram e sonegando impostos sobre os lucros obtidos¹⁹⁵.

¹⁹² EISINGER, Jesse; ERNSTHAUSEN, Jeff; KIEL, Paul. The secret IRS files: trove of never-before-seen records reveal how the wealthiest avoid income tax. *ProPublica*, New York, 8 jun. 2021. s/p. Disponível em: <https://www.propublica.org/article/the-secret-irs-files-trove-of-never-before-seen-records-reveal-how-the-wealthiest-avoid-income-tax>. Acesso em: 1 fev. 2023.

¹⁹³ REICH, Robert. When America’s richest men pay \$0 in income tax, this is wealth supremacy. *The Guardian*, London, 10 jun. 2021. s/p. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/jun/10/when-americas-richest-men-pay-0-in-income-tax-this-is-wealth-supremacy>. Acesso em: 4 fev. 2023.

¹⁹⁴ TOUSSAINT, Eric. To address increasing inequality and global poverty, we must cancel debt. *Truthout*, [s. l.], 15 jun. 2021. s. p. Disponível em: <https://truthout.org/articles/to-address-increasing-inequality-and-global-poverty-we-must-cancel-debt/?eType=EmailBlastContent&eId=443ee98d-6108-47e5-9f0d-735853178254>. Acesso em: 6 fev. 2023

¹⁹⁵ MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor. *Anthem Press*, New York, 2011. Disponível em: <https://dowbor.org/2019/10/mariana-mazzucato-the-entrepreneurial-sate-debunkiong-public-vs-private-sector-myths-anthem-press-new-york-2015.html>. Acesso em: 6 fev. 2023.

7) Paraísos fiscais

Os paraísos fiscais jogam um papel hoje fundamental na perda de controle por parte dos Estados. O exemplo da Microsoft é ilustrativo do comportamento geral das grandes corporações:

Uma subsidiária irlandesa da *Microsoft* teve um lucro de US\$ 315 bilhões no ano passado, mas não pagou imposto sobre corporações já que é “residente”, para efeitos tributários, em Bermuda. O lucro gerado pela *Microsoft Round Island One* é igual a quase três-quartos do PIB da Irlanda — ainda que a empresa não tenha empregados. A subsidiária, que recolhe direitos de licenciamento para o uso de software da *Microsoft* sujeito a copyrights, apresentou um lucro anual de US\$ 314,7 bilhões no ano até o final de junho de 2020, de acordo com as contas prestadas na *Irish Companies Registration Office*.¹⁹⁶

A Microsoft não era uma empresa americana? O *Roosevelt Institute* aponta igualmente o peso dos paraísos fiscais e a perda de controle público sobre as grandes corporações, na ausência de instrumentos multilaterais de regulação:

A legitimidade das instituições econômicas multilaterais depende de elas produzirem resultados que líderes de estados soberanos e democráticos possam abraçar. Quando corporações multinacionais transferem US\$ 1,38 trilhões dos seus países de origem para paraísos fiscais como Luxemburgo ou as Ilhas Cayman para evitar pagar impostos, e companhias como *Facebook* detêm um poder desproporcional nas nossas democracias, as instituições multilaterais podem e devem servir como poder coletivo de contrapeso para prevenir a extração de riqueza a expensas da nossa população [...]. Agora é o tempo de nos movermos para além da ordem neoliberal e para uma nova era de igualdade e justiça. Agora é o momento de reescrevermos as leis internacionais.¹⁹⁷

Felicia Wong estima que precisamos de um novo Bretton Woods e lembra corretamente que as opções pertencem a nós como sociedade, são regras (*rules*) e não “leis” econômicas imaginárias: “Os resultados econômicos

¹⁹⁶ THE GUARDIAN. Microsoft Irish subsidiary paid zero corporate tax on 220bn profit last year. *The Guardian*, London, 3 jun. 2021. s/p. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/jun/03/microsoft-irish-subsiary-paid-zero-corporate-tax-on-220bn-profit-last-year>. Acesso em: 17 jan. 2023.

¹⁹⁷ WONG, Felicia. A Bretton Woods moment: how this year’s G7 summit could rewrite the international rules. *Roosevelt Institute*, New York, 3 jun. 2021. s/p. Disponível em: <https://rooseveltinstitute.org/2021/06/03/a-bretton-woods-moment-how-this-years-g7-summit-could-rewrite-the-international-rules/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

são o produto de instituições políticas, de escolhas humanas, e de regras que estruturam os mercados”¹⁹⁸.

Depois de anos de hesitações, em meados de 2021, finalmente aparece no horizonte uma proposta de uma taxa de 15% sobre os lucros das corporações transnacionais. Dani Rodrik resume:

O acordo do G7 tem dois eixos. Primeiro, propõe um imposto mínimo de 15% sobre as maiores corporações. Segundo, uma parte do lucro global dessas corporações será trazida de volta aos países onde fazem os negócios, independentemente da localização das suas sedes físicas¹⁹⁹.

A importância da decisão do G7 é sem dúvida o fato de possibilitar financiamento adicional de políticas públicas, mas também o fato dos fluxos financeiros internacionais passarem a ser registrados. O *Economist* avalia que se trata de uma restrição drástica ao papel dos paraísos fiscais em geral. Mas por enquanto o sistema segue se expandindo, como se constata nas sucessivas revelações do ICIJ sobre os *Panama Papers*, *Paradise Papers* e *Pandora Papers*²⁰⁰.

Para quem pensa que a evasão fiscal por meio de paraísos fiscais é um processo marginal, o *Economist* traz os números básicos:

Um estudo de 2018 concluiu que cerca de 40% dos lucros das multinacionais realizados no exterior são artificialmente transferidos para países de impostos baixos. Um funcionário envolvido de perto nas discussões atuais pensa que o acordo que está tomando forma poderia “praticamente matar os paraísos”. [...]. A parte dos lucros no exterior das multinacionais registrados nos paraísos fiscais subiu de 30% duas décadas atrás para cerca de 60% hoje.²⁰¹

¹⁹⁸ *Idem*.

¹⁹⁹ RODRIK, Dani. The G7 tax clampdown and the end of hyper-globalization. *Project Syndicate*, New York, 7 jun. 2021. s/p. Os impactos financeiros podem ser encontrados em BARAKE, Mona *et al.* Collecting the tax deficit of multinational companies: simulations for the European union. *Project Syndicate*, New York, jun. 2021. Disponível em: <https://joserobertoafonso.com.br/collecting-the-tax-deficit-of-multinational-companies-barake-et-al/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

²⁰⁰ ICIJ. Offshore havens and hidden riches of world leaders and billionaires exposed in unprecedented leaks. *Pandora Papers*, [s. l.], out. 2021. Disponível em: https://www.icij.org/investigations/pandora-papers/global-investigation-tax-havens-offshore/?utm_source=ICIJ&utm_campaign=8ce10323e7-20211003_WeeklyEmail&utm_medium=email&utm_term=0_992ecfdbb2-8ce10323e7-82319785. Acesso em: 18 jan. 2023. Para as fortunas brasileiras em Luxemburgo, ver ABREU, Allan *et al.* Luxemburgo, paraíso fiscal das riquezas brasileiras. *Revista Piauí*, São Paulo, 08 fev. 2021. Disponível em: <https://dowbor.org/2021/03/luxemburgo-paraíso-fiscal-das-riquezas-brasileiras.html>. Acesso em: 18 jan. 2023.

²⁰¹ THE ECONOMIST. Twilight of tax havens. *The Economist*, London, 2 jun. 2021. s/p. Disponível em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2021/06/01/twilight-of-the-tax-haven>. Acesso em:

São 60% dos lucros, e dobrando em duas décadas. Apresentamos os dados de forma mais detalhada no livro *A era do capital improdutivo* (2017). O que nos interessa aqui é que esses recursos não fazem parte de um processo de reprodução do capital, é literalmente dinheiro gerando dinheiro, processos extrativos que asseguram uma apropriação radicalmente mais intensiva do excedente social por elites improdutivas. Lembremos que Marx, no livro II de *O capital*, considerava essa evolução para a ampliação do capital fictício como previsível. O que para nós é essencial é que o capital fictício, tornando-se dominante, com capacidade inclusive de se apropriar das políticas públicas, e prejudicando a acumulação produtiva do capital que era central no sistema capitalista, apresenta dinâmicas estruturalmente diferentes quando se torna dominante. Neste mundo, governos nacionais enfrentam dinheiro global. Gerou-se o caos financeiro, um cassino especulativo insustentável.

Considerações finais

A breve apresentação das formas de apropriação improdutiva do excedente social que aqui desenhamos pode ser expandida. Por exemplo, a manipulação das pessoas, que ainda ensinamos inocentemente como *marketing*, com a comercialização de informações privadas por meio de algoritmos, transformou-se em gigante econômico. Envolve a análise detalhada e comercialização dos nossos comportamentos, canalização individualizada de mensagens comerciais e políticas por meio de algoritmos, que geram a força econômica do *Alphabet*, com quase dois trilhões de dólares (mais do que o PIB do Brasil), ou do Facebook, acima de 1 trilhão. Esse dreno financeiro atinge o bolso de cada um de nós, ao ser incorporado, pelas empresas que usam esses serviços, nos custos de produção do que compramos. Usar o Facebook parece ser gratuito, mas os lucros são gerados por todos nós, indiretamente. Custos reduzidíssimos para a plataforma, lucros desproporcionais. É rentismo de intermediação da comunicação, mas também poder²⁰².

6 jan. 2023; ver também THE ECONOMIST. What would a new system for taxing multinationals look like economist. *The Economist*, London, 15 maio 2021. Disponível em: https://www.economist.com/finance-and-economics/2021/05/13/what-could-a-new-system-for-taxing-multinationals-look-like?itm_source=parsely-api. Acesso em: 6 jan. 2023.

²⁰² Uma leitura particularmente importante é o livro de CASTELLS, Manuel. *Communication power*. Oxford, UK: Oxford U.P., 2009. Sobre a dimensão das grandes corporações da área, ver ALLI, Aran. 3 companies now make up 50% of US ad revenues: Google, Facebook, Amazon. *Visual Capitalist*, [s. l.], 18 jul. 2021. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/3-companies-make-up-50-percent-of-us-ad-revenues/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

É igualmente importante estudar o dreno financeiro que representa a especulação imobiliária, tão bem apresentada no Brasil pela Erminia Maricato²⁰³. Gigantescas fortunas são colocadas ao abrigo do fisco ao serem investidas em imóveis. As áreas nobres de Londres, por exemplo, têm inúmeras residências que pertencem a magnatas dos mais diversos países, esperando valorização²⁰⁴. A cidade de Vancouver, no Canadá, viu os custos de habitação explodirem sob pressão de capitais chineses aplicados em imóveis, em geral não habitados, apenas reservas de valor que aumentam à medida que a pressão demográfica aumenta. É enriquecimento que não acrescenta disponibilidade de habitações, e sim gera apropriação especulativa. A compra de terras por grupos financeiros gera também encarecimento do seu uso para a agricultura. O verbete na *Wikipedia* sugere o óbvio: “Um imposto sobre o valor da terra remove os incentivos financeiros para a posse de terra parada apenas para valorização, tornando mais terra disponível para usos produtivos”²⁰⁵. O rentismo drena investimentos que poderiam ser produtivos.

Não se trata de discussão semântica, pois, muito além da exploração salarial, temos de entender melhor os mecanismos atuais de apropriação do excedente social por meio do endividamento generalizado, do aumento extorsivo dos dividendos, de intermináveis patentes, da evasão fiscal, dos paraísos fiscais, da apropriação do capital natural do planeta, da microdrenagem de recursos por tarifas, das taxas sobre transferências internacionais, de cobranças sobre os cartões de crédito, do rentismo dos monopólios, dos monopólios de demanda, da especulação imobiliária, do comércio de informações pessoais, da manipulação publicitária individualizada e outros mecanismos que entendemos muito menos e que somos individualmente incapazes de enfrentar. Um salário extorsivo pode levar a uma greve, lutas, paralisia e acordos com a empresa. Quem é extorquido por uma taxa elevada de juros vai manifestar em frente a uma agência bancária? Uma parte impor-

²⁰³ MARICATO, Ermínia; ROSSI, Pedro. O novo ataque cerrado às cidades brasileiras. *Outras Palavras*, São Paulo, 27 set. 2021. s/p. Disponível em: <https://outraspalavras.net/cidadesemtranse/o-novo-ataque-cerrado-as-cidades-brasileiras/>. Acesso em: 4 fev. 2023.

²⁰⁴ GFI. Acres of money laundering: why U.S. real estate is kleptocrat’s dream? *Global Financial Integrity*, Washington, DC, 21 ago. 2021. Disponível em: https://gfintegrity.org/report/acres-of-money-laundering-why-u-s-real-estate-is-a-kleptocrats-dream/?utm_medium=email&_hsmi=153147175&_hsenc=p2ANqtz-_dQDkw9bsAsfZWejlcFezC6_eVikqqfH6VqfmPIVWO7s-NCCzRqzGBiK6QeYxEjOrVCZoBu_Bt9ku9K1AOcqSyAW7dy1g&utm_content=153147175&utm_source=hs_email. Acesso em: 4 mar. 2023.

²⁰⁵ Tradução nossa de: “A land value tax removes financial incentives to hold unused land solely for price appreciation, making more land available for productive uses”. REAL-ESTATE BUBBLE. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. Florida: Wikimedia Foundation, 2021. s/p. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Real-estate_bubble. Acesso em: 19 fev. 2023.

tante do que você pagou no Uber vai para grupos financeiros nos Estados Unidos. Não é preciso fazer um cheque ou uma ordem de pagamento: é automático. O dinheiro imaterial é muito fluido e vaza por todos os lados. Quanto mais os intermediários privados drenam os nossos recursos, mais desviam a nossa atenção para os impostos.

A mudança das formas de exploração nos obriga a repensar e redirecionar nossas frentes de luta. Com a pandemia, por exemplo, tornou-se evidente o caráter explorador da grande indústria farmacêutica e as pessoas passaram a se dar conta da importância de repensar o sistema de patentes. O pagamento quase nulo de impostos pelos bilionários improdutivos mostra a que ponto é importante gerar um sistema articulado de cobrança internacional. O travamento do acesso ao conhecimento científico por parte dos oligopólios mostra a necessidade de expandir *Creative Commons*, *Open Access* e outros mecanismos colaborativos e gratuitos de comunicação científica. O endividamento generalizado das famílias, das empresas e dos Estados aponta para a necessidade de assegurar, por meio de finanças públicas e de finanças de proximidade, que os recursos sejam direcionados para o desenvolvimento sustentável. O peso da indústria de gestão de fortunas (*asset management industry*) e de ativos financeiros em geral, *BlackRock* e semelhantes, precisa ser drasticamente reduzido: o dinheiro não é deles, e são eles gestores de capital improdutivo.

A lógica geral propositiva é que, quando os mecanismos de apropriação do excedente social se deslocam, mudam também as frentes de luta para que os recursos, que são da sociedade e não dos intermediários, voltem a servir à sociedade. Em outros tempos a luta era por socializar os meios de produção, as fábricas. Hoje o poder sobre as próprias fábricas deslocou-se: o desafio principal está nos gestores improdutivos que se apropriaram do conjunto, inclusive em boa parte do sistema público como, por exemplo, do Banco Central no Brasil.

Um desafio particularmente complexo é que o dreno dos recursos econômicos da sociedade, pelos intermediários dos mais diversos tipos, afeta também a base política das transformações. As grandes plataformas de comunicação e os sistemas online de serviços financeiros, e inclusive o sistema de exportação primária atual, geram pouquíssimos empregos. Estamos na era da uberização, do telemarketing, dos empregos precários e da massa de trabalhadores subutilizados, conforme vimos, porque os sistemas de pedágio econômico que passaram a predominar simplesmente não precisam de muitos trabalhadores.

O que há de novidade no mundo do trabalho no Brasil é justamente a plataformização, que joga uma pá de cal no processo histórico de flexibilização e precarização do trabalho, agora em parceria com financeirização, dataficação e racionalidade neoliberal.²⁰⁶

A força social de transformação que representavam os trabalhadores formais nas grandes empresas diminuiu em número, ficou mais fragmentada em segmentos especializados, é frequentemente manejada à distância por algoritmos, e os sindicatos e diversas formas de representação fragilizaram-se. O precariado nos leva a um outro conceito de luta de classes.

E a revolução digital, que caracteriza os novos tempos, leva-nos a pensar no potencial de uma mudança cultural profunda na sociedade, deslocando o eixo principal de relações sociais baseado na competição para uma sociedade centrada na colaboração. Não se trata aqui de um sonho humanista, e sim do fato de que, em uma sociedade em que o principal fator de produção é o conhecimento, os processos colaborativos são simplesmente muito mais produtivos do que competição. Robin Hahnel resume: “Campanhas que já estão em curso podem começar com a transição da economia da competição e ganância (*greed*) para a economia de cooperação equitável”²⁰⁷. Grohmann apresenta as numerosas iniciativas no resgate do potencial da conectividade para uma gestão colaborativa em rede: “As plataformas cooperativas podem ser de trabalhadores, consumidores ou multilaterais, o que mostra as múltiplas possibilidades nos seus desenhos institucionais”²⁰⁸. São novas frentes de luta, muito além do nível de remuneração. O processo tecnológico não irá se reverter, precisa ter o seu sentido político revertido para que sirva à sociedade, e não às próprias plataformas.

Essa transformação tem sólida base: quando o principal fator de produção é o conhecimento, que, com a conectividade online, pode ser replicado ao infinito sem custos adicionais para quem o produziu, podemos generalizar o acesso, remunerando apenas os custos iniciais da sua geração e multiplicando os benefícios por milhões de utilizadores. Na China, no quadro do CORE (*China Open Resources for Education*), um inovador recebe

²⁰⁶ GROHMANN, Rafael. Para vencer a distopia da exploração digital. *Outras Palavras*, São Paulo, 23 ago. 2021. s/p. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/para-vencer-a-distopia-da-exploracaodigital/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

²⁰⁷ AHNEL, Robin. *Economic justice and democracy: from competition to cooperation*. Posfácio: Noam Chomsky. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2005. p. 254. Importante leitura é também o livro de MASON, Paul. *Postcapitalism: a guide to our future*. UK: Penguin, 2015.

²⁰⁸ GROHMANN, 2021, s/p.

um bônus da instituição e o avanço é repassado para toda a rede de universidades e de centros de pesquisa. Assim ninguém fica reinventando a roda, todos trabalham na crista da inovação. Gera-se um ambiente colaborativo sistemicamente inovador. *Wikipédia, Open Access, Creative Commons, OCW* do MIT e tantas outras experiências, apresentadas entre outros no livro *Wikinomics*, apontam para um caminho muito mais equilibrado e produtivo²⁰⁹.

O processo de construção interativa e colaborativa de conhecimento em rede é mais justo, pois permite reduzir o impacto de atravessadores que travam o acesso a um conhecimento que poderia multiplicar a produtividade de outros agentes. Gar Alperovitz e Lew Daly trazem aqui uma excelente análise, no livro *Apropriação indébita*, mostrando que, por exemplo, se não fossem os avanços sobre a tecnologia do transistor e do microprocessador desenvolvidos por outros, um Bill Gates estaria na sua garagem brincando com tubos catódicos²¹⁰. Pagamos fortunas por um produto para o qual a sua empresa contribuiu muito pouco, aproveitando conhecimentos desenvolvidos por outras instituições e centros de pesquisa e destruindo competidores. Hoje somos forçados a utilizar o Word, por exemplo, simplesmente porque temos de utilizar o que os outros usam. Não há mercado nem competição, apenas monopólio de demanda e rentismo. Até quando ficaremos pagando esse pedágio? O conhecimento é uma construção social e o seu retorno deve ser para a sociedade. O objetivo não é controlar o conhecimento, é liberá-lo dos atravessadores²¹¹.

A conectividade planetária permite muito mais gestão horizontal em rede no lugar das gigantescas pirâmides de poder verticalizado. A riqueza do planeta, fruto dos avanços científicos e do desenvolvimento da capacidade produtiva, atingiu um nível que hoje permite que todos vivam de maneira digna e confortável, bastando para isso uma redistribuição moderada de riqueza, e em particular o controle do dreno financeiro por parte de agentes econômicos improdutivos. A guerra de todos contra todos, o *homo homini lupus*, com as tecnologias modernas de guerra, de sabotagem cibernética, de manipulação biológica, das técnicas de vigilância, apresenta-nos um horizonte destrutivo. Somos todos tripulantes da espaçonave Terra, mas há os que preferem ser passageiros de luxo e estão destruindo a própria nave.

²⁰⁹ TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, Anthony. *Wikinomics: how mass collaboration changes everything*. US: Penguin, 2006. s/p. Disponível em: <https://dowbor.org/2008/03/wikinomics-2.html>. Acesso em: 18 fev. 2023. Em português, publicado por Nova Fronteira em 2007.

²¹⁰ ALPEROVITZ, Gar; DALY, Lew. *Apropriação indébita*. São Paulo: Senac, 2010. Disponível em: <https://dowbor.org/2010/11/apropriacao-indebita-como-os-ricos-estao-tomando-a-nossa-heranca-comum.html>. Acesso em: 17 jan. 2023.

²¹¹ *Idem*.

A exploração por meio de salários baixos, a tradicional mais-valia extraída dos trabalhadores, continua sem dúvida presente. Mas a apropriação do excedente social se ampliou radicalmente, por parte de atravessadores de diversos tipos, que cobram pedágio sobre praticamente todas as nossas atividades, quer contribuam produtivamente ou não. Não há dúvidas quanto ao poder financeiro, midiático, militar e até de controle das pessoas pelos algoritmos individualmente direcionados por parte dos gigantes corporativos. Mas é também fato que são não só improdutivos, como destroem a nossa base natural de sobrevivência, jogam-nos a uma situação de desigualdade explosiva e obrigam a massa da população a recorrer a atividades humilhantes para sobreviver no setor informal, isso quando a riqueza acumulada, os conhecimentos científicos e as tecnologias modernas permitem que o mundo se desenvolva de maneira sustentável e equilibrada.

Em particular, não há nenhuma razão econômica para tanta destruição, violência e sofrimento. Uma conta simples ajuda: os 88 trilhões de dólares que representam o PIB mundial divididos pela população mundial de 7,8 bilhões de pessoas equivalem a 20 mil reais por mês por família de quatro pessoas. No Brasil, o equivalente é 11 mil reais por mês. Com uma moderada redução das desigualdades, com o que produzimos hoje, poderíamos assegurar a todos uma vida digna e confortável e financiar medidas para parar de destruir o planeta. A catástrofe em câmera lenta que vivemos não é inevitável. Não se trata de “leis” econômicas, são escolhas. Thomas Piketty deixa isso claro:

A desigualdade é antes de tudo uma construção social, histórica e política. Dito de outra forma para o mesmo nível de desenvolvimento econômico ou tecnológico existe sempre múltiplas formas de organizar um sistema de propriedade ou um regime de fronteira, um sistema social e político, um regime fiscal e educativo. Essas escolhas são de natureza política.²¹²

Como escreveu Martin Wolf, economista chefe do *Financial Times*, esse sistema perdeu a sua legitimidade. É um gigante financeiro, mas com pés de barro por travar o desenvolvimento. Cabe a nós batalharmos por uma sociedade que faça sentido, olhando o potencial colaborativo que se abre com a revolução digital. Construir o futuro é mais promissor do que tentar consertar o passado. A história da humanidade tem sido dominada

²¹² PIKETTY, 2021, p. 20.

por minorias que se apropriam do excedente social e que geram sucessivas narrativas ou contos de fadas para justificar a exploração. E, para os que não acreditam em contos de fadas, naturalmente, há o porrete. Mecanismos de exploração, narrativas e porrete continuam ativos. É tempo de nos civilizarmos.

Referências

ABREU, Allan *et al.* Luxemburgo, paraíso fiscal das riquezas brasileiras. *Revista Piauí*, São Paulo, 8 fev. 2021. Disponível em: <https://dowbor.org/2021/03/luxemburgo-paraíso-fiscal-das-riquezas-brasileiras.html> . Acesso em: 18 jan. 2023.

ALI, Aran. 3 companies now make up 50% of US ad revenues: Google, Facebook, Amazon. *Visual Capitalist*, [s. l.], 18 jul. 2021. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/3-companies-make-up-50-percent-of-us-ad-revenues/>. Acesso em: Acesso em: 5 jan. 2023.

BARAKE, Mona *et al.* Collecting the tax deficit of multinational companies: simulations for the European union. *Project Syndicate*, New York, jun. 2021. Disponível em: <https://joserobertoafonso.com.br/collecting-the-tax-deficit-of-multinational-companies-barake-et-al/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BERNERS-LEE, Tim. *Weaving the web: the original design and ultimate destiny of the world*. Massachusetts: Institute of Technology, 1999.

BROWN, Ellen. How America went from mom-and-pop capitalism to techno-feudalism. *In: Scheerpost*, 18 Maio 2021, s/p. Disponível em: <https://scheerpost.com/2021/05/18/how-america-went-from-mom-and-pop-capitalism-to-techno-feudalism/>. Acesso em: 1 fev. 2023.

CASS, Oren. The corporate erosion of capitalism – a firm-level analysis of declining business investment, 1971-2017. *American Compass Research*, [s. l.], 25 mar. 2021. Disponível em: <https://americancompass.org/essays/the-corporate-erosion-of-capitalism/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CASTELLS, Manuel. *Communication power*. Oxford, UK: Oxford U.P., 2009.

DOWBOR, Ladislau. *O Capitalismo se desloca*. São Paulo: Sesc, 2020. Disponível em: <https://dowbor.org/2020/05/debate-livro-novo-o-capitalismo-se-desloca-novas-arquiteturas-sociais-ladislau-dowbor-e-antonio-martins-edicoes-sesc-26-05-16h.html>. Acesso em: 19 fev. 2023.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo: nova arquitetura do poder – dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo: Outras Palavras: Autonomia Literária, 2017.

DOWBOR, Ladislau (org.). *A sociedade vigiada*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

DURAND, Cédric. *How finance is appropriating our future*. London: Verso, 2017.

EISINGER, Jesse; ERNSTHAUSEN, Jeff; KIEL, Paul. The secret IRS files: trove of never-before-seen records reveal how the wealthiest avoid income tax. *ProPublica*, New York, 8 jun. 2021. s/p. Disponível em: <https://www.propublica.org/article/the-secret-irs-files-trove-of-never-before-seen-records-reveal-how-the-wealthiest-avoid-income-tax>. Acesso em: 1 fev. 2023.

FORBES. Mais de 200 bilionários brasileiros. *Forbes*, São Paulo, ano 7, n. 71, p. 98, 2020.

FORBES. 315 bilionários brasileiros. *Forbes*, São Paulo, n. 89, p. 101, ago. 2021.

GROHMANN, Rafael. Para vencer a distopia da exploração digital. Outras Palavras, São Paulo, 23 ago. 2021. s/p. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoe-precariado/para-vencer-a-distopia-da-exploracaodigital/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

HAHNEL, Robin. *Economic justice and democracy: from competition to cooperation*. Posfácio: Noam Chomsky. New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2005.

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HUDSON, Michael. *O Ocidente diz adeus ao capitalismo industrial*. São Paulo: Outras Palavras, 2021. s/p. Disponível em: <https://dowbor.org/2021/03/o-ocidente-diz-adeus-ao-capitalismo-industrial.html>. Acesso em: 20 jan. 2023.

HUDSON, Michael; HUDSON, Michael. Finance Capitalism versus Industrial Capitalism: The Rentier Resurgence and Takeover. *Review of Radical Political Economics*. [s. l.], março 2021, p. 13. Disponível em: <https://michael-hudson.com/2021/07/finance-capitalism-versus-industrial-capitalism-the-rentier-resurgence-and-takeover/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

IANNI, Octavio. A Política Mudou de Lugar. In: DOWBOR, Ianni Resende (org.). *Desafios da Globalização*. 5. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 1997.

ICIJ. Offshore havens and hidden riches of world leaders and billionaires exposed in unprecedented leaks. *Pandora Papers*, [s. l.], out. 2021. Disponível em: <https://>

www.icij.org/investigations/pandora-papers/global-investigation-tax-havens-offshore/?utm_source=ICIJ&utm_campaign=8ce10323e7-20211003_WeeklyEmail&utm_medium=email&utm_term=0_992ecfdbb2-8ce10323e7-82319785. Acesso em: 18 jan. 2023.

INGRAHAM, Christopher. Interview Oren Cass. *Washington Post*, Washington, 2 abr. 2021. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/business/2021/04/02/wall-streets-fixation-quick-profits-wreaking-havoc-real-economy-report-says/?utm_campaign=wp_post_most&utm_medium=email&utm_source=newsletter&wpisrc=nL_most&carta-url=https%3A%2F%2Fs2.washingtonpost.com%2Fcar-ln-tr%2F31937e5%2F60673e869d2fda1e56de9123%2F597717059bbc0f6826c041ab%2F46%2F68%2F60673e869d2fda1e56de9123. Acesso em: 19 jan. 2023.

KELLY, Marjorie. *The divine right of capital*. San Francisco: Berrett-Kohler Publishers, 2003.

KELLY, Marjorie; HOWARD, Ted. *The making of a democratic economy*. Oakland, CA: BK Berrett-Koehler Publishers, 2019.

LEITÃO, Miriam. Consumidor vai pagar uma Eletrobrás para o governo privatizar a Eletrobrás. *Brasil 247*, [s. l.], 15 jun. 2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/economia/miriam-leitao-consumidor-vai-pagar-uma-eletobras-para-o-governo-privatizar-a-eletobras?amp>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MARICATO, Ermínia; ROSSI, Pedro. O novo ataque cerrado às cidades brasileiras. *Outras Palavras*, São Paulo, 27 set. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/cidade-desemtranse/o-novo-ataque-cerrado-as-cidades-brasileiras/>. Acesso em: 4 fev. 2023.

MASON, Paul. *Postcapitalism: a guide to our future*. UK: Penguin, 2015.

MAZZUCATO, Mariana; SKIDELSKY, Robert. Economia do comum, urgência máxima. *Outras Palavras*, [s. l.], 5 fev. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadosdemocracia/economia-do-comum-urgencia-maxima/>. Acesso em: 3 jan. 2023.

MISHEL, Lawrence; WOLFE, Julia. CEO compensation has grown 940% since 1978 – 2018 report. *Economic Policy Institute*, Washington, DC, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://www.epi.org/publication/ceo-compensation-2018/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

MONBIOT, George. Is this the end of civilization? *The Guardian*, London, 24 jan. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/jan/24/end-civilisation-take-different-path>. Acesso em: 30 jan. 2023.

PIKETTY, Thomas. *Histoire de l'Égalité*. Paris: Seuil, 2021.

PIKETTY, Thomas *et al.* Launching the world inequality report. *The Guardian*, London, 14 dez. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/inequality/2017/dec/14/inequality-is-not-inevitable-but-the-us-experiment-is-a-recipe-for-divergence>. Acesso em: 21 jan. 2023.

POLYCHRONIOU, C. J. To address increasing inequality and global poverty, we must cancel debt. *Truthout*, [s. l.], 15 jun. 2021. Disponível em: <https://truthout.org/articles/to-address-increasing-inequality-and-global-poverty-we-must-cancel-debt/?eType=EmailBlastContent&eId=443ee98d-6108-47e5-9f0d-735853178254>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RAYMOND, Eric S. *The cathedral and the bazaar*. Cambridge: O'Reilly Media, 2001. Disponível em: <https://dowbor.org/2008/02/the-cathedral-and-the-bazaar-2.html>. Acesso em: 5 fev. 2023.

REAL-ESTATE BUBBLE. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. Florida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Real-estate_bubble. Acesso em: 19 fev. 2023.

INEQUALITY.ORG. \$1.1 trillion. *Inequality.org*, s/p, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://inequality.org/wp-content/uploads/2021/04/apr-19-by-the-numbers.jpg?emci=8aa847fb-2ea1-eb11-85aa-0050f237abef&emdi=a7be930e-39a1-eb11-85aa-0050f237abef&ceid=3872836>. Acesso em: 19 fev. 2023.

REICH, Robert. *The system: who rigged it, how we fix it*. New York: Alfred A. Knopf, 2020.

REICH, Robert. When America's richest men pay \$0 in income tax, this is wealth supremacy. *The Guardian*, London, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/jun/10/when-americas-richest-men-pay-0-in-income-tax-this-is-wealth-supremacy>. Acesso em: 4 fev. 2023.

RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso: a transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia*. São Paulo: MAKRON Books, 2000.

RODRIK, Dani. The G7 tax clampdown and the end of hyper-globalization. *Project Syndicate*, New York, 7 jun. 2021.

STIGLITZ, Joseph. *Rewriting the rules of the American economy: an agenda for shared prosperity*. New York: Roosevelt Institute, 2015. Disponível em: <https://dowbor.org/2015/06/j-stiglitz-rewriting-the-rules-of-the-american-economy-an-agenda-for-shared-prosperity-junho-2015115p.html>. Acesso em: 1 fev. 2023.

STONE, Oliver; KUZNICK, Peter. *The untold history of the United States*. New York: Gallery Books, 2019.

TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, Anthony. *Wikinomics: how mass collaboration changes everything*. US: Penguin, 2006.

THE ECONOMIST. Twilight of tax havens. *The Economist*, London, 2 jun. 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2021/06/01/twilight-of-the-tax-haven>. Acesso em: 6 jan. 2023.

THE ECONOMIST. What would a new system for taxing multinationals look like economist. *The Economist*, London, 15 maio 2021. Disponível em: https://www.economist.com/finance-and-economics/2021/05/13/what-could-a-new-system-for-taxing-multinationals-look-like?itm_source=parsely-api. Acesso em: 6 jan. 2023.

THE GUARDIAN. The Guardian view on finance failures: manmade errors amplified by machines. *The Guardian*, 21 mar. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/mar/21/the-guardian-view-on-finance-failures-manmade-errors-amplified-by-machines>. Acesso em: 15 fev. 2023.

TOUSSAINT, Eric. To address increasing inequality and global poverty, we must cancel debt. *Truthout*, [s. l.], 15 jun. 2021. Disponível em: <https://truthout.org/articles/to-address-increasing-inequality-and-global-poverty-we-must-cancel-debt/?eType=EmailBlastContent&eId=443ee98d-6108-47e5-9f0d-735853178254>. Acesso em: 6 fev. 2023.

WONG, Felicia. A Bretton Woods moment: how this year's G7 summit could rewrite the international rules. *Roosevelt Institute*, New York, 03 jun. 2021. Disponível em: <https://rooseveltinstitute.org/2021/06/03/a-bretton-woods-moment-how-this-years-g7-summit-could-rewrite-the-international-rules/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

PARTE II

SOCIEDADE

A CUBA REVOLUCIONÁRIA E DEMOCRÁTICA

Embaixador Pedro Monzón Barata²¹³

Os Estados Unidos tiveram vários motivos para destruir a Revolução Cubana, mas entre os mais importantes estão os seguintes: nosso país rompeu o esquema hegemônico norte-americano na América Latina; tirou de seus consórcios e máfias a possibilidade de manter o controle político e econômico sobre Cuba, respaldado desde sua intervenção na guerra contra o colonialismo espanhol em fins do século XIX; o sistema de justiça social cubano representa uma negação dos sistemas injustos que predominam em países capitalistas e típicos do neoliberalismo; e, por contraste, o fato de que o internacionalismo solidário de Cuba constitui uma ameaça para a política de ingerências estadunidense e de outras potências capitalistas ocidentais.

Naturalmente os EUA não reconhecem de maneira manifesta essas motivações reais. Em seu lugar, acusam Cuba de sustentar uma ditadura impiedosa e violar os direitos humanos dos cubanos. Sobre essas bases, a contrapelo da realidade e da posição da imensa maioria dos países representados na ONU, têm sustentado uma política muito agressiva contra Cuba há quase mais de 60 anos e, como parte disso, um bloqueio econômico, comercial e financeiro muito danoso. Os argumentos que utilizam publicamente, além de falsos, demonstram o duplo caráter discriminatório de sua política exterior em relação a Cuba. Ao contrário, EUA apoiam países aliados que cometem de maneira sistemática vários ultrajes aos direitos humanos dos seus povos e sustentam democracias representativas nas quais a vontade e as necessidades do povo não desempenham um papel determinante.

Sem embargo, não basta reconhecer esses fatos para justificar e qualificar a existência da Revolução Cubana nos terrenos político, econômico

²¹³ Agradeço pela oportunidade de permitir que Cuba participe desta publicação, dedicada a duas personalidades brasileiras tão destacadas: Paulo-Edgard de Almeida Resende, antigo reitor comunitário da PUC, e o sindicalista Antônio da Costa Gadelha Netto, que ajudou na quebra do bloqueio a Cuba no setor turístico e de empresas aéreas, ao estabelecer as conexões diretas entre Brasil e Cuba a partir do primeiro voo entre os dois países, em dezembro de 1987. Por esse motivo, o Sr. Gadelha Netto foi condecorado pelo então presidente e líder da Revolução Cubana, Fidel Castro, pelos seus relevantes serviços prestados a Cuba.

e social. É necessário acercar-se de sua obra real e da forma de governo que caracterizou esse radical processo em sua evolução. Certamente, sobre essas bases, nos é necessário responder a duas perguntas fundamentais: predominou e predomina em Cuba uma forma ditatorial de governo? Foram respeitados e atendidos os direitos humanos do povo cubano? Para responder a essas questões, temos de voltar ao passado, que é nosso ponto de partida. A Revolução Cubana surgiu como consequência da situação em que vivia o país desde que os EUA arrebataram a independência aos cubanos, depois de décadas de luta contra o colonialismo espanhol nas montanhas e planícies²¹⁴, situação especialmente agravada após o golpe de Estado encabeçado por Fulgencio Batista, em 1952.

Esse golpe de Estado e os extremos antipopulares da tirania que se estabeleceu detonaram um processo revolucionário que já vinha amadurecendo desde muitos anos no país. Nessa época em Cuba predominava uma democracia representativa, daquelas que o Ocidente considera autêntica, e que funcionava segundo um sistema eleitoral apoiado no multipartidarismo. Até os últimos momentos, os Estados Unidos mantiveram seu apoio a essa ficção de democracia, a esse cruel regime, apesar das injustiças e crimes cometidos pela ditadura de Fulgencio Batista e dos abusos contra o povo em todos os sentidos. Pode-se dizer então que o multipartidarismo equivalia a um governo autêntico do povo, em que o povo era o soberano e seus eram direitos respeitados? A benção e o apoio dos EUA a esse regime representariam uma garantia, um reconhecimento, de que se cumpria com todos os requisitos de uma democracia e de que os direitos do povo eram verdadeiramente respeitados? Podia-se então confiar na veracidade e justeza das avaliações e respaldo dos EUA?

A realidade histórica prova que antes de 1959 o sistema multipartidário de Cuba estava profundamente corrompido. Qualquer vestígio de democracia tradicional que possa ter existido durante essa república mediatizada que nos era imposta terminou de maneira brusca e absoluta durante o *batistato*.

²¹⁴ No final da longa luta de libertação de Cuba da Espanha (1895-1898), a indústria e o comércio de Cuba estavam arruinados, a agricultura aniquilada, a população dizimada por doenças e fome, a sociedade dividida. A ingerência dos EEUU no final da guerra contra Espanha levou a oligarquia do país a aceitar a tutela americana em seu território, tendo sido Cuba impedida de ter signos de independência como bandeira, brasão, hino nacional. Somente em 1902, Cuba pode eleger o primeiro presidente constitucional, Tomás Estrada Palma, substituindo do mastro a bandeira americana pela bandeira cubana. Porém, a pressão da tutela americana prosseguiu e Cuba somente teve autonomia plena a partir de 1913. Cf. VICENS VIVES, J. Dir. *História de España y América Social y Económica*. 1. reed. España: Editorial Vicens-Vives, 1974. T. 5: Los siglos XIX y XX. América Independiente. p. 510-518.

A polarização da riqueza e a brecha social no país eram extremas, a pobreza endêmica; as vantagens de crescimento econômico nacional eram colhidas pela elite burguesa e o governo; as terras estavam nas mãos de poucos; a educação e a saúde eram privilégios das classes abastadas, uma maioria muito importante do povo era analfabeta e carecia dos mais elementais serviços de saúde; a brutal repressão àqueles cidadãos que queriam mudanças da situação imperante e de outros inocentes era sintomática; o desemprego, os jogos de azar, as drogas e a prostituição estavam generalizados. Os recursos nacionais e a soberania tinham sido vendidos aos EUA, seus consórcios e sua máfia; o comércio exterior estava sob controle dos EUA; a tremenda penetração do capital estadunidense asfixiava o crescimento de uma burguesia que responderia aos interesses nacionais; Cuba era um país pobre, apendicular e humilhado.

Naturalmente, da mesma forma que faz hoje com seus aliados, naquela época EUA não acusavam nem agrediam o governo de turno imperante em Cuba, nem mesmo o cruel *batistato*. Pelo contrário, brindou-o com seu apoio e suas armas para combater os rebeldes libertadores liderados por Fidel nas montanhas. O governo de Fulgencio Batista era manifestamente corrupto e criminoso, mas satisfazia aos interesses dos Estados Unidos e encaixava-se muito bem nos desígnios de dominação imperial.

Estão aqui esboçadas as causas diretas da Revolução Cubana. Os fatos históricos comprovados as demonstram em abundância. O próprio presidente Kennedy reconheceu com pesar, em plena campanha eleitoral, no dia 6 de outubro de 1960, em um banquete oferecido pelo Partido Democrata na cidade de Cincinnati, Ohio, que objetava a política seguida pela administração do presidente Eisenhower. Lançou então fortes críticas à derrocada da ditadura de Batista e o apoio que esse recebera do governo estadunidense anterior. Entre outras coisas, assinalou:

Talvez o mais desastroso de nossos erros foi a decisão de exaltar e respaldar uma das ditaduras mais sangrentas e repressivas da larga história de repressão latino-americana. Fulgencio Batista assassinou 20.000 cubanos em sete anos, uma proporção da população de Cuba maior que a de norte-americanos que morreram nas duas grandes guerras mundiais [...] ²¹⁵

²¹⁵ Documentos de John F. Kennedy. Documentos Pré-Presidenciais. Arquivos do Senado, Caixa 912: “Jantar democrático, Cincinnati, Ohio, 6 de outubro de 1960”. Biblioteca Presidencial John F. Kennedy. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/archives/other-resources/john-f-kennedy-speeches/cincinnati-oh-19601006-democratic-dinner>. Acesso em: nov. 2022.

Claro, essa foi uma crítica *post facto* para explicar a tragédia que para os EUA representava o triunfo da Revolução Cubana e da qual nunca mais se falou. Em seu lugar se impôs o interesse por destruir esse fruto “indesejado” dos “desacertos” da política anterior dos EUA: a Revolução Cubana. Até hoje elogiam e sublimam essa triste etapa da história de Cuba.

O triunfo da Revolução colocou fim a essa penosa situação nacional. Apesar do poder ter sido tomado pela força das armas, a etapa anterior à declaração do socialismo, entre o 1 de janeiro de 1959 e o 18 de abril de 1961 (prelúdio da invasão mercenária à Playa Girón orquestrada pelos EUA), é identificada por alguns autores como “democrática popular”. O certo é que esses momentos iniciais se caracterizaram por uma dura luta contra as tentativas de arrebatar o poder aos rebeldes por parte dos resquícios do governo de Batista, a burguesia dependente cubana e o imperialismo. Todos os passos dados por Fidel à frente da direção revolucionária estiveram dirigidos para afastar essas forças que perseguiram o restabelecimento do tradicional regime capitalista em Cuba e a dominação dos EUA. Para isso, fundou um novo Estado e um exército popular sobre as bases do exército rebelde e forjou uma estreita unidade entre todas as forças políticas revolucionárias, ao mesmo tempo que conscientizou o povo com seus profusos e didáticos discursos, e estabeleceu um sistema educacional radicalmente novo que agrupou todos ao redor de objetivos humanistas e revolucionários. Tudo isso explica porque a Revolução Cubana foi, desde seus primeiros momentos, uma revolução popular, como resultado da aliança de classes que a impulsionou, que integrou a pequena burguesia urbana ao campesinato, à classe operária e às camadas pobres da cidade.

Por que Fidel não utilizou o sistema democrático tradicional para instaurar um governo novo que responderia aos princípios de justiça e independência contidos no Programa de Moncada? Por que utilizou a força das armas e não a via eleitoral?

A resposta é uma só: não havia opção após o golpe de Estado de Batista e o comportamento tirânico e repressivo de seu governo. Como Revolução autêntica era imprescindível a imposição de leis radicais em todos os terrenos para varrer o passado, no lugar de recorrer à formação de um parlamento e utilizar os velhos métodos com os velhos protagonistas da “democracia” da república mediatizada.

Era razoável promover o multipartidarismo? Não tinha sentido algum. A proliferação de partidos durante o *batistato* havia demonstrado que não

respondia aos interesses do povo, e muito menos no marco de um governo tirânico. Ademais, um intento desse caráter teria rompido a unidade imprescindível das forças políticas e do povo, em momentos em que as mudanças radicais em curso eram impugnadas e resistidas pelos restos da oposição interna e pelas agressões dos Estados Unidos. Esse poderoso país vizinho teria mais recursos para intentar penetrar e destruir a Revolução, descansando nas cisões provocadas pela difusão de forças políticas internas; haveriam bloqueado o avanço da revolução e feito o impossível para reverter o processo. Não cabe a menor dúvida que uma direção consequente, prestigiosa, e a unidade de todas as forças revolucionárias e do povo contribuíram para a imprescindível blindagem à Revolução até os dias atuais.

Sem embargo, essas restrições impostas pelo governo revolucionário introduziram no país uma verdadeira democracia participativa, deslocou a soberania dos interesses de uma elite associada ao imperialismo estadunidense para a imensa maioria do povo. Essa fórmula de democracia tinha que ser introduzida pela direção revolucionária que interpretava realmente as necessidades do povo. Fidel, em seu histórico discurso conhecido como *A História me Absolverá*, perante o julgamento a que foi submetido pelo lendário assalto ao Quartel Moncada, e a partir do *Programa de Moncada* derivado desse fato, deixou claro quais eram os objetivos da Revolução durante a luta armada e depois de ter tomado o poder. Esses objetivos, apoiados em princípios legítimos de justiça social e independência nacional, começaram a ser cumpridos desde o primeiro dia. Ficou claro que não se tratava da retórica da demagogia tradicional dos politiquieiros anteriores.

Poderia ter sido uma falsa revolução. A direção revolucionária, encabeçada por Fidel, poderia ter traído os ideais que promulgou e, nesse sentido, teria submetido o povo a novos grilhões, mas não foi o caso. Sobram as provas de que o Programa de Moncada foi cumprido e cumprido para além do esperado em favor dos interesses do povo. “Fizemos uma revolução maior que nós próprios”, disse Fidel uma vez. Isto é, uma revolução que superou enormemente os objetivos iniciais.

Desde a sua origem, a Revolução Cubana estabelece uma diferença clara entre conceitos tão excludentes e banais como ditadura e democracia e entre o passado e o presente. Seu sucesso colocou a soberania no povo pela primeira vez na história de Cuba, o que implicou benefícios imediatos no terreno da justiça social, da independência nacional e do respeito e promoção dos direitos humanos, pilares essenciais de uma democracia participativa autêntica.

Por esse caminho se chegou inevitavelmente ao socialismo. Fidel, em memorável discurso na véspera do ataque à Playa Girón, em 16 de abril de 1961, tornou público o caráter socialista da Revolução sobre as bases do que, até então, se tinha feito de concreto para o povo. O povo, apesar de ter sido por muitos anos intoxicado pela propaganda anticomunista, ofereceu seu pleno apoio. Tornou-se popular, então, uma melodia que dizia “se Fidel é comunista, me coloquem na lista, pois eu concordo com ele”. Não há melhor demonstração de apoio da população a essa nova etapa da revolução do que o fato de que o exército rebelde e os milicianos, povo uniformizado, foram em bloco oferecer suas vidas em defesa da revolução, já declarada socialista, quando ocorreu o ataque a Playa Girón. E triunfaram.

Essa tem sido a realidade que negam as permanentes campanhas internacionais contra Cuba e que insistem em dizer que no país não tem havido democracia, que se reprimem os movimentos sociais e que não se respeita a liberdade de expressão e outros direitos humanos.

O conceito burguês de democracia predominante no Ocidente, que se tem insistido em nos impor, apoia-se na conhecida procriação de partidos, que se movem com liberdade aparente no plano político e de acordo com determinações eminentemente eleitorais. Nesse sistema, e cada vez mais com o desenvolvimento do neoliberalismo, o conceito de direitos humanos se reduz a uma suposta liberdade de oportunidades, de imprensa e de expressão, no marco de uma sociedade polarizada em todos os âmbitos: nas riquezas, na estruturação social e no conhecimento. Instalam-se, de fato, limites intransponíveis para aqueles despossuídos, famintos e incultos, que são constituídos pela maioria das populações. Por isso, essa democracia não se baseia realmente na participação do povo no governo e no destino das nações; emerge de um contrassenso, os fatos não correspondem à retórica.

Os direitos democráticos são desfrutados e exercidos pelas oligarquias poderosas economicamente e por aqueles políticos apoiados por elas. Ainda dentro desses setores, desenvolve-se uma competição intensa que conduz à redução, cada vez maior, do setor dos que são cada vez mais abastados. Essa democracia é um mito que se introduz na cultura popular. Tal situação eterniza sistemas que polarizam a riqueza e benefícios sociais de todo tipo. Alguns poucos têm muito e a maioria tem pouco. No geral, os processos eleitorais dentro dessas democracias giram, em última instância, em torno do dinheiro, e não de posições políticas batalhadas por candidatos partidários, apesar da aparência de liberdade que sugere a existência de múltiplos par-

tidos. No fim, os ganhadores devem satisfazer as necessidades e interesses daqueles que colocam o dinheiro. O multipartidarismo não foi em Cuba, nem é agora no mundo, garantia de democracia. Naturalmente, aproveito para esclarecer que cada país tem a capacidade de encontrar suas próprias soluções na busca de uma democracia participativa legítima e disso podem derivar fórmulas nacionais diversas.

As oligarquias, atendendo a seus interesses, são as que determinam tanto o controle do Estado, em seu conjunto, como o de suas forças repressivas na maioria das democracias ocidentais. Da mesma maneira também controlam, no fundo, as políticas editoriais dos meios fundamentais de comunicação, da tão presumida imprensa livre à qual o povo não tem acesso verdadeiro — povo cuja parte nem sequer goza da capacidade para ler. Em muitos desses países, o nível de educação, formação cultural e política da população é muito pobre. Portanto, o povo não está devidamente informado, nem pode exercer um verdadeiro governo. Não tem acesso à política, nem sabe como fazê-lo.

Há múltiplas provas tangíveis de que o povo em sua imensa maioria foi o protagonista fundamental e o beneficiado pela Revolução Cubana, o que corresponde às afirmações de Fidel de que a revolução é do povo, pelo povo e para o povo, dos humildes, pelos humildes e para os humildes.

Por questões de espaço é impossível mencionar tudo, mas algumas amostras podem qualificar as mudanças que realmente se sucederam durante esses anos, além da dissolução radical do opressivo regime anterior e da ruptura de subordinação aos Estados Unidos. Iniciou-se um verdadeiro programa de intensas transformações sem precedentes. Ensinou-se a ler e escrever a toda população analfabeta em um único ano, com a participação voluntária de estudantes do ensino médio, e implantou-se e começou a se desenvolver um sistema universal e gratuito de ensino, que permitiu uma superação generalizada e crescente do povo. “Não falamos para o povo acreditar, falamos para ele ler [...] a revolução disse ao povo: estude, informe-se, medite, observe, pense. Porque esse é o caminho da verdade: fazer com que o povo pense, que o povo analise”, destacou Fidel em um discurso na televisão em abril de 1961. Isto é, a Revolução deu ao povo as armas da educação e da cultura para que entendesse e raciocinasse o que era melhor para seus interesses e seu desenvolvimento, até limites anteriormente impensados. A família cubana deixou de se preocupar com o acesso de seus filhos a uma educação digna e enriquecedora.

A Revolução também implantou um sistema de saúde universal e gratuito com um alto nível profissional que ultrapassou as necessidades de nossa ilha e alcançou muitos países que têm precisado dele. O problema da ausência de saúde do povo, que afeta boa parte da humanidade, não existe em Cuba desde a vitória de 1959. Esse interesse do país pela saúde dos seus habitantes, e as restrições na importação de medicamentos como resultado do bloqueio, provocou o desenvolvimento de um setor de biotecnologia, destacado internacionalmente, motivo pelo qual temos medicamentos únicos no seu tipo no mundo contra enfermidades graves e crônicas; um sistema de vacinação nacional exaustivo, que colocou fim a quase todas as doenças tropicais e que desenvolveu, nesses últimos dois anos de pandemia, três vacinas contra a COVID-19, além de outras duas candidatas, e que já imunizaram a grande maioria da população adulta e a infantil, fenômeno excepcional na América Latina.

É assim que se explica que o povo cubano registre indicadores de saúde que superam os da maioria dos países, incluindo alguns países desenvolvidos, o que também ocorre com os níveis de educação.

A Revolução ofereceu emprego para todos e garantiu leis de segurança social altamente benéficas para os trabalhadores, acabando com a triste situação que existia antes. Confiscou as grandes propriedades pertencentes a capitais e mafiosos estadunidenses, assim como de representantes vinculados e comprometidos com o regime de Batista, e as colocou em mãos do Estado revolucionário, em benefício do povo cubano.

Essa e outras mudanças, como a Reforma Agrária e a Reforma de Aluguéis, permitiram que se estabelecesse um sistema equitativo de distribuição da riqueza, que não propicia e nem permite a polarização crítica ou o abandono dos cidadãos mais vulneráveis. Tais circunstâncias impediram que em Cuba houvesse moradores de rua e explicam por que a delinquência e as drogas deixaram de serem problemas nacionais.

Esse sistema, verdadeiramente democrático, assegura que não exista fome, mortes por fome nem desnutrição infantil apesar do bloqueio econômico, comercial e financeiro, que gerou muitas dificuldades materiais ao país e cujo objetivo é justamente fazer o povo sofrer para insubordiná-lo e derrubar o sistema socialista.

Em Cuba se pôs fim a toda discriminação estrutural e legal. Todos os cubanos têm os mesmos direitos. A mulher, as mães e a família em seu conjunto recebem uma atenção privilegiada, entre as mais avançadas do

mundo. Com a revolução foram criadas múltiplas organizações de massas, por setores e políticas, que representam os interesses do povo e são canais de diálogo com o governo e o Partido.

Outra demonstração da democracia real, de poder do povo, é o fato de que a Revolução treinou a grande maioria de seus cidadãos para a utilização de armas e o domínio de técnicas, táticas e estratégias, cujo objetivo é desencorajar ou deter qualquer agressão externa, isto é, estadunidense. Por isso, esse sistema, que predomina desde o início da Revolução, é conhecido como “Guerra de todo o povo”. Uma ditadura jamais faria tal coisa.

O sistema de eleições de Cuba é participativo, não representativo, e radicalmente diferente do que prevalece nos países capitalistas. Não se apoia na dinâmica partidária. O Partido Comunista de Cuba não intervém nas eleições. Essas se desenvolvem e se realizam em assembleias nos bairros, convocadas pela organização mais inclusiva do país e que abrange mais de 80% da população: os Comitês de Defesa da Revolução. As eleições ocorrem por meio da orientação de uma Comissão eleitoral independente, na qual o PCC também não desempenha papel algum.

Votam voluntariamente mais de 90% do povo, que é culto e crítico, a favor de cidadãos destacados que nomeiam os delegados escolhidos segundo seus comportamentos e méritos durante a vida em diferentes áreas e por sua capacidade para representar o povo e exercer alguma função de governo. As eleições não se apoiam em campanhas e promessas. Pela lei, qualquer um pode ser eleito, independentemente de ter ou não militância partidária, de sua inclinação sexual, da cor da pele, da religião, da ideologia que professa etc. Nesse sistema o dinheiro não intervém. Os representantes eleitos do povo recebem o mesmo salário de sua profissão e realizam voluntariamente os trabalhos do governo. Trabalha-se por vocação, não por poder. Por isso as eleições em Cuba não padecem da crônica corrupção, muito comum em países capitalistas. Não faz sentido. Após as eleições, como parte desse sistema *sui generis*, realizam-se consultas periódicas nas quais os cidadãos explicam seus problemas e pedem soluções individualmente aos delegados e nas “Assembleias de Prestação de Contas”, nas quais os delegados têm de explicar para sua circunscrição o que fizeram em benefício da população. Nesse processo é possível revogar delegados quando eles demonstram ineficácia em suas funções.

Esse sistema abrange os diferentes níveis e, depois de formado o Parlamento, em sua sede se escolhe o presidente do país. As eleições, desde

a base, contribuem com 50% dos deputados parlamentares e os 50% restantes são escolhidos também pelo povo, mas a partir de uma proposta das Comissões de Candidatura formadas por organizações de massas diversas. Essas candidaturas incluem cidadãos renomados em distintos setores como saúde, educação, ciências, cultura, esporte, defesa etc. Por isso o Parlamento cubano destaca-se pelos excepcionais méritos de seus deputados e não pela presença de políticos e politiquieiros, cujas posições muitas vezes correspondem a interesses sectários.

Nesse sistema eleitoral não faz sentido contar com a utilização da repressão, porque não se estimula o conflito. As eleições se desenvolvem pacificamente, são quase uma espécie de festa popular, e as urnas são guardadas por crianças do ensino primário, não por soldados.

Outro fato que legitima o caráter democrático do governo é que, ao longo dos últimos 62 anos, o povo participou em centenas de grandes manifestações de apoio à Revolução, mesmo nos momentos mais críticos, o que indica o reconhecimento da população como força soberana. Agregue-se a realização frequente de referendos *de facto* para decidir que medidas devem ser tomadas nacionalmente com o objetivo de tornar o sistema mais eficiente e ainda mais democrático. A consulta popular do texto da Constituição de Cuba de 2019 e sua aprovação em referendo são provas exemplares recentes e sem precedentes de democracia.

Caberia questionar: com o passar dos anos, a Revolução perdeu seu ímpeto, corrompeu-se, burocratizou-se ou afastou-se das massas? Cada vez se definiu mais como uma ditadura? Os fatos demonstram o contrário. Tem havido uma continuidade inquestionável e um amadurecimento crescente do sistema, apesar das importantes mudanças resultantes da relevância inevitável da direção histórica da Revolução. Com o passar dos anos, produziu-se uma maior institucionalização e democratização do sistema. As tentativas de destruir a Revolução por meio do reforço extremo do bloqueio, a geração de grupúsculos contrarrevolucionários internos e a imensa proliferação de mentiras sobre a Revolução, como parte dos denominados “golpes suaves”, resultaram em rotundos fracassos e radicalizaram cada vez mais o povo revolucionário.

Com essas afirmações, que são essenciais, não se encobre problemas que se acumulam no país, resultantes sobretudo da necessidade perene de que o país teve para procurar válvulas de escape ao bloqueio e manter uma unidade férrea, o que, como subproduto, deu lugar aos déficits acumulados

ao longo dos anos. Isso se refletiu em uma conduta paternalista imprópria do governo e da sociedade em geral, em um igualitarismo extremo e em certo grau de burocratização ligada a uma centralização desproporcional. Tudo isso gerou deficiências no funcionamento da economia, especialmente nos níveis de eficiência, e excessos de unanimidade em questões internas, que obstruíram o fluxo benfeitor da crítica social. Sem embargo, esse comportamento não alcançou níveis críticos que possam colocar em crise o sistema e sua relação com o povo. Adicionalmente, a própria maturidade da Revolução e as circunstâncias internacionais cambiantes têm provocado retificações essenciais nessas esferas, mesmo em meio ao feroz bloqueio e à pandemia.

As demonstrações contra o sistema instigadas por forças e financiamento estrangeiro têm sido mínimas em Cuba (cerca de três em 63 anos) e sem nenhuma significação; têm tido uma participação muito pobre, de grupúsculos instigados e custeados por agências dos EEUU, de vândalos que se aproveitaram das conjunturas para delinquir e de algumas pessoas confusas que não representam os interesses do povo.

Em Cuba nunca se praticou repressão injustificada e desproporcional; não há torturados (exceto na Base Naval dos EEUU, imposta à força no território cubano de Guantánamo), nem desaparecidos. Não é necessária, devido à ausência de manifestações antigovernamentais e de delinquência proeminentes. Apesar das acusações dos Estados Unidos nesse sentido, de alguns países europeus e da imprensa oligárquica e tradicional, ninguém foi capaz de apresentar um testemunho verídico sobre incidentes desse tipo.

Por tudo que foi mencionado, pode-se dizer que Cuba é um dos países mais estáveis e seguros do mundo, e esse é outro direito humano de que desfruta o povo e as pessoas que nos visitam.

Outros acontecimentos que comprovam o compromisso e identidade do povo com as políticas governamentais têm sido sua participação voluntária em eventos nacionais e internacionais transcendentais. Existem muitos exemplos, sendo um deles a própria alfabetização em que mais de 100 mil estudantes foram protagonistas voluntários. Tal evento, naturalmente, envolveu quase 100 mil famílias, por que uma parte muito importante da população mobilizou seus filhos e familiares. A derrota da invasão mercenária em Playa Girón e a luta contra os bandidos organizados pela CIA nas montanhas de Cuba foram também obra voluntária do povo, que formou as Milícias Nacionais Revolucionárias e as Forças Armadas, núcleo do Exército Rebelde. Igualmente, foi o povo convocado pelo governo

revolucionário quem deu apoio voluntário aos movimentos de liberação e à independência nacional de países, como foi o caso destacado da independência de Angola, contribuindo de maneira fundamental para o fim do *apartheid* da África do Sul.

Foi ainda o povo cubano que, na ordem de centenas de mil participantes, forneceu ajuda internacional desinteressada para a educação e a saúde de dezenas de países, principalmente pobres, durante todos esses anos da revolução. Um povo subjogado por uma ditadura não teria tido tal disposição em termos massivos.

É importante destacar nesse contexto que o cubano não se caracteriza por ser um povo servil, manipulável. Desde a época da colonização pela Espanha, mostrou uma constante rebeldia que o levou a muitos combates durante esse período e, posteriormente, contra o domínio estadunidense.

Com essa história de rebeldia e luta, com a educação adquirida após o sucesso da Revolução, a capacidade de raciocinar, assim como a disponibilidade de uma abundante informação sobre temas políticos, econômicos e sociais, tanto nacionais como internacionais, os cubanos, sem dúvida, teriam derrubado o governo revolucionário se tivessem entendido que ele não correspondia aos interesses do povo, de maneira que todos os argumentos utilizados e promovidos pelos EUA para justificar o criminoso bloqueio econômico, comercial e financeiro contra Cuba são falácias insustentáveis, alimentadas por recorrentes afirmações falsas de políticos, funcionários e notícias.

As questões acima mencionadas explicam os motivos pelos quais Cuba foi escolhida várias vezes como membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o que supõe um reconhecimento internacional nesse campo. Igualmente permitem compreender a razão pela qual a maioria dos países do planeta na Assembleia Geral das Nações Unidas vota anualmente contra o bloqueio.

Na realidade, o único violador massivo dos direitos humanos em Cuba são os Estados Unidos. Impuseram um bloqueio genocida contra a ilha por mais de seis décadas e por muitos anos mantiveram pela força a prisão ilegal da Base de Guantánamo, onde é cometido todo tipo de violações. Trata-se de uma guerra permanente contra Cuba utilizando métodos diversos, dos mais brandos aos mais duros. O propósito é, como dizem, uma “mudança de regime”. Isto é, pôr fim à Revolução Cubana.

Desde sempre Cuba não é ingênua, não cede em seus princípios de política externa, nem perante as pressões que perseguem render Cuba para

logo exterminá-la como nação independente. Finalmente, Cuba não teme as frequentes ameaças de autoridades e porta-vozes do governo dos Estados Unidos, nem oferece o menor espaço para que inimigos dentro e fora do país, instigados e financiados pelos EUA, utilizem locais e meios públicos para atacar essa revolução, que é do povo.

Essa política de defesa praticada por Cuba não tem consequências para o funcionamento democrático do país, nem questiona a existência de um Estado socialista de direito, por três motivos. Em primeiro lugar, porque os representantes dessas tendências contrarrevolucionárias são estimulados e pagos do exterior e constituem minorias nada representativas, cujo propósito é negar, destruir o sistema socialista cubano. Em segundo lugar, porque, como resultado do voto popular massivo, o sistema socialista ficou referendado pela Constituição e as leis existentes que derivam dessa lei fundamental respondem à vontade do povo. Tentar destruir o sistema socialista é atentar contra a Constituição. Em terceiro lugar, porque todos os cubanos podem utilizar as organizações políticas e de massas, a imprensa e as redes sociais para mostrar críticas e descontentamentos, desde que não ataquem a Constituição aprovada pelo povo e não façam uso de mentiras.

Essa é a Cuba revolucionária e democrática que resistiu tantos anos e que todos os cubanos defendem com coragem.

Referências

KENNEDY, John F. Documentos Pré-Presidenciais. Arquivos do Senado, Caixa 912: “Jantar democrático, Cincinnati, Ohio, 6 de outubro de 1960”. Biblioteca Presidencial John F. Kennedy. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/archives/other-resources/john-f-kennedy-speeches/cincinnati-oh-19601006-democratic-dinner>. Acesso em: nov. 2022.

VICENS-VIVES, J. Dir. *História de España y América Social y Económica*. 1. reed. España: Editorial Vicens-Vives, 1974. T. 5: Los siglos XIX y XX. América Independiente.

A FERROVIA TRANSAARIANA E SUA MÃO DE OBRA. REALIDADE DE UM SONHO COLONIAL: A UNIDADE DO IMPÉRIO AFRICANO DA FRANÇA²¹⁶

Albert Broder

Este artigo é dedicado aos meus amigos combatentes republicanos espanhóis da loja maçônica Les Amis de l'Humanité, que liberaram a Argélia no final de 1943, particularmente E. Gonzalez, farmacêutico de Tarragona e Oficial Piloto da aviação republicana em 1936, que com muito pundonor me deu a conhecer os sofrimentos de seus companheiros nos campos de concentração construídos nos Pireneus pelo governo francês antes do início da II Guerra Mundial e, depois da queda da República, nos campos construídos no sul da Argélia pelas autoridades de Vichy. É também dedicado ao meu pai, Samuel Broder, preso em 1943 pela Gendarmaria francesa e recolhido no Campo de Gurs (Pirineus Ocidental), criado em 1939 para receber os espanhóis, a caminho de seu assassinato no campo de Majdanek (Polônia). Dedico, ainda, à memória de meu irmão mais velho, Maximiliano, preso pela Gendarmaria e internado em Rivesaltes (Pirineus Orientais), outro campo de concentração de espanhóis. Evadido, atravessou o campo de concentração de Miranda del Ebro antes de se juntar à Coluna Leclerc, futura 2ª Divisão Blindada em formação no Marrocos, e que, com seus camaradas espanhóis, liberaram Paris antes de perseguirem os alemães até Berchtesgarden.

Introdução: estrutura do artigo

O mito do acolhimento generoso aos republicanos espanhóis ainda subsiste na França, difundido de forma a afastar certas realidades de um passado que permanece²¹⁷. A tragédia que conheceu a Europa na primeira

²¹⁶ Tradução: Regina Maria A. Fonseca Gadelha. Alguns termos foram mantidos na língua original. Sempre que possível se procurou esclarecer o leitor brasileiro, pouco habituado com certos acontecimentos e a localização geográfica da África subsaariana.

²¹⁷ Parte deste artigo corresponde à pesquisa original efetuada em arquivos e fontes diversas diferenciadas e em raros estudos científicos, em particular a tese de doutorado da Universidade de Bremen (traduzida do

metade do século XX oferece uma experiência única aos historiadores, no que diz respeito às dificuldades de conjunção de uma história política, militar, econômica, social.

Nossa posição é uma reflexão das bases morais sobre as quais se construiu o modelo político e cultural da Europa ocidental desde a época das *Lumières*, apesar dos choques representados pela Revolução Francesa e as guerras que perpassaram o século XIX, visualizado como relativamente pacífico. Pode-se explicar sumariamente esse paradoxo por meio do questionamento dos motivos econômicos e científicos, mas também espirituais surgidos com as duas *Revoluções Industriais* sucessivas, que sustentaram os fundamentos da sociedade europeia sem que suas elites, ultrapassadas e divididas — às quais se agregam as classes médias, doravante esvaziadas das salvaguardas das monarquias —, tenham encontrado um equilíbrio que lhes permitisse reconstruir um novo quadro de vida coletivo durável, ao menos no curto prazo. Existe uma manifesta similaridade contraditória se é possível ou não apresentar a dissemelhança da situação da Europa, no Congresso de Viena, e depois no Congresso de Versalhes. Para apreender a fragilidade da construção de uma nova Europa, é suficiente comparar, *mutatis mutandis*, a contestação imediata de efeitos caóticos do segundo Congresso em relação ao primeiro. Nesse sentido, a Revolução Russa e o comunismo, apresentados como espantinho das classes “instaladas”, são questões contemporâneas à decomposição estrutural dos Estados da Europa Central e Oriental, face à reconstituição em bloco dos governos, da qual 1848 se apresenta como exemplo não limitado à atuação contrarrevolucionária estabelecida em Viena às convulsões geradas pela Revolução Francesa.

Essas observações preliminares indicam que esta pesquisa não pode ser compreendida sem um referencial sustentável da situação política e moral, característica do segundo terço do século XX. Quaisquer que sejam as ilusões sobre a retomada da vida cultural após o retorno da paz, tanto o esgotamento intelectual como o econômico, resultantes para a França do conflito de quatro anos com a Alemanha, podem ser rapidamente atestados pela crise econômica que se manifesta desde 1931 e recoloca em causa a

alemão), de GAIDA, Peter. *Champs de travail sous Vichy: les groupes de travailleurs étrangers (GTE) en France et en Afrique du Nord, 1940-1944*. Tese (Doctorat en Histoire), 2008, não incluída nos catálogos da Bibliothèque Nationale de France, ISBN 13-1291842739. A pesquisa também se produziu em Jornais Oficiais, Arquivos do Estado, arquivos dos Ministérios da Guerra, das Colônias, Negócios Exteriores e do Interior, publicações de imprensa, em geral registros posteriores à situação, devido ao clima político e às circunstâncias, pois se trata de campos de concentração de prisioneiros. Baseia-se, ainda, na reprodução de discursos e entrevistas. Todos os dados, salvo omissões involuntárias, estão indicados em notas de rodapé.

alta econômica do decênio precedente, constituindo o enquadramento econômico ambiental dominante da história de uma ferrovia que nunca existiu. A dimensão humana, que comporta na Europa o prolongamento da depressão anterior ao conflito de 1939, requer que não se faça abstração de dois aspectos da literatura histórica, frequentemente tratados de forma separada: a *crise moral*, consequência maior da violência do conflito de 1914-1918, de uma amplitude e crueldade desconhecidas na Europa há mais de dois séculos, e a *crise econômica-social*, que persistirá por mais de 10 anos, durante a qual as populações europeias tomaram consciência de que suas elites dirigentes haviam perdido o controle na condução da sociedade. Esse clima deletério abriu a via para autodeclarados teóricos que, fazendo quase figura de gurus ou feiticeiros totalitários, tudo prometiam, sob a condição de lapidar o conjunto das liberdades e questionar todas as aquisições culturais, econômicas, políticas e sociais realizadas há mais de um século.

Esse ambiente coloca em causa certa forma de hegemonia europeia da qual alguns visionários já haviam se conscientizado no século precedente, o que mostra prosperar uma inquietação existencial das massas concernente à sua identidade cultural, atizando um racismo e uma xenofobia sempre latentes, mas somente levadas adiante por pouco intelectuais, cientistas e/ou pseudocientistas devotados e retrógrados, dotados de popularidade elementar, dos quais a audiência de homens e acontecimentos nesse início do século XXI representa inquietante lembrança. Nesse ambiente de retrocesso dos valores tradicionais, o estrangeiro é simplesmente o *diferente*, forjador de preocupante desconhecimento, sobretudo quando o trabalho, não mais estando assegurado, os torna concorrente portador de não-valor. Todavia, na França inquietante dos anos trinta, todo estrangeiro é um concorrente que é necessário fazer parar, contingenciar, enquadrar. Para além das reações humanas de solidariedade, é preciso lhes proibir certos empregos e sobretudo acesso a diplomas valorizados na França²¹⁸.

No contexto da guerra da Espanha, a violência das tomadas de posição ideológica advindas de vetores de opinião, em particular de certos meios da imprensa, introduz uma dimensão que irá confundir o aspecto humano do êxodo espanhol (*la retirada*), levando os frágeis governos da 3ª República a definir sua ação segundo os limites dados pela opinião pública, particularmente os planos de acolhimento, ajuda financeira e, sobretudo, mercado

²¹⁸ É o caso do Doutorado (*Doctorat d'Etat*) em Medicina, que abria o exercício à profissão, apenas reservado aos franceses. O mesmo diploma, intitulado *Doctorat d'Université*, era concedido aos estrangeiros ou aos estudantes naturalizados, não permitindo o exercício das atividades liberais nem o funcionalismo público.

de trabalho então adotados. Fato que esclarece certos aspectos contestáveis da recepção dada aos espanhóis pelo governo francês, tanto na metrópole como na África do Norte.

Sem embargo, é pelo desvio do problema do mercado de trabalho para refugiados que a questão do reforço militar do Império se encontra ligado a um problema que lhe é aparentemente totalmente estranho: o da realização da grande serpente marítima colonial, a ferrovia Mediterrâneo-Niger ou Merniger, como foi conhecida²¹⁹.

Os projetos de realização desse grande programa imperial seriam estruturados na possibilidade de utilização da mão de obra *disponível* de imigrantes, porque desocupada, surgida das migrações da crise e da perseguição política ou religiosa, acrescida pela *retirada* dos republicanos espanhóis derrotados. Trata-se de um desvio das controvérsias sobre o custo dos grandes projetos imperialistas coloniais apresentados como realizáveis.

Os discursos oficiais, no ensino das escolas sobre o império africano francês na década de 1930 e no período da guerra de 1939-1940, apresentam a atuação do Estado francês como suporte essencial e incontornável para a localização da França no mundo. E se tornaram, com sua derrota, fonte principal de onde jorra o restabelecimento da potência nacional — o regime de Pétain falará em “regeneração”. O projeto da “fabulosa” ferrovia transaariana ligando a Argélia mediterrânea ao Senegal atlântico, por muito tempo considerada técnica e economicamente irrealizável, pôde então ser revivificado e retomado graças ao emprego de uma mão de obra apresentada como desocupada e sem qualificação, a exemplo daquela que construíra a célebre ferrovia *Congo-Oceânica*, ligando Brazzaville a Ponta Negra, e que fora vigorosamente denunciada por André Gide e por Albert Londres²²⁰. Apesar disso, a imprensa e a opinião pública, pouco informadas e voltadas à preocupações mais ameaçadoras, preferiram tudo ignorar.

A pesquisa interessa-se pela proto-história de um olhar colonial, ou seja, a ligação ferroviária entre o Mediterrâneo e as colônias francesas de Níger e do Senegal, destinada a tornar-se coluna vertebral material de uma África francesa mal controlada e, após 1885, ameaçada pela dinâmica da colonização alemã após o Tratado de Berlim.

²¹⁹ NT: Merniger é a abreviação do nome Mediterrâneo-Niger, sob o qual ficaria conhecida a ferrovia em questão. Trata-se de megaprojeto colonial envolvendo a construção de uma ferrovia ligando o Mediterrâneo desde Argélia, atravessando a África Ocidental francesa pelo deserto do Saara e estendendo-se do Marrocos até a boca do rio Niger.

²²⁰ Ver GIDE, André. *Voyage au Congo*. Paris: Gallimard, 1929; LONDRES, Albert. *Terre d’Ebène*. Paris: Albin Michel, 1929.

A definição política e material do projeto vai naturalmente se somar ao essencial da análise: como, para que e, sobretudo, a que preço? Questões essenciais para compreender uma França subpovoada, país de imigração que visualizou um traçado através da maior extensão desértica da África, continente cuja parte central ainda estaria fora do controle imperial. Em nenhum outro momento a combinação política, mais do que técnica, em que a engenharia jamais é personagem central, ou seja, o problema do financiamento foi seriamente abordado. Situação lógica, seus promotores não dispõem de nenhuma base de cálculo digna desse nome. Mais grave ainda, as pesquisas de estudo sobre a viabilidade técnica não oferecem respostas à ausência de existência de trabalhadores, que se revela manifestamente deficiente antes da presença dos vencidos da guerra civil espanhola, que foram reunidos aos homens desmobilizados da Legião Estrangeira às vésperas de junho de 1940. Fator que ofereceria uma solução arbitrária e pouco custosa, facilmente aceita pelas autoridades.

Essa aventura humana abre uma das páginas mais sombrias da política interna francesa dos anos 1940-1944 e fornece elementos de reflexão concernentes a um dos aspectos da questão moral trazido por uma colonização que ultrapassa as capacidades humanas e materiais do colonizador.

O Merniger: problemas técnicos, financeiros e a questão da mão de obra

As condições gerais

Apesar da síntese dos inquéritos e publicações anteriores à II Guerra Mundial, realizada no excelente trabalho de Monique Lakroum, sobre os projetos saarianos franceses, dos séculos XIX e XX²²¹, ele não faz alusão às eventuais investigações concernentes ao problema da mão de obra exigida para sua realização. A ausência de documentos pode ser explicada pela ilusão segundo a qual, à exceção de quadros técnicos recrutados na metrópole, os trabalhadores não especializados contratados regionalmente seriam pouco custosos à semelhança do que ocorrera na construção da ferrovia Congo-Oceânica²²², realizada pela *Société de Construction des Batignoles*, entre 1921-1934, com mão de obra recrutada à força no Chade.

²²¹ LAKROUM, Monique. Les projets français de transsaharien (XIXe et XXe siècles): un challenge pour l'industrie. *Culture Technique-Transports*, Neuilly-sur-Seine, FR, v. 19, p. 295-302, 1989.

²²² Ferrovia de 510 km de uma via, construída no Congo belga com trabalhadores locais compulsoriamente forçados. A ausência de material moderno de construção à época, associada às condições de uma mão de obra desqualificada trabalhando em condições inumanas físicas e sanitária, em clima equatorial, foram causa da morte

Nenhum dos projetos realizados ou propostos antes de 1914 menciona o problema da mão de obra, senão em termos gerais. Depois da derrota de 1871 e a amputação dos departamentos de Alsacia-Moselle, Adolphe Duponchel, engenheiro de *Ponts et Chaussées*, em Paris, elaborou detalhado relatório contábil²²³, propondo o custo de 400 milhões de francos-ouro para 2.574 km de construção de ferrovia (custo provisional de 155.400 francos por km), submetido ao então ministro de *Travaux Publiques*, Charles de Freycinet²²⁴. A estimativa era arriscada, dada a imprecisão dos traçados visualizados e o desconhecimento físico das regiões a serem cortadas. A qualidade da mão de obra a recrutar, as condições de trabalho e de vida estavam totalmente ausentes do projeto.

Estávamos ainda à época da corveia de mão de obra colonial: Duponchel considerava necessário um efetivo de 12 a 15 mil homens, organizados militarmente e armados (a região ainda não se encontrava pacificada), bem-equipados, bem-pagos, capacitados para construir 1.000 km de trilhos por ano²²⁵. Preocupado, porém, com as condições de vida e de trabalho de tal massa humana, ele faz intervir uma nota complementar sobre o uso de material moderno, em particular realização de fábricas elétricas móveis a serem instaladas ao longo da via no percurso a ser seguido. Sistema original, pouco experimentado e, sobretudo, a exigir uma alimentação contínua de carvão e mais ainda de água dentro do deserto. Nessas condições, a mão de obra poderia ser limitada em 600/800 operários apenas, escreve, organizados em equipes avançando a um ritmo médio de 2 km/dia, com prazo

de 17.000 trabalhadores. O que gerou protestos públicos de personalidades intelectuais, em particular André Gide, em *Voyage au Congo*, e o jornalista Albert Londres, em *Terre d'Ebène*. Esse último livro reúne os artigos publicados por Londres no quotidiano *Le Petit Parisien* (out./nov. 1928), sob o título geral "*Quatre mois parmi les noirs d'Afrique*".

²²³ LAKROUM, 1989, p. 297.

²²⁴ Freycinet apresentou em 1878 um plano geral para a construção de uma malha ferroviária francesa, com 8.700 km de novas linhas de interesse regional interligando as vias principal e local, que foi parcialmente realizada. Algumas vias ferroviárias eram necessárias devido ao deslocamento da fronteira do leste após a anexação da Alsácia-Moselle pelo Reich. Essas linhas se integravam fisicamente às grandes malhas nacionais, o que limitava a criação de novas infraestruturas pesadas de transporte de material. Note-se que esse plano se duplicava por um plano de construção de canais, evidenciando a perda dos mercados renanos e, portanto, da parte terminal do canal do Marne ao Reno, bem como a necessária melhoria urgente dos portos marítimos (Marseille, Le Havre, Dunkerque). Em consequência às enormes perdas territoriais e industriais impostas pela derrota, somada à indenização de 5 bilhões de francos-ouro exigida pelos alemães, tornavam-se esses planos muito importantes para o relançamento da economia francesa, mas se revelavam excessivos em relação às reais capacidades do país. Tanto mais que a quase totalidade das novas vias férreas revelaram ser deficitárias. A previsão orçamentária previa 3 bilhões de Francos-Ouro para a construção das novas ferrovias, 500 milhões para os portos e 1 bilhão para os canais. Ou seja, e não por ingenuidade, praticamente o valor da indenização germânica. A depressão dos anos 1880-1890, entretanto, reduzindo a capacidade dos empréstimos, impôs a redução desses projetos e, sobretudo, o lamentável abandono de grande parte dos programas de canais e portos marítimos. Vide BRETON, Yves; BRODER, Albert; LUTFALLA, Michel. *La longue stagnation en France – L'autre grande dépression, 1873-1897*. Paris: Economica, 1997.

²²⁵ DUPONCHEL, A. Lettre à M. le Président du Conseil, 1880 *apud* LAKROUM, 1989, p. 300.

de 6 anos para a construção apenas²²⁶. Não parece necessário multiplicar os detalhes. Até agosto 1914, as gestões para esse projeto ficaram sem resolução. Por vezes, artigos na imprensa entusiasmavam os leitores, fazendo alusão à inquietude que poderia nascer de uma possível influência germânica a partir do Cameroun (Camarões) para o norte ou, por ocasião do incidente de Fachoda (atual Kodok, Sudão do Sul), antes que o acordo Franco-britânico deixasse a França com as mãos livres sobre o Sudão Ocidental²²⁷.

Apenas por meio de uma imagem retrospectiva se poderá dar alguma consistência aos esforços mais interessados sobre o controle político de uma região pela utopia de construção de uma ferrovia. As quatro missões relatadas por Lakroum, no entanto, foram interrompidas pelo massacre da expedição liderada pelo tenente-coronel Paul Flatters, no maciço de Hoggar (Argélia), missão essa representando mais uma tentativa para encontrar um itinerário imperial seguro entre Argélia e Sudão do que propriamente um projeto ferroviário.

Esse projeto foi finalidade da Expedição Foureau-Lamy, lançada pelo ministro Théodore Delcassé desde sua chegada ao *Ministério de Negócios Estrangeiros*, em 1898²²⁸. O projeto consistia em garantir o eixo imperial do Lago Chade, a fim de assegurar a ligação da África Centro-Oeste Francesa às terras do Norte, via Sahel. Tentado desde 1883, o controle durável do Lago Chade foi finalmente realizado em 1901. Portanto, a visão oficial não se limitava para Paris a um projeto ferroviário econômico, e sim a um reforço do controle das zonas fronteiras com o Cameron alemão. O projeto de Cecil Rhodes de construção de uma ferrovia do Cabo (África do Sul) ao Cairo (Egito) e as ações alemãs tanto no Cameron, sua colônia, quanto no Marrocos, reabrem o debate sobre uma ferrovia transaariana ligada ao projeto Dakar-Níger, de 1.287 km de extensão, cujos trabalhos iniciados em 1881 apenas se finalizaram em 1924, quando a linha atingiu os afluentes do rio Níger.

Desde o início, a questão da tração das locomotivas se coloca em termos variáveis. Em 1919, após a guerra, os engenheiros franceses, influenciados

²²⁶ *Idem*.

²²⁷ A Convenção anglo-francesa de 1890 reconhecia o Saara como zona francesa. Em sequência ao incidente de Fachoda (1898-1899), os ingleses reconheceram a soberania da França em todo oeste do Sudão. No entanto, a parte oriental com o vale do Nilo se tornava condomínio Anglo-egípcio.

²²⁸ Théophile Delcassé, ministro das Colônias entre 1894-1895, e ministro de Negócios Estrangeiros de 1898-1905, seguia de perto a evolução da política internacional do império alemão. Foi um dos realizadores da *Entente Cordiale* com a Inglaterra, que solucionou a crise de Fachoda, bem como a realização da Aliança Franco-Rússia. As preocupações francesas foram permanentes desde o acordo de Berlim (1885) sobre a partilha dos territórios africanos não controlados pelos Estados europeus (caso particular dos EUA sobre a Libéria), não sendo esses Estados “reconhecidos” pelas potências europeias.

pelo material americano então desembarcado na França, ficaram convencidos da superioridade da potência da tração a vapor. Inspirados na realização da ferrovia transcontinental australiana²²⁹, de 1.682 km de extensão, consideraram, além do emprego do carvão de Kenadsa, a realização de um condutor de água ao longo da linha a ser construída, segundo o modelo australiano. Assim, os pontos de abastecimento poderiam ser alimentados sem interrupção. Um projeto discutido em 1919, de tração elétrica abastecida por centrais térmicas distantes 600/800 km, foi abandonado e, como o recurso do carvão foi reconhecido difícil, o Conselho Superior de Defesa preconizou em 1923 o estudo do emprego de locomotivas a diesel, capazes de rebocar trens pesados utilizando como combustível óleo de amendoim e/ou de palma.

Desconhece-se se a ideia foi levada adiante, porque as pesquisas posteriores não citam nenhum estudo. O que se ressalta das pesquisas é que até 1941 a construção de nenhum canteiro de obras foi seriamente considerada. Muito pelo contrário. Durante a década de 1920, as travessias do deserto em automóvel (*Croisière Noire Citroën*) e o sobrevoo aéreo aumentaram as dúvidas quanto ao interesse de uma ferrovia rentável, mesmo se o Estado-Maior francês considerasse vagamente a ferrovia como um meio de assegurar o transporte de reforços vindos da África negra para a metrópole, em caso de guerra. Desde então, no sentido mais amplo, desaparece o perigo colonial alemão tanto no Norte (Marrocos) como na região do golfo da Guiné, e as tentativas de fazer ressurgir a ideia de uma ferrovia transaariana caiu na indiferença, como demonstra o fraco interesse sobre o *Organisme d'Etude du Transsaharien*, criado em 1928 no cimo da prosperidade do pós-guerra, às vésperas dos primeiros signos da crise mundial.

Uma nova tentativa para popularizar o projeto se integraria nas festividades do centenário da conquista da Argélia. Em discurso pronunciado em Alger, em 08 de maio de 1930, o presidente Gaston Doumergue declara: “Le temps n’est vraisemblablement pas éloigné où le rail, parti de la côte algérienne, s’allongera à travers ce que nous avons l’habitude d’appeler ‘le grand désert’ pour atteindre nos colonies de l’Afrique occidentale et de l’Afrique équatoriale. Le Sahara n’est pas un obstacle [...]”²³⁰. A crise econômica seria obstáculo!

²²⁹ ZIMMERMANN, Maurice. Achèvement du chemin de fer transcontinental Sud-Australien. *Annales de Géographie*, Paris, v. 27, n. 145, p. 75, 1918. Iniciados os estudos em 1906, o término da construção da transcontinental australiana se deu em 1918.

²³⁰ NT: “O tempo não é verdadeiramente afastado onde o trilho, partido da costa algeriana, se alongará através do que temos o hábito de chamar ‘o grande deserto’, para atingir nossas colônias da África ocidental e da África equatorial. O Saara não é um obstáculo [...]”.

Em 1939, o Estado-Maior francês reanimou o projeto da ferrovia a fim de assegurar a transferência de tropas africanas para a metrópole. Como se tratava de projeto de longo prazo, para o qual não se dispunha nem de tempo nem de meios, apenas se considerava realizar uma primeira etapa, ou seja, a construção de uma única via ligando as minas de carvão de Kenadsa²³¹ à ferrovia do leste do Marrocos, a linha Oran-Colomb Béchar, que alimentaria a França via Bou Arfa-Oufda-Nemours (Mediterrâneo). No entanto, os reforços de soldados da África negra seriam encaminhados para a França por comboios de caminhões geridos pela *Compagnie Générale Transsaharienne*²³². Porém, não se tratava da reabertura do canteiro de obras Bou Arfa-Oujda em solo marroquino. Para essa operação, o exército estava encarregado de gerir o conjunto dos trabalhos de intendência e serviço de saúde. Esses trabalhos foram interrompidos por ocasião do armistício de junho de 1940, sem que seja mencionado o estado do canteiro de obras ou o futuro da mão de obra, despojada do trabalho. Somente sob pressão dos militares, em particular do general Maxime Weygand²³³, nomeado pelo governo de Philippe Pétain “Delegado-Geral da África Francesa”, e do contra-almirante Charles Platon, Secretário-Geral das Colônias, as obras seriam ressuscitadas. Em comunicado dirigido ao marechal Pétain, datado de 24 de janeiro de 1941, Platon insiste particularmente na retomada dos trabalhos da ferrovia, aprovada por Pétain pela ordenança de 22 de março de 1941²³⁴. A ordenança autoriza:

²³¹ A mina de carvão de Kenadsa é de minério de baixa qualidade e foi colocada em exploração apenas em 1917, no contexto da I Guerra Mundial. O centro de exploração era constituído de seis depósitos perto de Colomb Béchar. A produção gerou em torno de 23.000 ton./ano, nos anos precedentes à II Guerra Mundial, com um máximo de 230.000 ton. em 1946. Três quartos do transporte se faziam pela ferrovia Kenadsa-Oujda-Nemours, ou seja, 500 km em locomotiva a vapor. A mão de obra empregada consistia, em 1946, de 5.000 mineiros Kabyles argelinos, e 700 outros de origem marroquina, além de franceses. Ver TINTHOIN, Robert. Un centre minier moderne à la limite du Sahara Oranais. *Annales de Géographie*, Paris, v. 5, n. 305, p. 91-92, 1948. Nota 3, p. 91.

²³² Fundada em 1923, a Companhia organizava os transportes de viajantes e mercadorias por avião e, a partir de 1926, por caminhão e ônibus sobre a rodovia transaariana de Colomb Béchar até Reggane e Gao (Sudão francês, atual Mali), local de transbordo da navegação sobre o rio Niger.

²³³ O general Weygand nascera na Bélgica, de pais desconhecidos, sendo nomeado “em catástrofe” Generalíssimo (maio 1940) pelo marechal Pétain e, em seguida, “Delegado-Geral da África francesa” (Argélia, de fato). Antissemita virulento ampliou as medidas estabelecidas pelo governo de Vichy em 1941 contra os israelitas, expulsando a quase totalidade deles da rede argelina de ensino, do primário à universidade. Germanófilo, apesar de ter sido o primeiro a reclamar do armistício de 1940 para “salvar o exército francês do desastre” (*sic*), foi chamado de volta à França em novembro de 1941 e, em novembro de 1942, foi recolhido sob vigilância em uma residência na Alemanha. Após a derrota francesa, o general Weigand foi origem do encarceramento em campos de concentração de todos os estrangeiros desmobilizados da Legião Estrangeira.

²³⁴ Sobre o comunicado de Platon, ver VAUSQUESAL-PAPIN; CARRIÈRE, Bruno. Le Transsaharien. *La Vie du Rail*, Paris, n. 2037, p. 44, 27 mar. 1986.

La construction d'un réseau de chemin de fer à voie normale nommé "Méditerranée Niger" avec deux embranchements, l'un sur Bamaka, l'autre sur Niamey... Ils devront se relier au chemin de fer de l'Afrique Occidentale Française Dakar-Bamako²³⁵ [...]. Il convient de marquer d'une façon éclatante, aux yeux de l'univers, la même foi du gouvernement dans les destinées coloniales de la France. Cette œuvre est le chemin de fer transsaharien.²³⁶

De acordo com a ordenança, a organização dos trabalhos é de precisão militar à exceção de que o traçado não seria realizado, não ultrapassando a verborragia propagandística usual de Vichy²³⁷. A construção era prevista no longo prazo, a cidade de Reggane (Argélia) devendo ser atingida em 1947, Gao (Mali) em 1949 e Niamey (Níger) em 1950. Ao final de 10 anos de trabalhos, a ferrovia se entroncaria à linha de Dakar (Senegal, na África ocidental).

O problema prévio da mão de obra

Desde as primeiras tentativas do início da construção da ferrovia entre os portos do Mediterrâneo e o cotovelo do rio Níger, a questão da mão de obra de trabalhadores contingenciados esteve presente. Porém, ao contrário da mão de obra requisitada para a construção da ferrovia Congo-Oceânica o problema era maior, porque a África francesa estivera aberta entre as duas guerras para os viajantes e turistas audaciosos. A mão de obra regional do entorno não podia ser contingenciada, dada a reação pública surgida após as publicações das obras de André Gide e de Albert Londres, denunciando as condições do trabalho no Congo, apesar de que nem a Espanha nem a França haviam ratificado a *Convenção da Sociedade das Nações*, de 1924, sobre Trabalho Forçado.

²³⁵ Trata-se da ferrovia Dakar-Niger, com 1.260 km de extensão, inaugurada em 1924.

²³⁶ Tradução RG: "A construção de uma rede ferroviária à via normal nomeada 'Mediterrâneo-Níger', com dois entroncamentos, um sobre Bamaka, outro sobre Niamey [...]. Deverão se unir à ferrovia da África Ocidental Francesa Dakar-Bamako [...]. Convém demonstrar de maneira espetacular aos olhos do universo, a mesma fé do governo nos destinos coloniais da França. Esta obra é a ferrovia transaariana". VAUSQUESAL-PAPIN; CARRIÈRE, Bruno. *Ibidem*.

²³⁷ O decreto indica o Batalhão de Engenharia 1-80, pouco mencionado nos quadros do exército, e que disporia de serviço médico militar cujo pessoal dependeria do centro de controle e profilaxia de Colomb Béchar, local onde todos trabalhadores deveriam ser vacinados e registrados para histórico médico. Ao longo da linha, estava prevista enfermarias e um hospital móbil com 188 leitos, equipado com aparelho radiológico e três médicos. Para o pessoal europeu eram previstas duas estações de recuperação e de repouso. O decreto menciona ainda assinatura do BMC (*Bulletin de l'Association Amicale Santé Navale et d'Outre Mer* – Asnam), boletim de artigos de ex-alunos das Ecoles de Santé Navale (Bordeaux), Santé Militaire (Lyon) e Santé des Armées (Lyon-Bron). Vide ASNOM. *Bulletin de l'Association Amicale Santé Navale et d'Outre-Mer. Association Amicale Santé Navale et d'Outre-Mer*, Chaillot, ano 94, n. 128, p. 60-63, 2014.

Sem embargo, dois dramáticos acontecimentos nos anos 1930 iriam indiretamente fornecer eficaz solução a algumas ações desonrosas aos princípios da República Francesa. As dificuldades enfrentadas pela economia na França durante a década de 1930 reforçaram as correntes hostis aos decretos facilitadores da naturalização de estrangeiros, redigidos durante a euforia econômica de 1927²³⁸. Desde 1931 a crise e a hostilidade por parte da opinião pública levou o governo a adotar medidas restritivas aos estrangeiros, em particular em relação ao exercício das profissões liberais e comerciais²³⁹.

O agravamento da situação política e religiosa na Alemanha é exemplificado pela prisão dos socialistas e comunistas nos primeiros campos de concentração (Buchenwald, Dachau) e, depois, pelas primeiras perseguições de judeus, em particular interdições universitárias de exercício de profissões jurídicas, comerciais, artísticas e científicas. A eliminação de judeus das funções públicas acelerava seu êxodo da Alemanha. Mussolini, no mesmo período, reforçava a caça e a prisão de oponentes na Itália (encarcerados na ilha Lipari, na Sicília). De outro lado, o aprofundamento da guerra civil na Espanha, a partir de 1937, aumentou o fluxo até então modesto de refugiados, ampliando a inquietação da opinião pública francesa, em parte encorajada pela imprensa, que apresentava os *refugiados* como “vermelhos”. Nesse clima, os ministros Gaston Doumergue²⁴⁰ e Pierre Laval²⁴¹ reforçam o controle de movimento de estrangeiros. Por

²³⁸ A lei de 10/08/1927 aliviara as condições de naturalização em razão da baixa natalidade e da sangria humana de 1914-1918. Salvo algumas recusas, os estrangeiros se tornavam quase praticamente franceses, casando-se com francesas, os filhos seriam franceses, o que aumentava a natalidade. A nova lei concedia automaticamente nacionalidade francesa às crianças de pais estrangeiros nascidas na França, residentes permanentes e que fizessem pedido diante do juiz de paz no cantão de sua residência. Mais de 300.000 adultos estrangeiros foram assim naturalizados: aproximadamente 150.000 italianos, 30.000 espanhóis e 30.000 poloneses. A lei seria “suspensa” pelas autoridades de Vichy, que organizam uma revisão geral das naturalizações concedidas entre 1928 e 1930. Sobre 500.000 processos “reexaminados”, 15.000 foram essencialmente de judeus da Europa Oriental (Polônia).

²³⁹ O naturalizado não poderia exercer a profissão de arquiteto ou cadastrar-se como advogado titular de um diploma francês, antes de completar 10 anos de naturalização (Lei Doumergue, 1934). A lei Ambruster (1933) proíbe o exercício da medicina ao titular do Diplôme d’Université (mestrado), mesmo se naturalizado. Esse diploma, exato duplo do Doctorat d’Etat reservado apenas aos estudantes franceses, era reservado aos estudantes estrangeiros. A lei Ambruster afetaria, sobretudo, os estudantes judeus poloneses, relativamente numerosos na França em razão de seu bom domínio da língua francesa e do fato de que *numérus clausus* lhes eram impostas. Numerosos dentre eles se engajaram na Legião Polonesa do Exército francês ao lado dos mineiros poloneses do Norte. Após a derrota da batalha de Dunkerque, a maior parte deles passou para a Inglaterra, formando o núcleo dos regimentos poloneses. Outros que permaneceram na França se juntaram à Resistência.

²⁴⁰ DOUMERGUE, 1934.

²⁴¹ LAVAL, 1935.

sua vez, o presidente Edouard Daladier²⁴² assina um decreto-lei²⁴³ restritivo às liberdades individuais, aplicável tanto na metrópole como na Argélia, sobre a instalação de campos de concentração para internação de “estrangeiros indesejáveis” e onde seriam também aprisionados os “cidadãos dos países inimigos”²⁴⁴, no clima do armistício de 22 de junho de 1940 (cessar fogo entre França e Alemanha)²⁴⁵.

A França e os refugiados espanhóis

1 - A França metropolitana antes do início da guerra (03 de setembro de 1939)

As autoridades francesas reagiram rapidamente ao afluxo de espanhóis, militares e civis, que haviam recuado para se refugiarem no nordeste dos Pireneus, diante do avanço das tropas franquistas, após a derrota das forças republicanas na batalha do Ebro. Em 9 de fevereiro de 1939, os *nacionalistas* atingiam e fechavam a garganta do Perthus (Pireneus), fazendo 25.000 prisioneiros. Doravante, não era mais possível atravessar em grupo, salvo a aventura individual pelas montanhas.

A ação das autoridades francesas foi então facilitada pela disciplina a qual testemunharam os espanhóis tanto militares como civis. O momento, no entanto, era muito difícil, porque os campos de recolhimento foram improvisados no período mais forte do inverno. Alguns, como a comuna Prat de Mollo, nos Pireneus Orientais, estavam cobertos de neve. Apesar de previsto com anterioridade, a organização e o abastecimento foram improvisados. Porém, com o número de refugiados tendo sido subestimado, a situação restara muito tensa até a partida de uma parte dos militares e civis, transferidos para interior do país em março 1939.

²⁴² Daladier substituiu Léon Blum em abril 1938, com seu governo se proclamando ainda como parte da Frente Popular.

²⁴³ O decreto cria uma carta de trabalho para todos os estrangeiros residentes legais e lhes proíbe a inscrição nos registros de comércio e artesanato (portanto, o exercício de profissão comercial ou industrial), além de autorizar aos prefeitos a concessão de residência e, sobretudo, *internação sem justificação*. Note-se que esse decreto foi adotado em tempo de paz, anterior à declaração de guerra de 3 de setembro de 1939.

²⁴⁴ É o caso do *Campo de Mille*, ao norte de Marseille, em que foram internados numerosos refugiados alemães antifascistas e antinazistas.

²⁴⁵ Existe abundante informação a respeito dos refugiados espanhóis (*La Retirada*) e dos campos franceses construídos na metrópole para internação desses refugiados. Porém, nosso estudo se restringe essencialmente aos problemas circunscritos ao cenário do projeto *Merniger* e ao uso da mão de obra dos republicanos espanhóis internos. A sorte dos outros Europeus, antifascistas e judeus estrangeiros, sobretudo que se haviam engajado na Legião Estrangeira, em 1939, suportando a triste sorte comum dos espanhóis, será tratada no contexto geral.

2 - Situação da África do Norte em tempos de paz (antes da Declaração de Guerra – 03 de setembro de 1939)

As condições de chegada de refugiados não seriam as mesmas que na metrópole. Apesar da costa do Levante ter sido o último bastião da República, o mar se opunha à passagem de um grande número de pessoas. Acrescente-se que a maioria dos oficiais do exército francês na Argélia e parte importante da população europeia tinham sido hostis, desde o início da guerra civil, aos republicanos espanhóis, considerados “vermelhos” e, portanto, potencialmente perigosos²⁴⁶. Todavia, também aí a improvisação domina e, antes de serem direcionados para campos de internação subequipados, os refugiados tiveram de aguardar em seus navios ou no cais, em tendas improvisadas, mais frequentemente no porto de Oran, porém também em Alger e, em um caso excepcional, na Tunísia. Os civis, frequentemente, eram detentores de passaporte com visto de entrada mexicano ou cubano. Porém, como não tinham nenhum meio para pagar um transporte, que de qualquer forma não existia, permaneciam em solo francês no momento da instalação das autoridades de Vichy. E, portanto, os fluxos de chegada foram em certa medida os mesmos daqueles que haviam atravessado os Pireneus²⁴⁷. Em trabalho bem documentado, Geneviève Dreyfus-Armand e Emile Temime estimam um número entre 15 mil a 20 mil de pessoas refugiadas, a maior parte tendo sido direcionada para os campos de refugiados estabelecidos ao sul, no interior dos montes Atlas (Relizane e Orléansville para os civis, enquanto Boghar, situado 100 km ao sul de Alger, receberá 300 militares)²⁴⁸. Documentos pesquisados por Kamel Kateb, em fontes oficiais e arquivos, mencionam dois campos de refugiados no departamento de Oran, quatro em Alger e três em Medeia, todos afastados da costa e muitas vezes situados acima de 1.000 metros de altitude, região com verões claudicantes sucedidos por invernos frios e neve.

O decreto-lei de 12 de novembro de 1938 estabelecia a obrigatoriedade de carteira de trabalho para os estrangeiros, proibidos de trabalharem sem esse

²⁴⁶ Os artigos publicados na imprensa argelina são significativos dessa posição, em particular no jornal *Echo d'Oran*. Os republicanos não podiam passar do norte do Marrocos que se “abre” para o Atlântico, porque o protetorado espanhol estava controlado, desde o primeiro momento da rebelião republicana, pelos “nacionalistas” franquistas.

²⁴⁷ KATEB, Kamel. *Les Immigrés Espagnols dans les Camps en Algérie (1939-1940)*. *Annales de Démographie Historique*, Paris, v. 1, n. 113, p. 155-75, 2007. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-annaes-de-demographiehistorique-2007-1-page-155.htm>. Acesso em: 2017.

²⁴⁸ DREYFUS-ARMAND, Geneviève; TEMIME, Émile. *Les Camps sur la Plage, un exil espagnol*. Paris: Autrement, 1995. p. 141.

documento, especificando o departamento que concedia a autorização²⁴⁹. O mesmo decreto também permitia a perseguição na residência e o internamento administrativo nos campos de “estrangeiros indesejáveis”, sem qualquer justificativa. A partir dessa data, portanto, todo estrangeiro residente na França passava a ser legalmente controlado, o que também valia para Argélia. Em 12 de abril de 1939, em seguida à anexação da República Tcheca pelos alemães, ocorrida em 15 de março de 1939, a guerra não deixava mais dúvidas ao desengano das ilusões levantadas pela Conferência de Munique. O governo de Edouard Daladier instaurara as *Companhias de Trabalhadores Estrangeiros* (CTE), submetidas à autoridade do ministro da Guerra²⁵⁰, tanto na metrópole como na Argélia, a fim de impor aos refugiados obrigatoriedade de prestação militar de não combatentes e “de esforço de guerra”.

3 - O trabalho forçado dos estrangeiros na Argélia sob o regime de Vichy e o renascimento do mito da ferrovia transaariana (1940-1943)

Após a instauração do regime de Vichy, a lei de 27 de setembro de 1940 transforma as CTEs em *Grupo de Trabalhadores Estrangeiros* (GTE), sem que se observe qualquer mudança de natureza. A origem dos internados passa a ser cada vez mais diversificada. São internados por lei todos “estrangeiros excedentes na economia nacional”.

A lei estipula o Trabalho Forçado dos indivíduos, tendo por finalidade assegurar os meios de subvenção à sua manutenção e será completada pelas leis de 3 e 4 de outubro de 1940: a primeira instituía um “estatuto de judeus” e a segunda ampliava o “recrutamento dos campos”, seja de judeus titulares de carta de residência permanente de estrangeiro, seja de espanhóis da Legião Estrangeira e membros de Brigadas Internacionais, além de alguns membros do Partido Comunista francês.

Encontravam-se inscritos no GTE, em abril 1941, 22 trabalhadores (12 no Marrocos e 10 na Argélia), além dos internados do campo de Kas-serine²⁵¹, que recebera refugiados e marinheiros espanhóis desembarcados

²⁴⁹ Os departamentos do Norte, Pas de Calais, Alsácia e Lorena, e os Alpes Marítimos foram proibidos para residência, salvo menção especial ou de residência anterior ao decreto.

²⁵⁰ Os internados antes de maio de 1940 foram direcionados para trabalhos considerados de interesse geral ou estratégico. Essas atividades eram consideradas prestações obrigatórias sob a forma de trabalho, porém inúmeros espanhóis e judeus oriundos da Europa Central haviam preferido se engajar no exército, tendo sido desmobilizados depois do Armistício e, novamente, internados por ordem do regime de Vichy.

²⁵¹ Centro-oeste da Tunísia, próxima à fronteira argelina. Os passageiros dos navios espanhóis chegados a Oran (7.000 pessoas) e Bizerte (4.000 pessoas) eram, sobretudo, funcionários da República, sindicalistas e suas famílias.

em Bizerte. Esses internados foram empregados em trabalhos agrícolas na Tunísia. Desde o verão de 1940, os campos criados no fim da 3ª República se tornaram verdadeiros campos de concentração, cuja gestão passa do Exército para a Administração Colonial, tanto na Argélia como no Marrocos, e de forma limitada na Tunísia, retaguarda de base dos planos alemães em direção ao Egito. Esses campos acolhiam grupos humanos essencialmente masculinos (exceto um) e civis e militares que haviam sido desmobilizados.

Para os espanhóis, desde o início a maior parte era composta de antifascistas e por antigos soldados da Legião Estrangeira, deportados da metrópole, aos quais rapidamente se juntaram “pessoas de nacionalidade estrangeira e raça judaica”. De acordo com a documentação e testemunhos por nós consultados, nada diferenciava a sorte infligida a esses homens, dos quais a maior parte havia combatido no exército francês contra os alemães, nas duras batalhas da primavera de 1940.

As condições de carceragem eram extremamente rigorosas, inclusive para os espanhóis, a quem o governo da República havia recusado o benefício do *Estatuto de Refugiado Político* desde a primavera de 1939. Os campos, frequentemente improvisados, eram quase todos cercados por arames farpados e raramente equipados com barracas, o mais frequente contendo uma simples tenda militar denominada *Marabuto*²⁵², que protegia da chuva, mas não das temperaturas extremas e que, na região de Djelfa (Argélia), situada nos altos platôs do Atlas, a 1.200 metros de altitude, ultrapassava 40º graus, caindo para -10º graus negativos e neve no inverno.

O equipamento desses campos era espartano, com raras duchas, funcionando irregularmente, por falta de disponibilidade de água, e algumas latrinas sumárias. A comida era largamente insuficiente sob todos os pontos de vista, dadas as más condições de vida e, sobretudo, os trabalhos forçados extenuantes sob um clima deletério, em que se multiplicavam as disenterias. Além disso, as mordidas de serpentes e escorpiões, contra as quais a ausência de médicos e as enfermarias pouco equipadas, dificultavam os cuidados.

Essas condições de trabalho desumanas foram constatadas e relatadas durante a visita do Dr. Wiss-Denant, delegado da Cruz Vermelha Internacional (CRI) ao Marrocos, em agosto 1942²⁵³. O relatório da CRI sobre as

²⁵² NT: Tendas de uso militar de lona espessa fabricada com seis panos, utilizada pelo exército francês, mas também pelo exército dos Estados Unidos, e que permitiam ficar em pé no eixo central, as maiores podendo receber até 20 fileiras de camas.

²⁵³ O doutor Wiss-Denant visitou os campos de Boudnib, Berguent e Bou Arfa. Esse último, sob a gestão do Merniger. O relatório recenseia 694 espanhóis sobre 818 trabalhadores forçados, em Bou Arfa (Marrocos). Tudo

condições dos campos no Marrocos indica 14 campos com 4.000 internados, a maioria de republicanos espanhóis²⁵⁴, e registra as condições de vida como “ignóbeis” (*sic*). Acrescenta que os internados eram tratados como “verdadeiros escravos”, exceto pelo uso das correntes, e pede o fechamento dos campos, em particular o de Berguent, onde se encontravam 400 judeus.

A demanda encaminhada pela CRI não teve efeito algum. Somente em março de 1943, sob a pressão tardia e precavida dos americanos, embaraçados por suas negociações com os representantes de Vichy, os prisioneiros dos campos foram colocados em liberdade, particularmente os de Bou Arfa, diretamente submetido à autoridade administrativa do Merniger²⁵⁵.

4 - Da Transaariana ao Merniger

No momento em que o marechal Pétain firma seu poder em Vichy, a Fênix da ferrovia Transaariana voltou a renascer das cinzas. Em 10 de julho de 1940, Pétain se proclamou “chefe de Estado” e três meses mais tarde, em 28 de setembro de 1940, Jean Berthelot, ministro das Comunicações de Vichy, solicitava à direção da SNCF – *Société Nationale des Chemins de Fer*, um detalhado estudo técnico sobre o interesse da empresa em retomar a construção da ferrovia Mediterrâneo-Niger, bem como a viabilidade do projeto.

Consultado o Estado-Maior do Exército, esse emitiu um parecer favorável considerando que a realização seria importante para “a defesa e

comprovado por fotografias. FHIMA, Jean Paul. L'Histoire oubliée des Camps Marocains. *Tribune Juive*, [s. l.], 24 abr. 2014. Disponível em: <https://www.tribunejuive.info/2014/04/21/lhistoire-oubliee-des-camps-marocains-par-jean-paul-fhima/>. Acesso em: jan. 2022. De mesmo, PANIS, Jean Claude. *Le Chemin de Fer de la Méditerranée au Niger*. Bruxelles: De Visscher, 1956. J.-C. Panis foi antigo administrador colonial no Congo Belga e escreveu o livro com base nos relatórios da Cruz Vermelha, compulsados nos arquivos de Genebra.

²⁵⁴ Campos de Sidi el Ayachi, Oued Zem e Boulay Bouazza. A CRI não foi autorizada a visitar os campos da Argélia. No Marrocos, a delegação visitou 14 campos, recenseando 4.000 internos, a maioria de espanhóis republicanos, além de 500 judeus desmobilizados do exército em 1940.

²⁵⁵ Além de 694 espanhóis, o Relatório da CRI localizou no campo de Bou Arfa 21 alemães, 10 austríacos, 11 italianos, 5 belgas, 4 iugoslavos, 4 russos, 2 holandeses, 2 portugueses, 2 franceses, 2 argelinos, 1 húngaro, 1 grego, 1 romeno, 1 brasileiro, 1 cubano e 2 apátridas. Todos voluntários engajados no exército francês em 1939. Um estudo do Centro Jacques Berque indica certo Albert Saul, nascido em Smyrne (Turquia) em 1910, de nacionalidade turca e origem judaico-espanhola, instalado na França desde 1922. Saul havia se engajado como voluntário no exército francês em 1940 e sua unidade fora transferida para o Marrocos. Desmobilizado do exército, fora internado no campo de Bou Arfa “por medida administrativa” e apenas liberado em março de 1943. Entre janeiro 1941 e fevereiro 1942 manteve um diário, do qual alguns trechos foram retirados e publicados por BAÏDA, Jaamaâ. Les Réfugiés Juifs Européens au Maroc pendant la Seconde Guerre Mondiale. In: ABECASSIS, Frédéric; DIRECHE, Karim; AOUAD, Rita (dir.). *La Bienvenue et l'Adieu*. Casa Blanca/Rabat: OpenEdition Books/Faculté des Lettres et Sciences Humaines-Université Mohammed V-Agdal/Centre Jacques Barque, 2012. v. 2. p. 57-66. Disponível em: <https://books.openedition.org/cjb/165>. Acesso em: jan. 2022.

segurança de nossa política africana”²⁵⁶. Jean Berthelot e o vice-almirante Platon, secretário de Estado das Colônias, viajam em missão ao deserto, de onde retornam com a convicção, afirmada por Platon, de que “esta realização reforçará os laços com o Terceiro Reich”. Em um Memorial que acompanha o Relatório da missão, de fevereiro de 1941, o general Weygand expunha ao marechal Pétain que apenas a ferrovia poderia realizar o transporte em massa do Senegal ao Mediterrâneo, utilizando no percurso o carvão de Kenadsa.

Em 22 de março de 1941, o almirante Darlan submetia o projeto ao marechal, que assinou de imediato o Decreto de Construção da Transaariana a partir da estação de Bou Arfa, trecho que estava praticamente realizado até as minas de Kenadsa²⁵⁷. De fato, tratava-se da existência de um tronco de linha negligenciado e que foi retomado, permitindo garantir a organização de uma inauguração oficial em grande estilo. A publicidade feita em torno desse acontecimento permitiu a propaganda do governo na metrópole afirmar que as autoridades de Vichy haviam realizado o que a República se achara incapaz de empreender.

Em 18 de julho de 1941, os equipamentos existentes no local foram transferidos para a nova sociedade Mediterrânea-Níger, com sede na Argélia. Diante de um orçamento primário estimado em 5,4 bilhões de francos (1940), o financiamento público previsto para realização da obra achava-se acima dos recursos disponíveis do Tesouro Público, o que levou o governo a realizar um empréstimo de 350 milhões de francos, publicamente emitidos e amortizáveis em 30 anos, mas cujo resultado ainda hoje permanece desconhecido. Sem embargo, mesmo que o empréstimo fosse coberto, o resultado só poderia constituir um financiamento limitado para o projeto revisto da ferrovia, cuja extensão era estimada em 2.000 km²⁵⁸ em sua nova configuração. Em 1941, confirmado em março 1942, a Sociedade Merniger

²⁵⁶ O Estado-Maior francês autorizou a assinatura da Convenção do Armistício com a Alemanha em 1940 e limitou um efetivo de apenas 100 mil soldados na metrópole, desprovidos de equipamentos pesados. Na África do Norte, o efetivo foi de 135 mil homens. Essa forte diferença favoreceu a salvaguarda de equipamentos pesados na África Francesa, escondidos e camuflados no sul, o que permitiu o uso de blindados camuflados em Dakar, que puderam ser utilizados pela Coluna Leclerc para a conquista da província de Fezzan (atual Líbia), então sob o domínio da Itália.

²⁵⁷ Em 22 de março de 1941, as ferrovias marroquinas já haviam atingido o entroncamento Oujda-Bou Arfa, construído com a finalidade de valorizar os depósitos carboníferos existentes na fronteira entre o Marrocos oriental e o sul da Argélia (Oran). Essa obra, administrada pelo exército francês (Engenharia, Intendência, Serviço de Saúde), havia sido interrompida em junho de 1940.

²⁵⁸ Até Gao, o Projeto completo previa a ligação Gao-Bamako sobre o Níger, unindo-se em seguida ao trecho Bamako-Dakar sobre o Oceano Atlântico, ou seja, 3.650 km.

assinou contrato com a *Compagnie Générale Transaariana*, que se encarregaria da manutenção das estradas rodoviárias e abastecimento dos campos ao longo dos trabalhos²⁵⁹.

Desde a publicação do decreto, a máquina administrativa se pôs em marcha. A administração do canteiro de obras foi transferida à *Compagnie du Merniger*, cuja sede se instalou na Argélia. Os CTE (*Compagnies de Travailleurs Etrangers*) foram colocados à disposição da sociedade, com o encargo de se utilizar e gerir a mão de obra.

Campos móveis foram previstos ao longo do traçado e à medida do avanço da frente de trabalho. Porém, não mais que o equipamento anunciado e bastante excessivo para ser credível²⁶⁰, os planos não se concretizaram, aparentemente em razão da ausência de progresso nos trabalhos. Sob o plano material de construção da rede, estava previsto a construção de uma via normal de trilhos com bitola de 1,44 metros para trens com capacidade de 3.000 toneladas, essencialmente compostos de carregamento de minério e com tração diesel, sem mencionar a origem do combustível.

Esse fato não é surpreendente. A França de 1941 não dispunha de nenhum material pesado para trabalhos públicos, tendo em conta os problemas de transporte e o estado das indústrias após os combates na metrópole, ao lado das espoliações sistematicamente efetuadas pelo ocupante alemão, desde o primeiro dia da ocupação, de seu próprio líder, sem acordo oficial com o governo Vichy. Sem falar da capacidade de produção nacional de máquinas pesadas de terraplanagem, guindastes e tração a vapor e, mais ainda, de locomotivas diesel, concentradas na zona “interditada” ao norte do Pas de Calais e na Alsácia-Lorraine, anexadas de fato pelos alemães, em clara violação ao Tratado de Armistício. Só os centros industriais limitados das regiões de Creusot e de Lyon-Saint Etienne poderiam produzir algum equipamento, mas sem disporem de insumos e sem poderem importá-los de outras regiões.

²⁵⁹ A *Compagnie Générale Transsaharienne* era uma empresa de transporte aéreo e rodoviário fundada por Gaston Gradis em 1923, com auxílio do general Jean Baptiste Estienne, o grande especialista da aviação e tanques da guerra 1914-1918. A *Compagnie* contou com o apoio financeiro de Emile Deutsch de la Meurthe, fundador da Cia. Petróleo Jupiter, associada à Royal Dutch-Shell em 1922, e Mecenaz da *Cité Universitaire Internationale de Paris*. Desde 1923 a *Compagnie* lançou sobre a pista Béchar-Niger, através do deserto de Tanezrouft, um transporte bi-semanal por veículos Renault (o *raide Citroën* é de 1922). Em 1950 foi adquirida pela *Compagnie Générale Transatlantique*.

²⁶⁰ O projeto previa algumas enfermarias com 60 leitos, um hospital móvel com 188 leitos, três médicos, um dentista e aparelho de radiologia, além de duas estações para cura e repouso de empregados franceses. Considerando a qualidade do estado do sistema sanitário da África Francesa do Norte, é de se considerar não ser esse um exemplo da propaganda do regime de Pétain absolutamente credível, juntando-se à verborragia do texto oficial.

O encontro de uma solução só poderia advir da hostilidade visceral expressa por Franklin Roosevelt à França livre e, particularmente, sua obsessão em barrar o caminho do general Charles De Gaulle ao poder. É sobre esse fato que repousaria as frágeis esperanças das autoridades de Vichy, no contexto das negociações empreendidas por Robert Murphy, diplomata americano especialista em países do oeste da Europa e enviado especial da República Federal Alemã junto às autoridades de Vichy²⁶¹. O acordo Murphy-Weygand, realizado na Argélia em 26 de fevereiro de 1941 e completado em 10 de março de 1941, previa, entre outros fornecimentos, um crédito de US\$ 1 milhão de dólares para aquisição e transporte para a África Ocidental francesa de material pesado para obras públicas e de 12 locomotivas equipadas de gruas, a serem fornecidas pela empresa americana *Caterpillar*. A parte desse acordo concernente à via férrea não foi executada em razão da evolução da situação internacional²⁶².

Outro obstáculo que encontrou o projeto da ferrovia se chocava com a ausência de material. A Argélia dispunha de muito pouca madeira. Mais ainda, tanto as ferrovias argelinas como marroquinas não tinham nenhuma reserva disponível de trilhos para as linhas normais e não existia nenhum meio para produzi-los. Uma solução esboçada era o fornecimento de trilhos pela Alemanha. Uma primeira remessa de 400 toneladas foi anunciada, porém viu-se impossibilitada pelo desembarque das tropas anglo-americanas no Marrocos, em 8 de novembro de 1942. A existência mesma de tal acordo era, por si, a medida de interesse do Reich em seus planos para

²⁶¹ Robert Murphy (1894-1978), cônsul dos USA em Paris (1930-1936), encarregado de negócios junto ao governo de Vichy até a entrada dos USA na guerra, em 1941. Ideologicamente próximo da direita francesa, foi enviado em 1941 como representante pessoal do presidente americano para contatar o general Weygand e assinou acordos de entrega de material americano, apesar do bloqueio inglês: o maquinário, destinado aos trabalhos públicos, seria fornecido pela *Caterpillar*. Porém, as locomotivas a diesel, adquiridas a crédito pelo governo francês por US\$ 1 milhão de dólares, só foram entregues após o desembarque dos aliados, em 1942. No outono de 1942, Murphy foi nomeado enviado especial por Roosevelt, para supervisionar a preparação do desembarque americano no Marrocos e preparar a intervenção dos aliados na África francesa do Norte. Nomeado com *status* de ministro junto às diferentes facções do exército francês na África, sustentou as manobras do general Henri Giraud e organizou a Conferência de Casablanca (janeiro 1943) na tentativa de reconciliar, sem sucesso, Giraud e Charles De Gaulle. Em seguida, serviu em contexto de negociação similar na Itália, após o desembarque das tropas aliadas na Sicília. Na Argélia não interveio para aliviar as condições dos internados nos campos, em particular os de refugiados espanhóis e de judeus. Após a missão da Itália, tornou-se conselheiro do general Eisenhower para negócios diplomáticos e participou da Conferência de Potsdam. Foi o primeiro embaixador dos Estados Unidos no Japão após a Guerra. Publicações do Departamento de Estado americano consideram ter sido notável diplomata. Deixou interessantes memórias, sem verdadeiras revelações. Ver MURPHY, Robert D. *Diplomat among warriors*. New York: Doubleday, 1964.

²⁶² A mais importante e completa obra sobre a questão, DUROSELLE, Jean Baptiste. *La politique étrangère de la France*. Paris: Imprimerie Nationale, 1982. Quanto aos acordos Murphy-Weygand, vide tomo 2: *L'Abime*. p. 365-7; 369-73.

com a África francesa. Uma solução alternativa consistia no desmonte das vias sobre as linhas secundárias do sudoeste da França, isto é, em zonas não ocupadas pelos alemães antes de novembro de 1942. Como muitos aspectos da quimera do Merniger²⁶³, esse projeto se chocava com a forte oposição das populações locais e a ocupação dos portos mediterrâneos franceses pelos alemães.

A realidade do Merniger e a mão de obra forçada: republicanos espanhóis e judeus da Europa Central

Desde março de 1941, uma nota ministerial redigida pelo almirante Platon indica que “há aí uma ocasião para utilizar os espanhóis nos campos especiais”, ao mesmo tempo que o chefe da polícia dos estrangeiros, do governo de Vichy, precisa que “se pode utilizar os internados [mão de obra] para a Transaariana” — o que se realizou em condições humanas abomináveis.

A maioria da força de trabalho foi constituída por republicanos espanhóis e judeus europeus. De acordo com o diretor do Merniger, porém, “[...] a metade dos estrangeiros são muito fracos e doentes para serem enviados aos canteiros”. E mais, “[...] só os espanhóis parecem dar resultados particularmente satisfatórios. Portanto seria útil lhes conceder um contrato operário completo com salário, vestuário e dias de repouso”.

De fato, porém, apesar das promessas feitas aos inspetores dos aliados que visitaram os canteiros de obras posteriores ao desembarque da *operação Tocha*²⁶⁴, o almirante François Darlan, chefe do Alto Comissariado do governo de Vichy na África Francesa do Norte, e signatário do acordo de 22 de novembro de 1942 ao lado do comandante das tropas americanas, general Mark W. Clark, decide continuar a submeter os internos espanhóis ao sistema de “prestação” de trabalho, a pretexto do pagamento de “direito de asilo”. E lhes propôs simplesmente a escolha entre assinar o “contrato” ou ser expulso para o México, país que lhes concedia asilo. Porém, segundo o testemunho de republicanos na França, no início de 1940 o México não dispunha de nenhum meio de transporte e não oferecia ajuda financeira alguma!

²⁶³ Entre Toulouse-Carcassonne e os Pireneus (Mirepoix, Costera-Verduzan). Além disso, tratava-se de trilhos mais frágeis em ferrovias de linhas mal cuidadas e de interesse local, servindo ao turismo e águas termais. Esse projeto de supressão das linhas, apesar de ter sido apresentado sob o signo do “patriotismo”, foi abandonado diante das reações locais e, sem dúvida, da irrealidade de sua viabilização.

²⁶⁴ A Operação Tocha teve lugar em 8 de novembro de 1942 e foi parte da campanha de desembarque dos aliados no norte da África, abrindo nova frente de batalha contra as tropas do *Afrika Korps* (Corporação Africana da Alemanha).

Sem embargo, não é nosso propósito narrar os tristes, trágicos e rocambolescos acontecimentos ocorridos na África do Norte entre o desembarque dos americanos em 08 de novembro 1942, em Safi e Casablanca (Marrocos), e a formação do Comitê Francês de Libertação Nacional na Argélia, em maio de 1943, sob o comando maior do general Charles de Gaulle. Apesar de desigual e frequentemente contraditória e partidária, a bibliografia a respeito é abundante e esclarece as divisões, rupturas e antagonismos que o tempo não atenua. Desde o início, a construção dos campos para os refugiados estivera sob o controle do exército francês e, antes mesmo da aplicação do decreto recriando o Merniger, os efetivos de trabalhadores empregados correspondiam a 2.000 nativos e 3.000 europeus, dos quais 2.000 espanhóis e 1.000 judeus de várias nacionalidades, sobretudo oriundos da Europa central e oriental, que essencialmente haviam sido desmobilizados da Legião Estrangeira em 1940. Sobre o aspecto técnico, as informações são em geral dispersas e aproximadas, completadas por testemunhos da memória de indivíduos — o que a condição de vida desses homens e a situação da região entre 1942 e fins de 1943 explicam de maneira suficiente.

Os trabalhos de construção da variante da via marroquina do programa continuaram em razão do interesse do carvão das minas de Kenadsa, mas a variante original argelina, de Colomb Béchar, foi abandonada. Em abril 1943, quando cessaram na prática esses trabalhos, a linha sobre o trecho da ferrovia de Oujda estava terminada entre Kenadsa (Argélia) e Bou Arfa (Marrocos), perfazendo a colocação de 160 km de trilhos de via única.

A partir de Colomb Béchar para o sul, os republicanos espanhóis, requisitados para a construção da linha de Argélia, haviam colocado 62 km de trilhos, sem que a linha tivesse recebido um único tráfico. Porém, estavam doravante livres e puderam deixar o canteiro. Apenas em novembro 1943, sob a pressão tardia dos americanos, a normalidade foi restabelecida para os judeus franceses na Argélia²⁶⁵, quando os internados de outras nacionalidades, explorados nos Campos do Merniger, foram então substituídos por prisioneiros de guerra alemães e italianos. Foram esses últimos prisioneiros que prolongaram a via em 36 km para o sul, até a barragem de Abadla sobre o rio Oued Guir (Argélia). Local esse onde, em 1949, definitivamente os trabalhos do Merniger se deram como encerrados, ou seja, mais de 2.000 km distante do terminal originalmente previsto, longe de Gao, na boca do Niger. Com isso também se enterrava um desmesurado sonho imperial.

²⁶⁵ AYOUB-BENAYOUN, Josette; ABITBOL, Michel. *Les Juifs d'Afrique du Nord sous Vichy*. Paris: Riveneuve Edition, 2008.

Materialmente o tráfego, limitado ao transporte de carvão e mineral sobre os 164 km da linha Kenadsa-Béchar-Bou Arfa, jamais atingiu 150.000 toneladas em seus melhores anos. Com a multiplicação das revoltas a partir do levante de 1º de novembro 1954 (início da luta de libertação da Argélia), a linha se tornou um local estratégico e uma primeira sabotagem da via ocorreu em 21 de janeiro de 1956. Até a independência da Argélia, Béchar se tornaria base avançada de uma unidade especializada da engenharia militar francesa — o 5º Regimento de Engenharia Ferroviária de Versailles-Satory.

Consideração final: as utopias têm fim?

A ascensão da Argélia à independência dotou esse país de territórios estranhos ao passado do Marrocos histórico, mas que, ironia da empresa colonial, lhe atribuiria laços identitários, criando uma unidade cuja realidade se mostrou incontestável. Se a Compagnie du Méditerranée Niger aprofundou a ambição da França imperial do século XIX, o sonho forçado de unir a África Mediterrânea ao Continente Negro simplesmente mudou de agente.

Desde 1965, os governos da Argélia e de Paris voltaram a se concentrar sobre a possibilidade da realização de uma via ferroviária prolongando a linha de Colomb Béchar até o antigo Sudão e Barnako (atual capital do Mali), 2.800 km, a ser construída em cinco anos graças aos meios técnicos e financeiros que a modernidade dos hidrocarbonetos do Saara havia colocado à disposição dos Estados. A disponibilidade de petróleo e gás, existentes no subsolo saariano, e a ambição nacional da industrialização serviram de suporte ideológico e financeiro. A intenção do governo de Alger consistia em se fazer dotar de uma siderurgia poderosa no porto de Arzeu (cidade de Oran) alimentada pelo ferro da mina de Gara Djebilet, perto de Tindouf, zona ferrífera entre Mauritânia, Argélia e o Saara Ocidental (antigo Rio do Ouro português), e que havia sido anexada pelo Marrocos. A situação perturbadora do Saara marroquino e a realização de uma ferrovia das minas de ferro vizinha à Mauritânia, no Atlântico (minas de Zouerate, perto do porto de Nouadhibou), fizeram recuar os investidores.

Mas a utopia permanece. Desde 1978 dorme nos arquivos da Union Africaine des Chemins de Fer o projeto da construção de nova linha ferroviária entre Marrakech (Marrocos) e Goudiry (Senegal), com entroncamento sobre a linha Dakar-Barnako. Trata-se de nova variante da Méditerranée Níger, para o oeste, ou seja, da ferrovia de Oujda a Marrakech, prolongada até Goudiry, atravessando Mauritânia. Como canta o nostálgico hino napoleônico, “o Sonho Passa”.

Referências

- ASNOM. Bulletin de l'Association Amicale Santé Navale et d'Outre-Mer. *Association Amicale Santé Navale et d'Outre-Mer*, Chaillot, ano 94, n. 128, p. 60-63, 2014.
- AYOUB-BENAYOUN, Josette; ABITBOL, Michel. *Les Juifs d'Afrique du Nord sous Vichy*. Paris: Riveneuve Edition, 2008.
- BAÏDA, Jaamaâ. Les Réfugiés Juifs Européens au Maroc pendant la Seconde Guerre Mondiale. In: ABECASSIS, Frédéric; DIRECHE, Karim; AOUD, Rita (dir.). *La Bienvenue et l'Adieu*. Casa Blanca/Rabat: OpenEdition Books/Faculté des Lettres et Sciences Humaines-Université Mohammed V-Agdal/Centre Jacques Barque, 2012. v. 2. p. 57-66. Disponível em: <https://books.openedition.org/cjb/165>. Acesso em: jan. 2022.
- BRETON, Yves; BRODER, Albert; LUTFALLA, Michel. *La longue stagnation en France – L'autre grande dépression, 1873-1897*. Paris: Economica, 1997.
- DREYFUS-ARMAND, Geneviève; TEMIME, Émile. *Les camps sur la plage, un exil espagnol*. Paris: Autrement, 1995.
- DUROSELLE, Jean Baptiste. *La politique étrangère de la France*. Paris: Imprimerie Nationale, 1982. 2 v.
- FHIMA, Jean Paul. L'Histoire oubliée des Camps Marocains. *Tribune Juive*, [s. l.], 24 abr. 2014. Disponível em: <https://www.tribunejuive.info/2014/04/21/lhistoire-oubliee-des-camps-marocains-par-jean-paul-fhima/>. Acesso em: jan. 2022.
- GAIDA, Peter. *Champs de travail sous Vichy: les groupes de travailleurs étrangers (GTE) en France et en Afrique du Nord, 1940-1944*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Bremer, Bremer, 2015.
- GIDE, André. *Voyage au Congo*. Paris: Gallimard, 1929.
- KATEB, Kamel. Les Immigrés Espagnols dans les Camps en Algérie (1939-1940). *Annales de Démographie Historique*, Paris, v. 1, n. 113, p. 155-75, 2007. Disponível em : <https://www.cairn.info/revue-annaes-de-demographiehistorique-2007-1-page-155.htm>. Acesso em: 2017.
- LAKROUM, Monique. Les projets français de transsaharien (XIXe et XXe siècles): un challenge pour l'industrie. *Culture Technique-Transports*, Neuilly-sur-Seine, FR, v. 19, p. 295-302, 1989.
- LONDRES, Albert. *Terre d'Ebène*. Paris: Albin Michel, 1929.

MURPHY, Robert D. *Diplomat among warriors*. New York: Doubleday, 1964.

PANIS, Jean Claude. *Le Chemin de Fer de la Méditerranée au Niger*. Bruxelles: De Visscher, 1956.

TINTHOIN, Robert. Un centre minier moderne à la limite du Sahara Oranais. *Annales de Géographie*, Paris, v. 5, n. 305, p. 91-92, 1948.

VAUSQUESAL-PAPIN; CARRIÈRE, Bruno. Le Transsaharien. *La Vie du Rail*, Paris, n. 2037, p. 44, 27 mar. 1986.

ZIMMERMANN, Maurice. Achèvement du chemin de fer transcontinental Sud-Australien. *Annales de Géographie*, Paris, v. 27, n. 145, p. 75, 1918.

OS FRUTOS VENENOSOS DO IMPERIALISMO NAS GUERRAS DO ÓPIO NA CHINA

Durval de Noronha Goyos Júnior

As chamadas guerras do ópio foram dois conflitos armados distintos ocorridos na China, o primeiro deles de 1839 a 1842 e o segundo entre 1856 e 1860. Sequiosa de dominar o grande mercado chinês, depositário de uma civilização milenar, o Reino da Inglaterra frustrou-se ao se deparar com o completo desinteresse em seus produtos pelos mercados consumidores da China. Dessa maneira, a coroa britânica decidiu plantar e produzir o ópio em suas colônias na Índia, com o objetivo de exportá-lo ao Império da China. Como tal ação era ilegal, os ingleses, habituados à pirataria, lançaram-se ao contrabando da droga maldita. A repressão chinesa ao tráfico desencadeou os conflitos armados contra a China, inicialmente tendo a Inglaterra, a França e os Estados Unidos da América como opositores. Posteriormente, as hostes imperialistas foram engrossadas por outras potências, como o Império Russo e o Império Japonês. Como resultado dos conflitos, foram impostos aos chineses os chamados tratados desiguais²⁶⁶.

No período de pouco mais de 100 anos, aproximadamente, desde meados do século XVII até o final do século XVIII, foi praticado pelo Reino Unido um genocídio sem precedentes na história mundial contra as populações da Índia, o país produtor do ópio a ser exportado, e da China, o país para o qual a droga foi contrabandeada. Como resultado dessas cruéis políticas imperialistas, cerca de 35 milhões de pessoas morreram apenas de fome na Índia²⁶⁷, que tinha a maior economia mundial na época do início do domínio britânico. A expectativa de vida naquele país caiu tragicamente para apenas 20 anos de idade e a assistência médica da população deixou de existir. A fome induzira a maior vulnerabilidade do povo a qualquer doença, como a gripe, por exemplo.

²⁶⁶ O texto abaixo é o capítulo conclusivo de minha obra, *As guerras do ópio na China e os tratados desiguais* (Observador Legal Editora, 2021), dedicado à saudosa e pranteada memória do Prof. Dr. Paulo de Edgard Resende, O.P., no décimo ano de sua morte. Neste livro discorro em detalhes sobre os conflitos e sobre todos os tratados resultantes.

²⁶⁷ THAROOR, Shashi. *Inglorious empire: what the British did to India*. London, UK: Penguin Books, 2017. p. 150.

Na China, números aproximados de mortes àqueles da Índia ocorreram direta e indiretamente causados pelas políticas de contrabando de ópio, pelas campanhas militares e pela maléfica destruição sistemática a que foi submetido o país, com o objetivo da geração de lucros para os imperialistas ingleses e seus aliados. O desastre trazido pela agressão estrangeira à China causou uma imensa diáspora da população local, inicialmente para Singapura, para a Malásia e para a Indonésia. Posteriormente, a emigração foi também direcionada aos EUA e à Austrália.

A situação dos emigrantes era assemelhada à de escravos. Os poucos descendentes do regime de servidão imposto aos *coolies*, suas famílias, bem como os seus respectivos descendentes, tiveram os seus direitos humanos e de cidadania denegados pelos EUA, pelas chamadas *exclusion laws* (leis de exclusão) de 1875 e 1882. Tais leis racistas foram repetidamente confirmadas pelo judiciário americano. De acordo com tais leis, “[...] os chineses eram incapazes de entender a noção de direitos individuais e, por conseguinte não seriam assimilados nos valores republicanos dos EUA”²⁶⁸.

Ademais, é de se deixar registrado que a desestabilização causada deliberadamente pelos ingleses e seus diversos aliados permitiu a ocupação japonesa do país e o conseqüente cruel abuso continuado do povo chinês, vítima de profundas agressões que persistiram até a derrota do Império do Japão, no final da Segunda Guerra Mundial, em 1945²⁶⁹. Os efeitos nefastos da desestabilização então gerada persistem até os dias atuais em Taiwan, bem como noutras regiões, e apresentam graves desafios diplomáticos ainda a serem resolvidos.

O Império Britânico adotou como política oficial de Estado a produção do ópio em seus domínios indianos e o seu contrabando para a China, em violação às mais básicas normas de direito, com o objetivo duplo de desestabilizar esse país enquanto realizava ganhos econômicos sem precedentes. Os ingleses fizeram do ópio a principal mercadoria mundial e, ao mesmo tempo, a maior fonte de lucros para os seus comerciantes, elites e governo, todos igualmente envolvidos no tráfico de entorpecentes. Para os demais, sobrou a mais absoluta miséria.

O induzido consumo de ópio trouxe a letargia, estupor e a abulia em numerosos segmentos da população chinesa tornando dezenas de milhões

²⁶⁸ RUSKOLA, Teemu. Canton is not Boston: the invention of American imperial sovereignty. In: DUDZUAK, Mary L.; VOLPP, Leti. Ed. *Legal borderlands: law and the construction of American borders*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000. p. 285-ss.

²⁶⁹ Desde 1848 até 1943, com a invasão japonesa, os EUA exerceram ininterruptamente sua soberania na China. Por sua vez, desde 1945 e até hoje, fazem-no também no Império do Japão.

de pessoas mortos-vivos vitimados pelo vício odioso e repulsivo. Enquanto isso, os explorados indianos morriam de fome devido à conversão, forçada pelos ingleses, da produção de alimentos para a produção de ópio. Ambas economias foram destruídas e os respectivos Estados perderam a soberania e foram governados de fato por estrangeiros para os seus interesses.

Esses números escandalosos superam em muito o elevadíssimo número de mortos da Segunda Guerra Mundial e as respectivas circunstâncias são agravadas pelo longo período em que foram praticadas e pelos extraordinários requintes de crueldade no processo. A prática de ações pelos ingleses direcionadas para a erradicação da cultura e da história da China e da Índia agravou ainda mais os abusos então levados a efeito. Esse precedente também abriu o caminho para que outros países executassem os mesmos malefícios e perversidades contra o povo chinês, sem precedentes históricos, bem como alimenta diversos preconceitos ainda hoje existentes contra a China e sua população.

Esses preconceitos ingleses, alimentados pelo negacionismo da verdade histórica, omissões de referências às conquistas chinesas, usurpação de inventos e da autoria de descobertas científicas e notícias falsas sobre a índole do povo chinês foram disseminados por outros países colonialistas ou subcolonialistas. Um lamentável exemplo desse triste fenômeno são os escritos sobre a China de Camilo Pessanha (1867-1926), um pequeno burocrata português em Macau, colonizado mentalmente e frustrado por sua condição de filho ilegítimo. Ademais, foi consumido, ele mesmo, pelo devastador vício do ópio, por consequência do qual viria a morrer no país asiático na solidão.

Segundo o disparatado Camilo Pessanha, eram características do povo chinês:

[...] a disformidade, a monstrosidade, o raquitismo, o nanismo, o cretinismo [...]. A tuberculose, a sífilis, o tebaísmo, a histeria, a epilepsia a lepra, a coreia, a sarna [...] a prostituição, o deboche, a pederastia, o sadismo [...]. A preguiça, o parasitismo, a mendicidade, a vagabundagem, o jogo, o lenocínio, a escravatura [...]. A fraude, a chantagem, o furto, o roubo, o banditismo, a pirataria, o cativoiro [...]. E de tudo isto todos os dias [...] ²⁷⁰.

Para além do tráfico de drogas, a Inglaterra buscava com tenacidade a dominação global pela força das armas. Conforme as observações de um atento analista,

²⁷⁰ PESSANHA, Camilo. *China: estudos e traduções*. 2. ed. Lisboa: VEJA, Gabinete de Edições, 1993. p. 20-ss.

[...] o Império Britânico foi como um projeto de Hitler em grande escala, envolvendo conquista militar e ditadura, extermínio e genocídio, lei marcial e tribunais de exceção, escravidão e trabalho forçado, como também campos de concentração e migração transoceânica de povos.²⁷¹

Indagado sobre o que pensava sobre a civilização ocidental, o grande Mahatma Gandhi (1869-1948), justamente considerado como o pai da nação indiana, respondeu que “esta seria uma boa ideia” e denominou o imperialismo inglês como o maior crime contra a Humanidade. De fato, na Índia, os ingleses mandavam decepar os polegares dos tecelões para que esses não pudessem operar os seus teares e competir com os tecidos fabricados no Reino Unido. Tudo em nome do livre comércio, da civilização e mesmo de Deus!

Foi desgraçadamente na China que a religião atingiu o seu paroxismo hipócrita de alardear o amor enquanto promove o ódio; de pregar a paz, enquanto pratica a violência; de defender o respeito, enquanto favorece a intolerância; e de oferecer o reino dos céus, enquanto entrega a ditadura do inferno terrestre. As táticas de penetração religiosa introduzidas na China foram posteriormente aplicadas numa escala global, muitas vezes como ponta de lança de interesses imperialistas. Elas são ainda aplicadas nos dias atuais.

Todos esses feitos melífluos foram praticados pelos ingleses e seus aliados de ocasião com uma absoluta falta de sensibilidade, respeito, dignidade e, até mesmo, como no caso da queima do Palácio de Inverno na China, com um sádico, perverso e doentio prazer. Como observou a respeito disso com propriedade o grande historiador americano Will Durant, “a hipocrisia se somou à brutalidade, enquanto o roubo estava em andamento”.

Os ingleses procuravam convencer a si próprios, e à opinião pública local e internacional de então, de estar numa missão de caráter civilizatório com o único objetivo de resgatar os rudes chulos chineses de seus errantes e infectos meios, religiões e costumes. Eles se justificavam, da mesma maneira que ainda hoje o fazem, alegando que suas ações são conduzidas pelo genuíno interesse cristão no bem-estar de suas vítimas e, subsidiariamente, do livre comércio.

Desgraçadamente, a denegação do genocídio no Reino Unido continua até os dias atuais, mesmo nos livros de história e da academia, o que se sedimentou no sentimento do povo inglês, interessado em reviver as

²⁷¹ THAROOR, 2017, p. 237.

alegadas glórias de seu Império. Assim, nesse pérfido negativismo, é comum se encontrar o argumento de que as guerras do ópio teriam ocorrido mesmo sem o ópio, apesar de ser a droga a principal mercadoria do comércio mundial e os ingleses os seus maiores produtores e traficantes.

Quanto ao contrabando do ópio propriamente dito, segundo os ingleses, foi esse uma prática aplicada pelos vis holandeses em suas tórpidas ações na Ilha de Java, situada onde é hoje a República da Indonésia. De acordo com os mesmos ingleses, os portugueses teriam sido os responsáveis pela introdução do ópio na China, ao passo que os franceses e norte-americanos teriam se constituído nos inescrupulosos comerciantes e intendentess da prática do tráfico da droga maldita.

A crise econômica e do balanço de pagamentos do Império da China na segunda metade do século XVIII teria sido de responsabilidade da incompetência do governo chinês. O processo de transformação das tropas chinesas em “carne moída” teria sido causado por ação das... tropas indianas²⁷². De outro lado, a pilhagem dos bens culturais chineses teria, eventualmente, ocorrido pelas mãos dos torpes franceses. Mas o incêndio do Palácio de Verão, embora iniciado pelos franceses, teria sido apenas um mero ato de administração da justiça...

O consumo do ópio, segundo os ingleses, é claro, teria sido de responsabilidade exclusiva do povo chinês, uma raça inferior, abjeta e repugnante, ao mesmo tempo que naturalmente inclinada ao estupor, ao jogo e a outros vícios e costumes de grande perversidade. Por sua vez, a introdução da droga do ópio na China teria sido devida, única e exclusivamente, à tanto notória quanto generalizada corrupção dos oficiais do Império Celestial. As guerras do ópio teriam sido deflagradas por conta de deficiências diplomáticas das autoridades chinesas²⁷³.

Acresce que, ainda em contradição à verdade, alegavam os ingleses a anomia ou inexistência de normas de direito a coibir o tráfico de entorpecentes e o seu comércio. Finalmente, alegavam indevidamente a inexistência de um judiciário eficaz na China. Pode-se assegurar que a compilação de um elenco das alegações falsas dos ingleses sobre a China e a desinformação sobre suas infames ações dariam uma volumosa enciclopédia das infames mentiras imperialistas, apenas menos alentadas do que um elenco das crueldades praticadas em nome de Deus e da civilização.

²⁷² FENBY, Jonathan. *The dragon throne: China's emperors from the Qin to the Manchu*. London: Quercus Editions, 2008. p. 236.

²⁷³ POLACHEK, James M. *The inner opium war*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992. p. 3-ss.

Por sua vez, os traficantes do entorpecente ópio de nacionalidade inglesa, sua aristocracia, os seus bancos, jornalistas, missionários, empresários, militares, advogados, contadores, gestores e agentes políticos no Parlamento e na administração do Império Britânico usavam as teorias de liberdade econômica, desenvolvidas pelo filósofo escocês Adam Smith (1723-1790), o mais importante teórico do liberalismo, em sua obra *Riqueza das nações*, a qual foi originalmente publicada no ano de 1776. De fato, com base em Adam Smith, argumentavam os fatores do mal que a riqueza das nações resultava de ações de agentes privados movidos pelo autointeresse. A liberdade ampla, geral e absoluta, inclusive e principalmente no tráfico de drogas, seria, então, o maior estímulo ao comércio. É claro que a interpretação forçada e de autointeresse contemporânea situava o tráfico de entorpecentes como uma atividade comercial que deveria, segundo os traficantes e seus agentes políticos, ser livre.

Todavia, mesmo em época contemporânea aos fatos aqui descritos e relatados, a ação inglesa na China já era denunciada por respeitados economistas europeus, como o professor liberal Friedrich List (1789-1846), na Alemanha. O professor List acusou as práticas do Reino Unido em seus escritos, tanto oportuna, quanto sarcasticamente, como o “imperialismo do livre comércio”. Ao fazê-lo, questionou a hipócrita e especiosa retórica do livre comércio alardeada pelos ingleses, fazendo coro àqueles que, de há muito, se referiam ao Reino Unido, de maneira crítica, como “*la perfide Albion*”.

Na própria Inglaterra, o professor Dugald Stewart (1753-1828), da cadeira de filosofia moral e um dos mais importantes estudiosos de economia política, veio a observar que o mercantilismo era um ideário propagado por comerciantes e industriais que revertia a ordem natural da estrutura social, e assim promovia uma desigualdade na sociedade. Esse ideário seria implementado por meio leis obtusas que atendiam a interesses menores em detrimento daqueles da cidadania, de uma maneira geral²⁷⁴.

Foi assim que, nas chamadas guerras do ópio na China — quando e onde foram criadas, implementadas ou ainda aperfeiçoadas —, diversas práticas de política externa, conceitos jurídicos e regras comerciais seriam depois aplicadas pelas potências hegemônicas de maneira geral para a exploração dos povos do mundo e, notadamente, pelos EUA. Dentre essas táticas, pode ser identificada inicialmente a cooperação imperialista para

²⁷⁴ MELANCON, Glenn. *Britain's China policy and the opium crisis*. Hampshire, UK: Ashgate Publishing Limited, 2003. p. 28-29.

espoliar um país em desenvolvimento. Essa cooperação continua até os dias de hoje em alianças como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), no setor de cooperação militar; a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na área de investimentos; e a própria Organização Mundial do Comércio (OMC), essa última em época anterior a janeiro de 2002, no segmento do chamado “livre comércio”. Note-se, também, que dessa época vem a especiosa postura diplomática de “mediador desinteressado” usada pelos EUA sistematicamente em seu próprio interesse e naquele de seus aliados ou clientes, como na agressão de Israel à Palestina.

Esse modo de agir tem sido consistentemente utilizado pelos americanos, como demonstram os exemplos da África do Sul, onde apoiaram o odioso regime do *apartheid*, das guerras de libertação nacional na África, América Latina e na Ásia, além da situação particular na Argentina durante a Guerra das Malvinas, onde os EUA dissimularam apoio aos sul-americanos enquanto passavam informações militares aos ingleses. Essa ação permitiu aos britânicos que pudessem manter o seu *status quo* colonial na América do Sul.

Da mesma forma na questão da Palestina, os EUA, pretensos e hipócritas “mediadores”, são na realidade os principais financiadores, fornecedores de armas e apoiadores políticos e militares de Israel, país opressor, ao mesmo tempo em que impedem a justiça para o povo palestino. Os crimes cometidos contra a nação palestina, praticados por Israel e pelos EUA, indiretamente ofendem a consciência humanística mundial, da mesma maneira do que aqueles cometidos contra os judeus pelos nazistas.

Igualmente, o princípio da aplicação extraterritorial da lei pelos ingleses adquiriu uma dimensão verdadeiramente única no caso da China. O Brasil, dentre outros países, também havia sido vítima dessa mesma prática, cumulada com a presença de tribunais ingleses por todo o país, como muito bem registrou o escritor brasileiro Gilberto Freyre²⁷⁵ — se bem que com uma ótica diversa da aqui exposta. Nos dias atuais, os EUA buscam de forma consistente a aplicação extraterritorial de sua lei, com o que “[...] promovem o exercício arbitrário das próprias razões nas relações internacionais e assim levam a efeito a desconstrução do direito internacional”²⁷⁶.

²⁷⁵ FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

²⁷⁶ GOYOS JR., Durval de Noronha. *A marcha da história: notas sobre direito e relações internacionais*. São Paulo: Observador Legal Editora, 2008. p. 132.

Da mesma maneira, a chamada cláusula da nação mais favorecida, que incorpora o princípio da não discriminação, hoje incorporada ao regime multilateral do comércio no século XX, resultou da conferência isonômica de direitos ao infame tráfico do ópio. Naqueles tempos, no entanto, os ingleses não outorgavam a cláusula da nação mais favorecida, mas apenas recebiam o seu benefício, o que violava o seu princípio fundamental que é o da aplicação generalizada.

Para os chineses, enquanto os ingleses impunham um patamar tarifário bastante baixo, esses últimos ao mesmo tempo elevavam de maneira protecionista os seus direitos aduaneiros para um nível bastante superior, além de aplicar tarifas seletivas favorecidas para países sujeitos ao seu império formal²⁷⁷. O detalhe meramente técnico da cláusula de nação favorecida de mão única, contudo, por seguro não incomodava aos ingleses, desde que eles tivessem o tratamento preferencial de maneira a realizar o lucro do seu livre comércio. De fato, a especiosa política comercial de *open door* (porta aberta) significava então, como também hoje, a porta que abre para um só lado.

Outro conceito jurídico que passou a ser parte integrante da ordem multilateral do comércio, primeiramente acolhido pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)²⁷⁸, de 1947, e depois pelos Acordos da Rodada Uruguai, de 1994, que instituíram a Organização Mundial do Comércio (OMC), é o do “acesso a mercados”, uma velha demanda imperialista²⁷⁹. Da mesma forma, o nefasto hábito de ditar patamares tarifários aos Estados vítimas de abuso, exigindo sua observância, como também o de moldar sua política tarifária, nasceram na primeira e na segunda Guerra do Ópio, respectivamente.

Nos dias atuais, um organismo intergovernamental criado em 1961, denominado de Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ocupa-se de criar regras de facilitação da exploração dos países mais pobres pelos mais ricos, formalizadas a partir de 1989 no chamado Consenso de Washington. A técnica de utilização política dos tratados de livre comércio, desenvolvida e aperfeiçoada pelos ingleses durante as guerras do ópio, continua a ser utilizada em nossos dias pelas potências hegemônicas, para a dominação dos países mais fracos ou periféricos.

²⁷⁷ Sistema denominado de Preferência Imperial.

²⁷⁸ Acrônimo derivado da denominação em língua inglesa “*General Agreement on Tariffs and Trade*”.

²⁷⁹ GOYOS JR., Durval de Noronha. *A OMC e os tratados da rodada Uruguai*. São Paulo: Observador Legal Editora, 1995. p. 21-ss.

Foi também com as guerras do ópio na China que os processos de radical desestabilização interna de um país, por iniciativa de uma ou mais potências estrangeiras, foram pela primeira vez colocados em prática desalmada, com contumácia e brutalidade. Esse conjunto de ações, avolumado pelo uso de sanções e bloqueios econômicos, comerciais e financeiros, veio depois adquirir novas denominações como “guerras assimétricas” ou ainda “guerras por procuração”, como nos ensina Luiz Alberto Moniz Bandeira. Essas tiveram recentemente requintes de aperfeiçoamento como a corrupção, induzida do exterior, do judiciário dos países-alvos, como ocorrido no Brasil com a chamada Operação Lava Jato.

A defesa de um país soberano de tais ataques por parte de uma potência hegemônica já é muito difícil e extremamente onerosa para o povo agredido. Quando os agressores configuram uma aliança ofensiva, a tarefa se torna mais difícil. Foi esse o caso da China durante as chamadas Guerras do Ópio. Tal quadro levou Mao Zedong a observar, de maneira tanto pertinente como correta, com base na experiência histórica chinesa, que “[...] um país semicolonial dominado por vários Estados é diferente de uma colônia dominada por uma só potência”²⁸⁰.

Tais práticas continuam a ser utilizadas mundo afora, hoje pelos EUA e seus aliados, fazendo parte de um arsenal de táticas sempre em constante crescimento, com a utilização de seitas religiosas, da velhaca imprensa inescrupulosa, de prostituídas organizações não governamentais, da desinformação institucionalizada, inclusive por via midiática, e do inescrupuloso desvio de finalidade de organismos multilaterais. Essas ações sempre tiveram o apoio das privilegiadas elites econômicas e das forças armadas, cujos quadros foram muitas vezes treinados na Escola das Américas, mantida pelos EUA no Panamá, onde inclusive se lecionava métodos de tortura.

Foi o que ocorreu no golpe de Estado do Chile, em 1973, que destituiu o governo democrático de Salvador Allende e lançou o país no brutal pesadelo do fascismo institucionalizado. Anteriormente, em 1964, uma quartelada derrubou o governo democrático de João Goulart e lançou o Brasil no turbilhão de décadas de crise social, política, econômica e ambiental. A Argentina foi igualmente vítima do mesmo infame processo, como também a Nicarágua, El Salvador, a Colômbia, a Venezuela, o Panamá, o Peru, dentre outros países na América Latina.

²⁸⁰ ZEDONG, Mao. *Problemas estratégicos da guerra revolucionária na China e da guerra de guerrilhas contra o Japão*. Beijing: Edições do Povo, 1968. p. 32.

O mesmo ocorreu na Europa oriental, no Oriente Próximo, na África²⁸¹, na Ásia, não apenas na China, mas também na Coreia, no Vietnã, no Laos, na Índia, e mesmo na Itália, na Europa ocidental onde uma aliança com o crime organizado e forças domésticas ultraconservadoras impediu a sedimentação da democracia. Quando a tais ações são somadas as sanções e bloqueios, como no caso triste caso de Cuba, os danos econômicos e sociais são imensos e a situação do povo afetado se torna dramática, com reflexos até mesmo na saúde pública.

Foi, além do mais, no lucrativo tráfico de ópio na China, como sócio júnior do Reino Unido, que se despertou nos EUA a sua própria e ainda incipiente vocação imperialista, a qual se desenvolveu gradual e poderosamente ao longo das décadas, até desalojar o Reino Unido de sua posição de protagonista no domínio colonial e maior potência econômica, militar e política mundial. Já em 1846 os EUA, sob a maldita bandeira imperialista do “manifesto destino”, invadiram militarmente a República Mexicana para se apoderar de nada menos do que dois terços do território daquele país. O conflito se arrastou até 1848, quando foi imposto aos mexicanos o infame Tratado de Guadalupe Hidalgo²⁸².

Ao desenvolver sua cruel, impiedosa, desalmada e violenta modalidade de imperialismo, os EUA igualmente assumiram o papel de cruel fator dos principais abusos e violações dos direitos de outros países, nações e povos, numa escala global, mais abrangente ainda do que aquela do Reino Unido. As ações do imperialismo continuam hoje sempre agressivas, como no século XIX, mas sob outros métodos e nova faceta, mas não menos malélicas, constituindo a maior causa da miséria, da desesperança e da intranquilidade dos povos.

É, ainda, de se observar que, na China, durante as guerras do ópio, deu-se uma até então inusitada colaboração entre as potências imperialistas na cooperação para espoliar um terceiro país e o seu povo. Foi talvez baseado nesse registro histórico que, em 1914, segundo lição do inesquecível mestre Luiz Alberto de Moniz Bandeira (1935-2017), possivelmente tivesse levado Karl Kautsky (1854-1938), o mais importante teórico da Internacional Socialista, a ressaltar sua percepção como, “do ponto de vista puramente econômico, o capitalismo entrasse em nova fase, marcada pela

²⁸¹ Na África, vergonhosamente, o imperialismo oficial viveu até a segunda metade do século XX e, ademais, manteve vivo o monstruoso regime de *apartheid* na África do Sul, que promoveu a miséria e a desesperança em sua população.

²⁸² Assinado em 2 de fevereiro de 1848.

transferência dos métodos dos cartéis para a política internacional, a fase do ultraimperialismo, que também devia ser energeticamente combatido.²⁸³.

O pensamento de Karl Kautsky foi rebatido de maneira vigorosa por Vladimir I. Lênin, em sua famosa obra *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, numa polêmica que se tornou famosa. Para Vladimir I. Lênin, o imperialismo configurava o capitalismo “em decomposição; o capitalismo de transição ou, mais propriamente, agonizante”, segundo nos ensina o professor doutor Luiz Alberto de Moniz Bandeira, o maior historiador brasileiro de todos os tempos²⁸⁴.

Assim, de acordo com o grande líder soviético, Vladimir I. Lênin, o fenômeno do imperialismo seria o prelúdio da revolução social do proletariado. Decorrido mais de um século de ambas as análises dos importantes pensadores, portanto em retrospecto, o intérprete será inevitavelmente levado a indagar se ambos os pensadores não teriam tido razão: Karl Kautsky no exame da perspectiva histórica e Vladimir I. Lenin no pensamento prospectivo.

De qualquer maneira, o estudo da história das chamadas guerras do ópio na China é tanto oportuno quanto indispensável para a devida compreensão do *ethos* do capitalismo e, bem assim, da evolução das relações e de diversos organismos internacionais desde o século XVIII até os dias atuais. Esse exame nos dará elementos em abundância para vislumbrarmos os assombrosos perigos ainda hoje existentes na jornada das nações. Da mesma forma, sua análise revelará as melhores sendas disponíveis para a consecução da afirmação nacional dos povos e sua efetiva colaboração internacional visando ao bem comum, à paz, à prosperidade econômica e ao desenvolvimento social da humanidade.

Referências

DUDZUAK, Mary L.; VOLPP, Leti (ed.). *Legal borderlands: law and the construction of American borders*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2000.

FENBY, Jonathan. *The dragon throne: China's emperors from the Qin to the Manchu*. London: Quercus Editions, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Inglês no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

²⁸³ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016. p. 64.

²⁸⁴ *Ibidem*, p. 67-68.

GOYOS JR., Durval de Noronha. *As guerras do ópio na China e os tratados desiguais*. São Paulo: Observador Legal Editora, 2021.

GOYOS JR., Durval de Noronha. *A marcha da história: notas sobre direito e relações internacionais*. São Paulo: Observador Legal Editora, 2008.

GOYOS JR., Durval de Noronha. *A OMC e os tratados da rodada Uruguai*. São Paulo: Observador Legal Editora, 1995.

PESSANHA, Camilo. *China: estudos e traduções*. 2. ed. Lisboa: VEJA, Gabinete de Edições, 1993.

POLACHEK, James M. *The inner opium War*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

MELANCON, Glenn. *Britain's China policy and the opium crisis*. Hampshire, UK: Ashgate Publishing Limited, 2003.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

THAROOR, Shashi. *Inglorious empire: what the British did to India*. London, UK: Penguin Books, 2017.

ZEDONG, Mao. *Problemas estratégicos da guerra revolucionária na China e da guerra de guerrilhas contra o Japão*. Beijing: Edições do Povo, 1968.

DA DOMINAÇÃO CONSENTIDA: UMA ABORDAGEM²⁸⁵

León Pomer

Entender as ocorrências cotidianas que carregam temor e incerteza; lidar com passados que assombram os espaços da memória; pensar um futuro que nos espreita de maneira ambígua a partir de um presente ferido por raios e trovões: demasiadas tristezas para abandoná-las à racionalidade perplexa das vontades individuais. Quando aqueles que o sistema protege caem em elucubrações confusas, o poder descansa satisfeito: não haverá luz. Porém, isso não diminui seu alerta: pensar é correr riscos. Nada garante que não surjam perguntas que não acabem necessariamente presas à falta de respostas que são eternas e inúteis lamentações. Nunca se sabe em que esses deslizos poderão terminar.

Um pensar que ameaça escapar à aniquilação e à apatia e ousa ignorar aquilo que chamamos de protocolos normativos não escritos, que deveriam regê-los, precisa ser restituído ao senso comum vigente ou ser constringido ao silêncio e ao vazio. Audácias intelectuais que o sistema não admite devem ser vedadas às massas, marcadas para serem abandonadas a um imaginado destino, a um fluir da vida entregue a um suposto acaso ingovernável.

Vegetar é reconhecer a inutilidade de se entrar em âmbitos que ultrapassem o estreito marco em que se supõe dever transcorrer os pensamentos e a vida. O sistema não aprecia aqueles que insistem em indagar sobre o cansaço e a saciedade de alguns e o desamparo faminto dos demais. Numa sociedade em que a extrema riqueza se compraz em aumentar os cofres de alguns poucos e em que a extrema pobreza se espalha como mancha sinistra, os indivíduos devem se entregar graciosamente à heteronímia e subordinar-se a ela, sem suspeitar que “[...] distorce a argumentação e o discernimento racionais de interesses patológicos externos”²⁸⁶.

²⁸⁵ Tradução: Regina Maria A. Fonseca Gadelha. Prólogo do livro *De la Dominación Consentida* (2019) inédito no Brasil, concedido pelo autor para esta coletânea.

²⁸⁶ ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 23.

A dominação cria anticorpos: é a dosagem maciça de uma conformidade que não questiona, nem tem a inquietude de fazê-lo como condição normal da existência humana. A recorrência às fórmulas verbais aparentemente incontestáveis, aos juízos canonizados cujo uso os transforma de maneira mecânica a “certezas” óbvias e indiscutíveis, são recursos habituais de uma vasta alquimia exercida até o esgotamento pelos instrumentos catequizadores do sistema, prontos para sararem doentias veledades e persuadirem que “as coisas são como são” e que é inútil tentar mudá-las. O sentido comum aconselhará liberar o cérebro de cansativas incursões em campos minados, em não complicar a vida já em si bastante dura, e dirá, com reiterada insistência, que é mais gratificante descansar o cérebro ocupando-o com baboseiras televisivas, com fanáticas polêmicas esportivas ou observando de maneira maliciosa as existências alheias dos famosos.

O sistema de dominação é essencialmente antagonico ao pensamento livre de dogmas, limites, barreiras e determinadas categorias perceptuais e conceituais. Não poderia ser de outra maneira. A dominação requer anular a vontade do dominado até obter uma aquiescência da qual esse não está consciente. O pensamento deve seguir por trilhos furtivamente inoculados e naturalizados, assim como são respirar e sentir fome. Controlar subjetividades e incapacitá-las de cometerem indesejáveis deslizes é tão essencial para o sistema como conseguir que aqueles que são controlados vivam a ilusão de agirem e pensarem com total autonomia.

Na inconsistente renúncia ao pensamento lógico-racional, a dominação encontra seu ápice: o sujeito ignora (e o que é pior: não percebe que ignora) o porquê de acontecimentos e processos que o assustam, o significado que entranham e os ardis que ocultam. Perguntas e respostas vedadas a seres anônimos apequenados, conclusões a que jamais se deve atingir, são produtos de consciências saturadas de lixo emocional, assediadas por imagens inquietantes que se sucedem vertiginosas, dispersas e inexplicáveis. A dominação deve conseguir que seu universo cultural esconda a raiz das disputas que estremecem a sociedade: a lógica da vida real (se essa existe) deve ser substituída por uma visão que sugere a definitiva loucura do mundo. Os interesses em disputa, as verdades dos antagonismos, ficarão ocultas por um emaranhado de falácias: é a chave da dominação e sua cultura é a narcotização daqueles que foram condenados à suprema estupidez de consentirem com as práticas cotidianas das ações escravizadoras a que são submetidos. Consideráveis massas humanas, cúmplices de um poder que as domina, sem que percebam de maneira plenamente consciente, estão

submetidas à lâmina gelada do poder mortuário que as mantém como servidoras. A dominação atinge seu triunfo pleno quando seu séquito de significados, classificações e categorias subjuga a subjetividade instalando no sujeito um pensar claudicante. Menciona o teólogo luterano Paul Tillich (1886-1965): “O homem autônomo rechaça toda determinação externa. A heteronímia não respeita o foro interno e inviolável da constituição moral do indivíduo e se impõe de fora para dentro, como a voz da autoridade, da sociedade ou de Deus”.²⁸⁷ Mas onde está o homem autônomo?

A dominação opera sobre o hoje, o ontem e o amanhã do indivíduo. Assim como o faz no presente, quer controlar o passado e intrometer-se no futuro. O passado serve para justificar o presente; o presente para modelar o passado. A essência da dominação está no ontem que ela constrói, no hoje que domina e no futuro que imagina (se houver brechas para imaginar algum). Autocrata que governa de forma sigilosa, a cultura do poder dominante regula as lembranças até reduzi-las a algo inescrutável e com um falso sentido da realidade que foi e da realidade presente. A dominação seleciona e exalta, minimiza, joga na fogueira do esquecimento o que detesta. Quer povos ignorantes de suas lutas passadas; esforça-se por evitar que as práticas populares se insiram numa linhagem que reconheça vitórias e tragédias, heróis e mártires. A dominação exalta aqueles que estão do seu lado e os coloca em um Olimpo de “grandes homens”, que o foram e continuam sendo por terem combatido a barbárie sub-humana encarnada nos indígenas, nos crioulos de pés sujos e em desamparados imigrantes.

O sistema capitalista necessita de que seus dominados se conformem e se resignem, aceitem como fatos naturais os avatares da chamada realidade, aceitem ser o que a vida (divindade metafísica) quer que sejam. Dizia Jean Piaget:

Mais ainda que o meio físico, a sociedade transforma o indivíduo na sua própria estrutura, porque não só o obriga a reconhecer os fatos, como também fornece para ele um sistema inteiramente construído de signos que modificam seu pensamento, lhe propõe novos valores e lhe impõe uma série definida de obrigações.²⁸⁸

²⁸⁷ TILLICH, Paul *apud* CASTELAO, Paul. *Breve introducción al pensamiento de Paul Tillich*. Una invitación a su lectura, 12/01/2011, p. 8. Texto Extraído de *Encrucillada*, n. 129, p. 79-86. 2002. <https://web.unican.es/campuscultural/Documents/Aula%20de%20estudios%20sobre%20religi%C3%B3n/2010-2011/CursoTeologiaPaulTillich2010-2011.pdf>. Acesso em: fev. 2023.

²⁸⁸ PIAGET, Jean. *La psychologie de l'intelligence*. Paris: Armand Colin, 1967. p. 167. “Más aún que el medio físico, la sociedad transforma al individuo en su misma estructura, porque no sólo lo obliga a reconocer los hechos, sino que le provee de un sistema enteramente construido de signos que modifican su pensamiento, le propone nuevos valores y le impone una serie indefinida de obligaciones”. (L.P.).

O sistema modela tipos humanos para desempenhar os papéis que exige seu funcionamento, precisa controlar seus modelados, vigiá-los, corrigi-los para que não se afastem das específicas inter-relações humanas que o reproduzem. A dominação é um fenômeno integral, um pensamento, uma forma de agir, um comportamento, uma emissão de sinais corporais; é uma fala cujos significados, frases feitas, estereótipos verbais, conceituais e emocionais foram sendo adaptados ao sistema. E, principalmente, a dominação controla a percepção: esse momento fundamental de acesso ao real, precedente para entender e interpretar, mas base de ambos. Significados e percepção são chaves da cultura da dominação.

Em uma obra publicada em 2003, Marshall Sahlins²⁸⁹ alertava que o capitalismo produz objetos para indivíduos apropriados; ou, em nossas palavras, indivíduos apropriadamente modelados para consumir objetos que, usados como terapias ou paliativos, ou doadores de um prazer que pode prescindir de Outro humano para consumir-se, acabam gerando a adição tóxica chamada consumismo. As adições dominam a vontade, exigem peremptoriamente mais do mesmo: nesse caso, o inacabável consumo de novidades publicitadas como inefáveis objetos de prazer. Aqueles que foram contaminados pela doença do consumismo (e que têm com que pagá-lo ou buscam outras “soluções” por falta de dinheiro), submeteram-se mansa e alegremente aos propósitos do sistema que armou a armadilha tecnológica e ocultou sua criação: estão “tecnomarionetizados”.

A cultura da dominação, introduzida nos corpos desde o primeiro dia de suas vidas em sociedade, modeladora dos tipos humanos que o sistema requer para funcionar, acrescenta “reforços” de que nos falam os seguintes exemplos: Edward L. Bernays, sobrinho de Sigmund Freud e um dos pioneiros no estudo da psicologia das massas, escreveu em seu livro *Propaganda* (atentem-se à data de publicação: 1928):

A manipulação deliberada e inteligente dos hábitos estruturados e das opiniões das massas é um elemento importante nas sociedades democráticas. Aqueles que manipulam este mecanismo oculto da sociedade constituem um governo invisível, que é o verdadeiro poder que dirige o nosso país [Estados Unidos]. Somos governados, nossas mentes estão moldadas, nossos gostos formados, nossas ideias foram sugeridas por homens dos quais nunca ouvimos falar.²⁹⁰

²⁸⁹ SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. [1979]. São Paulo: Zahar, 2003.

²⁹⁰ BERNAYS, Edward L. *Propaganda*. New York: Horace Liveright, 1928. “La manipulación deliberada e inteligente de los hábitos estructurados y de las opiniones de las masas es un elemento importante en las sociedades demo-

Em um livro anterior, *Cristalizando la opinión pública* (1923)²⁹¹, Bernays propôs desvendar mecanismos cerebrais e a influência da propaganda como método para unificar o pensamento de milhares de seres. Há mais de oito décadas Bernays retirava o véu (não necessariamente o único) que ocultava e oculta, para os desavisados, a verdade da democracia capitalista que costuma ser considerada “democracia” sem adjetivos; o neto do ilustre avô advertia sobre uma gigantesca operação heteronômica: a modelação de massas, a redução do pensamento autônomo para a pura fantasia.

Em *Las formas ocultas de la propaganda* (1957), Vance Packard descreve um “estranho e, dito de forma mais clara, exótico” tipo de influência que estava surgindo rapidamente nos Estados Unidos: os executivos corporativos e os políticos estadunidenses estavam começando a adotar métodos, completamente indetectáveis, para mudar o pensamento, as emoções e o comportamento das pessoas, com base na psiquiatria e nas ciências sociais. Tratava-se da estimulação subliminar, que Packard denominou “efeitos por baixo da porta”, apresentação de mensagens muito breves — uma fração de segundo — que ordenam o que devemos fazer, sem que tenhamos consciência de havê-la visto.

Packard denunciava que as corporações mais poderosas procuravam, e em muitos casos já estavam aplicando, uma grande variedade de técnicas de controle das pessoas, sem o conhecimento delas. Em estreita colaboração com cientistas sociais, tentavam conseguir que as pessoas comprassem coisas de que não necessitavam (o consumismo, como dizem) e condicionar as crianças pequenas para que se tornassem bons consumidores. Aconselhadas pelas ciências sociais, as corporações aprenderam rapidamente os procedimentos para aproveitar as inseguranças, as fraquezas, os medos inconscientes, a agressividade e o desejo sexual das pessoas para modificar sua forma de pensar, suas emoções e comportamentos, sem que elas soubessem que estavam sendo manipuladas. Packard cita o economista inglês Kenneth Boulding: “É possível imaginar um mundo de ditadores ocultos, que continuam utilizando formas democráticas de governo”²⁹².

As forças descritas por Packard se tornaram ainda mais sutis, denuncia Robert Epstein:

cráticas. Aquellos que manipulan este oculto mecanismo de la sociedad constituyen un gobierno invisible que es el verdadero poder dirigente de nuestro país [Estados Unidos]. Somos gobernados, nuestras mentes están amoldadas, nuestros gustos formados, nuestras ideas sugeridas por hombres de los que nunca hemos escuchado hablar”. (L.P).

²⁹¹ BERNAYS, Edward L. *Cristalizando la opinión pública*. Barcelona: Gestión, 2000.

²⁹² PACKARD, Vance. *Las formas ocultas de la propaganda*. 18. ed. Buenos Aires: Sulamericanas, 1992.

A música relaxante que ouvimos no supermercado faz com que caminhemos mais lentamente e compremos mais alimentos, os necessitemos ou não. Muitos dos insubstanciais pensamentos e intensos sentimentos em que vivem nossos adolescentes desde que se levantam até a hora em que se deitam estão cuidadosamente orquestrados por habilísimos profissionais do *marketing* que trabalham nas indústrias da moda e do entretenimento. Os políticos se valem de uma grande variedade de consultores que estudam as maneiras de atrair os jovens: as roupas, a entonação, a expressão facial, a maquiagem, o penteado e o discurso, tudo é otimizado ao máximo, tal como se faz com a embalagem do leite para o café da manhã.²⁹³

Para entender como funcionam as novas ferramentas de controle mental, necessita-se examinar os motores da busca na Internet, propõe Epstein, sobretudo o Google, o maior e melhor de todos eles, hoje convertido no verbo “guglar” em todos os idiomas. A maioria dos usuários de computadores do mundo inteiro “gugleiam” para conseguir a maior parte da informação de que precisam sobre qualquer coisa. Google chegou a ser a principal porta de entrada para virtualmente todo o conhecimento, porque nos dá a informação que estamos procurando quase instantaneamente e quase sempre, quando começamos a busca, na primeira posição da lista que aparece. A ordenação dessa lista é tão boa, continua, que cerca de 50% do que procuramos se encontra nos dois primeiros itens e mais de 90% entre os 10 itens da primeira página de resultados; muito poucas pessoas olham as seguintes páginas de resultados, apesar de que geralmente elas podem conter muita informação valiosa. O Google decide qual dos bilhões de páginas web será a página web que aparecerá na nossa lista de resultados; também decide a ordem em que as apresenta. Como decide essas coisas é um segredo profundo e obscuro; um dos segredos mais bem guardados do mundo, como a fórmula da Coca-Cola. Devido a ser muito provável que os internautas leiam os primeiros itens da lista de resultados e cliquem em algum deles, as empresas estão gastando bilhões a cada ano tentando

²⁹³ EPSTEIN, Robert. The new mind control. *Information Clearing House*, California, 2 mar. 2016. 11p. p. 3. Disponível em: <http://www.informationclearinghouse.info/article44353.htm>. Acesso em: abr. 2016. “La música relajante que oímos en el supermercado hace que caminemos más lentamente y compremos más alimentos, los necesitemos o no. Muchos de los insustanciales pensamientos e intensos sentimientos que viven nuestros adolescentes desde que se levantan hasta que se acuestan están cuidadosamente orquestrados por habilísimos profesionales del *marketing* que trabajan en las industrias de la moda y el entretenimiento. Los políticos se valen de una gran variedad de consultores que estudian las maneras de atraer jovencitos; la vestimenta, la entonación, la expresión facial, el maquillaje, el peinado y el discurso, todo es optimizado al máximo, tal como se hace con el envase para la leche para el desayuno”. (L.P.).

enganar o algoritmo de busca — o programa informático que seleciona e ordena os itens pesquisados de Google — para que sua página apareça um ou dois lugares acima na lista. Um ponto acima pode ser a diferença entre o êxito e o fracasso de um negócio, e estar entre os 10 primeiros itens pode ser a possibilidade de ganhar muitíssimo dinheiro.

A posição do Google nas pesquisas da Internet é praticamente monopólica: segundo o Centro de Investigação Pew, 83% dos estadunidenses declara que Google é o motor de busca que utilizam com mais frequência. Portanto se Google favorece um candidato em umas eleições, o impacto nos votantes indecisos poderia decidir o resultado dessa votação. Atualmente Google tem a possibilidade de virar 25% das eleições nacionais de todo o mundo, sem ninguém perceber. De fato, os ordenamentos de resultados da busca de Google impactou em muitas eleições durante muito tempo, um impacto que cresce a cada ano. E pelo fato dos resultados da busca ser fugaz, não deixa rastros escritos e pode ser negado terminantemente pela companhia.²⁹⁴

Há poucos anos Zbigniew Brzezinski, em seu livro *Between two ages* (1970), advogava pelo controle da população por uma elite mediante a “manipulação eletrônica”. Afirma:

A era tecnológica envolve o surgimento gradual de uma sociedade mais controlada e dominada por uma elite sem as restrições dos valores tradicionais, motivo pelo qual logo será possível assegurar a vigilância quase contínua sobre cada cidadão, arquivos que estarão sujeitos à recuperação instantânea das autoridades.²⁹⁵

Isso já está a acontecer. Eminentes pensadores se ocupam com o controle massivo do pensamento e das práticas cotidianas. Filósofos da

²⁹⁴ *Idem.* “La posición de Google en las búsquedas en Internet es prácticamente monopólica: según el Centro de Investigación Pew, un 83% de los estadounidenses declara que Google es el motor de búsqueda que utiliza con más frecuencia. Por lo tanto, si Google favorece a un candidato en unas elecciones, el impacto en los votantes indecisos podría decidir el resultado de esa votación. Hoy día, Google tiene la posibilidad de darle la vuelta al 25 por ciento de las elecciones nacionales de todo el mundo sin que nadie se dé cuenta. De hecho, los ordenamientos de resultados de la búsqueda de Google han hecho impacto en muchas elecciones durante mucho tiempo, un impacto que crece de año en año. Y debido a que los resultados de la búsqueda son fugaces, no dejan huella escrita y pueden ser negados tajantemente por la compañía”. (L.P.).

²⁹⁵ BRZEZINSKI, Zbigniew. *Between two ages: America's role in the technetronic era*. New York: Viking Press, 1970. “La era tecnorrónica involucre la aparición gradual de una sociedad más controlada y dominada por una élite sin las restricciones de los valores tradicionales, por lo que pronto será posible asegurar la vigilancia casi continua sobre cada ciudadano, archivos que estarán sujetos a la recuperación instantánea de las autoridades”. (L.P., versão em espanhol, 1971).

escola de Frankfurt pesquisaram os processos sociais que patologizam a razão e impedem a faculdade humana de pensar e superar a flagrante irracionalidade que supõe consentir na própria dominação. Horkheimer adverte sobre a organização da sociedade e a reputa de irracional. Adorno fala de um mundo administrado e Marcuse de um homem reduzido a uma única dimensão em detrimento de suas múltiplas potencialidades. Habermas sustenta que o mundo da vida está colonizado, e da análise de Lukács, influente autor sobre os frankfurtianos, segue que a forma da praxe, que prevalece no capitalismo, obriga a ser indiferentes aos aspectos de valores de outros seres humanos²⁹⁶. Ou seja, para nos determos um minuto nesse último ponto, em lugar de relações que trazem o reconhecimento recíproco pelo mero fato de ser o outro uma criatura humana, prevalece a indiferença ou a consideração do outro como alguém que não importa, ou como mero objeto de interesse que eventualmente satisfaz ou chega a satisfazer os mais egoístas interesses pessoais. No capitalismo a razão, como possibilidade não distorcida para acessar às fontes geradoras do erro e da insensatez, estaria impedida estruturalmente.

As circunstâncias sociais que constituem a patologia da sociedade capitalista têm a característica estrutural de velar precisamente aqueles fatos que seriam motivo de uma crítica pública particularmente dura [...]. É um sistema de convicções e práticas que possuem a paradoxal propriedade de subtrair à capacidade de conhecimento as circunstâncias sociais que, por sua vez, também a geraram estruturalmente.²⁹⁷

A própria anomalia social obstaculiza sua detecção e a luta contra ela. Em uma conferência de 1967, um eminente biólogo, criador da Teoria Geral de Sistemas, afirmava:

Da mesma forma que o mundo animado e inanimado está sujeito a controle por meio de tecnologias mecânicas, elétricas, biológicas e químicas, o homem caiu sob o controle da tecnologia psicológica. Este tipo de controle se baseia em um mau uso das teorias e técnicas psiquiátricas

²⁹⁶ Atualmente uma terceira geração de frankfurtianos continuam essas pesquisas.

²⁹⁷ HONNETH, Axel. *Patologías de la razón*. Buenos Aires: Katz Editores, 2009. “Las circunstancias sociales que constituyen la patología de la sociedad capitalista, tienen la característica estructural de velar precisamente aquellos hechos que serían motivo de una crítica pública particularmente dura [...] Es un sistema de convicciones y prácticas que tienen la paradójica propiedad de sustraer a la toma de conocimiento las circunstancias sociales que a la vez también lo generaron estructuralmente”. (L.P.).

por meio, especialmente, dos reflexos condicionados que produzem a repetição frequente de estímulos sedutores, por não mencionar a exploração de fatores inconscientes descobertos na psicanálise. “[...]. Em consequência, substituem-se as metas que o indivíduo fixa a si próprio por reflexos condicionados similares aos que Pavlov produzia nos seus cães”. A fatia da humanidade, apta a consumir, é limitada ao “consumo massivo e ao conformismo através de técnicas psicológicas”.²⁹⁸

O mesmo autor continua:

A sociedade e a civilização do nosso tempo²⁹⁹ estão determinadas basicamente pela tendência que denominei de “o retorno ao reflexo cotidiano” [...]. Essas técnicas se baseiam na repetição: dito de outra forma, um sinal carente de sentido próprio produzirá automaticamente a conduta desejada ou esperada, se for associada com certa frequência à gratificação de um impulso. Este é um dos traços essenciais da técnica de Pavlov [...]. Por outro lado, a investigação das motivações, fundada pelo Dr. Dichter de Viena, está abrindo espaço para uma ciência da persuasão massiva que utiliza a publicidade e os meios de massa a serviço da nossa sociedade mercantil e militarista. Não se tenha dúvidas que tais técnicas podem conseguir aquilo que deseja o agente publicitário, fazendo o animal humano comprar qualquer coisa desde detergentes a cigarros, de automóveis a presidentes dos Estados Unidos, até guerras e holocausto atômico.³⁰⁰

²⁹⁸ BERTALANFFY, Ludwig. *Perspectivas en la teoría general de sistemas*. Madrid: Alianza, 1992. p. 46-47. “De la misma forma que el mundo animado e inanimado está sujeto a control mediante tecnologías mecánicas, eléctricas, biológicas y químicas, el hombre ha caído bajo el control de la tecnología psicológica. Este tipo de control se basa en un mal uso de las teorías y técnicas psiquiátricas, por medio, especialmente, de los reflejos condicionados que produce la repetición frecuente de estímulos seductores, por no mencionar la explotación de factores inconscientes descubiertos en psicoanálisis. [...] Se sustituyen en consecuencia las metas que el individuo se fija a sí mismo por reflejos condicionados similares a los que Pavlov producía en sus perros¹. La porción de humanidad en aptitud de consumir, es constreñida al ‘consumo masivo y el conformismo, por técnicas psicológicas’”. (L.P.).

²⁹⁹ “A sociedade e civilização do nosso tempo” não são identificadas como capitalista pelo autor. (L.P.).

³⁰⁰ *Ibidem*, p. 113. “La sociedad y la civilización de nuestro tiempo están determinadas básicamente por una tendencia que yo he llamado ‘la vuelta al reflejo condicionado’ [...] Esas técnicas se basan en la repetición: una señal por lo demás carente de sentido propio producirá automáticamente la conducta deseada o esperada, si se la asocia con cierta frecuencia a la gratificación de un impulso. Esta es en rasgos esenciales la técnica de Pavlov [...]. Por otra parte, la investigación de las motivaciones, que fundase el Dr. Dichter de Viena, está dando lugar a una ciencia de la persuasión masiva que utiliza la publicidad y los medios de masa al servicio de nuestra sociedad mercantil y militarista. No tiene duda que tales técnicas pueden lograr lo que desea el agente publicitario, haciendo comprar al animal humano cualquier cosa, desde detergentes a cigarrillos, y de automóviles a presidentes de los Estados Unidos, hasta guerras y holocausto atómico”. (L.P.).

Bertalanffy relembra as palavras de David Riesman:

[...] o comportamento humano manifesta uma tendência crescente a ser heterodirigida por meio dos métodos modernos de persuasão massiva e os meios de massa. Os estímulos externos repetidos e aplicados de forma contínua por meio de técnicas sutis que convertem o homem em uma máquina ou uma marionete, cujos fios são manipulados por detrás da cortina. Assim se corrompem os valores e a criatividade simbólica, e o indivíduo se transforma em uma pequena engrenagem do enorme maquinário social, onde se ajusta por condicionamento ao equilíbrio biológico, psicológico e social.³⁰¹

E finaliza: “Na sociedade da opulência [o tal primeiro-mundo], a doença mental e a histeria coletiva são mais frequentes do que em condições adversas de privação”³⁰².

Finalmente, conheçamos essa formidável jactância:

Agora somos um império, e quando atuamos, criamos nossa própria realidade. E enquanto vocês estudam judiciosamente essa realidade, da maneira como vocês querem, nós agimos novamente e criamos outras novas realidades, que vocês podem igualmente estudar, e assim sucedem as coisas. Nós somos os atores da história [...] e vocês, todos vocês, só podem estudar o que nós fazemos.³⁰³

O autor dessas palavras, pronunciadas em 2005, quando era conselheiro maior e principal estrategista político do presidente George W. Bush, dos Estados Unidos, chama-se Karl Rove. Enquanto os Rove fabricam realidades, adverte o filósofo e novelista italiano Roberto Quaglia:

[...] sentados na frente da televisão e assistindo filmes feitos em Hollywood, incorporamos os “padrões hollywoodinenses

³⁰¹ RIESMAN *apud* BERTALANFFY, 1992, “...la conducta humana manifiesta una tendencia creciente a ser heterodirigida mediante los métodos modernos de persuasión masiva y los medios de masa. Los estímulos exteriores repetidos y aplicados de forma continua a través de técnicas sutiles, convierten al hombre en una máquina o un muñeco cuyos hilos manipulan tras un telón. Se erosionan así los valores y la creatividad simbólica, y el individuo se transforma en un pequeño engranaje de la enorme maquinaria social donde se ajusta por condicionamiento al equilibrio biológico, psicológico y social”. (L.P.)

³⁰² *Idem*. “En la sociedad opulenta, la enfermedad mental y la histeria colectiva son más frecuentes que en condiciones adversas de privación”. (L.P.)

³⁰³ ROVE *apud* BASSETS, Lluís. El fabricante de realidades. *El País*, Buenos Aires, 06 jul. 2005. “Ahora somos un imperio, y cuando actuamos creamos nuestra propia realidad. Y mientras ustedes estudian esa realidad, judiciosamente, como ustedes quieren, nosotros actuamos nuevamente y creamos otras realidades nuevas, que ustedes pueden estudiar igualmente, y así suceden las cosas. Nosotros somos los actores de la historia [...] y ustedes, todos ustedes, sólo pueden estudiar lo que nosotros hacemos”. (L.P.)

de interpretação da realidade”, que influenciam na maneira de pensar, de vestir, o que devemos comer e beber e [...] como expressar a dissidência.³⁰⁴

A organização patológica da razão das classes subalternas e dos setores médios, com as particularidades próprias de cada situação social, tradição cultural e momento histórico, oferece-nos eloquentes exemplos de aberrações na forma de pensar e agir que, de fato, geram vítimas que aceitam o mal que lhes é imposto. O veneno que as mídias derramam sistematicamente tem feito e faz um bom trabalho. Mas, atenção: o êxito nos cérebros tem sido possível, vamos insistir, porque o mero processo de socialização cultural em uma sociedade capitalista cria, nos diversos grupos sociais, as condições psicoculturais para uma receptividade acrítica a esse veneno. A dominação possui uma cultura que de maneira diferenciada alcança todas as classes sociais, estabelecendo seu papel no todo. A patologia da razão se dá a partir das formas relacionais que caracterizam a sociedade capitalista, das práticas cotidianas que delas se desprendem. Refiro-me a uma cultura implícita às práticas cotidianas, aos modos de relacionamento, às especificidades de comportamento dos setores médio e alto da sociedade, a qual não escapam os grupos sociais subalternos. A lição é que cada sistema de vínculos inter-humanos precisa desenvolver uma modalidade da razão que lhe seja congruente, o que equivale afirmar o caráter historicamente condicionado da razão ou sua modelação pelo sistema do qual emerge e que reforça.

Não há uma razão abstrata. A irracional racionalidade capitalista desestimula a presença no indivíduo de metas sociais comunitárias, a autor-realização cooperativa, o interesse coletivo como condição indispensável da satisfação individual, o reconhecimento do próximo como igual. O fato de que tudo isso e muito mais esteja ausente não é produto da natureza humana, é criado no processo denominado socialização, que pode ser explicitado como a formação de uma estrutura humana afim ao funcionamento do sistema.

Em *Capitalismo como religião*, Walter Benjamin apontou que na sociedade “capitalista atual” (uma atualidade não muito afastada da que estamos vivendo, apesar de distinta), existe um “[...] sentimento agudo e desesperador do caráter mecânico, uniforme, vazio e repetitivo da vida dos indivíduos”³⁰⁵.

³⁰⁴ QUAGLIA, Roberto. *Il fondamentalismo hollywoodista: Viaggio in Iran alla scoperta dell'invisibile ideologia dell'Occidente*. Itália: Youcanprint Editore, 2020. “... sentados frente al televisor y observando películas made en Hollywood, incorporamos 'los estándares hollywoodenses de interpretación de la realidad', que influyen en la manera de pensar, de vestirse, lo que debemos comer y beber y [...] cómo expresar la disidencia”. (L.P.).

³⁰⁵ BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. Organização: Michael Lowy. São Paulo: Boitempo, 2013.

Em outras palavras: vazio existencial. Aquele que pode adquirir o objeto que promete amenizar as horas habitadas pelo bacilo da opacidade e o micróbio do tédio, ignora que foi seduzido por uma nuvem de fumaça: “satisfações” substitutivas, que necessitam retroalimentar-se permanentemente à custa do próprio bolso, não tiram o vazio mencionado por Benjamin, mas na realidade o agravam ao não modificar a raiz do problema. Não é o objeto em si o culpado da frustração, que não deixará de mostrar seu feio ritual, mas a função que lhe atribui o sistema: acalmar o vazio essencial que provoca e é incapaz de solucionar, sejam quais forem os artifícios que empregue.

Já foi dito que o consumismo, constituinte básico de um estilo de vida, não requer imprescindivelmente Outro ser humano: coincide com o “cada qual no seu canto” que não repara nem se importa se o vizinho está desempregado e faminto, nem que sua queixa tenha sido respondida com persuasivas balas de borracha e sua vida inteira esteja reduzida a escombros. “Não me importo com o outro”, sintetizou Bernardo Kliksberg: a sensatez personificada em um egoísmo patológico.

Falar e pensar são faculdades humanas. Não se nasce sabendo falar nem sabendo pensar: ambas se aprendem. Aprende-se geralmente na escola da vida, em um meio sociocultural específico que marca alcances e direções, que alenta ou desalenta atitudes. A capacidade da fala pode se limitar a sons desafinados e incongruentes, a faculdade de pensar pode ser meramente arranhar a existência inteira em uma insuportável algazarra. A cultura da dominação quer que as pessoas falem e pensem de maneira compatível com a reprodução do sistema. Para isso têm os recursos com que pulverizam as “classes perigosas”.

É quase obviedade que o sujeito ignora sua imersão no vazio metafísico do capital, desde que não suspeite que seus comportamentos sejam parciais ou inteiramente ditados pela lógica de um sistema, que vivencia como fatalidade inerente a sua própria natureza humana. O sujeito que se ignora desconhece ser possuidor de virtudes que, se libertadas, o reconduziriam de volta à autenticidade que lhe foi confiscada desde a mais tenra idade. Afirma Eric Fromm: “[...] as paixões fundamentais do homem não estão enraizadas nas suas necessidades instintivas, mas nas condições específicas da existência humana”³⁰⁶. O sistema privilegia a eclosão e o despertar das paixões que melhor o enquadram, personificando-as nos tipos humanos que ao exercê-las o mantêm.

³⁰⁶ FROMM, Erich. *Psicoanálisis de la sociedad contemporánea*. México, DC.: FCE, 2011. p. 8. “[...] las pasiones fundamentales del hombre no están enraizadas en sus necesidades instintivas, sino en las condiciones específicas de la existencia humana”. (L.P.).

Em tempos de neoliberalismo, auxiliado por uma tecnologia que se instala nos lares e toma conta de cada indivíduo, as hierarquias, as desigualdades e as ignomínias se potencializam como leis que nenhuma vontade pode superar. Há demasiados indivíduos que residem no mundo real, mas vivem falsamente trancafiados em uma espécie de cápsula construída com imagens deformadas desse mundo. Robert Eagleton aponta Epstein, faz referência

[...] aos hábitos criados por gerações de supremacia e submissão, de arrogância e inércia [...]: constituem um legado de culpa e dívida que contamina as raízes da criatividade humana, que se infiltra nos ossos e no sangue da história contemporânea e se mistura com nossos impulsos mais emancipadores e avançados.³⁰⁷

O avanço das forças do mercado, continua Eagleton, segundo Epstein,

[...] implicou não só na pobreza e desigualdade, mas também em uma brutal racionalidade instrumental, uma cobiça implacável, instabilidade econômica, individualismo egoísta, devastadoras aventuras militares, destruição de laços sociais e cívicos, banalidade cultural onipresente e a ignorante eliminação do passado.³⁰⁸

A lista não deveria omitir os milhões de seres que hoje perambulam desesperados, exércitos de almas penadas exiladas da sua terra natal e prestes a serem exiladas da própria vida.

Aludindo às palavras antecipatórias de Canetti, Giacomo Marramao reflete que um cenário catastrófico está sendo anunciado e ele nos coloca “perto da meta final de destruição da terra”³⁰⁹. Comprovaria o fato a indiferença dos poderes mundiais do sistema perante o sistemático extermínio de manifestações da vida que comprometem a inteira realidade vivente, pesadelo já instalado na mudança climática e em uma não descartada guerra atômica. Uma ofuscante pulsão de morte, entranhada nos atos dos dominadores, poderia explicar que, para manterem sua dominação e o sistema

³⁰⁷ EPSTEIN, 2016, p. 47-48. “[...] a los hábitos creados por generaciones de supremacia y sumisión, de arrogancia e inercia [...]: constituyen un legado de culpa y deuda que contamina las raíces de la creatividad humana, infiltrándose en los huesos y la sangre de la historia contemporánea y mezclándose con nuestros impulsos más emancipadores y avanzados”. (L.P.).

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 36-7. “[...] ha implicado no sólo la pobreza y desigualdad, sino también una burda racionalidad instrumental, una codicia implacable, inestabilidad económica, individualismo egoísta, devastadoras aventuras militares, destrucción de lazos sociales y cívicos, banalidad cultural omnipresente y la ignorante supresión del pasado”. (L.P.).

³⁰⁹ MARRAMAIO, Giacomo. *Contra el poder*. Buenos Aires: FCE, 2013. p. 9.

que lhes fundamenta, se esforçam por ignorar que inclusive estão em jogo suas próprias existências como seres vivos? Ou os poderosos desse mundo acreditam que a morte fará a gentileza de dispensá-los benignamente da sua foice, gesto que não terá para com a absoluta maioria da humanidade?

Os sinos da vida soam cacofônicos, dobram pelos que foram esva-ziados de esperança, pelos despossuídos e mutilados de todas suas vísceras, pelos que se esqueceram de como interrogar a realidade ou nunca souberam fazê-lo e ficaram paralisados no grito primário. É o momento de questionar que sombras são essas que se projetam na caverna. Marramao acredita na “... regeneração humana, por meio da reapropriação de algo que está sempre presente, mas que é neutralizada pelo Poder: a plasticidade do animal humano e a potência de transformação, de mudança de forma inata à sua natureza”³¹⁰. A plasticidade encerra a possibilidade de que o ser biológico adquira outra humanidade; e, se tantas vezes se tornou fera feroz ou brinquete do poder, não sejam esses seus feitos definitivos.

Habitantes de uma história que estremece e vacila, enfrentamos desafios, tempestades e céus tenebrosos. Não somos uma marionete dirigida por fios que nos sujeitam e nos conduzem; nada nos assemelha a robôs programados. Estamos à mercê de coações naturais e sociais. A história do *sapiens* ensina: sempre há lugar para o “jogo das possibilidades”, sempre há possíveis. A história pessoal e coletiva é também a de luta contra os duros determinismos. Nesse sistema que parece irredimível, alguns buscam a cura do espírito e do corpo por meio do milagre; outros pregam a amargura, o ódio ao mundo e a si próprio; e não faltam os pregadores da resignação e do conformismo. Porém, sempre há rebeldes que tentam subir a encosta, saltar entre o caminho das pedras sem cair no abismo. E, se desfalecem ou são derrotados, é inevitável: outros ressurgirão para a luta.

Referências

BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. Organização: Michael Lowy. São Paulo: Boitempo, 2020.

BERNAYS, Edward L. [1923]. *Cristalizando la opinión pública*. 2. ed. Barcelona: Gestión, 2000.

³¹⁰ MARRAMAO, 2013, p. 13. “...regeneración humana, a través de la reapropiación de algo que está siempre presente pero que es neutralizado por el Poder: la plasticidad del animal humano y la potencia de transformación, de cambio de forma insita en su naturaleza”. (L.P.).

- BERNAYS, Edward L. *Propaganda*. New York: Horace Liveright, 1928.
- BERTALANFFY, Ludwig. *Perspectivas en la teoría general de sistemas*. Madrid: Alianza, 1992.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *Between two ages: America's role in the technetronic era*. New York: Viking Press, 1970.
- CASTELAO, Paul. *Breve introducción al pensamiento de Paul Tillich*. Una invitación a su lectura, 12/01/2011, p. 8. Texto Extraído de *Encrucillada*, n. 129, p. 79-86. 2002. Disponível em: <https://web.unican.es/campuscultural/Documents/Aula%20de%20estudios%20sobre%20religi%C3%B3n/2010-2011/CursoTeologiaPaul-Tillich2010-2011.pdf>. Acesso em: fev. 2023.
- EAGLETON, Terry. *Esperanza sin optimismo*. Buenos Aires: Taurus, 2016.
- EPSTEIN, Robert. The new mind control. *Information Clearing House*, California, 02 mar. 2016. Disponível em: <http://www.Informationclearinghouse.info/article44353.htm>. Acesso em: abr. 2016.
- FROMM, Erich. *El miedo a la libertad*. Buenos Aires: Editorial Abril, 1947.
- FROMM, Erich. *Psicoanálisis de la sociedad contemporánea*. México, DC.: FCE, 2011.
- HONNETH, Axel. *Patologías de la razón*. Buenos Aires: Katz Editores, 2009.
- MARRAMAO, Giacomo. *Contra el poder*. Buenos Aires: FCE, 2013.
- PACKARD, Vance [1957]. *Las formas ocultas de la propaganda*. 18. ed. Buenos Aires: Sul Americana, 1992.
- PIAGET, Jean. *A situação das ciências do homem*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- PIAGET, Jean. *La psychologie de l'intelligence*. Paris: Armand Colin, 1967.
- RIESMAN, David. *La muchedumbre solitaria: un estudio sobre la transformación del carácter norteamericano*. Buenos Aires: Paidós, 1964.
- SAHLINS, Marshall [1979]. *Cultura e razão prática*. São Paulo: Zahar, 2003.
- ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 7-38.

REFLEXÕES SOBRE COMO INTERNACIONALIZAR A EDUCAÇÃO SEM PERDER A AUTONOMIA

*Fernando de Almeida Santos
Gustavo Adolfo Rubio-Rodríguez*

A sociedade passou por significativas mudanças nas últimas décadas, isso é perceptível pelas mudanças comportamentais, pelo avanço tecnológico e pelas facilidades do mundo moderno.

Por sua vez, até o final do século passado, ainda que tivessem mudanças e teorias novas ou iniciativas de educação a distância, a essência das formas de ensino não se alterou. As instituições de ensino continuaram a transmitir o conhecimento, muitas vezes a desvincular pesquisa com ensino e extensão e a deixar o aluno como um sujeito passivo do processo.

No século XXI, a sociedade continuou avançando nas mudanças, mas esse cenário educacional não mudou na maioria das instituições e dos processos educacionais, assim como os instrumentos avaliativos continuam sendo voltados a conteúdos e não contribuem para o empoderamento do aluno, não possibilitando uma capacidade de intervenção social. O ambiente geralmente era construído de forma presencial, com uma sala de aula em que o docente era o agente do processo e que por saber mais trazia informações úteis para os alunos. Os discentes, por sua vez, aguardavam essas informações para obter resultados em processos avaliativos, que continham conteúdos considerados necessários para a sua formação. Havia um distanciamento entre os alunos e os docentes, podendo até parecer que esses alunos jamais chegariam ao nível de conhecimento do seu professor.

Com a pandemia essas mudanças foram aceleradas no Brasil e no mundo. Muitas instituições de ensino desejavam utilizar mais tecnologia, ganhar em economia de escala e com a tecnologia. A Educação após a pandemia, por sua vez, teve significativas mudanças, as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) passaram a serem utilizadas muito mais em grande escala. Muitas ferramentas se aperfeiçoaram e se adaptaram aos novos cenários.

No Brasil as instituições são classificadas conforme apresenta a Tabela 1, segundo os mais recentes dados divulgados pelo Censo da Educação Superior, que são de 2019. Observa-se que o número de instituições privadas no Brasil representa um número acima de 79% das instituições, logo, têm um grande impacto na formação do povo brasileiro.

Tabela 1 – Tipos de Instituições por Classificação

CLASSIFICAÇÕES	INSTITUIÇÕES	
Pública	302	10,4%
Federal	110	3,8%
Estadual	132	4,5%
Municipal	60	2,1%
Privada	2.306	79,2%
Brasil	2.910	100%

Fonte: Portal INEP/MEC (2021). Dados de 2019

De dimensões continentais, o Brasil é um país muito relevante para a América do Sul e necessita compreender seu papel para não perder a sua autonomia em relação ao sistema educacional. Portanto, são necessárias algumas reflexões apresentadas nos tópicos a seguir.

No país há instituições de ensino com muitas dificuldades financeiras e na pandemia tiveram instituições que encerraram as suas atividades, devido à aceleração de diversos processos que já ocorriam. Um desses processos é o fato de que, anualmente, há uma concentração do ensino superior privado em poucas instituições, colocando em risco a autonomia da América do Sul, inclusive com investimentos e fundos internacionais.

A América do Sul, além de populosa, tem barreiras internas muitas vezes frágeis que possibilitam investidores atenderem diversos mercados. Possibilitar investimentos do exterior sem critérios pode significar transformar ensino em *commodities*, por meio de cursos padronizados, não respeitar as culturas e necessidades locais e/ou regionais e até perder a autonomia dos povos. Podemos comprometer a pesquisa, desvincular ensino de extensão e até contribuir para o desaparecimento de culturas isoladas como as dos povos indígenas.

Internacionalizar é preciso, mas internacionalizar as ações e não os investimentos, os projetos pedagógicos ou as políticas institucionais. Internacionalizar significa a essência do respeito e aprendizado por meio da multiculturalidade e pode ser alcançado por vários meios.

Os desafios dos docentes no século XXI

Moran, Masetto e Behrens³¹¹ propõem cinco princípios metodológicos norteadores para a prática pedagógica de professores, que são:

1. Mediação pedagógica e o papel do professor como mediador/orientador.
2. Integração de tecnologias, metodologias e atividades, aproximando as diversas mídias existentes.
3. Variar a forma e as técnicas utilizadas em sala de aula e fora dela, improvisando e não deixando assim tudo previsível e monótono.
4. Planejar e improvisar quando necessário, ajustando o planejado às circunstâncias da prática.
5. Valorizar a comunicação virtual e os aspectos de presença e distância.

Observa-se que em 2000 os autores publicaram esses valiosos princípios. Hoje, mais de 20 anos depois e com uma pandemia aceleradora de processos, é necessário ampliar. Portanto, é possível acrescentar:

6. Integração de docentes e alunos, com os objetivos dos cursos, conforme a política institucional.
7. Desenvolvimento de pesquisa e extensão, unificados aos projetos de curso.
8. Objetividade, clareza e adaptação de linguagem.
9. Internacionalização, sem perder a autonomia.
10. Mecanismos de revisão permanente dos projetos, dos métodos de ensino e dos processos avaliativos.

Cenário da educação superior no Brasil

No Brasil, conforme apresenta a Tabela 2, 60% dos cursos são bacharelados, 19% licenciatura e 21% tecnólogos. O que merece destaque é que 73% dos cursos são ofertados pela iniciativa privada e 27% pela pública.

³¹¹ MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. São Paulo: Papyrus, 2000. p. 30.

Tabela 2 – Quantidade e perfil dos cursos

CURSOS	BACHARELADO	LICENCIATURA	TECNÓLOGO	TOTAL	
	24.402	7.625	8.400	40.427	
TOTAL	60%	19%	21%	100%	
Pública	5.663	3.834	1.217	10.714	27%
Federal	3.782	2.179	708	6.669	
Estadual	1.512	1.469	461	3.442	
Municipal	369	186	48	603	
Privada	18.739	3.791	7.183	29.713	73%

Fonte: Portal INEP/MEC (2021). Dados de 2019

Na Tabela 3, a seguir, demonstra-se que o número de alunos matriculados em bacharelado representa 66%, sendo que licenciatura e tecnólogo correspondem a 20% e 14%, respectivamente. O número total de alunos matriculados em 2019 é de mais de 8,6 milhões, sendo 76% inscritos em instituições privadas e 24% em públicas.

Tabela 3 – Quantidade e perfil dos matriculados (1)

MATRÍCULAS	BACHARELADO	LICENCIATURA	TECNÓLOGO	OUTROS CURSOS	TOTAL	
	5.662.939	1.687.367	1.223.851	29.667	8.603.824	
TOTAL	66%	20%	14%	0,3%	100%	
Pública	1.269.639	608.253	173.021	29.233	2.080.146	24%
Federal	878.818	353.397	78.934	24.105	1.335.254	
Estadual	319.603	240.392	91.462	5.128	656.585	
Municipal	71.218	14.464	2.625		88.307	
Privada	4.393.300	1.079.114	1.050.830	434	6.523.678	76%

Fonte: Portal INEP/MEC (2021). Dados de 2019

O que chama a atenção é que antes da pandemia o número de matriculados por curso na modalidade EAD já era muito significativo como mostra a Tabela 4, pois 29,48% dos matriculados já estudavam a distância. Acredita-se que, devido à resistência de parte das instituições, de docentes, de alunos e de setores da sociedade, esse número não era ainda mais significativo.

Tabela 4 – Quantidade e perfil dos matriculados (2)

	Modalidade	Frequência	Percentual
Matriculados	Graduação Presencial	6.153.560	71,52%
	Graduação a Distância	2.450.264	28,48%
	Total	8.603.824	100%

Fonte: Portal INEP/MEC (2021). Dados de 2019

Na Tabela 5, destaca-se um aspecto muito relevante, pois os cursos a distância são maiores em número de alunos por curso, visto que a flexibilidade possibilita maior penetração em diferentes regiões e acesso a diferentes perfis. Esse fato é bom, pois possibilita maior inclusão de alunos no sistema de ensino superior, porém é necessário que o Estado e as instituições verifiquem se esse acesso representa qualidade de ensino, empregabilidade e inclusão social de fato, melhorando a competitividade nacional e da América do Sul.

Tabela 5 – Quantidade e perfil dos matriculados (3)

Modalidade	Matriculados por Curso
Graduação Presencial	343,6
Graduação a Distância	541,0
Média Ponderada	383,5

Fonte: Portal INEP/MEC (2021). Dados de 2019

Um aspecto que também merece destaque é que as diretrizes curriculares no Brasil são muito antigas e desatualizadas. Com o processo dinâmico da sociedade hoje, é necessária a criação de fóruns dinâmicos de atualização. Tais fóruns permitiriam atualizações periódicas anuais para cursos a serem ofertados, possibilitando maior competitividade dos alunos e atualização de conteúdos, inclusive de ética, cidadania, multiculturalidade, meio ambiente, tecnologia.

A educação tem que ser inclusiva, dinâmica, e as instituições ágeis, com cursos avaliados por seus resultados efetivos e intervenção social. Um fato que merece ser citado é o da criação da obrigatoriedade da curricularização de cursos de extensão, conforme a Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018³¹². Uma aprovação muito relevante, mas, dependendo da forma como

³¹² MEC. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta

for avaliada, a sua operacionalização não irá ter impacto algum. Nessa resolução são estabelecidas as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e há alguns artigos que devem ser observados, entre eles o Artigo 3º: A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Portanto, passa a ser obrigatória a extensão nos cursos superiores, sendo que seu Artigo 4º considera: “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos [...]”.

O documento é muito relevante e, além de contribuir para a aplicação do conhecimento, melhorar a relação das instituições com a sociedade, ainda pode possibilitar inclusão social. Com outros artigos reguladores, a resolução precisa ser efetivamente implantada e controlada.

Dando prosseguimento a essa discussão, destaca-se que a pesquisa no Brasil, ao ser realizada, tem que deixar clara a sua contribuição social, seus produtos efetivos, o resultado para os alunos e para sociedade e ser aplicada.

Ensino a distância (EAD) e ensino presencial

No Brasil, no ensino superior e médio, para uma instituição obter autorização para ofertar um curso, deve definir se a oferta será a distância ou presencial. Para o ensino médio, essa autorização deve ser obtida pelo Conselho Estadual de Educação e os critérios variam conforme o estado, ainda que todos tenham que seguir uma legislação federal. Para o ensino superior, a regulação é por meio do Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Observa-se, porém, que o instrumento utilizado pelo governo federal é o mesmo para ensino a distância e presencial, no entanto, há alguns aspectos relevantes a considerar:

12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 26 dez. 2021.

- a. Há aspectos avaliativos específicos para cursos ofertados a distância.
- b. Há autorizações específicas, sendo para cursos a distância ou presencial.

Esse fato é uma incoerência, pois estamos vivendo um momento em que há uma “confusão” do que é a distância e presencial. Temos que ter ensino que garanta qualidade, inclusão social, efetividade de aprendizado, desenvolvimento de pesquisa e extensão, ética, sustentabilidade e internacionalização com autonomia.

O ensino a distância e as tecnologias podem otimizar os resultados e auxiliar no empoderamento do aluno em relação ao seu aprendizado, mas para isso necessita de estratégias. Portanto, os cursos podem ser avaliados e obter autorizações, reconhecimentos ou renovações de reconhecimentos que possibilitam funcionar, porém não precisam ser classificados em uma modalidade. O que tem que ser avaliado é a qualidade e a efetividade do ensino e aspectos como empregabilidade e aprendizado, independentemente da modalidade. Os instrumentos reguladores estão mais preocupados com a modalidade do que com os resultados.

Os instrumentos devem avaliar de forma mais intensa as metodologias, estratégias, aderência da formação docente ao perfil do egresso, o papel do curso na sociedade, formas de incentivo e controle de aprendizado e outros.

Tecnologia, novas metodologias e qualidade de ensino

Tecnologia e novas metodologias não garantem a qualidade de ensino. Muitas vezes, como docentes no Brasil, são ofertados cursos ou palestras sobre tecnologias da educação ou novas metodologias, como se o problema da educação fosse apenas o método utilizado ou a ferramenta. O que se observa é que, no decorrer dos anos, muitas instituições e muitos docentes ficaram preocupados com as novas tecnologias, às vezes com uma necessidade de implantar, mas sem uma preocupação da efetividade de aprendizado e de desenvolvimento de pesquisa e de aplicação do conhecimento. Desenvolver novas ferramentas muitas vezes tem sido uma busca de oportunidade para venda de serviços ou uma forma de impactar uma gestão educacional, mas o que falta é uma discussão inicial que reflita:

- a. Quem quer formar? Essa pergunta é a essência dos projetos institucionais e dos projetos de cursos. Não conhecer o seu alu-

nado, não compreender suas necessidades imediatas de anseios, sua mudança de perfil, suas peculiaridades e o que ele realmente necessita. O aluno muitas vezes é pressionado pela família, pelo emprego imediato, por atender demandas, mas nem sempre essas demandas vão garantir algo bom a médio e longo prazo. Portanto, atender suas necessidades imediatas, muitas vezes, é relevante para evitar evasão, para garantir sua motivação e renda. Mas, garantir capacidade de criação do aluno, contribuir para melhora da sua autoestima, possibilitar ele aprender e ter autonomia são fundamentais para a vida futura. Para essas definições, é muito importante a instituição conhecer os aspectos multiculturais e locais onde atua.

- b. Quais os diferenciais institucionais e dos cursos? O que a instituição pode realmente agregar para o aluno? A instituição e os cursos precisam saber seus papéis, compreender quais as suas virtudes e como podem contribuir para o desenvolvimento da capacidade crítica e para a autonomia do aluno.
- c. Quais recursos a instituição possui e quais as possibilidades e necessidade de ampliá-los? A capacidade de autoavaliação dos recursos e até de parceria para ampliação é fundamental na formulação da proposta do projeto pedagógico, seja institucional, de curso, de pesquisa ou de extensão. Como recursos, compreendemos: humanos, materiais e tecnológicos, portanto, são necessários planos de gestão e governança de curto, médio e longo prazo, alinhados à concepção pedagógica.

Com essas reflexões é possível construir a proposta pedagógica. É perceptível que o ensino tradicional não atende mais as demandas atuais, mas aplicar metodologias sem refletir a concepção do curso, assim como utilizar a tecnologia de forma desorientada ou isolada, pode ser até pior.

Inteligência Artificial (IA)

A Inteligência Artificial (IA) não realiza apenas trabalhos repetitivos. O avanço da inteligência artificial é crescente em todas as áreas do conhecimento. O Brasil e nenhum outro país da América Latina pode ficar para trás, apenas comprando tecnologia. Portanto, temos que ser no mínimo ousados e vanguardistas. Hoje é possível não apenas fazer tarefas repetitivas, mas

tarefas intelectuais, como produção de textos científicos por meio da IA. Por esse motivo há necessidade de se aplicar a pesquisa, para diferenciação e para agregar valor aos produtos e serviços brasileiros.

A solução não é negar a IA, mas utilizá-la a favor da nação, do seu povo e dos seus profissionais. É necessário compreender que o atendimento personalizado e individual passou a ser o mais valorizado em diversas áreas. O docente precisa compreender que ele tem que dar autonomia para o aluno, mas que a sua função passa a ser até mais nobre, pois as relações humanas e a personalização passam a ser diferenciais e até tendem a se tornar mais onerosos para a sociedade.

A comunicação e as suas estratégias são fundamentais para a sociedade moderna e a tecnologia e a ética não devem ser disciplinas específicas, mas compor de maneira transversal os cursos e os projetos. A melhor forma de ensinar tecnologia e ética é por meio de associar teoria e prática, destacando que os aspectos humanos são os diferenciais.

Internacionalizar a Educação

É necessário internacionalizar a Educação. A educação, assim como a sociedade, está cada vez mais internacionalizada. O mundo tende a não ter mais mercados locais para mercados e competidores internacionais. Segundo o secretário executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Francisco Ribeiro Telles³¹³, o número de pessoas que fala português poderá crescer para mais do dobro até o final do século, pois será impulsionado pelo avanço na África. Telles afirma ainda que “a língua portuguesa é hoje a quinta língua mais falada no mundo, a primeira no Hemisfério Sul e uma das línguas mais usadas na internet e nas redes sociais”³¹⁴.

Esse fato pode ser uma oportunidade para oferta de produtos e serviços. Observa-se, porém, que existir muitos clientes que falam o idioma português desperta fornecedores do mundo em busca deles.

Por sua vez, aprender inglês ainda é uma necessidade do povo brasileiro, pois possibilita aperfeiçoar conhecimento, conhecer novas tecnologias, além de ampliar mercados. O português ainda conta com cerca de menos de 2% e o inglês mais de 60% das pessoas na internet.

³¹³ NAÇÕES UNIDAS. CPLP: no futuro, mundo terá mais de 500 milhões de falantes do português. *ONU News*, [s. l.], 04 maio 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/05/1749542>. Acesso em: 26 dez. 2021.

³¹⁴ *Idem*.

As instituições para internacionalizar necessitam de planejamento e podem desenvolver níveis diferentes de internacionalização, como:

- a. Intercâmbio de discentes, docentes e gestores.
- b. Pesquisas conjuntas.
- c. Grupos de pesquisas conjuntos.
- d. Cursos conjuntos.
- e. Aprendizado de idiomas, inclusive nas estruturas dos cursos.
- f. Trocas de metodologia e de tecnologias.

Logo, há muitas estratégias de internacionalização e de utilização de tecnologia, mas a perda da autonomia não pode estar comprometida.

Considerações finais

Muitas vezes se subestima a relevância do contato humano, mas é possível citar alguns exemplos:

- No século passado pesquisadores citaram que o turismo iria acabar, pois as pessoas se contentariam com a visita virtual.
- Na pandemia, com a crise no Brasil, muitos clientes procuraram seus contadores para orientá-los.

Portanto, a realidade dos docentes não é diferente, precisamos de ensino com medição de resultados, com produtos, com valorização do aluno, com avaliação de egresso, com proposta pedagógica clara e com proposta de internacionalização.

A ética e tecnologia têm que ser transversais, o Brasil precisa rever seus instrumentos avaliativos de curso e os controles de qualidade.

Referências

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse estatística da educação superior 2019*. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 26 dez. 2021.

MEC. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação

Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 26 dez. 2021.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. São Paulo: Papirus, 2000.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

NAÇÕES UNIDAS. CPLP: no futuro, mundo terá mais de 500 milhões de falantes do português. *ONU News*, [s. l.], 04 maio 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/05/1749542>. Acesso em: 26 dez. 2021.

PARTE III

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

APROXIMAÇÕES ENTRE OS PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO E AS DIRETRIZES DA COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1970

Tadeu Morato Maciel³¹⁵

Este ensaio aborda como as diretrizes da Cooperação Técnica Internacional (CTI) brasileira, estabelecidas entre as décadas de 1950 e 1970, foram criadas ou sofreram importantes inflexões com sinergias em relação a importantes paradigmas de desenvolvimento vigentes no mesmo período. Em um primeiro movimento, são apresentados alguns aspectos principais das Teorias Estruturalistas e da Dependência, como forma de exemplificar os princípios gerais que norteavam a busca por um desenvolvimento mais autônomo para a América Latina na metade do século XX. Em seguida, procura-se demonstrar em que medida a CTI brasileira (tanto a recebida como a oferecida) foi tratada como importante ferramenta em relação ao desafio do desenvolvimento nacional mais autônomo, ao mesmo tempo que era implementada em um ambiente marcado pelas discussões vigentes sobre quais eram os caminhos possíveis para o desenvolvimento nacional.

As primeiras ações rumo ao estabelecimento da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento como tema central dos debates multilaterais ocorreram em meio a importantes mudanças nas relações internacionais, como a criação da ONU, a crescente disputa entre EUA e URSS no âmbito da Guerra Fria, a disseminação dessa tensão para o então denominado Terceiro Mundo, os processos de descolonização posteriores a 1945 e a ampliação dos debates no âmbito da América Latina sobre a necessidade de eliminar os problemas estruturais que freavam seu desenvolvimento.

³¹⁵ Dedico este ensaio ao professor Paulo-Edgar Resende, meu orientador de mestrado, não apenas por ter sido responsável por uma das minhas primeiras incursões nessa temática, mas também por ter sido e continuar sendo fonte de inspiração na vida acadêmica e em âmbito pessoal.

Para Carlos Puente, a evolução do cenário internacional no decorrer do século XX (permeada por fatores de segurança militar, política e econômica) determinou as prioridades e motivações da cooperação para o desenvolvimento. Contudo, além de tais motivos, o autor destaca que as políticas de cooperação para o desenvolvimento também foram influenciadas, embora em menor grau, pelo pensamento predominante acerca do conceito de desenvolvimento e sobre qual seria a melhor forma de alcançá-lo³¹⁶.

No Brasil essa modalidade de cooperação ganhou crescente importância como ferramenta de política externa no decorrer do século XX, especialmente a partir de meados dos anos 1950, estando vinculada, em maior ou menor medida, aos objetivos de desenvolvimento nacional e às estratégias de inserção internacionais vigentes. Dentro do escopo mais amplo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, destaca-se o papel da Cooperação Técnica como elemento propulsor importante para a ampliação de capacitação, aperfeiçoamento e apropriação de conhecimentos importantes para a consolidação do desenvolvimento nacional.

É válido destacar que a CTI recebida ou oferecida pelo Brasil é inserida dentro de uma concepção mais ampla da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a qual também é composta por outras modalidades de atuação, tais como a cooperação financeira, a ajuda alimentar e a assistência humanitária. A CTI também é envolta por diversas determinações, como os atores que participam do processo, o nível de desenvolvimento dos países envolvidos, os instrumentos e os canais de execução dos projetos, as origens dos recursos utilizados etc. A partir do relatório *Diretrizes para o desenvolvimento da CTI multilateral e bilateral*, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) afirma que:

Uma ação de Cooperação Técnica Internacional (CTI), uma das vertentes da Cooperação para o Desenvolvimento, pode ser caracterizada como uma intervenção temporária destinada a promover mudanças qualitativas e/ou estruturais em um dado contexto socioeconômico de forma a sanar ou minimizar problemas específicos identificados naquele âmbito, bem como para explorar oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento.³¹⁷

³¹⁶ PUENTE, Carlos A. I. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa*. Brasília: FUNAG, 2010. p. 40-41.

³¹⁷ BRASIL. MRE. *Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral*. 4. ed. Brasília: MRE, Agência Brasileira de Cooperação, 2014. p. 9.

Diante das múltiplas possibilidades de análise e das diversas determinações que permeiam a prática da Cooperação para o Desenvolvimento, este artigo busca apresentar, com base em revisão bibliográfica e análise de diretrizes governamentais, como os primeiros passos para a sistematização da cooperação técnica recebida e ofertada pelo Brasil foram implementados em um cenário no qual havia importantes debates sobre as possibilidades de desenvolvimento mais autônomo na América Latina. Após esta introdução, o texto está dividido em duas partes principais. Na primeira sessão, são apresentados alguns aspectos principais das Teorias Estruturalistas e da Dependência (a partir de autores como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Andrew Günder Frank, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto), como forma de exemplificar alguns princípios gerais que norteavam a busca por um desenvolvimento mais autônomo para a América Latina na metade do século XX. No segundo tópico são apresentadas algumas iniciativas multilaterais no campo da cooperação para o desenvolvimento e as primeiras tentativas de sistematização da cooperação técnica recebida e ofertada pelo Brasil, o que permitirá observar algumas aproximações, influências e distanciamentos em relação aos debates teóricos sobre desenvolvimento latino-americano no mesmo período. O texto é finalizado com algumas considerações finais, por meio das quais se busca ressaltar como os primeiros passos da sistematização da cooperação técnica internacional do Brasil ocorreram em um período de potencialização de importantes paradigmas de desenvolvimento para a região e estiveram envoltos por mudanças conceituais e de diretrizes institucionais no âmbito da ONU voltadas à cooperação internacional para o desenvolvimento.

Reflexões latino-americanas sobre o desenvolvimento: teorias estruturalistas e da dependência

Em seus primeiros passos, no final dos anos 1940, a CTI foi considerada pelas correntes predominantes da teoria do desenvolvimento como um importante instrumento para preencher as lacunas geradas pelo “baixo nível de conhecimento, domínio de técnicas e de capacidade de gestão”³¹⁸, que impediam diversos países do chamado Terceiro Mundo de galgarem um desenvolvimento mais efetivo. A função dessa modalidade de cooperação seria “prover a transferência de técnicas e conhecimentos” para que

³¹⁸ PUENTE, 2010, p. 66-7.

esses países “pudessem ter condições de absorver o influxo de capitais” (que preencheriam a lacuna gerada pela “falta de poupança interna na forma de investimento de capital”), provenientes dos países desenvolvidos³¹⁹.

A cooperação internacional (sobretudo a financeira e a técnica) que marcou o pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir das ações do Plano Marshall, foi influenciada por teóricos como W. W. Rostow³²⁰, o qual propôs que a condição essencial para o “arranque” (*take off*) da economia de um país subdesenvolvido seria o aumento da taxa de investimento. Segundo o autor, um investimento de cerca de 10% do PIB, por 10 a 15 anos, seria necessário para que houvesse um crescimento autossustentado. A solução para a falta de poupança interna desses países (a principal lacuna a ser preenchida) seria a entrada de capital por meio, inclusive, de assistência externa, como forma de promover a industrialização necessária para o desenvolvimento. Quanto à CTI, a assistência técnica era vista como uma forma dos países considerados subdesenvolvidos contornarem suas deficiências em mão de obra especializada, assim como em relação às fragilidades organizacionais e institucionais, o que lhes forneceria condições para a absorção dos capitais injetados³²¹. Como indica Carlos Puente,

Portanto, à luz dos paradigmas dominantes, a assistência externa era considerada fator essencial para promover o desenvolvimento. Os esforços foram centrados em projetos de envergadura, sobretudo de infraestruturas produtivas, que requeriam grandes aportes de capital.³²²

Em meio a esse processo (e como resposta a esse debate), destaca-se, a partir do final dos anos 1940, o crescimento da influência das Teorias Estruturalistas, especialmente no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Iniciava-se a consolidação de uma teoria latino-americana que pensava as relações econômicas, políticas e sociais dessa região a partir de sua função no sistema internacional. A estratégia cepalina baseava-se na promoção da industrialização como política de Estado, colocando-a como cerne da política exterior e da ação diplomática para que houvesse um novo modo de inserção internacional. Ou seja, buscava-se a

³¹⁹ *Ibidem*, p. 67. Ver, ainda, BROWNE, Stephen (ed.). *Developing capacity through technical cooperation*. New York: United Nations Development Programme, 2002.

³²⁰ ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974; ROSTOW, Walt Whitman. *Theorists of economic growth from David Hume to the present*. New York: Oxford University Press, 1990.

³²¹ BROWNE, Stephen. *Aid and influence: do donors help or hinder?* London: Earthscan, 2006. p. 29-30.

³²² PUENTE, 2010, p. 43.

superação de um modelo de crescimento primário-exportador em prol de um modelo no qual a ideia central fosse o *desenvolvimento para dentro*. As políticas públicas nesses países deveriam ser idealizadas a partir de um processo de industrialização baseado na *substituição de importações*, o que permitiria a superação da condição de subdesenvolvimento e possibilitaria uma inserção diferenciada na divisão internacional do trabalho.

Essa reflexão era calcada no debate cepalino sobre o conceito de desenvolvimento, segundo o qual a aplicação da teoria das vantagens comparativas pelos países do chamado Terceiro Mundo provocaria a deterioração dos termos de troca e o intercâmbio desigual, penalizando-os em sua relação com os países desenvolvidos³²³. Assim, a partir da crítica direcionada à Teoria Clássica — pois seria preciso superar a visão ideologizada da divisão internacional do trabalho —, procurava-se questionar um sistema internacional estruturado na concentração das indústrias e na alta tecnologia nos países centrais, enquanto os países periféricos se encarregariam de se especializar naquilo em que tivessem maior produtividade, ou seja, na agricultura, mineração e produtos de origem animal, enfim, na exportação de produtos primários e matérias-primas. Ao verificar que o livre comércio seria positivo, em especial para os países centrais, Raúl Prebisch (que nesse período era secretário executivo da Cepal) afirmou que a ordem capitalista mundial impunha ao Terceiro Mundo um perpétuo desenvolvimento dependente, visto que a concentração de renda a nível mundial inviabilizava a superação do subdesenvolvimento, fazendo com que a riqueza do Norte estivesse diretamente vinculada à pobreza do Sul.³²⁴

No mesmo sentido, para Andrew Günder Frank, importante expoente da Teoria da Dependência, diante de uma exploração tanto econômica quanto política por parte dos países centrais sobre as nações periféricas, na região latino-americana predominava o *desenvolvimento do subdesenvolvimento*, obstando uma dinâmica político-econômica mais autônoma na região³²⁵. Diante desse cenário, Celso Furtado afirmou que:

A subordinação da inventividade técnica aos interesses de reprodução de uma sociedade fortemente inigualitária e de elevado potencial de acumulação é a causa de alguns dos aspectos paradoxais da civilização contemporânea. [...] Foi em

³²³ MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

³²⁴ PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

³²⁵ FRANK, André Gunder. *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Sinal, 1968.

função dos valores dessa civilização material que se formou a consciência das desigualdades internacionais de níveis de vida, do atraso acumulado, do subdesenvolvimento. E nesse contexto emergiu uma nova temática do desenvolvimento.³²⁶

Essa leitura sobre a dinâmica econômica internacional se contrapunha a autores como Rostow³²⁷, o qual afirmava que o processo de modernização era marcado por estágios de desenvolvimento, e que a modernização socioeconômica criaria os elementos necessários para a superação de estruturas sociais tradicionalistas e rígidas, que caracterizavam os países periféricos, o que possibilitaria o desenvolvimento de instituições democráticas.

Em contrapartida, Celso Furtado, ao trabalhar a ideia de *efeito de demonstração*³²⁸, destacava que “a modernização dos padrões de consumo” avançou sem maiores alterações nas estruturas sociais, o que explicaria que “[...] em muitas partes do mundo a ativação do comércio exterior se haja realizado no quadro das formas preexistentes de organização da produção, inclusive a escravidão”³²⁹. Avançando em relação aos debates iniciais no âmbito da Cepal, Furtado contrapôs-se à ideia do desenvolvimento e da modernização como um *continuum evolutivo*, fruto de estágios predeterminados que deveriam ser galgados pelos países periféricos, destacando, assim, a importância em se considerar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como elementos distintos, mas umbilicalmente associados:

Cabe, portanto, considerar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente. Quanto mais ampla fosse a divisão internacional do trabalho, mais profundas seriam as transformações sociais no centro do sistema e mais intensa a modernização das formas de vida em sua periferia. Portanto, para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial.³³⁰

³²⁶ FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 23.

³²⁷ ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

³²⁸ De forma extremamente simplificada, refere-se à adesão do padrão de consumo dos países desenvolvidos por parte de indivíduos dos países subdesenvolvidos.

³²⁹ FURTADO, 2000, p. 27.

³³⁰ *Ibidem*, p. 27-28.

A ampliação dessa discussão marcou tanto a revisão de algumas ideias que permeavam o debate estruturalista quanto teve reflexos na ascensão das chamadas Teorias da Dependência. As dificuldades do modelo de substituição de importações, a forte presença de investimentos diretos estrangeiros e a ascensão de alguns movimentos populares no decorrer da década de 1960 contribuíram para a consolidação dessas discussões. Embora haja diferentes visões que compõem esse debate³³¹, de forma geral as teorias da dependência atentam para os âmbitos simultaneamente nacional e internacional das estruturas econômica, política, social e ideológica, consolidadas com o capitalismo industrial. A continuidade dessa estrutura faria com que a relação entre o interno e o externo reproduzisse o subdesenvolvimento dos países latino-americanos como expressão de uma trajetória subordinada à economia mundial hierarquizada³³².

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto não apenas destacam a necessidade de superar a ideia de subdesenvolvimento como um estágio anterior ao desenvolvimento, como também atentam para o fato de existirem diversos desenvolvimentos (relacionados às características de cada país), fazendo com que as relações sociais e culturais ganhassem peso determinante. Para os autores, diante de um cenário no qual se esvaíram as perspectivas favoráveis para os produtos de exportação na América Latina:

Colocou-se como alternativa complementar a redefinição dos termos da cooperação internacional, seja através de programas diretos de financiamento exterior ao setor público, seja através de uma política de sustentação de preços; tais soluções não chegaram, entretanto, a concretizar-se de forma satisfatória para o desenvolvimento.³³³

É importante ressaltar que Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto são comumente problematizados por abrirem espaço para a possibilidade de os países latino-americanos optarem por um desenvolvimento associado aos interesses dos países centrais, o que não implicaria a quebra com a lógica da dependência. Autores da Teoria da Dependência mais próximos ao marxismo denunciam, inclusive, o quanto um olhar atento para a inserção internacional dos países subdesenvolvidos na economia mundial pode alertar para o uso da cooperação internacional também como uma

³³¹ A discussão proposta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto é comumente contraposta a uma versão de teor marcadamente marxista, representada por autores como Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini.

³³² MARTINS, 2011.

³³³ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 23.

manifestação do imperialismo³³⁴. Nesse sentido, a ajuda reforçaria os padrões de desigualdade e injustiça herdados do período colonial, impedindo as reformas estruturais necessárias para a implementação de um novo modelo de desenvolvimento para os países do Sul³³⁵. A cooperação seria um modo de expandir os padrões de vida ocidentais sobre diversos países, os quais receberiam ajudas pautadas em modelos não viáveis de modernização. O verdadeiro objetivo não seria cooperar com o Sul, mas sim garantir o atendimento dos interesses dos países centrais: “A ajuda se converte em um sinônimo de exploração, um mecanismo que assegura a intromissão do Norte nos assuntos internos de outros países”³³⁶.

Diante desses aspectos gerais que atravessavam as teorias sobre desenvolvimento na América Latina em meados do século XX, é possível observarmos algumas aproximações, influências e distanciamentos em relações a tais debates. Uma análise das ações desenvolvidas entre as décadas de 1950 e 1970 nos mostra como a busca por um desenvolvimento mais autônomo esteve inserida nas mudanças conceituais e nas diretrizes institucionais sobre a cooperação internacional, inclusive no que tange à CTI em específico. Embora a inserção na economia internacional de países como o Brasil ainda apresentasse um caráter de latente dependência em relação aos países centrais, a ampliação dos debates em fóruns internacionais (veiculadas por algumas agências da ONU, como a própria Cepal) sobre o desenvolvimento do chamado Terceiro Mundo ajudou a difundir uma concepção mais simétrica de cooperação internacional, contrastando com as percepções predominantes nos arranjos tradicionais Norte x Sul de ajuda internacional. No próximo tópico serão destacadas algumas ações que demonstram o perfil da cooperação técnica brasileira entre 1950 e 1970.

Criação e extinção da Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT)

Dentre os componentes norteadores da diplomacia brasileira, destaca-se a presença da estratégia de desenvolvimento nacional como elemento condicionante da política externa, o que ajuda a explicar a centralidade da

³³⁴ AYLLON, Bruno. La cooperación internacional para el desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la teoría de relaciones internacionales. *Carta Internacional*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 32-47, 2007.

³³⁵ MACIEL, Tadeu M. As teorias de relações internacionais pensando a cooperação. *Ponto-e-Virgula*, São Paulo, n. 5, p. 215-29, 2009.

³³⁶ AYLLON, 2007, p. 42.

CTI para o país. Conforme afirma Amado Cervo, “[...] no caso do Brasil, em menor escala também em outros países da América Latina, a experiência histórica permite construir o conceito de projeto nacional de desenvolvimento, definido como desígnio nacional e vetor da ação externa”³³⁷.

No Brasil, a centralidade da industrialização como política de Estado motivou um dos primeiros passos para a regulamentação da CTI. Em 1950 foi criada a Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT), que surgiu como uma forma de se consubstanciar um “Sistema de Cooperação Técnica Internacional” no país. Essa comissão era constituída por representantes da Secretaria de Planejamento, do Ministério das Relações Exteriores e de ministérios setoriais. Além de possuir a função de regular as regras de prioridades em relação às demandas de instituições brasileiras por assistências advindas de forma bilateral de países desenvolvidos, a CNAT realizava estudos sobre a participação do Brasil em programas de assistência coordenados por instituições multilaterais, como a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA). “Buscava-se, assim, decidir a prioridade e a relevância das solicitações de instituições brasileiras de ajuda técnica estrangeira”³³⁸.

Segundo Fernando Abreu, no âmbito dessa primeira sistematização para a recepção de CTI, os intercâmbios ocorridos no período eram focalizados no auxílio ao processo de estruturação de instituições públicas federais e entidades nacionais que atuavam em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional. Dentre as instituições que se beneficiaram da doação de equipamentos e da assistência fornecida por consultores internacionais para capacitação de recursos humanos, o autor destaca a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), o Departamento de Aviação Civil (DAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). “Nessa época, os programas de cooperação técnica eram fundamentalmente financiados por recursos externos. A cooperação prestada pelo Brasil ao exterior, por sua vez, era muito reduzida”³³⁹.

Esse processo de sistematização da CTI brasileira ocorria em paralelo não apenas aos debates teóricos sobre um desenvolvimento mais autônomo na América Latina, no mesmo momento também ocorriam discussões

³³⁷ CERVO, Amado. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 10.

³³⁸ ABREU, Fernando José Marroni de. A evolução da cooperação técnica internacional no Brasil. *Revista Mural Internacional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 3-16, jul./dez. 2013. p. 4.

³³⁹ *Idem*.

promovidas por alguns países do chamado Terceiro Mundo junto à ONU, os quais reivindicavam que houvesse uma mudança na concepção da CTI. Essa modalidade de cooperação deveria ultrapassar o sentido de uma ajuda vinculada a interesses político-estratégicos, tornando-os uma fonte de trocas e interesses mútuos, enriquecendo e capacitando todos os entes envolvidos. Como resultado, a ONU reviu o conceito de assistência técnica e o substituiu pelo termo “cooperação técnica”, na Resolução nº 1383, na Assembleia Geral, em 1959³⁴⁰. Dessa forma, pretendeu-se conferir um caráter mais congruente a essa ferramenta, ao reconhecer a possibilidade de aprendizado e ganhos mútuos entre os entes envolvidos no processo.

Em decorrência dessas discussões, a ONU convocou a I Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), como forma de implementar em sua agenda o tema do desenvolvimento vinculado ao comércio internacional. Tendo como primeiro presidente o argentino Raúl Prebisch, a UNCTAD atendeu às pressões de representantes do sul global, promovendo ações para a autonomização da industrialização desses países (inclusive por meio de CTI), apoiando a discussão cepalina sobre substituição de importações e adensando o coro daqueles que reconheciam na estrutura do sistema econômico mundial empecilhos para a prosperidade dos países em desenvolvimento. Além disso, cresceu a demanda por projetos de cooperação desenvolvidos junto a organismos internacionais. Nesse contexto, foi criado em 1965, por meio da Resolução nº 2029 da Assembleia Geral da ONU, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como forma de conectar conhecimentos, experiências e recursos de diversas nações para a promoção de soluções ao problema do desenvolvimento.

Além das reivindicações junto à ONU, alguns países, representantes do atualmente denominado “sul global”, iniciaram uma série de ações conjuntas no intuito de colocar em prática a busca por um desenvolvimento mais efetivo e autônomo. Nesse sentido, a Conferência Ásia-África realizada em Bandung (Indonésia), em 1955³⁴¹, e a Primeira Conferência dos Chefes de Estado e de Governo Não Alinhados, que ocorreu em Belgrado, em 1961, podem ser consideradas marcos iniciais da chamada Cooperação Sul-Sul. Os argumentos para essas reuniões tinham como elemento comum o desejo

³⁴⁰ Apesar dessa mudança formal do termo “assistência” para a ideia de “cooperação”, Carlos Puente esclarece que o novo termo foi utilizado plenamente, na prática, somente nos anos 1970 (PUENTE, 2010, p. 65).

³⁴¹ Inicialmente o Brasil não participou das ações desenvolvidas nessa conferência. Cuba foi o único país latino-americano que participou das primeiras discussões propostas a partir da Conferência de Bandung (1955).

desses países de se posicionarem de forma independente em relação às duas grandes potências, tendo o desenvolvimento socioeconômico como alvo primordial e comum.

Mesmo diante dos crescentes questionamentos efetuados pelos países do Sul em relação ao que se entendia e ao que se efetivava no âmbito da CTI, até o final da década de 1960, a cooperação recebida pelo Brasil era pouco absorvida, devido à ausência de uma coordenação político-administrativa nacional.³⁴² Além disso, não havia uma preocupação em relação ao potencial do país como ofertante de cooperação técnica, apenas como receptor.

As instituições nacionais adquiriram novo impulso com a aceleração do processo de desenvolvimento e procuraram definir com congêneres estrangeiras programas de intercâmbio, a fim de trazerem para o País os conhecimentos técnicos e tecnológicos que complementassem o esforço interno de modernização. A existência de instrumentos governamentais, privados ou para-governamentais, tais como convênios ou acordos, passariam a exigir uma coordenação mais ordenada por parte dos órgãos centrais, que assegurasse, por um lado, a eficiência dos mecanismos e, por outro, compatibilizasse as atividades com o esforço nacional de desenvolvimento³⁴³.

Diante dessa realidade, em outubro de 1969, a CNAT foi extinta por meio do Decreto n.º 65476, em prol de uma reforma institucional do sistema de assistência técnica vigente. Esse decreto redimensionou as competências em relação à CTI, fornecendo ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral o papel de estabelecer e executar a política interna de cooperação técnica em conjunção aos planos gerais do governo. Ao mesmo tempo, cabia ao Ministério das Relações Exteriores a função de formular e negociar a política de CTI, além de ser a instituição responsável pelo encaminhamento das demandas aos organismos internacionais multilaterais ou de Estado responsáveis pelo desenvolvimento da cooperação internacional.

Essa reforma ocorreu por conta da crescente oferta de programas de CTI, inclusive por organizações não governamentais, e da necessidade em adequar esses recursos às prioridades dos futuros Planos Nacionais de Desenvolvimento³⁴⁴, visando, em especial, à modernização da infraestrutura

³⁴² VALLER FILHO, Wladimir. *O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática*. Brasília: FUNAG, 2007. p. 70.

³⁴³ *Ibidem*, p. 67.

³⁴⁴ O I Plano Nacional de Desenvolvimento foi criado no governo Médici, em 1971, por meio da Lei 5727. O II Plano Nacional de Desenvolvimento foi implementado no governo Geisel, em 1974, por meio da Lei 6151.

tecnológica brasileira³⁴⁵. Um importante elemento presente no Decreto nº 65476 pode ser notado no parágrafo único do artigo 5º, o qual determina o estabelecimento de repartições competentes em órgãos da administração direta e indireta para o desenvolvimento de programações setoriais de CTI³⁴⁶. Outra consideração relevante é que nesse decreto não é mencionada a cooperação prestada pelo país, mas apenas a recebida multilateralmente e bilateralmente³⁴⁷.

As dificuldades econômicas em âmbito global no decorrer da década de 1970 (vide crises do petróleo, fim da conversibilidade dólar-ouro, aumento da taxa de juros nos EUA) trouxeram empecilhos para a cooperação advinda dos países do Norte, colaborando para que a ONU desenvolvesse o conceito de “cooperação técnica entre países em desenvolvimento” (CTPD), também conhecida como “cooperação horizontal”. No mesmo período ocorreram dois eventos de grande importância para a cooperação entre os países do Sul: em 1978, o PNUD criou a *Special Unit for South-South Cooperation*; no mesmo ano foi concebido o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), endossado pela Assembleia Geral por meio da Resolução 33/134³⁴⁸.

Esse plano possibilitou a criação de diretrizes básicas para que os Estados signatários organizassem, trocassem entre si e colocassem em prática políticas de desenvolvimento nacional mais equânime. Em paralelo, o Brasil passou a aliar o seu contínuo interesse de desenvolvimento às oportunidades de receber e oferecer projetos de cooperação internacional. Desde a década de 1970, especialmente a partir da política externa do Pragmatismo Responsável, o Brasil tem utilizado, em maior ou menor medida, a Cooperação Sul-Sul como forma de proporcionar novos caminhos para a inserção internacional do país. Ao mesmo tempo que a cooperação internacional recebida era considerada uma ferramenta relevante para a promoção do desenvolvimento e de transformações estruturais no Brasil, a cooperação oferecida pelo país tornava-se um instrumento de política externa, contribuindo para o adensamento das relações políticas, culturais e comerciais do país na dimensão Sul-Sul. Diversas instituições atreladas

³⁴⁵ BRASIL. MRE. Agência Brasileira de Cooperação. *Histórico da cooperação técnica brasileira*. Brasília: ABC, 2013. Disponível em: http://www.abc.gov.br/ct/historico_ct.asp. Acesso em: 25 maio 2013.

³⁴⁶ As atuais secretarias e subsecretarias ou coordenações internacionais, assim como órgãos equivalentes, dos ministérios, empresas estatais, universidades e órgãos afins (vinculados a esses Ministérios) foram uma decorrência dessa deliberação.

³⁴⁷ VALLER FILHO, 2007, p. 67-68.

³⁴⁸ UNITED NATIONS. *Resolution A/RES/33/134 of the United Nations General Assembly*. New York: ONU, 1978. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/33/134>. Acesso em: 2 dez. 2021.

ao governo seriam instadas pelo Itamaraty para auxiliarem no atendimento das demandas encaminhadas por países do Sul, gerando convênios, por exemplo, com a Eletrobras, o Mobral, a Embrapa, o Senai, o Sebrae, a Fiocruz, o Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (Ciaga) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), além de colaborações dos Ministérios da Educação e da Saúde.

Os objetivos da cooperação técnica passariam, então, a serem duplos. Internamente, o sistema de cooperação técnica tinha como missão precípua privilegiar o setor público federal e priorizar os projetos de grande escala em áreas definidas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), como infraestrutura, energia, transportes e comunicações. De acordo com Valler Filho: “Externamente, fortalecia-se a capacidade negociadora do Itamaraty associada à firme posição ideológica — baseada no nacional-desenvolvimentismo — diante dos países doadores e organismos multilaterais”³⁴⁹. No período de 1977 a 1981, embora as prioridades para os projetos de CTI continuassem voltadas para os setores priorizados pelos PNDs, áreas como o desenvolvimento social urbano e a integração social foram adicionadas ao escopo da cooperação brasileira³⁵⁰.

Portanto, no mesmo período em que ganhavam força as teorias estruturalistas e, posteriormente, da dependência, também ocorreram as primeiras ações para a institucionalização de diretrizes para a CTI no Brasil. Tais perspectivas teórico-analíticas foram importantes não apenas para destacar a importância de se implementar ações que incentivassem a busca por um modelo de desenvolvimento mais autônomo. Elas também foram relevantes para que se percebesse, em meados dos anos 1970, que os empecilhos para o desenvolvimento não estavam relacionados meramente à insuficiência de influxos de capitais, havendo outras variáveis, endógenas e exógenas, que precisavam ser refletidas. Dentre elas constava a necessidade de potencialização e melhor absorção da CTI brasileira. Também é válido ressaltar que, embora nesse período o que determinasse a Cooperação Técnica brasileira fosse a assistência recebida, em meados dos anos 1970 surgiram as primeiras ações de CTI prestadas pelo país, um elemento que foi determinante para as posteriores alterações no sistema de Cooperação Técnica nos anos 1980³⁵¹.

³⁴⁹ VALLER FILHO, 2007, p. 67-69, 72.

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 74.

³⁵¹ É válido ressaltar que em meados dos anos 1980 ocorreram mudanças significativas no sistema de CTI brasileiro, período que também foi afetado por alterações nos debates sobre o caminho ideal para a busca pelo

Considerações finais

À medida que as relações internacionais no decorrer do século XX se transformavam e se complexificavam, elas eram acompanhadas pelas transformações no que diz respeito às prioridades e motivações da cooperação para o desenvolvimento e da CTI em específico. Em meio a essa dinâmica, alguns pensamentos predominantes acerca do conceito de desenvolvimento também contribuíram para a consolidação das diretrizes que permeavam as políticas de cooperação técnica. O Brasil não esteve distante dos debates internacionais sobre a cooperação internacional, inclusive no que tange à cooperação técnica, tendo em vista que as principais mudanças nas diretrizes da CTI brasileira ocorreram em sintonia com os debates internacionais sobre o tema, especialmente aqueles promovidos no âmbito das agências da ONU.

Dessa forma, este texto apresentou como os movimentos iniciais de sistematização da cooperação técnica recebida e ofertada pelo Brasil, entre os anos 1950 e 1970, foram implementados em um ambiente no qual estavam em voga relevantes discussões sobre os possíveis caminhos para um desenvolvimento mais autônomo na América Latina. Vimos como é possível perceber uma afinidade entre os aspectos principais das Teorias Estruturalista e da Dependência, em sua demanda por um desenvolvimento mais autônomo para a América Latina e diversas das iniciativas no que diz respeito à cooperação para o desenvolvimento e às primeiras tentativas de sistematização da cooperação técnica recebida e ofertada pelo Brasil.

Para Amado Cervo³⁵², a CTI tornou-se uma ferramenta de política externa de vários países do Sul a partir do momento em que se agregou ao planejamento estratégico do desenvolvimento e à implementação de outras atividades conjuntas. Nesse sentido, este texto procurou demonstrar como a CTI sofreu alterações significativas em suas diretrizes em momentos nos quais ocorriam mudanças nos principais paradigmas que pensavam o desenvolvimento latino-americano. Ensejamos, em abordagens futuras,

desenvolvimento nacional. Dentre tais mudanças havia a substituição do modelo cepalino pelo modelo neoliberal (com base, principalmente, nas propostas consolidadas no Consenso de Washington). A busca por um novo modo de inserção internacional do Brasil, por uma reforma estrutural da economia a partir da modernização do parque industrial do país, pelo redimensionamento do papel do Estado e pela liberalização do mercado brasileiro acarretaram um ambiente no qual se afirmava que haveria um espaço importante para implementação de novas ações de CTI. Porém, Amado Cervo (2008, p. 21) destaca que, apesar de o desenvolvimento nacional ter se mantido nos discursos como elemento determinante da política brasileira, nesse período se acentuou a máxima de que a política se deslocaria “do desenvolvimento a promover para a inflação a matar”.

³⁵² CERVO, Amado. Socializando o desenvolvimento: uma história de CTI do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional-IBRI*, Brasília, v. 37, n. 1, p. 37-63, 1994. p. 44.

demonstrar o mesmo no que diz respeito às prioridades da CTI nas décadas seguintes e como elas estavam em sintonia com os debates que ocorriam e com as estratégias de inserção do Brasil na arena internacional.

Embora não tenha sido objeto direto deste artigo, entende-se que a percepção da histórica influência dos paradigmas do desenvolvimento nas diretrizes da CTI brasileira pode gerar importantes debates sobre os avanços e retrocessos dessa modalidade de cooperação para o desenvolvimento nacional nas primeiras décadas do século XXI. Diante das atuais incertezas relacionadas aos rumos do desenvolvimento brasileiro e da parca influência da CTI em relação à sua potencial contribuição, entende-se como essencial a ampliação do debate sobre os limites e fragilidades dessa modalidade de cooperação, o que pode abranger, inclusive, mudanças significativas na estrutura da Agência Brasileira de Cooperação. Indubitavelmente, esse debate foi e será influenciado pelas estratégias de desenvolvimento nacional adotadas, assim como pelos paradigmas teóricos que as guiam.

Referências

ABREU, Fernando José Marrone de. A evolução da cooperação técnica internacional no Brasil. *Revista Mural Internacional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 1-14, jul./dez. 2013.

AYLLÓN, Bruno. La cooperación internacional para el desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la teoría de las relaciones internacionales. *Carta Internacional*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 32-47, 2007.

BRASIL. MRE. Agência Brasileira de Cooperação. *Histórico da cooperação técnica brasileira*. Brasília: ABC, 2013. Disponível em: http://www.abc.gov.br/ct/historico_ct.asp. Acesso em: 25 maio 2013.

BRASIL. MRE. *Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral*. 4. ed. Brasília: MRE, Agência Brasileira de Cooperação, 2014.

BROWNE, Stephen. *Aid and influence: do donors help or hinder?* London: Earthscan, 2006.

BROWNE, Stephen (ed.). *Developing capacity through technical cooperation*. New York: ONU, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. Socializando o desenvolvimento: uma história de CTI do Brasil. *Revista Brasileira Política Internacional-IBRI*, Brasília, v. 37, n. 1, p. 37-63, 1994.

FRANK, André Gúnder. *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Edit. Sinal, 1968. (Col. Universitária, 2).

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MACIEL, Tadeu Morato. As teorias de relações internacionais pensando a cooperação. *Ponto-e-Vírgula*, São Paulo, n. 5, p. 215-229, 2009.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período 1995-2005*. Brasília: FUNAG, 2010.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ROSTOW, Walt Whitman. *Theorists of economic growth from David Hume to the present*. Nova York: Oxford University Press, 1990.

UNITED NATIONS. *Resolution A/RES/33/134 of the United Nations General Assembly*. New York: ONU, 1978. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/33/134>. Acesso em: 2 dez. 2021.

VALLER FILHO, Wladimir. *O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática*. Brasília: FUNAG, 2007.

A RELAÇÃO ARGENTINA-BRASIL E O MERCOSUL EM UM IMPASSE³⁵³

Alberto J. Sosa

O tema deste artigo está dividido em três partes ou seções. Em primeiro lugar nos referimos aos antecedentes imediatos do Mercado Comum do Sul (Mercosul), aos Acordos Alfonsín-Sarney de 1985-1986 e 1988 e posteriormente à sua evolução a partir de 1991. Em continuação, e com o propósito de contribuir para compreender um pouco mais a agravada crise da relação Argentina-Brasil e do Mercosul, abordamos o desempenho econômico e de política externa da Argentina nos 30 anos transcorridos entre 1990-2019. Por último, aludimos ao sistema mundial de ontem e hoje, isto é, de 1990 a 2019.

Segundo Raymond Aron, o sistema mundial está formado pelo interestatal e pelo de mercado global. O primeiro refere-se ao espaço político e econômico do mundo, que se desdobra ou se constrói a partir das características e interesses do Estado (ou dos Estados) que, em cada época, é capaz de exercer sua liderança sobre o sistema. O seguinte é uma governança que tem como atores grupos corporativos econômicos privados, que em muitas ocasiões escapam ao controle estatal de países como Argentina e Brasil.

Os dados estatísticos utilizados neste artigo correspondem à Cepalstat – Estatísticas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Os Acordos Alfonsín-Sarney (1985-1988) e o Mercosul

O Mercosul teve como antecedente imediato os Acordos Alfonsín-Sarney e, posteriormente, já constituído, nota-se continuidades, mas também rupturas e etapas com distintas características. Ambos os governos apreciaram que a união de recursos de poder podia ampliar seus respec-

³⁵³ Tradução: Regina Maria A. Fonseca Gadelha.

tivos mercados, gerando outro de maior escala geográfica e demográfica, mas protegido por tarifas externas. Os acordos envolveram uma vintena de protocolos específicos. O desenvolvimento e a integração da indústria de bens de capital, tendão de Aquiles dos países subdesenvolvidos, foram privilegiados pelo Acordo Alfonsín-Sarney. Isto é, o protocolo pertinente previu uma relação bilateral intraindustrial simétrica, na qual ambos os países produzem e intercambiam determinados bens de capital ou certas partes ou peças com equivalente grau de complexidade.

Essa caracterização diferenciava a proposta em relação à atual situação em que, por exemplo, se analisarmos a relação comercial da Argentina com a República Popular de China, constatamos que é de tipo ricardiana, porque ela produz e exporta *commodities* e importa bens manufaturados, inclusive bens de capital que substituem os procedentes do Brasil. Também a proposta se diferenciava do projeto cepalino da década de 1960, em que a integração proposta era de caráter interindustrial. Argentina estava focada na produção de bens de indústria leve, enquanto o Brasil se especializava na produção de bens de indústria pesada. Essa iniciativa foi rejeitada pelas Forças Armadas argentinas, porque consideravam que reforçava a liderança do Brasil e suas Forças Armadas (FFAA) na América Latina.

Por sua vez, a relação México-Estados Unidos, no contexto do TLCA, *Tratado de Libre Comércio de América del Norte*, e do subsequente Acordo Estados Unidos-México-Canadá (TMEC), prevê uma relação comercial de caráter intraindustrial assimétrica, na qual os dois países produzem automotivos e produtos eletrônicos, mas o México fabrica as partes e peças menos complexas e os Estados Unidos, as mais sofisticadas.

O Protocolo de Bens de Capital, que desfrutava de uma tarifa externa comum, unia-se a um Fundo de Investimento que contribuía para financiá-los. Da mesma forma, o Protocolo de desenvolvimento da Biotecnologia podia articular as atividades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) da República Argentina. Por outro lado, também foi criado um Protocolo de Informática (*hardware* e *software*), no qual entidades públicas e privadas de ambos os países podiam operar cooperativamente.

Finalmente, o Acordo bilateral continha a possibilidade de implementar um *cluster* agroindustrial binacional de maquinaria agrícola que potencializasse uma atividade compartilhada como a do complexo de soja ou milho.

Em paralelo, anos mais tarde (1991), ambos os países criaram o Mercosul, conjuntamente com Paraguai e Uruguai. Os presidentes Carlos Menem (1989-1999) e Fernando Collor de Mello (1990-1992) aspiravam implantar uma Zona de Livre Comércio (ZLC), porém o Itamaraty insistiu a necessidade de criar uma União Aduaneira (UA), tese que então prevaleceu.

Na década de 1990, o aspecto comercial do Mercosul foi o mais importante, no qual a indústria automotiva implantada em ambos os países e o trigo argentino desempenharam um papel destacado. A partir do fim da primeira etapa neoliberal, isto é, 2001-2002, a China torna-se um importante sócio comercial e investidor em ambos os países. Por seu lado, na etapa da pós-conversibilidade na Argentina (2002 para frente), apesar do comércio bilateral Argentina-Brasil continuar crescendo, o Mercosul político teve seu destaque. Não houve empreendimentos econômicos conjuntos ou grandes obras de infraestrutura, como havia acontecido durante a época das ditaduras militares das décadas de 1970 e início de 1980³⁵⁴.

O papel arbitral exercido pelo Mercosul político e também pela União de Nações Sul-Americanas (Unasul) permitiu solucionar conflitos suscitados em (ou entre) países da América do Sul, deslocando a intervenção do Departamento de Estado da União Americana e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Tratava-se de uma antiga iniciativa que tanto Argentina como Brasil formularam, junto ao Chile, quase um século atrás, quando o Barão do Rio Branco e o então presidente argentino Roque Sáenz Peña (1910-1914) esboçaram o Pacto do ABC (1915)³⁵⁵ para, entre outros aspectos, evitar a interferência de potências europeias e dos Estados Unidos na América Latina.

Igualmente, por iniciativa do Itamaraty, organizou-se a Unasul, que propôs, sem sucesso, realizar uma série de obras de infraestrutura e comunicações conjuntas, que solucionariam os “gargalos” ou estrangulamentos que permitiriam superar os obstáculos dos intercâmbios de informação e de bens e serviços entre os países sul-americanos. Igualmente, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) desempenhou um papel arbitral na América Latina (por exemplo, em Honduras).

Por fim, discorre-se o retorno do neoliberalismo em 2015-2016 que implica o distanciamento entre Argentina e Brasil, o enfraquecimento do

³⁵⁴ Itaipu entre Brasil-Paraguai; Yaciretá entre Argentina-Paraguai; Salto Grande entre Argentina-Uruguai etc.

³⁵⁵ O Pacto do ABC – Pacto de Não Agressão, Consulta e Arbitragem: assinado pelos três países da sigla – Argentina, Brasil e Chile – em 1915, visando à manutenção da paz no Cone Sul.

Mercosul, a suspensão da participação desses países na Unasul e a suspensão da participação do Brasil na Celac.

Os 30 anos da Argentina (1990-2019)

Entendemos por neoliberalismo um conjunto de ideias que impulsionam os diferentes governos nacionais a priorizar políticas públicas que gerem a confiança dos mercados e atraiam o comércio e o capital externos. Nesse sentido, propõem aplicar uma oferta monetária restrita, governos pequenos, impostos baixos, mercados de trabalho flexíveis, desregulação, privatização e abertura em toda parte. Em outras palavras, fortalecer a “camisa de força dourada” de Thomas Friedman, equivalente ao padrão de ouro de nossos dias.

Tanto na Argentina quanto no Brasil, o período neoliberal coincide com a desarticulação do bloco social da industrialização por substituição de importações (ISI), formada pela “burguesia de Estado” de Fernando Henrique Cardoso (FF.AA. e burocracia de empresas paraestatais), sindicatos e empresários privados, vinculados preferencialmente ao mercado interno. Esses empresários se esforçam para conseguir, cada vez com menos poder e influência, que seus respectivos governos sustentem uma proteção tarifária que lhes permita subsistir e reproduzir-se em um mercado mundial crescentemente competitivo. No novo contexto, as elites respectivas se manifestam incapazes de formular e implementar um padrão de crescimento sustentável e com reivindicações sociais inclusivas. Assim é que emerge, tanto na Argentina como no Brasil, uma elite com carimbo cosmopolita que se internacionaliza, mas que pouco formula e implementa uma iniciativa de crescimento econômico sustentável e inclusivo.

Os sindicatos mais importantes da Argentina assumem novos papéis que lhes garantem sua sobrevivência e reprodução, apesar de que, para alcançar seus objetivos, assumem compromissos com o regime neoliberal vigente.

Os governos que se sucederam na Argentina nessas três décadas, brevemente analisadas, transitaram pelas seguintes etapas: 1) neoliberalismo (1990-2001); 2) resistência ao neoliberalismo (2003-2015); e 3) retorno do neoliberalismo (2015-2019)³⁵⁶.

Por resistência entendemos, seguindo Maria da Conceição Tavares, a aplicação de políticas públicas que não são alternativas ao modelo neoliberal,

³⁵⁶ SOSA, Alberto J.; DIRIÉ, Cristina. *Argentina y Brasil: industrialización, contexto internacional y relaciones bilaterales (1940-2010)*. Buenos Aires: Amersur, 2018.

mas de resistência ou oposição às pressões das forças globalizadoras. Não se formulam políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico ou de serviços, como aconteceu durante o período da ISI.

Política externa e desempenho econômico (1990-2001)

A política externa argentina nesses anos se caracteriza por seu alinhamento automático com os EUA. Participa simbolicamente na invasão ao Iraque; ratifica o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e o de Tlatelolco. Abandona o projeto do míssil balístico Condor. Aprova o tratado da Organização Mundial do Comércio (OMC). Modifica o sentido do voto na Assembleia Geral das Nações Unidas, coincidindo com o dos Estados Unidos.

Trata-se do exercício da teoria do “realismo periférico” de Carlos Escudé³⁵⁷, que opinava que a Argentina é um país periférico, dependente, endividado, empobrecido e pouco relevante em termos internacionais. Dadas essas características, era desaconselhado que confrontasse os Estados Unidos ou os principais Estados da União Europeia, porque os custos dessas ações eram muito altos ou de perdas elevadas. Por isso, Argentina deveria se alinhar com as políticas dos Estados Unidos no sistema mundial e evitar desgastes inúteis. Apenas devia confrontar os EUA e outras potências em assuntos cruciais para a Argentina, como aqueles associados ao crescimento de sua economia e ao bem-estar de sua população. Uma questão importante pela qual podia e devia confrontar era a dívida externa.

Segundo Escudé, se Argentina não confrontasse de maneira estéril os Estados Unidos, quando solicitasse seus bons ofícios, por exemplo, no tema dívida, encontraria compreensão e auxílio. Sem embargo, quando Argentina experimentou uma grave crise econômica e social em 2001-2002, o governo do presidente Bush Jr. soltou a mão em sua queda. Na época, manifestou que as poupanças de encanadores e carpinteiros dos Estados Unidos, que nutriram os fundos que tinham sido investidos na Argentina, deviam ser saldadas.

Argentina tinha cumprido sua parte no suposto compromisso imaginado por Escudé, mas, quando foi solicitar ajuda, essa lhe foi negada. Argentina era um país falido que tinha aplicado uma “teoria fracassada”.

Já no plano do desempenho econômico, o governo Menem ditou duas leis fundamentais: a de Reforma do Estado e a de Convertibilidade. A

³⁵⁷ ESCUDÉ, Carlos. *Realismo periférico: fundamentos para la nueva política exterior argentina*. Buenos Aires: Planeta, 1992.

primeira promoveu a privatização das empresas do Estado. Entre 1990-1995 foram privatizadas as empresas de serviços públicos (água, luz, eletricidade, companhia aérea comercial de bandeira etc.). Entre 1995-2000 foram transferidas ao setor privado empresas petroquímicas, de petróleo, gás, siderurgia etc. Grupos locais e operadores estrangeiros (Espanha, França, Itália e City Bank) adquiriram as empresas públicas que foram privatizadas.

A Convertibilidade ancorou a moeda nacional ao dólar estadunidense: um peso argentino equivalia a um dólar. A massa monetária circundante no país estava respaldada por igual quantidade de reservas de ouro, divisas e títulos de governos estrangeiros³⁵⁸.

A privatização facilitou o ingresso de capitais e a economia do país registrava uma taxa de crescimento destacado entre 1991-1994, quando explodiu a crise mexicana (Tequila). Mesmo assim, o governo Menem-Cavallo criou um regime de pensões privado que, apesar de ser optativo para os trabalhadores, em poucos anos conseguiu afiliar a maioria deles. Assim, cedeu a grupos financeiros privados as contribuições patronais e os aportes dos trabalhadores do setor público e privado. Apesar disso, os aportes em dinheiro provenientes da privatização já começavam a diminuir. O déficit fiscal gerado por essa falta de ingressos, ou seja, os aportes e contribuições provisionais eram supridos com mais endividamento externo.

Por ocasião da “crise da Tequila”, seguiram-se anos de estagnação e recessão. O governo Menem (1989-1999) foi sucedido pelo governo Fernando De La Rúa (1999-2001), conformado por uma coalizão eleitoral opositora, que considerava que, se não houvesse corrupção na Argentina, o país melhoraria seu desempenho econômico. A fórmula redentora era “neoliberalismo sem corrupção”.

A camisa de força monetária começara a quebrar. O Banco Central da Argentina não emitia dólares como o Federal Reserve, o tipo de câmbio era baixo e desestimulava a competitividade dos produtos exportáveis. Além disso, os produtos importados e o turismo no exterior eram incentivados por uma moeda nacional apreciada. A única forma de garantir a continuidade do modelo da convertibilidade era com mais endividamento.

O agravamento da crise fora ignorado pela elite local e pelo Fundo Monetário Internacional, cujo diretor gerente, Michel Camdessus, homenageara publicamente Carlos Menem no marco da reunião de sua Assembleia

³⁵⁸ NT: Domingo Cavallo, Ministro da Economia da Argentina (1991-1996), foi autor da Lei de Conversibilidade do Austral (lei n.º 23 928/91).

Geral (1997). O “modelo” explodiu com uma crise social e política sem precedentes. Durante a crise de 2001-2002, sucederam-se cinco presidentes em pouco mais de uma semana. Um deles, Adolfo Rodríguez Saá, decretou a moratória da dívida soberana argentina.

Quando Menem assumira a presidência, a dívida do governo central representava aproximadamente 25% do PIB. Quando concluiu a etapa neoliberal, a dívida do governo central abrangia quase 128% do PIB. O valor do montante da dívida quintuplicava e o patrimônio estatal fora leiloado.

O que a conversibilidade conseguiu foi controlar a inflação em um país que padecia dela, e às vezes de maneira dramática, desde princípios da década de 1940. Inclusive houve momentos de deflação que afetaram negativamente um importante setor da população argentina.

O PIB em 1990 foi de US\$ 200 bilhões de dólares em dólares constantes de 2010 (Cepal), em 2002 foi de US\$ 240 bilhões. As exportações mais que dobraram, aumentaram de US\$ 32 bilhões para US\$ 76 bilhões de dólares, e a abertura da economia aumentou de 15% para 38% (2002), apesar de em 2001 ter sido de 20% apenas. Entretanto, a situação social e do mercado de trabalho em geral pioravam dramaticamente.

Em 2002 a pobreza alcançava um pouco mais de 60% da população e o desemprego quase 20% da população economicamente ativa (PEA). Essa situação era totalmente contrária ao que acontecia na Argentina até meados da década de 1970, precisamente 1974, quando a pobreza era 5% e a taxa de desemprego (4%) eram baixas, e havia uma sociedade relativamente integrada.

Uma nova elite havia surgido. Era a cúpula empresarial beneficiada pelo processo de privatização das empresas públicas. Seus representantes mais notáveis eram Gregorio Pérez Companc (agro-alimentos); Fúlvio Pagani (agro-alimentos); Paolo Rocca (siderurgia e engenharia); Manuel Madanes (alumínio); Alejandro Bulgheroni (hidrocarbonetos); entre outros.

Transição transformadora (2002-2003)

A aliança social e política produtiva exportadora, articulada pelos líderes do Partido Justicialista y Radical (Eduardo Duhalde e Ricardo Alfonsín), substituiu a aliança social conformada pelos donos das empresas de serviços públicos, privatizadas e estrangeirizadas, e pelos bancos e capital financeiro credores da dívida do governo nacional.

Naquele momento se abandonou conversibilidade, ou seja, o regime do padrão dólar, e se decretou a *pesificação*, tendo o governo argentino recuperado o controle sobre sua própria moeda. Instituiu-se um tipo de câmbio alto, o controle dos capitais especulativos de curto prazo, uma baixa taxa de juros, congelaram-se as tarifas dos serviços públicos privatizados (luz, água, gás) e se cobrou um imposto para as exportações agrárias. Assim foram assentadas as bases da recuperação econômica e social da República Argentina, que ocorreu nos anos seguintes.

Argentina, resistência (2003-2015): política externa e desempenho econômico

O presidente Néstor Kirchner (2003-2007) afiançou a aliança produtiva e exportadora e aumentou a abertura da economia. Porém, à diferença da década anterior, agora com viés primordialmente exportador e não importador. A economia do país registrou um crescimento em “taxas chinesas” durante cinco anos e a renegociação da dívida externa, conduzida por funcionários qualificados como Roberto Lavagna, foi bem-sucedida. O Estado nacional se comprometeu a pagar 66% da dívida e também a cancelar antecipadamente sua dívida com o FMI. Paralelamente tinha um superávit gêmeo, fiscal e em seu comércio externo³⁵⁹.

O governo argentino, como outros da América do Sul, aproveitou o relativo descuido dos Estados Unidos em relação à América Latina. Negociou com o governo da China e lhe concedeu o *status* de “economia de mercado”. Assim, cresceu a importância do gigante asiático na relação comercial bilateral. A política externa da Argentina abandonou as oscilações da década de 1990, entre ALCA, propostas pelos EUA, e o Mercosul, optando por esse último. Com a China, tanto a Argentina quanto o Brasil negociaram isoladamente, enquanto em relação à ALCA negociaram como coletivo Mercosul.

Néstor Kirchner colocou ênfase nos investimentos e nas exportações, mas também no consumo. Por seu lado, sua sucessora Cristina Fernández de Kirchner, quando explodiu a crise mundial de 2008-2009, colocou ênfase no consumo interno e no gasto social por parte do Estado. Cristina Fernández de Kirchner é apoiada fundamentalmente por uma aliança social de consumidores ancorados no mercado interno. Seu governo fixou um

³⁵⁹ Argentina não obtinha superávit gêmeo desde a gestão presidencial de Marcelo T. de Alvear (1922-1928).

tipo de câmbio baixo e uma moeda apreciada, o que aumentou os ingressos reais dos assalariados e pensionados, isto é, sua capacidade aquisitiva, assim como indiretamente beneficiou aqueles setores sociais com capacidade de poupança e que compram dólares ou euros baratos para fazer turismo no exterior ou para guardar, dada a crônica debilidade da moeda argentina.

A restrição externa, problema estrutural de sua economia, no entanto, golpeou novamente a Argentina, que continua dependente dos dólares abastecidos pelo setor agroalimentar. A demanda de dólares excedendo sua oferta obrigaria Cristina F. de Kirchner a decretar o controle cambial. Assim, coexistiu o dólar oficial com oferta restrita e o dólar mais caro, cotado no mercado paralelo.

A presidenta argentina reabriu a negociação da dívida, incorporando quase 93% dos credores. Segundo a Lei de Falências da Argentina, se o devedor faz um acordo com mais de 50% dos credores, que representam 66% do capital, o acordo se torna válido, legítimo. Em relação à sua dívida externa, a Argentina logrou uma altíssima porcentagem de adesão à sua proposta. Sem embargo, pelo fato de não haver uma lei internacional de quebras ou insolvência de um país soberano, uma porcentagem mínima de credores pode derrubar um acordo feito com 93% dos credores, como aconteceu com a baixíssima porcentagem representada pelos fundos abutres, com apoio do poder judicial dos Estados Unidos.

Por outro lado, cabe destacar que, na denominada etapa de resistência da dívida do governo central, essa diminuiu em volume e composição. Quando começaram as dificuldades econômicas e políticas, o governo de Cristina F. de Kirchner registrava déficit fiscal e, ao finalizar seu mandato (2015), tinha déficit gêmeo, ou seja, no orçamento e na balança comercial.

O PIB de 2015 era de US\$ 459 bilhões em dólares constantes de 2010, seja 76% superior ao PIB de 2002 e mais do que dobro de 1990. As exportações de bens FOB de 2003 eram de US\$ 80 bilhões e em 2015 eram de US\$ 84 bilhões, mais do que o dobro das de 1990. A abertura da economia na etapa de resistência foi de aproximadamente 38%. Durante a gestão Néstor Kirchner foi de 40%, duplicando a porcentagem de abertura da primeira etapa neoliberal.

Ao longo do governo de Cristina Fernández de Kirchner, a abertura da economia foi de 32%. Porém, houve importantes melhorias no mercado de trabalho e nas condições de vida da população, especialmente até 2008. Posteriormente, manteve-se apesar de algumas limitações. Quando encer-

rou o mandato de Cristina Fernández (2015), a taxa de desemprego era de 6,5% e a da pobreza alcançava quase 25% da população economicamente ativa (PEA).

Apesar da economia do país ter continuado estrangeirada, sua elite se internacionalizou (Rocca, na siderurgia; Pagani e Pérez, com a Compañía Alimentos; Bagó e Roemmers, com laboratórios farmacêuticos; Bulgheroni, no petróleo; Eurnekián, em serviços aeroportuários). A empresa mais importante era YPF, controlada pelo Estado central e pelas províncias produtoras de hidrocarbonetos.

O retorno do neoliberalismo (2015-2019)

A aliança macrista assinalou que, desde o nascimento do peronismo, o país tinha entrado em uma debacle econômica e política, e prometeu reverter os “70 anos de decadência argentina”, isto é, o lapso compreendido entre 1945-2015. Nessas sete décadas incluiu os anos de neoliberalismo transcorridos entre 1990-2001 e ignorou que, no lapso de 1964-1974 (11 anos), a indústria nacional tinha experimentado suas mais altas taxas de crescimento³⁶⁰.

Uma de suas primeiras decisões foi desvalorizar o peso e fixar um tipo de câmbio competitivo, que passou de \$ 9,75 pesos por dólar para \$ 14 pesos. Quando Macri concluiu sua gestão, o dólar valia \$ 62,75 pesos, ou seja, em quatro anos sextuplicara seu valor. Da mesma forma, decretou a livre mobilidade de capitais de todo tipo, altas taxas de juros, eliminou ou reduziu os direitos de exportação que gravavam os produtos agrários, minerais e petrolíferos.

Macri endividou novamente o país, em princípio para cancelar o crédito devedor aos fundos abutres. Acreditou que dessa forma os capitais chegariam ao país na forma de investimentos, reativando a economia doméstica. Sem embargo, o capital que chegou foi orientado para inversões especulativas de curto prazo, favorecendo a fuga ou cobrindo o déficit orçamentário. O setor credor privilegiado, novo e poderoso ator demandante de recursos, obteve parte importante da receita dos orçamentos junto às aposentadorias.

Com as políticas do governo Macri, beneficiaram-se também, além do setor financeiro, o energético e o agrícola, com tarifas ou preços dolarizados. Seu gabinete era integrado por CEOs de firmas de capital nativo e estran-

³⁶⁰ O novo presidente argentino, Mauricio Macri (2015-2019) prometera concluir seu mandato com zero pobreza e eliminar o processo inflacionário que castigava o país, em apenas 24 horas.

geiro, assim como por banqueiros e consultores financeiros³⁶¹. Liberalizou os preços dos produtos da cesta básica, pois alguns dos principais produtos exportáveis do país, como os agroalimentares, formam parte da mesa dos argentinos. Ademais, aumentou as tarifas dos serviços de luz, gás e água, atualizando-os ao valor do dólar, enquanto os salários no geral eram os de um país da periferia do mundo.

O governo Macri agravou a restrição externa porque revogou a normativa que exigia liquidar divisas em 30 dias e, ante a piora da situação econômica, os exportadores deixaram de fazê-lo. As altas taxas de juros pagas pelos títulos e letras emitidos pelo Banco Central eram contratadas pelos bancos locais e estrangeiros que operavam no país. Quando se agravou a situação econômica, o Banco Central, com o propósito de desestimular essas atividades especulativas, diminuiu a taxa de juros e os bancos venderam seus títulos e compraram dólares. Nesse contexto, o governo Macri recorreu ao FMI, que concordou em ceder US\$ 57 bilhões de dólares, porém, só chegou a repassar quase US\$ 45 bilhões de dólares.

Quando se concluiu o mandato da *Alianza Juntos por El Cambio* (2019), o PIB era inferior ao de 2015. A abertura da economia aumentara uns 10 pontos, a dívida do governo central em 2015 abrangia 52% do PIB (14% externa, 38% interna), enquanto em 2019 representava 88% do PIB (42% externa e 46% interna)³⁶². Nesta etapa ocorreu deterioração no mercado de trabalho e nas condições de vida da população. A pobreza alcançou 27,2% e a taxa de desemprego foi de quase 10% da PEA³⁶³. Os mais ricos eram em 2019 a família Rocca (siderurgia); a família Bulgheroni (hidrocarbonetos); Pérez Companc e Pagani, agro alimentos; Roemmers e Sigman, laboratórios farmacêuticos; Marcos Galperín fundador e CEO de Mercado Livre etc.

O mundo, ontem e hoje

Numa escala interestatal, nessas últimas três décadas ocorreram a Queda do Muro de Berlim, a reunificação alemã e a dissolução da URSS, que mudaram o mundo. Produziram-se transformações tecnológicas profundas e em diferentes âmbitos, mudanças na maioria das indústrias da

³⁶¹ Como exemplo, o ministro de Energia do governo Macri, eng. Juan José Aranguren, tinha sido presidente da multinacional Shell Argentina (2003-2015).

³⁶² A situação argentina era mais complicada do que a do Brasil, que sofre alto endividamento, mas em moeda nacional (SOSA; DIRIÉ, 2018, p. 286).

³⁶³ SOSA; DIRIÉ, 2018, p. 286-289.

comunicação e em algumas indústrias produtivas. Incrementaram-se os processos de realocação econômica e algumas empresas latino-americanas cotizaram suas ações na Bolsa de Nova York.

As três etapas temporais do período de 30 anos compreendem:

1. A globalização unipolar (1991-2001), desde que os Estados Unidos se declararam vencedores da Guerra Fria até quando se produziu o atentado às Torres Gêmeas e foi proclamada a guerra contra o terror, assim como o ingresso da República Popular da China na OMC.

A década de 1990 foi a do unipolarismo estadunidense³⁶⁴ e a da primazia do Consenso de Washington, da OMC, dos Tratados Bilaterais de Investimento e dos Tratados de Livre Comércio. A globalização econômico-comercial regulada pela OMC excluiu bens agrários e agroindustriais, alguns serviços e a mão de obra. Sob sua orientação, adotaram-se regras para patentes e direitos autorais que os governos dos países em vias de desenvolvimento deviam cumprir. A abertura comercial estava concentrada nos mercados de bens manufaturados, em que se radicavam as vantagens dos EEUU, Europa e Japão.

O sistema de mercado global também registrou importantes mudanças. Os fundos de investimento administrados por sociedades ou agentes da bolsa desempenham um papel destacado na economia mundial, administrando patrimônios constituídos pelas contribuições de pessoas físicas e jurídicas. De acordo com a revista *Fortune* (1990), no âmbito do mercado global, as 10 corporações mais importantes por seu faturamento eram as dos Estados Unidos. Três delas do setor automotivo e algumas outras petrolíferas. A lista de pessoas mais ricas (Forbes) era liderada por japoneses.

2. A segunda fase se iniciou quando se vislumbrava um desafio ao poder dos Estados Unidos por parte da China. Ela se estende de 2002 até a crise financeira e bursátil de 2008-2009, que se propagou de Nova York a outros lugares do mundo. Nessa época a China penetrou comercialmente na América Latina, financiando obras de infraestrutura. Não exigiu condicionalidades como os Estados Unidos ou o FMI.
3. A terceira fase começou com a crise de 2008-2009 e perdura até os dias atuais. Nessa coexistem blocos estatais-empresariais

³⁶⁴ Em uma perspectiva interestatal, após o colapso da URSS, os Estados Unidos eram a única potência hegemônica em escala mundial.

articulados, e cada um procura acelerar seu próprio processo de acumulação de capital e de expansão territorial (EUA e China). Em 2015 a Rússia participou pela primeira vez de um conflito armado desde o fim da Guerra Fria: na guerra civil síria, fora do território da antiga ex-URSS.

Com relação à América do Sul, o governo chinês aplicou um pragmatismo confuciano. Negociou com os Kirchner e com Macri, com Lula-Dilma e com Temer-Bolsonaro. Também propôs a Rota da Seda Digital. É um importante sócio comercial da Argentina e do Brasil.

Estados Unidos seguem sem oferecer cooperação para a América Latina. Por sua vez, o presidente de México, Andrés M. López Obrador, considera que o crescente conflito entre as duas superpotências econômicas na América Latina prejudicará ainda mais os países da região, que serão suas vítimas e não suas beneficiárias. Por isso López Obrador propõe ao governo e à elite dos Estados Unidos que concordem em cooperar com a América Latina, organizando em conjunto um plano de crescimento inclusivo. Assim EUA conservará influência na sua *hinterland* e evitará que a China controle a região.

Como indícios das mudanças ocorridas no plano da economia de mercado global, adverte-se que, em 2019, as 10 corporações mais importantes do mundo, em faturamento, já não são todas estadunidenses, como no começo da década de 1990. Quatro delas eram firmas paraestatais energéticas, três chinesas e uma da Arábia Saudita, enquanto que as duas empresas do setor automotivo entre as dez primeiras eram uma alemã e outra japonesa. Sem embargo, o *ranking* das pessoas físicas mais ricas (FORBES, 2019) estava ocupado predominantemente por CEOs de corporações tecnológicas estadunidenses.

Também cabe destacar, no cenário mundial, a crescente presença de fundos de investimento. Cada um dos mais conspícuos investe nos demais, em entidades financeiras e tecnológicas, em fábricas de armamentos e em grupos midiáticos, assim como em títulos de dívida emitidos por agências estatais de diversos países do mundo.

Considerações finais

Enquanto em 1990 os Estados Unidos eram a única superpotência mundial, em 2019 a China e, em menor medida, a Rússia, desafiam sua

hegemonia. Em 2019 as corporações estadunidenses já não têm o mesmo predomínio que ostentavam no início dos anos 90, apesar de que agora seus empresários ocupam os primeiros *rankings* de pessoas mais ricas da *Forbes*, particularmente nos setores tecnológicos.

Os principais fundos de inversão financeirizaram a economia mundial quando diversificaram suas atividades, cada um deles comprando ações dos demais e fundamentalmente em empresas tecnológicas, bancárias, militares, de comunicação, de seguridade etc. Os EUA mantiveram um controle sobre a região latino-americana nos anos 90, porém, no fim dessa década, quando ocorreu a Primeira Cúpula presidencial sul-americana em Brasília, e até a primeira década do século seguinte, tanto o Mercosul político como a Unasul desempenharam um papel arbitral que rivalizou e, em certa medida, deslocou a OEA e o Departamento de Estado da União Americana nestas funções.

Já na segunda década do século XXI, os Estados Unidos conseguiram gradualmente debilitar a Unasul e reinstalar a OEA no seu papel tradicional. Sem embargo, o avanço comercial e financeiro chinês continuou apesar das mudanças políticas registradas na América Latina.

Argentina e Brasil agora possuem ricos que se ocupam de atividades financeiras e tecnológicas. Os ricos do Brasil são Lehman, Safra, Moreira Salles etc. Na Argentina a pessoa mais rica é o CEO de Mercado Pago, Marcelo Galperín, uma empresa tecnológica cuja cotação na bolsa é superior à de *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (empresa petrolífera semiestatal argentina). Anteriormente, o governo argentino era conduzido pelo bloco ligado ao mercado interno e conformado pela “burguesia de Estado”, acompanhado principalmente por sindicatos. Na Argentina, as Forças Armadas foram enfraquecidas de maneira política e orçamentária, após sua práxis terrorista estatal aplicada entre 1976-1983. Os sindicatos estão adaptados à globalização. Os mais importantes funcionam como empresas, administram sanatórios, hotéis, centros recreativos, canais de TV, rádios, editoras, centros culturais etc., estão dentro do sistema. Os que estão fora desse são os “enraizados” do polaco-britânico Zygmunt Bauman, os “descartáveis” do Papa Francisco (40% da população argentina é pobre em 2021).

As elites de Argentina e Brasil parecem dispostas a conformar um mercado expandido, mas para propiciar uma maior abertura econômica. Por exemplo, não pedem que países da União Europeia invertam em produtos ou serviços verdes nos países-membros do Mercosul. Não negociam em

conjunto com as empresas transnacionais (setor automotivo) implantadas nos mercados dos países para fabricar um carro elétrico ou menos poluente. A infraestrutura digital e física mais importante projetada na América do Sul é feita por empresas chinesas, financiadas pelo governo chinês, e seguramente será a mais conveniente para seus interesses e não necessariamente para as populações de nossos países.

A Argentina piorou sua situação econômica e social nesse período de três décadas. Desde o ano de 2012, seu PIB permaneceu praticamente estagnado, sua situação social piora e seu endividamento é alto e majoritariamente em moeda estrangeira. Isso a distingue do Brasil, que, apesar da alta porcentagem de sua dívida em relação ao PIB, endividou-se em reais. Parafraseando Piketty, podemos dizer que, quando a Argentina desvaloriza sua moeda, deve mais, porém quando o Brasil desvaloriza deve menos porque liquefaz sua dívida.

Argentina tem um grave problema na restrição externa. Suas divisas são supridas, desde seu nascimento como país politicamente independente, pelo setor agrário. Atualmente os setores reais ou potenciais fornecedores de divisas são o complexo soja, a formação geológica de Vaca Muerta que contém hidrocarbonetos não convencionais e o lítio do noroeste do país. Todos eles recebem críticas pelo dano ambiental que provocam.

Por outro lado, a elite argentina também não tenta articular com o Brasil algum tipo de política conjunta em matéria agrícola ou agroindustrial, como, por exemplo, a fabricação de maquinaria agrícola ou a comercialização de certos produtos exportáveis similares. Aqui cabe perguntarmos: como modificar de modo criativo e proveitoso o impasse da relação Argentina-Brasil? Qual o “sujeito social” promotor de iniciativas que contribuam para propiciar um crescimento econômico sustentável e inclusivo em ambos os países?

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *La globalización: consecuencias humanas*. Tradução de D. Zadunaisky. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

CEPALSTAT. Bases de datos y publicaciones estadísticas. *Argentina: perfil nacional económico: índice de comercio de bienes (2010=100)*. Santiago de Chile: CEPAL, 2020. Disponível em: https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Economico.html?pais=ARG&idioma=spanish. Acesso em: out. 2020.

ESCUDE, Carlos. Realismo periférico: fundamentos para la nueva política exterior argentina. Buenos Aires: Planeta, 1992.

FORBES ARGENTINA. Ranking Forbes: los 50 más ricos de Argentina. *Forbes Argentina*, [s. l.], 14 jun. 2019. Disponible em: <https://www.forbesargentina.com/rankings/ranking-forbes-2019-50-mas-ricos-argentina-n1417>. Acceso em: out. 2020.

FORTUNE. Fortune Global 500. *Fortune*, Ciudad de México, 1990. Disponible em: https://archive.fortune.com/magazines/fortune/fortune500_archive/full/1990/. Acceso em: out. 2020.

SOSA, Alberto Justo; DIRIÉ, Cristina. *Argentina y Brasil: industrialización, contexto internacional y relaciones bilaterales (1940-2010)*. Buenos Aires: Amersur, 2018. Disponible em: <https://amersur.org/wp-content/uploads/2022/07/Argentina-y-Brasil.-Industrializacio%CC%81n-contexto-internacional-y-relaciones-bilaterales-1940-2010-Libro-completo-AmerSur.pdf>. Acceso em: jul. 2022.

SOSA, Alberto Justo; DIRIÉ, Cristina. *Argentina, Brasil y México: ¿Extraviados en la globalización neoliberal? (1990-2019)*. Buenos Aires: Amersur, 2022. Disponible em: <https://amersur.org/wp-content/uploads/2022/07/Sosa-Dirie%CC%81-Arentina-Brasil-y-Me%CC%81xico-7-jun22.pdf>. Acceso em: jul. 2022.

DESINTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DO MERCOSUL À UNASUL E A ERA BOLSONARO

Regina Maria A. F. Gadelha

Os quatro anos do governo Bolsonaro podem ser caracterizados não só pelo negacionismo retrógrado, mas sobretudo pelo sistemático desmonte institucional do Estado brasileiro ocorrido em meio a uma das mais graves pandemias da história da humanidade, com número extraordinário de mortos e vidas roubadas de mais de 670 mil brasileiros.

Tratar o tema da integração nos leva a recordar os ensinamentos de eminente historiador uruguaio-francês, Gustavo Beyhaut. Em seminário realizado na PUC-SP (1996), alerta: “Na diversidade latino-americana têm sido frequentes os erros [de burocratas] em querer imitar os modelos europeus e norte-americanos”³⁶⁵. Também Celso Furtado sempre nos chamou atenção aos perigos de se imitar e seguir em matéria de políticas de governo modelos externos, seja de ordem econômica ou política, porque ambos não correspondem às realidades das formações estruturais de nossos países nem às nossas necessidades econômicas ou sociais³⁶⁶.

Essa é uma questão importante de alerta feito ao longo dos tempos por importantes intelectuais latino-americanos e que adquire relevo, sobretudo em momentos de conjuntura econômica negativa (recessão mundial/depressão no Brasil) que quebrou, desde 2008, de maneira paradigmática e desigual as várias economias do planeta. O fato é que, em momentos de crise, a incerteza de novos rearranjos geopolíticos e geoeconômicos começa a se desenhar ao lado da escalada de governantes autoritários de ultradireita. O mundo está mudando. A questão é: para onde irão os governos de nosso continente.

³⁶⁵ BEYAUT, Gustavo. Reflexões para uma integração latino-americana. In: GADELHA, Regina Maria A. Fonseca (org.). *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 167-8.

³⁶⁶ FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962; reeditado em: FURTADO, Celso. *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin/Cia. das Letras, 2013. p. 494-ss.; FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Nesse sentido, o sociólogo peruano Aníbal Quijano, conhecedor profundo da história, ciente da atração irresistível de nossas oligarquias para com os países centrais, desenvolve, em precisa construção teórica, o importante conceito interpretativo que explica a dependência estrutural e os recuos ao conservadorismo político de nossos dias, impedindo trilhar de forma sustentável os caminhos para o desenvolvimento — trata-se do conceito de “Colonialidade de Poder”, explicativo da atuação de nossas oligarquias desde o período colonial, associadas a grupos imperialistas que dominam os aparelhos nacionais de poder nos Estados sul-americanos³⁶⁷. O conceito, elaborado por Quijano, auxilia a compreender a importância do modelo *centro-periferia* de Raúl Prebisch e sua interpretação sobre a *deterioração das trocas desiguais* e demonstra como as características do sistema internacional determinam o comportamento e duração de ciclos viciosos (Gunnar Myrdal) nos países da região³⁶⁸.

Conforme também demonstrado por Raúl Bernal Meza, o economista argentino Raúl Prebisch, à frente da Cepal, objetivando bons resultados nas políticas de substituição de importações, em particular na Argentina, Brasil, Chile e Colômbia, lançou as bases para a integração vertical de um mercado latino-americano, rompendo a dependência com o ideário norte-americano — a América para os americanos — e se aproximando do ideário independentista bolivariano. Dessa maneira, colocaria em ação um ambicioso projeto de Mercado Comum de Integração Comercial, com a criação da Alalc (1960)³⁶⁹.

A Alalc constituiu um bloco inicial reunindo Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e México. E, apesar do golpe militar de 1964 no Brasil, aderiram ao acordo Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. Em 1980 a Alalc transformou-se em Aladi – Associação Latino-americana de Desenvolvimento e Intercâmbio, aceitando Cuba como país-membro em 1999. Porém, em tanto que mercado comum latino-americano, constituído sob governos autoritários e ditaduras militares, a Aladi funcionou mal³⁷⁰, servindo de ponte de negócios em benefício de multinacionais e oligopólios estrangeiros, que souberam aproveitar as oportunidades fundamentais

³⁶⁷ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 777-832.

³⁶⁸ BERNAL MEZA, Raúl. *América Latina en el mundo*. Buenos Aires: Nuevo Hacer, 2005.

³⁶⁹ PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura/CEPAL, 1963. p. 121-126; BEYHAUT, 1997, p. 168-171.

³⁷⁰ BEYHAUT, 1997, p. 169.

abertas pelos governos. Ainda nos anos sessenta, e diante do fracasso inicial do vasto mercado latino-americano idealizado na Alalc, surge a ideia de mercados menores, organizados por região, como os países andinos, por exemplo, o Pacto Andino (1969), e os países da América Central e Caribe, o CARIFTA (1965).

A política ativa e ativa do Itamaraty

O Mercosul nasceu dessa mesma ótica, visando à ampliação do mercado recíproco entre Argentina e Brasil, respectivamente assinado por acordo bilateral dos governos Raúl Alfonsín e José Sarney, firmado na *Declaração de Iguazu* (30/11/1985).

Sem embargo, a partir dos anos oitenta, com o fim das ditaduras na América do Sul, o continente se beneficiaria do processo de redemocratização e fim do mundo bipolar. Seguindo os traços da formação de novos blocos econômicos e políticos, e a liberalização dos mercados mundiais (Rodadas do Uruguai e transformações da Organização Mundial de Comércio), exemplificada nos êxitos da Comunidade Econômica Europeia (1958) e sua transformação em União Europeia, após a queda do mundo de Berlim e fim da União Soviética, a união aduaneira do Mercosul seria base para um exitoso mercado comum regional composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Tratado de Assunção, 31/12/1991). Desde 1998 o bloco Mercosul se amplia, recebendo como países associados Bolívia e Chile, seguidos de Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname. A República Bolivariana de Venezuela se torna país-membro em 2004³⁷¹, embora tenha sido suspensa do bloco desde 2017, por decisão unânime da nova cúpula dirigente conservadora dos quatro países-membros do Mercosul. O pretexto seria a quebra do pacto democrático contido no artigo 5º do Protocolo de Ushuaia (1998), que firma compromisso de democracia para os membros do Mercosul³⁷².

Para além dos êxitos do Mercosul, as políticas externas do Brasil, ao longo dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2011)

³⁷¹ GADELHA, Regina Maria A. F. Mercosul e Alba: caminhos da integração da América Latina. In GADELHA, Regina Maria A. F. (org.). *Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2013. p. 402-404.

³⁷² CÂMERA DOS DEPUTADOS. MERCOSUL. Protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático no Mercosul, Bolívia e Chile. Cidade de Ushuaia-AR: 24/07/1998. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/documento/protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico-no-mercosul-bolivia-e-chile/>. Acesso em: dez. 2021.

e Dilma Rousseff (2011-2014 e 2014 até o golpe do *impeachment* em 2016), foram marcadas por independência e marco da mais exitosa integração multilateral levada adiante pelo Estado brasileiro. Deve-se essa política ao chanceler Celso Amorim, para quem a política externa a ser desenvolvida pelo Brasil deveria ser “ativa e ativa”. Esse conceito, por ele elaborado e incorporado à política externa pelo Itamaraty, iria de encontro ao *desiderato* do então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tendo sido por ele incorporado como política de Estado ao longo dos dois sucessivos mandatos em que governou o país e de sua sucessora, Dilma Rousseff.³⁷³ Política inovadora em muitos aspectos, no que diz respeito à inserção do país, até então voltado para o Atlântico, de intermediar de maneira ativa (e ativa) formas de integração conduzidas pelo Itamaraty, em direção a uma economia intermediária mais independente, com caminhos alternativos para a execução de novo planejamento regional e estatal brasileiro nas negociações globais³⁷⁴.

Essas iniciativas foram aprofundadas com a implementação de vasto programa de integração logística, conhecido como IIRSA (2004)³⁷⁵, extenso projeto empresarial capitalista liderado pelo governo brasileiro e financiado pelo BNDES em sua maior parte. O IIRSA envolve grandes obras de infraestrutura regional, abrindo caminhos e facilitando a integração logística abrangente dos países, pela abertura de eixos estratégicos que atravessam e unem os países andinos ao Brasil e Cone Sul, ligando o Brasil do Atlântico ao Chile do Pacífico, e da Amazônia à Patagônia. O projeto marca o final do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e foi elaborado em conjunto com organismos internacionais, o BIRD, capitaneado pelo uruguaio Enrique Iglezias e o Banco Mundial. Entre 2003 e 2010, nos dois mandatos do governo Lula, a política externa brasileira, tendo à frente o chanceler Celso Amorim, não se restringiu à América do Sul, mas elevou a ascensão do país a nível global no concerto das nações.

³⁷³ Essa política externa independente ressurgiu hoje nas ações e discursos de Lula, vencedor do pleito presidencial em outubro 2022, que derrotou o candidato à reeleição presidencial, Jair Messias Bolsonaro, que pleiteava um segundo mandato. A posse de Lula em 1º de janeiro de 2023 abre a expectativa de nova inflexão de independência e soberania na política externa brasileira, de volta ao cenário mundial.

³⁷⁴ Celso Amorim comandou o Itamaraty e foi ministro de Relações Exteriores ao longo dos mandatos de três presidentes da república: Itamar Franco, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Após o *impeachment* da presidenta Dilma e a prisão de Lula, em Curitiba, denunciou o golpe e permaneceu ao lado do ex-presidente, tendo sido um dos principais articuladores para sua liberdade e retorno político.

³⁷⁵ GADELHA, Regina Maria A. F. Política desenvolvimentista e retrocesso estrutural: origens do atraso. In: LACERDA, Antônio Corrêa de (org.). *Reindustrialização: para o desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Contracorrente, 2022. p. 125-127.

É sintomático que o acesso ao texto original do Tratado da Unasul encontra-se hoje indisponibilizado por internet. No entanto, já temos clareza sobre as articulações que conduziram ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, no início de seu 2º mandato, e as consequências internas e externas desse ato, que conduziu ao poder o bloco congressista conservador liderado pelo vice-presidente da república Michel Temer, velho político do PMDB, ao alto cargo de Presidente da República.

Sem dúvida, os efeitos da crise mundial ao trazer novos avanços aos processos de financeirização, atingiram fortemente as economias sul-americanas e provocaram reações políticas que explicam a brusca virada à direita nas políticas dos países. No Brasil, o processo conhecido por lava jato, articulado desde Washington em nome do fim da “imoralidade” e “fim da corrupção”, inicia o término da liderança do PT – Partido dos Trabalhadores, no poder desde 2003, acossado no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. A Operação Lava Jato propiciou a nova articulação das forças conservadoras em direção ao poder. Portanto, não é de admirar o abandono do multilateralismo regional continental para destruir, em curto espaço de tempo, décadas de profícuas relações com os países vizinhos. Tal ruptura chegou ao ponto de hoje o Mercosul encontrar-se combalido, com cada um dos países-membros atuando de maneira bilateral em busca de sobrevivência econômica. No Brasil, o negacionismo autoritário do governo Bolsonaro exerce um papel nefasto de governante fantoche, ponta de lança do neoconservadorismo “trompista”.

O desmonte das políticas de Estado

A ruptura brusca de direção da política externa brasileira não começa em 2019. O início do mandato de Michel Temer, presidente interino desde maio de 2016, início do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, afastada de forma definitiva em 31 de agosto de 2016, marca o começo do desmanche da política ativa nacional brasileira. Embora presidente interino, Michel Temer passa à história como o primeiro presidente a romper a tradição diplomática do Brasil e nomear como chanceler um político — o senador José Serra (PSDB-SP) — para cargo que até então tinha como prerrogativa a escolha de conceituados embaixadores da carreira diplomática do Itamaraty.

Fapesp, 2013. p. 69-118; GADELHA, Regina Maria A. F. Mercosul e Alba: caminhos da integração da América Latina. In: GADELHA, Regina Maria A. F. (org.). *Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração*. São Paulo: EDUC/Fapesp, 2013. p. 395-418.

Nomeado, José Serra assumiu o posto ocupado pelo embaixador Mauro Vieira antes mesmo da decisão final do *impeachment*, permanecendo no cargo por 17 meses caracterizando uma “passagem atrabiliária, confusa e irrelevante pelo Itamaraty”, no dizer da revista *Carta Capital*, de 22/02/2017, ao noticiar sua renúncia em meio a acusações de suspeitas de corrupção. Para seu posto Temer nomeou outro articulador político, também do PSDB, Aloysio Nunes, ex-vice-governador de São Paulo³⁸⁰.

José Serra, Chanceler de Relações Exteriores do Brasil, marca assim o início do desmonte das políticas de Estado até então desenvolvidas pelo governo brasileiro. Em seu discurso de posse, esse político economista estabelece 10 diretrizes, lançando descrédito à eficácia das negociações multilaterais, inclusive no âmbito da OMC, até então conduzidas pelo Itamaraty. Exemplo paradoxal do desmonte é a 7ª diretriz, que se refere às relações com o Mercosul, aproximando o governo brasileiro dos posicionamentos de Mauricio Macri, recém-eleito presidente da Argentina. Trata-se de uma crítica à necessidade de renovação da política econômica do bloco em direção à evolução do livre comércio. A 8ª diretriz esclarece melhor essa visão economicista de que o Brasil necessita participar mais das “cadeias globais de valor” do comércio mundial e abandonar a união aduaneira do Mercosul, que obriga os estados-parte a negociarem em conjunto os acordos extrabloco. De acordo com a nova diretriz, o Brasil necessitava ampliar oportunidades para investir em um “regionalismo aberto”, aproximando-se de parceiros internacionais como a União Europeia e os Estados Unidos. Assim, o Mercosul se abria a novas diretrizes de livre comércio, reduzindo a influência das instituições supranacionais do bloco, como o Parlasul, e deixando de lado propostas como o livre trânsito de trabalhadores³⁸¹.

Sem embargo, são conhecidas as dificuldades de negociações internacionais quando isoladas, sobretudo dos países menores que necessitam cooperar entre si, à mercê dos fluxos de capitais especulativos (capitais abutres) de curto prazo. Em resposta ao discurso de Serra, o sociólogo e conselheiro da bancada petista, Marcelo Zero, demonstrou em artigo, na

³⁸⁰ CARTA CAPITAL. José Serra, o mais obscuro chanceler. *Carta Capital*, São Paulo, 22 fev. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/jose-serra-o-mais-obscur-o-chanceler/>. Acesso em: 23 fev. 2017.

³⁸¹ ZERO, Marcelo. Breve análise das diretrizes de José Serra para a política externa. *Brasil 247*, [s. l.], 20 maio 2016. Atualizado em 02/7/2018. 9 p. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/breve-analise-das-diretrizes-de-jose-serra-para-a-politica-externa>. Acesso em: out. 2021. Para a influência do Parlasul, vide VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo. O Mercosul e seu parlamento: uma análise sobre a evolução do projeto de integração. In: GADELHA, Regina Maria A. F. (org.). *Mercosul e Unasul: avanços do processo de integração*. São Paulo: EDUC/Fapesp, 2013. p. 197-233.

ocasião, que o crescimento das exportações brasileiras para o Mercosul havia ampliado entre 2002 e 2013, passando de US\$ 4,1 bilhões (2002) para US\$ 32,4 bilhões (2013), após a inclusão da Venezuela. Valor esse somente menor do que o das exportações de *commodities* com os BRICS, por China e Índia em especial. No período considerado o Mercosul dera salto positivo de mais de US\$ 90 bilhões de dólares, e a Aladi (compreendendo o Mercosul) apresentava um saldo de mais de US\$ 137,2 bilhões de dólares³⁸².

Quanto aos BRICS, a 9ª diretriz indicada por Serra menciona China e Índia omitindo Rússia e África do Sul. De mesmo, reduz a ênfase geopolítica do grupo em relação à África, continente onde o Itamaraty abriu 44 novas representações, ampliando as exportações brasileiras de US\$ 736 milhões de dólares em 2004, para US\$ 1,6 bilhão de dólares em 2014, sobretudo junto aos países do UEMOA – União Econômica e Monetária do Oeste Africano de língua portuguesa³⁸³.

O sucessor de José Serra, Aloysio Nunes, aprofundaria o caminho da abertura de mercado no sentido oposto ao que Fernando Collor, ao ascender à Presidência da República, preconizara no discurso da histórica cerimônia de criação do bloco Mercosul: “Começamos a escrever nossa própria modernidade”.

15.3 A destruição institucional da política

O governo de Michel Temer representa a virada da política ativa, ativa e independente do Brasil, como se depreende do discurso de despedida de Aloysio Nunes ao transmitir o cargo ao então novo chanceler de Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo. No entanto, sem dúvida Aloysio Nunes se surpreendeu ao ouvir a discursiva de seu ex-assessor, perfeito paradigma da ideologia do recém-empossado presidente da república, sr. Jair Messias Bolsonaro.

O fio condutor ideológico da nova política empreendida por Ernesto Araújo remonta ao retorno desde os anos de chumbo das ditaduras militares do Brasil a Pinochet, passando pela Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, com pregação e ameaças de extermínio em massa de opositores do regime a fim de “purificar o mundo dos esquerdistas”, isto é, todo o resto; retorno às

³⁸² ZERO, 2016, p. 5-6.

³⁸³ Ver a dissertação de mestrado em Economia Política, dirigida por mim, de DIAS, Rafael João. *Processo de integração da união econômica e monetária do oeste africano – UEMOA: vantagens da adesão da Guiné-Bissau*. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – PEPGEP, PUC-SP, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19028>. Acesso em: out. 2021.

ideias inquisitórias em nome do combate a um terrorismo difuso, com especificidades locais, tais como o anticatolicismo aberto pela ascensão de seitas pentecostais e a eleição de representantes políticos de centro-direita ligados aos conhecidos interesses de lobistas — o chamado BBB: Boi, Bala e Bíblia.

Surge, assim, a imagem reinventada de um novo homem político, sem ideologia e a serviço do empresário (valor difuso que gera emprego, mas sem salário ou renda). Como escreveu Rodrigo Leão, diretor técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (Ineep), em artigo sobre a ascensão do bolsonarismo: “Para essa nova força, os partidos são apenas mera formalidade para a disputa política, sua ferramenta de representação está na massificação das redes sociais”³⁸⁴. O autor chama atenção para os seguintes aspectos do bolsonarismo: (i) o discurso de ódio contra tudo que está associado à velha política; (ii) a associação do caos político, social e econômico à ruptura de determinados padrões culturais; (iii) a construção de uma nova base social, bastante fragmentada e recheada de contradições; (iv) a estrutura econômica e financeira que sustenta a formação de Bolsonaro — saem de cena os grandes aglomerados financeiros e os grupos empresariais industriais, antigos financiadores de campanha das velhas direita e esquerda, e entram no lugar os grandes grupos de varejo nacional e o novo empresariado evangélico.

Quanto à palavra “terrorismo”, essa engloba milícias, narcotráfico, guerrilheiros, fundamentalistas e outros, todos misturados de maneira difusa junto à exaltação da violência (o homem comum armado) para justificar gastos bélicos e armamentos do Estado contra a coletividade.

O mundo, com a pandemia da COVID-19, assistiria ao aprofundamento da crise estrutural mundial, com nova reconfiguração política e novo rearranjo econômico de impactos ainda não definidos sobre a geopolítica e a geoeconomia planetárias, ameaçadas pela nova guerra da Rússia contra a soberania da Ucrânia. A crise de 2008 afetara de forma definitiva a realidade, provocando novo período de recessão com lenta transição que atingiu o processo em curso da globalização e ressurgimento das profundas desigualdades entre os países centrais e a periferia do sistema, mas também os próprios países e continentes³⁸⁵. Processo que afeta não somente as tecnologias como descarta as relações de trabalho.

³⁸⁴ LEÃO, Rodrigo. A ascensão do bolsonarismo e os rumos do campo progressista. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [s. l.], 9 out. 2018. 11 p. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/ascensao-do-bolsonarismo-e-os-rumos-do-campo-progressista/>. Acesso em: out. 2021.

³⁸⁵ DOWBOR, Ladislau. *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. São Paulo: Edições SESC, 2020.

A repercussão desse processo acirra a concorrência, polariza países e continentes, com a China despertando na disputa à concorrência de maneira hegemônica, estabelecendo novas prioridades geopolíticas e geoeconômicas, sobrepondo-se à hegemonia norte-americana para além do sudeste asiático em terrenos como a América Latina. Faz parte desse processo o restabelecimento da antiga e nova rota da seda, desenvolvido progressivamente pelo governo de Ji Xiaoping, e a ascensão de nova hegemonia, com o deslocamento progressivo dos Estados Unidos para a China. Evidentemente essas questões não estão ainda fechadas nem dadas de maneira clara no nível de encontros de cúpula e dos discursos das lideranças. Portanto, as questões mundiais se mostram em aberto, sendo ainda difícil assinalar a presença de uma nova Guerra Fria 2.0. Por outro lado, o mundo está a assistir novos embates de rearranjo imperialista neocolonial, com a presença aberta de países como França, em apoio a golpes que derrubam governos na África subsaariana, a exemplo do Mali, Burundi e, recentemente, Guiné e Sudão. Esses rearranjos afetam a continuidade de desenvolvimento democrático de blocos como a UEMOA, que reúne os países da região subsaariana ocidental até o Sudão³⁸⁶, ou disputas de retomada hegemônica que envolve zonas periféricas de pequenos países, pontas de lança no jogo estratégico de controle, a exemplo do recente episódio de Taiwan comprimido entre China e Estados Unidos³⁸⁷.

Hoje as relações internacionais exigem novas interpretações policêntricas de mundo, inter-relacionadas de forma mais ampla, já que o multilateralismo não pode mais ser simplesmente abandonado. Nesse sentido, considero difícil justificar visões equivocadas de pragmatismo ou realismo periférico e subordinado, justificadas como as difusas teorias defendidas por Carlos Escudé³⁸⁸. Porém, essas visões ressurgem em questões pontuais da teoria da dominação imperialista como estrutura conceitual de análise, o que mais atrapalha do que ajuda. Sobretudo em momentos de crise e depressão, como a atual, questões de subserviência ou obediência geopolítica voltam a ser divulgadas segundo a realidade dos limites políticos mais ou menos democráticos de cada país, cujas elites se comportam de acordo com os interesses decisivos de novas colonialidades de poder.

³⁸⁶ *Idem.*

³⁸⁷ MUSSE, Ricardo (org.). *China contemporânea: seis interpretações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

³⁸⁸ ESCUDÉ, Carlos. *Realismo periférico: fundamentos para la nueva política exterior argentina*. Buenos Aires: Planeta, 1992. A crítica bem fundamentada do pensamento de Carlos Escudé, em CERVO, Amado. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 43, n. 2, p. 5-27; BERNAL MEZA, 2005, p. 218-220.

Sem embargo, as políticas estratégicas do governo Lula não foram concretizadas no campo da ação concreta do governo Dilma, com visão estreita de política de governo desligada da perspectiva estadista de política de Estado. Nesse sentido, é necessário não confundir Política/Ideologia, Esquerda/Direita, nem polarizações à maneira Rússia/China/Estados Unidos, porque hoje somos instados a pensar estrategicamente Relações Internacionais como política de Estado articulada aos interesses maiores de cada país. Refiro-me aqui aos setores empresariais, como componentes da política, com *lobbies* bem representados junto aos aparelhos institucionais dos chamados Estados democráticos nacionais. O problema é quando homens medíocres assuntam ao poder e se pensam donos da política, a exemplo de Jair Bolsonaro e outros mais espalhados em escala planetária.

Para este texto, no entanto, é sintomático o posicionamento do novo Itamaraty, esvaziado sob o governo Bolsonaro, em face ao esvaziamento das políticas do Mercosul e desaparecimento da Unasul e apoios à tentativa de sua substituição pelo *Pro Sul* ou *Foro para o Progresso da América do Sul*, protagonizado pelo Chile (Sebastián Piñera) e Colômbia (Iván Duque), negociado durante a reunião de cúpula de Santiago de Chile, em 22/03/2019³⁸⁹. Configura-se esse ato um dos primeiros assinados por Bolsonaro em companhia do chanceler Ernesto Araújo. A assinatura da “Declaração Presidencial sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração na América do Sul”, ou simplesmente “Declaração de Santiago”, não foi unânime e contém apenas as assinaturas dos presidentes da Argentina (Mauricio Macri), Brasil (Jair Bolsonaro), Chile (Sebastián Piñera), Colômbia (Iván Duque), Equador (Lenín Moreno), Guiana (embaixador George Talbot), Paraguai (Mario Abdo Benítez) e Peru (Martín Vizcarra), todos representantes de partidos de direita que haviam saído vitoriosos nas urnas. Não assinaram a Declaração, embora estivessem presentes, os representantes da Bolívia (vice-chanceler Carmen Almendra), Uruguai (vice-chanceler Ariel Bergamino) e Suriname (embaixador em Cuba Edgar Armaketo).

A Venezuela encontrou-se ausente ao Encontro, pois não fora convidada nem admitida para aquela reunião, a pretexto de ter sido punida desde 2017 e suspensa do Mercosul, sob a justificativa de “não ser uma democracia”. Sem embargo, em entrevista concedida à revista eletrônica *Sputnik Brasil*, o vice-chanceler do Uruguai justificou a não assinatura da Declaração por não ver o *Pro Sul* como solução para os problemas da região.

³⁸⁹ Em outro contexto, é útil a releitura do pequeno livro de Vamireh Chacon. *Globalização e Estados transnacionais*. Brasília, DF: Cadernos da Política Comparada/Arko AdviceEditorial, [1999], a respeito das parcerias cambiantes do Estado transnacional brasileiro, em especial p. 52-ss.

[Não assinaremos porque] não acreditamos realmente que os problemas colocados pelos processos de integração sejam resolvidos com a criação de novos órgãos. Foi dito que a Unasul sofre de uma “ideologização extrema”, mas hoje parece que a ideologia é a culpada de tudo quando se pode realmente perguntar: o Pro sul também não tem uma conotação ideológica?³⁹⁰

De mesmo, o chanceler boliviano, Diego Pary, alegou o fato da ausência da Venezuela na reunião como principal razão para a não assinatura por seu país:

Nós seremos parte de todos os organismos que realmente integrem [...] que unam nossos países, com propósitos comuns e não de temas que excluam, organismos que excluam ou fóruns que excluam países. A decisão de fazer parte do Pro sul seria um erro que afetaria nosso país.³⁹¹

Aí desaparece a política ativa (e ativa — no sentido weberiano, como se autodenominava o Itamaraty) e caímos na política menor em que o povo-vassalo se torna impolítico, sem participação enquanto coletividade dotada de cidadania³⁹². Servidão voluntária e (in)consciente, representada por evangélicos, milicianos e narcotraficantes — origem de bancadas expressivas que elegeram e mantêm Bolsonaro sem processo de *impeachment* no poder —, a chamada bancada do centrão, representantes do boi, das armas e da bíblia, como indicam os recentes acordos de cooperação técnico-militar firmados entre Brasil e Colômbia (presidentes Jair Bolsonaro e Iván Duque) em 19/10/2021.

No entanto, para além das ideologias negacionistas, característica do atual governo, desfazem-se as políticas de blocos como Mercosul, a começar pela (re)ação de países-membros menores, como Uruguai e Paraguai, que buscam sobrevivência aprofundando parcerias com China. Nesse sentido, refundam-se conceitos esvaziados: livre mercado, defesa do empresariado, *compliances* de corporações mundiais com abertura irrestrita para o grande

³⁹⁰ FIGUEIREDO, Daniel. Prosul: entenda o novo bloco econômico. *Politize!*, [s. l.], 3 abr. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/prosul/>. Acesso em: out. 2019.

³⁹¹ *Idem*.

³⁹² A análise do conceito de “impolítica”, desenvolvido por Roberto Espósito (*Catégories de l'Impolitique*, 1988) e retomado por Pierre Rosanvallon (*La démocratie inachevée*, 2000), encontra-se em GADELHA, Nair d'Aquino Fonseca. *O cavalo de Tróia das políticas sociais: Brasil e Argentina: um estudo comparado das políticas públicas*. Tese (Doutorado em Ciências) – FFLCH, USP, 2010. p. 37-ss. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25102010-124225/es.php>. Acesso em: dez. 2022.

capital, defesa da reprimarização das pautas exportadoras e retorno à relação de países exportadores de matérias-primas, produtos de baixa tecnologia e antigas vias de infrações de contrabando. Combates à democracia e ao universalismo, direitos humanos e respeito às diferenças de raça e gênero, que fazem ressurgir as antigas consignas antilibertistas em defesa da subsunção do trabalho e apropriação rapineira de bens públicos, enfraquecimento e esvaziamento do Estado democrático de direito. Esses são apenas alguns fatores que explicam a volta do velho anacronismo “realismo periférico *versus* multilateralismo”, com respeito polidimensional à diversidade das culturas.

Considerações finais

Diante de um governo ideológico e ideologizado expresso por Jair Bolsonaro, independentemente do comportamento errático de seu autor, aparentemente anacrônico e sem lógica interna, devemos nos perguntar se existe lógica em sua política externa, caracterizada pela volta do “localismo” como contraponto à globalização — trata-se de obediência e subserviência total e absoluta aos interesses “trumpistas” norte-americanos. Sob a chancela do ex-ministro ideólogo Ernesto Araújo, a fala se baseia em “nova guerra fria”, na formação de um Estado ultra religioso, na liberação irrestrita de armas e abertura irrestrita do mercado, cujas características podem ser resumidas na brusca ruptura na esfera das Relações Internacionais ao longo do governo Bolsonaro, vinculando a política doméstica a uma apregoada aliança irrestrita a Donald Trump.

Nesse sentido, é paradigmático o discurso pronunciado por Bolsonaro em sua primeira viagem em 18/3/2019 aos Estados Unidos, depois de sua posse, quando em jantar, perante representantes de extrema direita reunidos na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, em New York, admitiu que se “sente nos Estados Unidos quase em casa”. E, logo após seu primeiro contato com Donald Trump, afirma ter esse sentimento finalmente se materializado. Reitera, então, sua admiração profunda e orgulho em relação ao povo norte-americano, “confesso que a Presidência aconteceu”, e sintetiza em versículos bíblicos sua campanha para a presidência e que é objetivo de seu governo: “libertar o Brasil da ideologia nefasta de esquerda”. Finalmente, o próprio presidente finalizaria seu discurso com a sintomática frase: “O Brasil não é um terreno aberto onde pretendemos construir coisas para nosso povo. Nós temos que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa para depois começarmos a fazer. E que eu sirva para ser um

ponto de inflexão, o que já me deixa feliz”. E conclui com a promessa aos americanos: “Quando eu terminar, entrego [o país] para vocês fazerem o que quiserem”³⁹³.

O presidente, que já se disse “ungido por Deus”, inaugurava assim a nova fase do neoconservadorismo latino-americano, retomando os caminhos do golpismo. Na prática, trata-se de novo pacto até o momento estéril, circunscrito aos seguidores do “mito”, como gosta de ser chamado. Em relação à subserviência a Donald Trump e sua inicial hostilidade à eleição de John Biden, essa tem pouca chance de prosperar, pois com a intensificação da presença do multilateralismo chinês na América Latina, pandemia e mortandade da COVID-19, além da crise norte-americana temperada com a saída das tropas americanas do Afeganistão, abre-se nova chance para o governo Biden tentar reviver uma nova versão de um “Nafta 2.0”, ainda mais ingovernável do que a primeira, agora adiado pelo conflito bélico Rússia-Ucrânia.

Por seu lado, os desencontros brasileiros em matéria das constantes e aumentadas áreas de queimadas e destruição de populações indígenas amazônicas, contrariando os acordos climáticos planetários, antecipa possíveis embargos econômicos sob o pretexto do “ecocídio” cometido pelo presidente em prol de nova campanha pela internacionalização da Amazônia. Nessa direção, a imprensa nacional tem denunciado os assassinatos, seja na Amazônia seja na fronteira com o Paraguai, falando abertamente de “Narcosul”. Finalmente, a própria pandemia associada ao desemprego maciço de populações e os golpes de Estado na periferia de vários continentes — Míamar, tensão EUA e China *versus* Taiwan, golpes em Mali, Guiné, Sudão, com suporte francês e, finalmente, o Brexit — deixam no ar novo rearranjo dos países tanto europeus como norte-americanos, sob a pecha da sustentabilidade.

O problema é que essas ligas conceituais ideológicas são efêmeras. A América surfou da era FHC/Menem ao triunfo do neoliberalismo à *compliance* e ao lavajatismo (combate à corrupção) e agora apresenta novo conceito de sustentabilidade ecológica para as empresas, após os dois grandes desastres da atividade mineradora (Samarco e Brumadinho) mais recentes. A *commoditização* e as inversões de capital para o *agrobusiness* e

³⁹³ Discurso divulgado pela imprensa brasileira e vídeo de Eduardo Bolsonaro, seu filho. Ver em: MARIN, Denise Chrispim. “Temos de desconstruir muita coisa”, diz Bolsonaro em jantar a americanos de direita. *Veja Abril*, [s. l.], 18 mar. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita/>. Acesso em: mar. 2019.

a reprimarização das economias no continente fazem o pêndulo das discursividades políticas variarem entre o retorno de narrativas do *realismo periférico à la Escudé* e o multilateralismo desejável. No Brasil, trava-se o combate entre a atração irresistível de trilhar o caminho para um novo “*défaut à la Argentina*” de Carlos Menem e Maurício Macri, país posto à venda, privatismo desenfreado e destruição do aparelho de Estado e retorno à trilha do desenvolvimentismo e combate às desigualdades. Se conseguir triunfar, ainda leva de quebra os revisionistas da ditadura “à la Ustra” para prosseguir nos caminhos da rapinagem até a destruição do país. O caminho será sem volta? Essa é a grande questão para um país de resiliência e dimensão continental como o nosso.

Referências

- AMORIM, Celso. *Breves narrativas diplomáticas*. São Paulo: Benvirá, 2013.
- BERNAL MEZA, Raúl. *América Latina en el mundo*. Buenos Aires: Nuevo Hacer, 2005.
- BEYAUT, Gustavo. Reflexões para uma integração latino-americana. In: GADELHA, Regina Maria A. Fonseca (org.). *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 163-175.
- CÂMERA DOS DEPUTADOS. MERCOSUL. Protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático no Mercosul, Bolívia e Chile. Cidade de Ushuaia-AR: 24/07/1998. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/documento/protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico-no-mercosul-bolivia-e-chile/>. Acesso em: dez. 2021
- CARTA CAPITAL. José Serra, o mais obscuro chanceler. *Carta Capital*, São Paulo, 22 fev. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/jose-sera-o-mais-obsкуро-chanceler/>. Acesso em: 23 fev. 2017.
- CERVO, Amado. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 43, n. 2, p. 5-27, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/T8n9bgHtg77JHByfKCND-qbN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: out. 2021.
- CHACON, Vamireh. *Globalização e Estados transnacionais*. Brasília, DF: Cadernos da Política Comparada/Arko AdviceEditorial, 1999.
- DIAS, Rafael João. *Processo de integração da união econômica e monetária do oeste africano – UEMOA: vantagens da adesão da Guiné-Bissau*. Dissertação (Mestrado em

Economia Política) – PEPGEP, PUC-SP, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19028>. Acesso em: out. 2021.

DOWBOR, Ladislau. *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. São Paulo: Edições SESC, 2020.

ESCUDE, Carlos. *Realismo periférico: fundamentos para la nueva política exterior argentina*. Buenos Aires: Planeta, 1992.

FIGUEIREDO, Daniel. Prosul: entenda o novo bloco econômico. *Politize!* [s. l.], 3 abr. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/prosul/>. Acesso em: out. 2019.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin/Cia. das Letras, 2013.

GADELHA, Nair d'Aquino Fonseca. *O cavalo de Tróia das políticas sociais: Brasil e Argentina: um estudo comparado das políticas públicas*. 368 f. Tese (Doutorado em Ciências) – FFLCH, USP, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25102010-124225/es.php>. Acesso em: dez. 2022.

GADELHA, Regina Maria A. F. (org.). *Globalização, metropolização e políticas neo-liberais*. São Paulo: EDUC, 1997.

GADELHA, Regina Maria A. F. Mercosul e Alba: caminhos da integração da América Latina. In: GADELHA, Regina Maria A. F. (org.). *Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2013. p. 395-418.

GADELHA, Regina Maria A. F. (org.). *Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2013. 768 p.

GADELHA, Regina Maria A. F. Política desenvolvimentista e retrocesso estrutural: origens do atraso. In: LACERDA, Antônio Corrêa de. *Reindustrialização: para o desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Contracorrente, 2022. p. 99-134.

LACERDA, Antônio Corrêa de. *Reindustrialização: para o desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Contracorrente, 2022.

LEÃO, Rodrigo. A ascensão do bolsonarismo e os rumos do campo progressista. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [s. l.], 9 out. 2018. 11 p. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/ascensao-do-bolsonarismo-e-os-rumos-do-campo-progressista/>. Acesso em: out. 2021.

MARIN, Denise Chrispim. “Temos de desconstruir muita coisa”, diz Bolsonaro a americanos de direita. *Veja Abril*, [s. l.], 18 mar. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita/>. Acesso em: mar. 2019.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. *Temas & Matizes*, Toledo: Unioeste, n. 14 (Dossiê Mercosul, P65), p. 9-31. 2º semestre 2008. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/download/2477/1902/9328&cd=16&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: dez. 2021.

MUSSE, Ricardo (org.). *China contemporânea: seis interpretações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

NERY, Tiago. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. *Caderno CRH*, Salvador, v. 20, n. 3, p. 59-75, 2016. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vhv3QiGuBHEJ:https://www.scielo.br/scielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS0103-49792016000600059+&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br#. Acesso em: nov. 2021.

PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura/CEPAL, 1963.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 777-832.

ROCHA VALENCIA, Alberto; MORALES RUVALCABA, Daniel Efrén. Desafíos en la construcción de la Unión de Naciones. In: GADELHA, Regina Maria A. F. *Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração*. São Paulo: EDUC/Fapesp, 2013. p. 69-118.

VIGEVAZI, Tullo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo. O Mercosul e seu parlamento: uma análise sobre a evolução do projeto de integração. In: GADELHA, Regina Maria A. F. (org.). *Mercosul a Unasul: avanços do processo de integração*. São Paulo: EDUC/Fapesp, 2013. p. 197-233.

ZERO, Marcelo. Breve análise das diretrizes de José Serra para a política externa. *Brasil 247*, [s. l.], 20 maio 2016. Atualizado em 02/7/2018. 9 p. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/breve-analise-das-diretrizes-de-jose-serra-para-a-politica-externa>. Acesso em: out. 2021.

O CARÁTER ESPECIAL DA GUERRA DA UCRÂNIA: GEOPOLÍTICA, GEOECONOMIA E GEOESTRATÉGIA NOS CENÁRIOS GLOBAIS

Jason Tadeu Borba

Este artigo tem como objeto de análise a Guerra da Ucrânia de 2022 e o seu contexto internacional, procurando verificar como essa guerra se mostra especial diante das *proxy wars* do pós-II Guerra Mundial. O referencial teórico adotado tem como base a interdisciplinaridade da economia política de Marx e da geopolítica da Área Pivô de Halford J. Mackinder (1904, 1919) e John N. Spykman (2017). A abordagem considerou de modo integrado as dimensões da geopolítica, geoeconomia e geoestratégia. No entanto, dada a limitação deste artigo, o foco voltou-se para a geopolítica e a geoeconomia, essa última coadjuvante. Com base na tradição da geopolítica da Área Pivô, a teoria do *game* foi aplicada e, com isso, localizou-se espacial e historicamente a atual Guerra da Ucrânia como episódio que expressa o momento agudo das relações internacionais em um ambiente de esgotamento da ordem mundial que emergiu da II Guerra Mundial.

O advento do projeto da *New Silk Road* e seus desdobramentos para a África e a América Latina, que já está em desenvolvimento em alguns de seus segmentos, configura condição *sine qua non* para o desenvolvimento do modo de produção capitalista nas economias periféricas da Eurásia, assim como melhor opção estratégica de desenvolvimento das economias centrais da Europa Ocidental. A um só tempo, a mesma *New Silk Road*, configura ameaça existencial à economia norte-americana em suas prerrogativas de superpotência mundial. Nesse sentido, o cenário probabilíssimo que se desdobra da análise é o de uma III Guerra Mundial — que poderá ou não ter a Guerra da Ucrânia como “gatilho”. Porém, está evidenciado que, doravante, esse episódio mostra uma mudança de qualidade nas *proxy wars*.

Dos teatros então (re)admitidos

*O bom mapa é aquele em que se vê o mundo
como se fosse visto de outro mundo.*

(Samuel van Hoogstraten. Século XVII).³⁹⁴

*Um mapa do mundo que não inclua Utopia nem vale a pena ser
olhado, pois deixa de fora aquele país em que a humanidade está
sempre aportando. E quando a humanidade lá aporta, olha para fora e
ao ver um país melhor, iça as velas.*

(Oscar Wilde)³⁹⁵

E sim, trata-se de um mundo que, a partir dos mapas fluidos da modernidade, põe-se à procura de seu mapa futuro, uma imagem hoje dele mesmo transformado num futuro possível. E por enquanto as transformações de um mundo que se põe a partir de si mesmo se dão por meio de explosões de violências descomunais. Se “a violência é a parteira da história”, disse Marx em passagem clássica, podemos estar comprovando a validade geral da máxima mais uma vez nessa 3ª década do 3º milênio da Era Cristã. E aqui, no entanto, e mais uma vez, tratar-se-ia de decidir os destinos gerais de toda a humanidade.

Os cenários de uma III Guerra Mundial constituem assunto que, considerado descartado, morto há três décadas, no final dos anos 1980, após o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria³⁹⁶, hoje está novamente muito vivo na atenção dos analistas estratégicos das relações entre os protagonistas da ordem internacional. Não por impressionismo imagético de uma violência mundial que recrudescer nas manchetes e nos fatos mesmos, mas em virtude de como podemos abordar esses fatos correntes a partir de referenciais teóricos alternativos. Hoje não mais é possível desconsiderar a necessidade de uma abordagem interdisciplinar envolvendo a geopolítica, a geoeconomia e a geoestratégia — é essa

³⁹⁴ BROTTON, Jerry. *Uma história do mundo em doze mapas*. São Paulo: Zahar, 2014.

³⁹⁵ *Idem*.

³⁹⁶ “Mesmo no campo do pensamento de esquerda, algumas análises derivadas da teoria da globalização e da mundialização descartam a possibilidade de um conflito mundial nos moldes das guerras mundiais do Século XX. As abordagens das teorias da globalização e a da mundialização retomam, quase na sua integralidade, os marcos teóricos e teses da teoria do Ultra Imperialismo ou Super Imperialismo de Hobson e Kautsky do Século Passado”. BORBA Jason T. Geoeconomia de 2001: início de um século muito breve. *Revista PucVIVA*, São Paulo, ano 4, n. 15, p. 13-28, jan./mar. 2002. p. 13-ss. Para algo como o fim da geopolítica tradicional, tendo em vista o recrudescimento e consolidação do processo de globalização, ver VESENTINI, José William. *Novas geopolíticas*. São Paulo: Contexto, 2000.

análise interdisciplinar integrada que pode qualificar como especial e transcendente os fatos da violência internacional que recrudescem nessa conjuntura mundial³⁹⁷. O referencial teórico fundamental neste ensaio compõe-se na interdisciplinaridade da economia política de Karl Marx³⁹⁸ e da geopolítica da Área Pivô³⁹⁹, interdisciplinaridade que por sua vez tenta dar o contexto geral inteligível para o enquadramento da dinâmica conexa da geoestratégica e seu momento⁴⁰⁰.

Então, embora considerando o trabalho cumulativo das elaborações anteriores de cenários estratégicos⁴⁰¹ e também o monitoramento cotidiano dos acontecimentos correntes com base na integração das dimensões geopolíticas, geoeconômicas e geoestratégicas, neste ensaio será dada prioridade analítica à dimensão geopolítica do processo de conjunto e, como coadjuvante, à dimensão geoeconômica.

Do referencial teórico geral e o contexto

Dentro de todo um quadro em que reemerge a chamada Guerra Fria, agora como “II Guerra Fria” na dobrada do milênio, com destaque inaugural para a guerra dos Balcãs e a invasão do Iraque, fica clara a determinação de caráter estrutural daquilo que trouxe ao mundo, na modernidade, as características fundamentais, geopolíticas, dos conflitos armados maiores entre os grandes protagonistas de um mundo capitalista que se desenvolveu aceleradamente na sua já maturidade: as Guerras Napoleônicas, a Guerra Franco-Prussiana, as I e II Guerras Mundiais⁴⁰².

Essa dinâmica foi solidamente teorizada pelos teóricos da geopolítica da modernidade⁴⁰³. Destaque especial para Mackinder e sua teoria da Área Pivô⁴⁰⁴, tal qual vemos a seguir no seu mapa de 1904:

³⁹⁷ Vide BORBA, Jason T., 1999a, 1999b, 2002, 2008, 2022.

³⁹⁸ BORBA, 1999a, 1999b, 2002, 2022.

³⁹⁹ *Idem*.

⁴⁰⁰ Um longo percurso de elaboração teórica e pesquisa por parte do autor compõe um rol de obras por meio das quais foi feito o registo dos avanços na consolidação do referencial teórico ao longo das quatro ou cinco décadas. Alguns dos textos, mais diretamente aplicáveis ao objeto de análise neste artigo, fizemos constar na bibliografia.

⁴⁰¹ BORBA, 1999a, 1999b, 2002, 2022.

⁴⁰² BORBA, 1999a, 1999b, 2002, 2008.

⁴⁰³ Em destaque VON CLAUSEWITZ, Carl., 1976, 1994, 2010; MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, 1970, 1974a, 1974b; MAHAN, Alfred, 2014; MACKINDER, 2014a, 2014b; LENINE, Vladimir I. s/d, 1916, 1988; TROTSKY, Leon, 1923, s/d; HART, Basil Henry Liddell, 1976, 1982.

⁴⁰⁴ MACKINDER, Halford J. [1942]. *Democratic ideals and reality: the historical thesis that inspired modern geopolitics*. Washington, DC: NDU Press, 2014a.

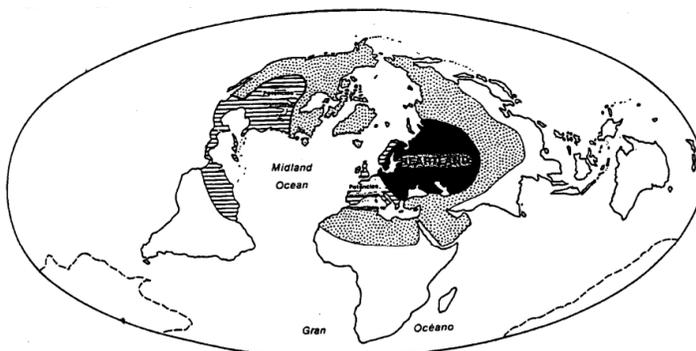
Figura 1 – O mundo segundo Mackinger - 1904



Fonte: Imagens de Mackinder – Google Research. 2014 – reproduzida pelo autor. [https://www.google.com/search?sxsrf=AJOqlzWKUxalsN-jaQGD4VsY4sZkYXzrJ-g:1678827655105&q=Mackinder+\(2014a\)&tbm=isch&source=univ&fir=Ya5jO5qK9Ft-tRM%2.](https://www.google.com/search?sxsrf=AJOqlzWKUxalsN-jaQGD4VsY4sZkYXzrJ-g:1678827655105&q=Mackinder+(2014a)&tbm=isch&source=univ&fir=Ya5jO5qK9Ft-tRM%2.) Acesso em: mar. 2022.

Sem que houvesse mudança essencial em relação ao modelo de 1904, em 1943 Mackinder nos oferece um quadro diferente⁴⁰⁵. Ainda na vigência da geopolítica da Área Pivô, temos agora a incorporação do protagonismo norte-americano, e sua inserção na dinâmica de disputa pelo controle do mundo. É o *game* que se consolida ainda no curso da II Guerra Mundial.

Figura 2 – O mundo segundo Mackinder – 1943

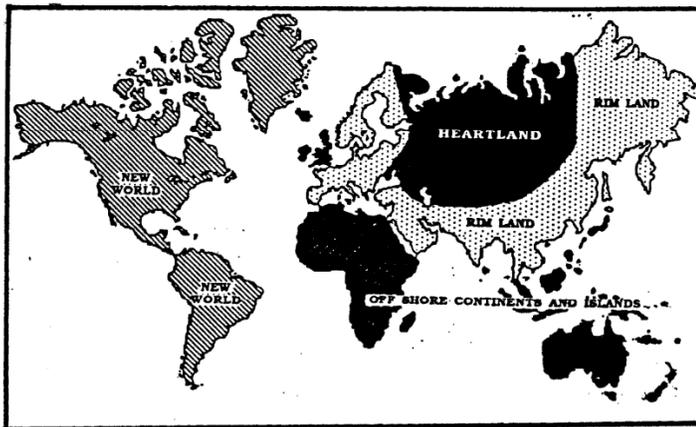


Fonte: Mackinder.

⁴⁰⁵ BORBA, Jason, 2000, 2008, 2022; MELLO, Leonel I. Almeida, 1999; FIORI, José Luís, 2007a, 2007b.

O modelo de Spykman (2017) dá ênfase ao “*Inner Marginal Crescent*” no modelo de Mackinder, ao qual renomeia como “*Himland*”. Sua lógica é a mesma de Mackinder, porém, em vez do controle da Área Pivô, a geopolítica spykmaniana é a da contenção, portanto a atuação direta sobre o *Rimland*⁴⁰⁶.

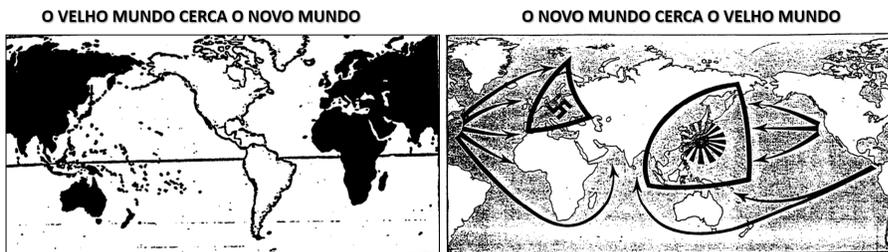
Figura 3 – O mundo segundo Spykman - 1944



FONTE: imagem com fonte designada reproduzida pelo autor

Spykman traz uma realidade geopolítica global que poderia caracterizar o dilema em que se encontra o mundo. Seu modelo é relativamente simples, para responder a uma questão simples: tendo em vista a dinâmica geopolítica nos marcos da Área Pivô, “quem cerca quem?”⁴⁰⁷. Vejamos:

Figura 4 – Velho e novo mundo



Fonte: Spykman. *Apud* Gray, Colin S. Imagens reproduzidas pelo autor.

⁴⁰⁶ BORBA, 2000, 2008, 2022; MELLO, 1999; FIORI, 2007a, 2007b.

⁴⁰⁷ Cf. BORBA, 2000, 2008, 2022; MELLO, 1999; FIORI, 2007.

Se essa era uma realidade que já se apresentava teoricamente para Spykman nos anos pré-II Guerra Mundial, hoje, em 2022, essa realidade desdobrada nesses dois modelos é possibilidade concreta e dramática para os protagonistas globais.

Numerosos foram e são os esquemas que se desdobraram a partir do paradigma da geopolítica da Área Pivô, demonstrando que suas fronteiras-limite são móveis, segundo o desenvolvimento da integração mundial. As ênfases da intervenção direta das potências exteriores à Grande Ilha também se alteraram. Temos os exemplos, já clássicos, de Zbigniew Brzezinski⁴⁰⁸, com sua ênfase na Ásia Central, e Henri Kissinger⁴⁰⁹ (1994, 2018), com sua ênfase na divisão entre a Rússia e a China.

Com base nesse campo de elementos teóricos e históricos iniciais, que formam o núcleo do referencial geopolítico deste breve artigo, podemos nos lançar sobre os fatos relativos à chamada Guerra da Ucrânia e sua dinâmica, que teve início em 25 de fevereiro de 2022 com a invasão da Rússia.

A Guerra da Ucrânia: a Guerra em si como Guerra do Mundo⁴¹⁰

Vamos dividir a abordagem dessa guerra em “A Guerra I”, a guerra em si entre a Rússia e a Ucrânia, ou a “Operação Especial”. Em seguida, vamos abordá-la como “A Guerra II”, como episódio de um conflito maior.

Guerra I: a Guerra em si

Essa guerra em particular é muito sintomática de um momento histórico global, mais especificamente no eventual ocaso da Ordem Mundial instalada no pós-II Guerra Mundial, que colocou os Estados Unidos como superpotência mundial. Considerando o modelo de Spykman (2017), para o “quem cerca quem”, trata-se do esquema da vitória em que o Novo Mundo cercou o Velho Mundo, ou Grande Ilha, tanto pela vertente atlântica como

⁴⁰⁸ BRZEZINSKI, Zbigniew. *The grand chessboard: American primary and its geostrategic imperatives*. New York: Basic Books, 2016.

⁴⁰⁹ KISSINGER, Henri. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994; KISSINGER, Henri. *Nuclear weapons and foreign policy*. New York: Valmy Publishing, 2018.

⁴¹⁰ Para o que segue no texto, tomamos como base nossa palestra realizada para o grupo do Naci, em 13/4/2022: BORBA, Jason T. *EUA – Hegemonia Ameaçada e a Guerra da Ucrânia*. São Paulo: NACI – Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional e GECOPOL – Grupo de Pesquisa em Economia Política, 2022. 1 vídeo (133 min). Publicado pelo canal Jason Borba. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l4ByWIEcZAc>.

pelo Oceano Pacífico, garantindo a hegemonia geopolítica, geoeconômica e geoestratégica norte-americana. Durante todo o pós-II Guerra, tivemos e temos inúmeras guerras localizadas, *proxy wars*, modo de acontecer de uma ordem bipolar, um mundo a um só tempo compartilhado e disputado por dois protagonistas, os Estados Unidos e a União Soviética⁴¹¹.

A Guerra da Ucrânia seria mais uma dessas guerras localizadas? Pelos seus oponentes, pela sua localização geográfica e pelo momento geopolítico e geoeconômico em que ela se inicia e se desenrola, a Guerra da Ucrânia se diferencia essencialmente das demais guerras localizadas.

Há um introito bastante dramático, assim como — e até surpreendente — pela sua forma, que se desdobrou num jogo diplomático atípico pelos seus termos e procedimentos. Em 17 de dezembro de 2021, a Rússia, por meio do seu governo, dá início a uma troca de correspondências públicas, semi-públicas e sob segredo. Seu documento inaugural poderia ser visto como um ultimato — mas cujo teor de ultimato não foi admitido pelas autoridades russas⁴¹². Expressando o caráter dramático das preocupações russas, o presidente Putin assim externou na justificativa para a “Operação Especial” que acabara de deflagrar em 25 de fevereiro contra a Ucrânia:

“Para os EUA e seus aliados é a chamada política de contenção da Rússia, com óbvios dividendos políticos. E para nosso país, é uma questão de vida ou morte, é uma questão do nosso futuro histórico como povo. Não é exagero. É uma ameaça real não só aos nossos interesses, mas à própria existência do nosso Estado e sua soberania”, disse Putin ao anunciar a invasão da Ucrânia em 24/02.⁴¹³

O teor das preocupações externadas em 17 de dezembro de 2021 foi exatamente nesses termos, depois reiterados em fevereiro de 2022. Também, em uma triangulação diplomática, foi envolvida a União Europeia. Importante ter em vista que houve uma negociação inicial, delimitada ao campo diplomático, mas negociação duríssima pelos seus termos, prazos e forma. Era como depois se verificou, um ultimato.

⁴¹¹ BORBA Jason T. Geoeconomia de 2001: início de um século muito breve. *Revista PucVIVA*, São Paulo, ano 4, n. 15, p. 13-28, jan./mar. 2002.

⁴¹² Para informações gerais, vide GIELOW, Igor. Putin publica ultimato para negociar crise na Ucrânia com a OTAN. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 dez. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/12/putin-publica-ultimato-para-negociar-crise-na-ucrania-com-a-otan.shtml>.

⁴¹³ PUTIN, 2022 *apud* BRAUN, Julia. Qual o papel da OTAN no confronto entre a Rússia e a Ucrânia?. *BBC Brasil*, São Paulo, 02 mar. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60580704>. Acesso em: mar. 2022.

No esforço de compreendermos a natureza distinta dessa guerra, é fundamental inicialmente compreendermos seu desenrolar entre uma 1ª fase e o início da 2ª fase.

Fase I: fevereiro/março 2022

O fato dessa intervenção russa na Ucrânia ser chamada de “Operação Especial” e não uma guerra formalmente declarada pode ser atribuído, dentre muitos, a pelo menos três fatores principais: (i) ao cenário político e jurídico interno na Rússia, pois uma guerra formalmente declarada traria implicações necessárias de ordem jurídica entre Estado e sociedade civil; (ii) por outro lado, o fato de as duas nações terem os respectivos litorais no Mar Negro envolveria necessariamente a Turquia, gestora dos estreitos de Dardanelos e Bósforo⁴¹⁴; (iii) talvez uma questão propriamente de tática militar tenha influenciado, de modo a garantir discrição, segredo, quanto ao momento de deflagrar a ação militar, tratando-se aí do “efeito surpresa”. No entanto, por tudo como vem se dando, essa intervenção russa em território ucraniano configura-se como uma guerra.

Os eventos se deflagram no dia 24 de fevereiro de 2022, com uma expectativa de que as forças russas, em prazo relativamente rápido, pudessem neutralizar as forças armadas ucranianas. Essa expectativa vinha de sua intervenção na Criméia em 2014 e de sua atuação na guerra civil na Síria. E prontamente as forças russas, conjuntamente com as milícias populares das repúblicas do Donbass, respectivamente Luganski e Donetsk, antes províncias rebeldes, agora já reconhecidas formalmente pela própria Rússia, mais as forças armadas de Belarus implantam em tempo recorde a alça nordeste (de Kiev para o leste), a alça sudeste (da Crimeia para o leste) e a “cabeça de avanço” a leste, no Donbass, tendendo a avançar longitudinalmente para o oeste, pelo grande vão “mole” agrícola.

A figura que se formou rapidamente era a de uma “boca” pronta para “morder” em diferentes locais do arco formando os clássicos “bolsões” e até um “mega bolsão” na altura do eixo Kiev-Kherson/Crimeia. Uma proliferação de mapas nas redes procurava dar conta dos avanços situacionais, mas vinham também com um elemento de “vontade”. Em 04 de março de 2022, os relatos do que se apresentava e o que se esperava como

⁴¹⁴ Os estreitos de Bósforo e Dardanelos são considerados águas internacionais, governados desde 1936 pela Convenção de Montreux. Em caso de países beligerantes, a Turquia, como administradora, terá que impedir o tráfego marítimo das frotas dos países em questão.

estratégia se misturavam com um elemento de “vontade”, como se pode ver esquematicamente:

Figura 5 – Guerra da Ucrânia: fase I



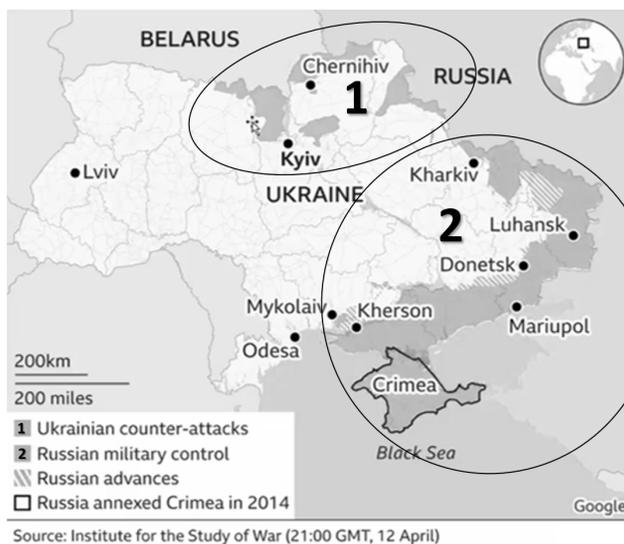
Fonte: o autor.

Fase II: abril 2022

Então, em 19 de abril, o ministro Sergei Lavrov anuncia formalmente ao público mundial o início da “Fase 2” da Guerra da Ucrânia, ou Operação Especial⁴¹⁵. Trata-se de uma abrupta, surpreendente e profunda mudança na dinâmica da guerra e a rigor essa mudança se dá, como veremos a seguir, a partir da primeira e segunda semana de abril de 2022. Podemos primeiramente visualizar essa mudança no mapa, como se segue:

⁴¹⁵ CNN BRASIL. Rússia começou nova fase de “operação” na Ucrânia, diz ministro russo. *CNN Brasil*, São Paulo, 19 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/russia-comecou-nova-fase-de-operacao-na-ucrania-diz-ministro-russo/>.

Figura 6 – Guerra da Ucrânia: fase II



Fonte: mapa com a fonte designada, levemente editada pelo autor

Subitamente, as áreas antes ocupadas pelas tropas e equipamentos russos e belarusianos, que antes se posicionavam em forte atuação ao norte, oeste, leste e sul de Kiev, assinalada como Área 1 no mapa, pura e simplesmente são evacuadas, sendo que a área toda é deixada para reocupação pelas forças ucranianas. As tropas e equipamentos russos, presentes na Área 1 até então, são realocados rapidamente para a Área 2, no extremo leste da Ucrânia.

Ao mesmo tempo, pelo menos segundo o noticiado pelas redes e analistas ocidentais — e não desmentido —, teria sido designado, em 09 de abril, o general russo Alexander Dvornikov para comandar a “Operação Especial” na Ucrânia⁴¹⁶. Pelo seu perfil, o general Alexander é um artista da escola mais ortodoxa russa, de avanços sistemáticos por “bolsões” com apoio aéreo e tropas mecanizadas. Sendo assim, a concentração parece ser a escolha para o maior impacto de ação. A pronta, desavisada e repentina reversão de tática foi tida como já “prevista” na estratégia geral, portanto já como da Fase 1, ou como “plano B” e revisão na própria estratégia geral. O fato é que a abrupta reversão se deu, como vemos, numa determinada sucessão das datas e num hiperexíguo espaço de tempo. No mais, não se

⁴¹⁶ BARRETO FILHO, Herculano. “Açougueiro da Síria”: quem é o novo comandante russo na Ucrânia. *UOL-FSP*, São Paulo, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/04/11/russia-x-ucrania-quem-e-novo-comandante-russo-guerra-putin.htm>.

pode afirmar que o recuo foi devido propriamente a um “contra-ataque” das forças ucranianas. A rigor, como apurado, considerando prazo, forma e procedimentos, está mais caracterizada uma retirada pura e simples da Área 1, antes firmemente controlada, num movimento para a Área 2.

Tal como é possível discernir a partir das razões alegadas para a “Operação Especial” na Ucrânia, isso pelo próprio presidente Vladimir Putin, trata-se de uma “desmilitarização e desnazificação” da Ucrânia. Conforme sua própria declaração: “Tomei a decisão de realizar uma operação militar especial. Seu objetivo será defender as pessoas que há oito anos sofrem perseguição e genocídio pelo regime de Kiev. Para isso, visaremos à desmilitarização e desnazificação da Ucrânia”⁴¹⁷.

Mas, como se poderia conceber geograficamente o que seria qualificável como derrota ou vitória para Ucrânia e para Rússia?

A vitória? Em que consiste

O ponto de partida pode ser visualizado no mapa situacional de antes de iniciada a intervenção russa na Ucrânia. Vejamos:

Figura 7 – Carta da Ucrânia, com destaque às áreas separatistas de Luhansk e Donetsk



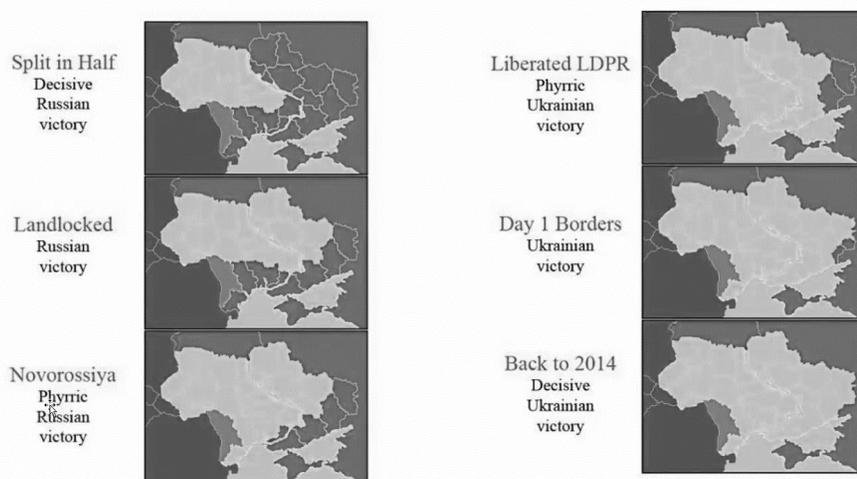
Fonte: BBC-Google online – reprodução do autor

⁴¹⁷ PUTIN, 2022 *apud* SANCHES, Mariana. Desnazificação e genocídio: a história por trás da justificativa de Putin para a invasão da Ucrânia. *BBC Brasil*, Washington, DC, 25 fev. 2022. p. xx. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60518951>.

Os territórios previstos para os Estados agora independentes de Luhansk e Donetsk, em face ao que eles efetivamente têm sob seu domínio, podem ser visualizados no mapa da Figura 7. Vemos que as forças armadas ucranianas efetivamente reduziram fortemente os espaços de Luhansk e Donetsk, colocando-se muito próximas às respectivas capitais, em uma guerra que se inicia em 2014 e segue até 2022, no momento em que esta nota está em redação.

Diante desse quadro de partida, dos objetivos declarados ao início da “Operação Militar” e das condições concretas cambiantes da correlação de forças militares em solo, coloca-se a questão: o que seria vitória para a Ucrânia e para a Rússia? Vejamos o esquema a seguir⁴¹⁸:

Figura 8 – Esquemática de cenários da ofensiva russa



Fonte: BBC-Google online – reprodução do autor

Vemos então que, para a Rússia, um resultado aceitável já seria o *Landlocked*, com a ocupação e controle dos territórios integrais de Luhansk e Donetsk e de todo o território a sudeste (mar de Azov) e do sul (mar Negro). Uma vitória tida como “decisiva” seria a “divisão ao meio” da Ucrânia, acaparando inclusive a capital, Kiev. Nas considerações correntes até em

⁴¹⁸ Esquema muito difundido pelas redes sociais, em especial nas análises geopolíticas. Vide KARLIN, Anatoly. Representation of both side's victory conditions. *Twitter*, [s. l.], 20 maio 2022. Disponível em: <https://mobile.twitter.com/akarlin0/status/1511644916820197378>.

análises de ponta, o objetivo da “desnazificação” seria de fato uma consigna mais simbólica ou, então, imediatamente contextualizada para a presença ostensivamente nazista em Mariupol. Porém, levando em consideração os imperativos geopolíticos imediatos e mais gerais da Rússia, a configuração da “vitória decisiva”, apresentada no esquema acima, com a “divisão ao meio” da Ucrânia, ainda não é suficiente. E, com efeito, seja pelos motivos propriamente geopolíticos, geoeconômicos e geoestratégicos, como veremos no item a seguir, seja pelos motivos imediatamente culturais e geopolíticos das relações entre as populações ucranianas e russas no espaço geográfico do Estado ucraniano, o fato é que, para realizar os propósitos anunciados de “desmilitarizar e desnazificar” a Ucrânia, a intervenção russa se apresenta na contingência de ocupar toda a Ucrânia até a sua fronteira com os Estados nacionais do oeste e sudoeste, ou seja, até as fronteiras da Polônia, Eslováquia, Hungria, Romênia e Moldova. Vejamos o mapa a seguir:⁴¹⁹

Figura 9 – Movimento das tropas russas



Fonte: Al Jazeera Media Network (2022) – reprodução do autor

⁴¹⁹ AL JAZEERA. Who controls what in Ukraine? *Al Jazeera Media Network*, Qatar, 28 fev. 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/2/28/russia-ukraine-crisis-in-maps-and-charts-live-news-interactive>.

A partir dos imperativos irredutíveis, conforme explicitados publicamente pelo presidente Putin em 25 de fevereiro de 2022, no movimento de recuo das tropas e recursos enviados para a frente leste da Ucrânia, impõe-se como diretriz para a Fase 2, ou talvez para as eventuais Fases 3 e 4, um movimento no sentido oeste, a partir do Donbass. O que indica, pela natureza do confronto militar nas condições concretas em que se dá, uma guerra longa. Isso principalmente tendo em vista a intenção e o esforço já manifestos pelos países da OTAN, particularmente EUA, Inglaterra e França, de transformar o oeste da Ucrânia numa base para resistência permanente à influência ou ocupação russa.

Do ponto de vista simbólico, a continuidade da existência do atual Estado ucraniano e do respectivo governo, tendo como base, ainda que reduzida, um território pátrio, é de suma importância, e logo haveria a situação, que solaparia o atingimento dos imperativos russos, tanto para a Ucrânia em si, como para a consideração de um quadro geopolítico, geoeconômico e geoestratégico mais amplo, propriamente eurasiático, como se demonstra a seguir.

Guerra II: a Guerra como episódio especial do confronto entre duas coalizões mundiais

Para compreender e ter na devida conta a natureza especial da Guerra da Ucrânia, tal qual se desenvolve a partir de 25 de fevereiro de 2022, é opção de referencial teórico que o objeto seja tratado a partir da geopolítica da Área Pivô, na tradição já apontada anteriormente⁴²⁰.

Em Mackinder encontramos o conceito de “Cordão Sanitário”⁴²¹, o que prontamente enquadra a existência geopolítica da Ucrânia no âmbito da geopolítica da Área Pivô ou geopolítica do *Game*.

⁴²⁰ Cf. notas anteriores deste artigo, a respeito do referencial teórico e dos detalhamentos e especificações.

⁴²¹ MACKINDER, Halford J. *The geographical pivot of history, 1660-1783*. 20. ed. Boston: Little, Brown and Company Editions, 2014b. Vide, ainda, MELLO, Leonel I. Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

Figura 10 – O “Cordão Sanitário”, segundo Mackinder – 1919 ⁴²²



FONTE: Mackinder, H. J. *Democratic Ideals and Reality*. New York: The Norton Library, 1962. p. 161. Imagem com a fonte designada, levemente adaptada pelo autor

A Ucrânia, do ponto de vista da potência hegemônica, ou superpotência de uma época, figura como componente do *Cordão Sanitário*, cuja função é impedir ou ao menos prejudicar estrategicamente a interação entre a Área Pivô, cuja capital é Moscou, e as potências da Europa Ocidental, cujas capitais são, no caso, Paris e Berlin. Na era britânica, após as Guerras Napoleônicas e seus resultados, cumpriu fielmente com esse preceito: agir de modo estratégico em todas as nações que se estabeleciam no Cordão Sanitário.

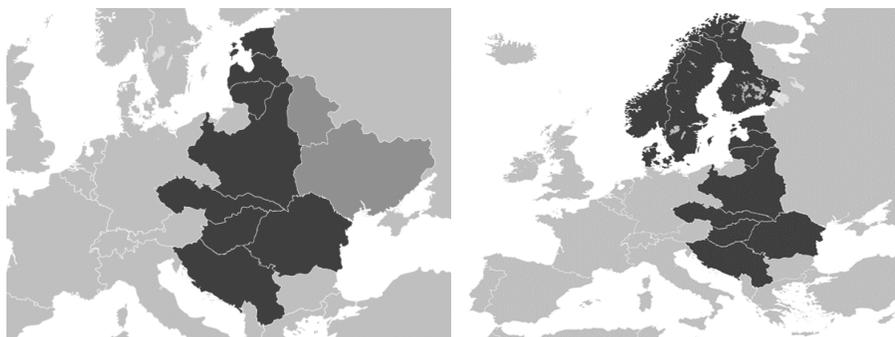
Com base nessa máxima da geopolítica da área pivô, vem outro conceito que, na verdade, especifica mais historicamente a necessidade funcional dessa área: trata-se do conceito de *Intermarium*, conceito originariamente

⁴²² MACKINDER. *Democracy ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*. Washington, DC: National Defense University Press, 2014a. p. 161.

de Józef Pilsudski⁴²³, que na sua versão original integrava os territórios contíguos entre três mares: o Báltico, o Adriático e o Negro.

Apresentamos abaixo uma série de mapas e esquemas que mostram o quão elástico é o conceito de *Intermarium* e o quão ele se adequa às diferentes conjunturas. Isso porque a região do sul dos Balcãs é de fundamental importância geopolítica, como bem demonstra os mapas que se seguem.

Figura 11 – Conceito de *intermarium* aplicado à região



Fonte: Modelo de Pilsudski – Wikipedia. Reprodução do autor

O modelo exposto corresponde ao mais próximo do original pós-I Guerra Mundial. Sofrerá várias modificações e especificações pelo próprio Pilsudski. Inclui a que hoje tem importância crucial no jogo geopolítico deflagrado pela intervenção da Rússia e as reações internacionais no contexto e para o próprio *Game* global. Observe-se no segundo mapa, à direita, os casos da Noruega, Suécia e Finlândia, em que a potencial adesão à OTAN levaria ao bloqueio virtual do mar Báltico à navegação russa.

Essas arquiteturas são esquecidas e lembradas ao sabor da conjuntura. Porém, a ideia de uma federação que unisse os países contíguos entre os três mares é sempre lembrada, exatamente quando o conflito-mãe, a disputa pela hegemonia mundial, ganha expressão no cotidiano dos conflitos.

⁴²³ Józef Klemens Pilsudski foi um revolucionário polonês e estadista, marechal de campo e líder das forças armadas polonesas durante a I Guerra Mundial, primeiro chefe de estado (1918-1922) e ditador da Segunda República Polonesa (1926-1935). A partir da metade da I Guerra Mundial até sua morte, Pilsudski foi o mais influente político da Polônia. Para detalhes ver MELLO, 1999; DABROWSKI, Patrice M. *Commemorating Józef Pilsudski (1867-1935)*. New York: Polish Institute of Arts and Sciences of America, 2011.

Sem embargo, com foco na questão da Guerra da Ucrânia, o mapa seguinte expõe o caráter dramático, mais afeto ao contexto atual. Seria o *Intermarium* referente a dois mares, o Báltico e o Negro, apesar da não precisão quanto às fronteiras atuais?

Figura 12 – Conceito de *Intermarium* aplicado a dois mares (Báltico e Negro)



Fonte: Modelo de Pilsudski – Wikipedia – Reprodução do autor

O mapa exposto dramatiza a transcendência do conceito de *Intermarium* a dois mares (Báltico e Negro) e esclarece um conjunto de situações nacionais com maior atualidade para a configuração do conjunto contemplando mais atualização quanto às fronteiras agora estabelecidas. A configuração nacional desse *Intermarium* a dois mares alinha a visão que hoje têm os protagonistas fundamentais.

Belarus sofreu, fundamentalmente a partir de 2020, uma comoção social com potencial de derrubar o governo⁴²⁴. Do mesmo modo, o Curdistão em 2021⁴²⁵. Vimos anteriormente neste texto que havia, tanto em dezembro de 2021 como em fevereiro de 2022, uma “queixa” propriamente existencial para a Rússia quanto à ação da OTAN nas repúblicas ex-soviéticas, violando o Acordo de 1994, em que teria sido celebrado o compromisso da não expansão da OTAN para as repúblicas ex-soviéticas.

Vejam os seguinte esquema da expansão da OTAN desde 1997, no mapa a seguir.

⁴²⁴ Para cronologia e informações gerais, ver JACOBUCCI, Fabrizio. A crise em Belarus e os reflexos da atuação das organizações internacionais. *Cosmopolita*, [s. l.], 9 nov. 2022. Disponível em: <https://www.cosmopolita.org/post/a-crise-em-belarus-e-os-reflexos-da-atua%C3%A7%C3%A3o-das-organiza%C3%A7%C3%B5es-internacionais>.

⁴²⁵ Ver IVSCHINA, Olga; KHINKULOVA, Kateryna. O que está acontecendo no Cazaquistão onde a população tomou as ruas. *BBC Rússia*, Moscou, 5 jan. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59889528>.

Figura 13 – Expansão da OTAN desde 1997



B B C

Fonte: Braun, Julia. Qual o papel da OTAN no confronto entre Rússia e Ucrânia. 02/mar./2022. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60580704>. Acesso em março 2022. Imagens PDF reproduzida pelo autor

Guerra da Ucrânia, uma *proxy war* especial: elementos para cenarização da III Guerra Mundial

Configura-se equívoco fatal querer encontrar a razão dessa guerra da Ucrânia em um embate entre “modos diferentes de ver sua condição de existência no mundo”, por parte da Rússia e Estados Unidos e seus respectivos aliados. Erro, até ingênuo teoricamente, procurar nesse conflito as idiosincrasias pessoais dos líderes dos respectivos países em conflito, deixando ou relativizando o que é determinado a partir do imperativo de razão de Estado, que, pelo exercício prático de décadas e décadas de confronto, irá se cristalizando mais e mais como imperativos dos governos contingentes.

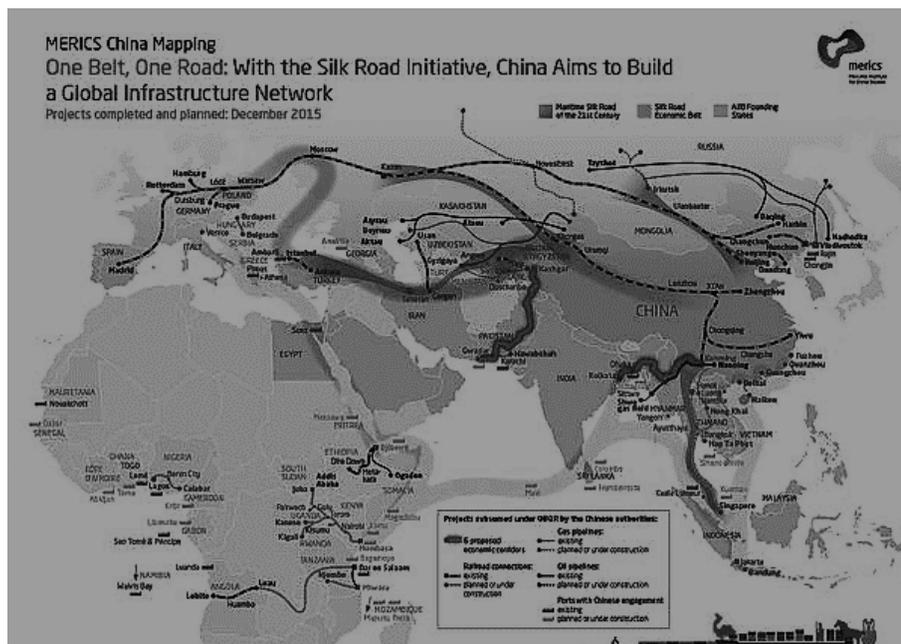
Mas qual o conceito que poderia permitir a consideração adequada dessa guerra como episódio especial, diferente das anteriores do pós-II Guerra Mundial? Isso nos levaria ao conceito de *proxy war*, o que *per se* não é um erro. Mas sua aplicação mais rasa comporta um erro grave, que não faria da Guerra da Ucrânia uma guerra realmente especial, uma *proxy war* especial. A caracterização simples deixaria essa guerra especial como simples, e aí não conseguiríamos explicá-la na sua importância e transcendência. Sequer conseguiríamos discernir o que essa guerra comporta de desdobramentos ou sinaliza para o momento de esgotamento e término catastrófico da Ordem Internacional, que nasce da II Guerra Mundial.

Uma *proxy war*, ou guerra por procuração, ocorre quando um ou mais dos seus protagonistas diretos, visíveis e identificáveis no seu imediato, recebe apoio e suporte condicionado de um terceiro, não imediato, que viabiliza a participação do protagonista imediato na guerra, mas visando a e operando em função de seus interesses específicos, táticos e estratégicos. Sem embargo, foi assim durante toda a Guerra Fria, a partir do encerramento da II Guerra Mundial. Estados Unidos, seja sozinho ou com seus aliados, estiveram presentes e atuantes indiretamente em prol de protagonistas imediatos, em quase todas as Guerras nos últimos 70 anos. Assim também se deu com a Rússia e a China, por exemplo. Já se assistiu a que todas essas guerras se deram no marco da Geopolítica da Contenção e/ou na reação a ela. Poucas foram as vezes, embora muito salientes, em que as potências se engajaram diretamente com tropas e demais recursos. Podemos citar alguns exemplos: as guerras da Coreia (EUA), Vietnã (França, EUA), Afeganistão (Rússia), Afeganistão (EUA) e, mais recentemente, Síria (EUA e Rússia).

Na Guerra da Síria, ainda em curso, temos o engajamento direto no seu espaço territorial nacional dos dois *players mundiais*, Estados Unidos e Rússia — ostensiva e diretamente atuantes com tropas e recursos no mesmo teatro. Mas, apesar dessa coabitação próxima, quase íntima, antagonica, houve um exercício de preservarem-se os limites daquilo que poderia se caracterizar de contato bélico a degenerar-se um conflito aberto e direto entre os *big players*. Vários foram os episódios em que os dois *players* se tocaram militarmente — nada que, no entanto, escapasse ao controle e extrapolasse rumo a um confronto aberto. Então a Guerra da Síria é ainda um caso comum de *proxy war*, típica do pós-II Guerra Mundial. Portanto, a real questão, para caracterizarmos a Guerra da Ucrânia em 2022 como uma “*proxy war* especial”, como episódio diferenciado do *game global*, tal qual se desdobrou no pós-II Guerra Mundial, é que, aos mapas e inovações

teóricas que trouxemos como paradigma teórico na primeira parte deste texto, agregaram-se alguns elementos transcendentais e, a rigor, uma nova configuração expressa no mapa a seguir:

Figura 14 – A *Belt and Road* como instrumento de geopolítica chinesa



Fonte: Müller-Markus (2016) – Imagem reproduzida pelo autor⁴²⁶

Esse mapa não interessa tanto pelas informações específicas que contém, mas sim pela sua figura geral, seu *design* geográfico amplo. Essa figura nos traz o essencial, que é a disposição geográfica geral do projeto da *New Silk Road – One Belt, One Road*. Capitanado pela China e, logo, com adesão da Rússia e das potências da Europa Ocidental, assim como dos demais países da periferia eurasiática do sistema, a iniciativa desenvolveu-se contando com a contribuição econômica e financeira determinante da China. Mas como, afinal, tornou-se possível conceber um projeto dessa

⁴²⁶ MÜLLER-MARKUS, Christina. One belt, one road: the Chinese dream and its impact on Europe. CIDOB – Barcelona Center for International Affairs, Barcelona, maio 2016. Disponível em: https://www.cidob.org/en/publications/publication_series/notes_internacionais/n1_148_one_belt_one_road_el_sueno_chino_y_su_impacto_sobre_europa/one_belt_one_road_the_chinese_dream_and_its_impact_on_europe.

magnitude visando a integrar economicamente as economias da Europa e da Ásia? Um fator foi determinante em fazer desse projeto uma realidade potencial, que em alguns dos seus segmentos já está em curso acelerado de implantação e, portanto, configurando uma ameaça à existência dos Estados Unidos como potência hegemônica — esse fator tão determinante foi um dos processos históricos liberados a partir da II Guerra Mundial: o desenvolvimento do capitalismo por toda a Ásia, mesmo que em graus distintos de maturação. E, nos casos da China, Índia, Rússia, Irã, Paquistão, mais várias outras economias do Extremo Oriente, com um capitalismo ainda subdesenvolvido e no máximo emergente, mas que alcançou, em particular na China, a partir de meados dos anos 1980, um peso relativo significativo e determinante no PIB mundial.

Temos então, por toda a Ásia, um capitalismo disseminado como modo de produção hegemônico, que trouxe uma urbanização e proletarianização pronunciadas em todas as economias nacionais, e isso, evidentemente, com desdobramentos inevitáveis próprios da natureza mesma do modo de produção capitalista e das formações sociais que o têm como fundamento.

A institucionalidade dominante nesses países, mesmo que exista uma diversidade cultural pronunciada, agora se põe aceleradamente nos marcos da reprodução da propriedade privada capitalista e de suas relações de produção. Esse destino já está bem firmado historicamente, sem possibilidade de retrocesso, mas, e o que é o principal, apresentando a exigência, sem alternativas, para o futuro em toda essa região como sendo uma só, economicamente integrada: para a manutenção das relações capitalistas de produção, o que se coloca é a progressão e desenvolvimento da acumulação do capital. Assim, é vital não só para a Rússia, mas para todas essas economias situadas na Eurásia, o desenvolvimento dessa integração econômica no âmbito eurasiático que liga do extremo oeste o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico no leste, sem deixar de envolver também toda a bacia do Oceano Índico. Estamos diante de um “entre três Oceanos”, um “*interoceano*”, por assim dizer, até mesmo porque o projeto da Nova Rota da Seda tem uma extensão orgânica para o continente africano e também para a América Latina — extensão essa configurada pelo grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia e África do Sul)⁴²⁷.

⁴²⁷ Em finais de 2021, a Argentina perfilou-se postulando integrar esse bloco e as negociações avançam em abril de 2022. Cf. SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de. Argentina nos BRICS? *Brasil de Fato*, São Paulo, 11 fev. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/11/argentina-nos-brics>.

Considerações finais

Então aqui, já à guisa de observações finais, faltaria explicitar mais uma vez o porquê de os Estados Unidos estarem tão determinados em bloquear essa iniciativa geopolítica e geoeconômica, e por que, alternativamente, não vincular-se a ela? Vincular-se seria uma possibilidade? Pergunta que intuitivamente não satisfaz às evidências, conduzindo novamente ao subjetivismo, ao idealismo. Problema, então.

Como visualizar um futuro que não contempla alternativas e essa, em particular, sendo conduzida por um movimento tectônico, automático, feito pelos homens, mas totalmente fora de seu controle, um mover-se geopolítico rumo ao confronto que pura e simplesmente perde todas as possibilidades de escolha? Não temos a resposta cabal. Apenas temos a observação do passado, aí como evidência histórica, quando ordens econômicas encontraram seu limite histórico, sua finalização. Ou, em momentos mais atenuados de transições dentro de si mesmas, num salto dentro de si mesmas apenas, essas ordens históricas só fizeram se dirigir com mais determinação cega no sentido inexorável de sua finalização para dar lugar a formações sociais com base em outros modos de produção.

É na oportunidade de estudo oferecida enfim nesse episódio quando chegamos aos limites da investigação. Até agora o que observamos historicamente e também na condição atual das relações internacionais — em que uma coalizão, a Atlantista, se defronta com a sua inimiga, a Coalizão Eurasiana — é que nos permite enunciar, a título de hipótese de trabalho mais firme, que os Estados Unidos não irão aquiescer à teórica possibilidade de recuar diante dessa evidente ameaça terminal à sua hegemonia global — e que assim tende a não abrir espaço à negociação em que a sua hegemonia teria sido então superada numa teórica multipolarização ou reunipolarização em prol de uma nova superpotência. Desse modo, como decorrência do exposto, a dinâmica em que estão se dando as relações internacionais não tende a um reequilíbrio ou mesmo a uma repactuação para nova institucionalidade global multipolar, ou mesmo para uma unipolarização em prol de nova superpotência. E a atual Guerra da Ucrânia, nesse contexto, seria um episódio com natureza designada para constituir-se na “espoleta” da III Guerra Mundial?

Diante do quadro teórico disponível, apresentado grosso modo no presente texto, os desdobramentos na geopolítica, na geoeconomia e na

geoestratégia da Eurásia, tendem a integrar todo o Velho Mundo e constituir-se na ameaça de terminalidade à hegemonia norte-americana. Nessa Eurásia ampla, do Atlântico ao Pacífico, mediada pelo Índico, a Guerra da Ucrânia figura como episódio dramático, que não encontrando solução tem em seus desdobramentos lógicos desaguar numa III Guerra Mundial. A área pivô ali está decidindo historicamente se vai enfim fundir-se com as potências da Europa Ocidental num único mercado, numa única área de acumulação, a área pivô constituindo-se em núcleo amalgamador, que pode num pacto de existência com a China e com as potências da Europa Ocidental constituir um ponto nucleador de poder competitivo sem igual no planeta e na história — uma Eurásia integrada. Aos Estados Unidos, objetivamente, está colocada essa realidade irrefreável em última análise, dada a impossibilidade cada vez mais explícita de dominar diretamente (modelo Mackinder) ou indiretamente pela geopolítica da contenção (modelo Spykman) o protagonismo global da Coalizão Eurasiana e suas extensões orgânicas para a África e América Latina.

Aos Estados Unidos restam apenas dois encaminhamentos alternativos, que na verdade se fundem em um único destino no longo e não tão longo prazo: tentar infrutiferamente bloquear o desenvolvimento da Nova Rota da Seda na sua configuração ótima. Sendo que, no caso lógico desse insucesso em bloqueá-la, que já transparece claramente à análise, há que derivar o que decorre: restaria, ao fim e ao cabo, preparar as alianças estratégicas e o fundamento material para a guerra mundial numa disputa da hegemonia global, o duelo.

Estamos com esse destino configurado, talvez sem chance de retroagir. Porém, que fique claro, isso decorre nos termos históricos e referenciais da investigação que pauta este texto, sendo essa a sua delimitação. Talvez outro referencial teórico em geopolítica, em geoeconomia e geoestratégia possa fundamentar outros destinos possíveis.

Referências

AL JAZEERA. Who controls what in Ukraine? *Al Jazeera Media Network*, Qatar, 28 fev. 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/2/28/russia-ukraine-crisis-in-maps-and-charts-live-news-interactive>.

BARRETO FILHO, Herculano. “Açougueiro da Síria”: quem é o novo comandante russo na Ucrânia. *UOL-FSP*, São Paulo, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://>

noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/04/11/russia-x-ucrania-quem-e-novo-comandante-russo-guerra-putin.htm.

BORBA, Jason T. Autonomização do valor e periodização como fundamento radical da transição. *Revista da FEA-PUC/SP*, São Paulo, v. 1, p. 119-154, 1999a.

BORBA, Jason T. Brasil nos cenários estratégicos mundiais. São Paulo: Saraiva, 2007.

BORBA, Jason T. A crise nos EUA: natureza, cenários e contágio. *Revista PucViva*, São Paulo, ano 9, n. 52, p. 6-10, jul./set. 2008. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/30-edicao-32/166-a-crise-nos-eua-natureza-cenarios-e-contagio>.

BORBA, Jason T. EUA – Hegemonia Ameaçada e a Guerra da Ucrânia. São Paulo: NACI – Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional e GECOPOL – Grupo de Pesquisa em Economia Política, 2022. 1 vídeo (133 min). Publicado pelo canal Jason Borba. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=14ByWIEcZAc>.

BORBA, Jason T. Geoeconomia: Brasil nos cenários estratégicos mundiais. *Brasil 500 Anos*. Congresso Internacional. São Paulo: PEPGEP e PEPGCS-PUC-SP. Agosto 1999b. [Mesa: Cenários em Desenvolvimento]. Mimeo.

BORBA, Jason T. Geoeconomia de 2001: início de um século muito breve. *Revista PucViva*, São Paulo, ano 4, n. 15, p. 13-28, jan./mar. 2002.

BRAUN, Julia. Qual o papel da Otan no confronto entre a Rússia e a Ucrânia? *BBC News Brasil*, São Paulo, 02 mar. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60580704>. Acesso: mar. 2022.

BROTTON, Jerry. *Uma história do mundo em doze mapas*. São Paulo: Zahar, 2014.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The grand chessboard: American primery and its geoeconomic imperatives*. New York: Basic Books/Amazon-Kindle, 2016.

CNN BRASIL. Rússia começou nova fase de “operação” na Ucrânia, diz ministro russo. *CNN Brasil*, São Paulo, 19 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/russia-comecou-nova-fase-de-operacao-na-ucrania-diz-ministro-russo/>.

DABROWSKI, Patrice M. *Commemorating Józef Pilsudski (1867-1935)*. New York: Polish Institute of Arts and Sciences of America, 2011.

ENGELS, Friederich. En quoi la Pologne concerne-t-elle la Classe Ouvrière? In: MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *La Russie*. Paris: Union Générale d’Edition, 1974a. p. 197-199. (Col. 10/18, n. 874. Inédit). Disponível em: https://www.marxists.org/francais/marx/works/00/russie/la_russie.pdf.

ENGELS, Friederich. La politique extérieure du tsarisme russe. In: MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *La Russie*. Paris: Union Générale d’Edition, 1974b. p. 153-194. Disponível em: https://www.marxists.org/francais/marx/works/00/russie/la_russie.pdf.

FIORI, José Luís. Henry Kissinger e a América do Sul. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 dez. 2007a. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/fiori141207.pdf>.

FIORI, José Luís. Nicholas Spykman e a América Latina. *Le Monde Diplomatique BR*, São Paulo, 24 nov. 2007b. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2007-11, a2062>.

FRIEDMAN, George; FRIEDMAN, Meredith. *The future of war: power, technology and American world dominance in the twenty-first century*. New York: First St. Martin’s Griffin, 1998.

FRIEDMAN, George; LEBARD, Meredith. *EUA x JAPÃO: guerra à vista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GIELOW, Igor. Putin publica ultimato para negociar crise na Ucrânia com a OTAN. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 dez. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/12/putin-publica-ultimato-para-negociar-crise-na-ucrania-com-a-otan.shtml>.

GRAY, Colin S. *The geopolitics of super power*. Lexington: The University Press of Kentucky, 1988.

HART, Basil Henry Liddell. *Confissões dos generais alemães*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

HART, Basil Henry Liddell. *As grandes guerras da história*. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1982.

IVSCHINA, Olga; KHINKULOVA, Kateryna. O que está acontecendo no Cazaquistão onde a população tomou as ruas. *BBC Rússia*, Moscou, 5 jan. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59889528>.

JACOBUCCI, Fabrizio. A crise em Belarus e os reflexos da atuação das organizações internacionais. *Cosmopolita*, [s. l.], 9 nov. 2022. Disponível em: <https://www.cosmopolita.org/post/a-crise-em-belarus-e-os-reflexos-da-atua%C3%A7%C3%A3o-das-organiza%C3%A7%C3%B5es-internacionais>.

KARLIN, Anatoly. Representation of both side’s victory conditions. *Twitter*, [s. l.], 20 maio 2022. Disponível em: <https://mobile.twitter.com/akarlin0/status/1511644916820197378>.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.

KISSINGER, Henry. *Nuclear weapons and foreign policy*. New York: Valmy Publishing, 2018.

KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LENINE, Vladimir Illich. *Le cahier bleu: le marxisme quant à l'état*. Bruxelles/Paris: Ed. Complexe/PUF, 1977.

LENINE, Vladimir Illich [1916]. *L'Impérialisme, Stade Suprême du Capitalisme*. In: Marxists Internet Archives (MIA), s/d.

LENINE, Vladimir Illich. Sobre uma caricatura do marxismo e sobre o “economismo imperialista”. In: LENINE, Vladimir Illich. *Lenine: sobre a libertação nacional e social*. Moscou: Edições Progresso, 1988. p. xx-xx.

MACKINDER, Halford John [1919]. *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*. Washington, DC: National Defense University Press, 2014a.

MACKINDER, Halford John. The geographical pivot of history. [1904]. In: MACKINDER, Halford John. *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*. [1919]. Washington, DC: National Defense University Press, 2014. p. 175-194.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *La Russie*. Paris: Union Générale d'Édition, 1974a. Disponível em: https://www.marxists.org/francais/marx/works/00/russie/la_russie.pdf.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Ecrits militaires: violence et constitution des états européens modernes*. Paris: L'Herne, 1970.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Sobre a China*. Porto: Escorpião, 1974b.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

MÜLLER-MARKUS, Christina. One belt, one road: the Chinese dream and its impact on Europe. CIDOB – Barcelona Center for International Affairs, Barcelona, maio 2016. Disponível em: https://www.cidob.org/en/publications/publication_series/notes_internacionais/n1_148_one_belt_one_road_el_sueno_chino_y_su_impacto_sobre_europa/one_belt_one_road_the_chinese_dream_and_its_impact_on_europe.

RICHETER, Patrick. President Putin visits Germany: Moscow and Berlin seek a new role in world politics. *World Socialist Web-Site*, [s. l.], 03 out. 2001. Disponível em: <http://www.wsws.org/articles/2001/oct2001/puti-o03.shtml>.

SANCHES, Mariana. Desnazificação e genocídio: a história por trás da justificativa de Putin para a invasão da Ucrânia. *BBC Brasil*, Washington, DC, 25 fev. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60518951>.

SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de. Argentina nos BRICS? *Brasil de Fato*, São Paulo, 11 fev. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/11/argentina-nos-brics>.

SPYKMAN, John Nicholas. *America's strategy in world politics: the United States and the balance of power*. London: Routledge/Amazon-Kindle, 2017.

TROTSKY, Leon. The curve of capitalist development. (A Letter to the Editors in Place of the Promised Article, April 1923). IV International. <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1923/04/capdevel.htm>.

TROTSKY, Leon. *Ecrits militaires*. Paris: L' Herne, s.d.

VESENTINE, José Williams. *Novas geopolíticas*. São Paulo: Contexto, 2000.

VON CLAUSEWITZ, Carl. *A campanha de 1812 na Rússia*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VON CLAUSEWITZ, Carl. *Da guerra*. Prefácio: Anatole Rapoport. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.

VON CLAUSEWITZ, Carl. *Da guerra*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SOBRE OS AUTORES

ALBERT BRODER

Historiador. Professor Emérito da Université Paris XII-UPEC. Sua obra científica reúne mais de 20 livros especializados e uma centena de artigos publicados em vários países, concentrados em cinco temáticas principais: história financeira e econômica, história das relações econômicas internacionais, história dos mundos ibéricos e lusitanos, cultura e humanismo. Juntamente ao historiador Frédéric Mauro, amigo e colaborador, é membro fundador da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – ABPHE. Entre suas principais obras, estão *Histoire économique de la France au XIXe siècle* (2003); *Industrialisation et société en Europe Occidentale* (2003); *Historia económica de la España contemporánea* (2000); *Histoire économique de la France au XXe siècle* (Paris, 1998); *Histoire économique de l'Espagne contemporaine* (Paris, 1998); *Histoire contemporaine du monde depuis 1950: l'ère des ruptures* (1997) e *Histoire contemporaine du monde: 1870-1950* (ambos em coautoria com Frédéric Mauro).

E-mail: albert.broder@wanadoo.fr

ALBERTO J. SOSA

Sociólogo, advogado, escritor. Foi professor das Universidades de La Plata, El Salvador e Buenos Aires de Argentina. Membro do Foro Consultivo Econômico Social do Mercosul — seção Argentina. É membro fundador, diretor e editor responsável da revista eletrônica *Amersur*. Publicou diversos livros, entre os quais *Alianza Argentina-Brasil e integração sudamericana* (Buenos Aires, 2011) e, com Cristina Diríé, *Argentina, Brasil y México: ¿Extraviados en la globalización neoliberal?* (Buenos Aires, 2022).

E-mail: ajsosa.amersur@gmail.com

AMAURY DE SOUZA AMARAL

Contador, atuário e físico. Graduação e pós-doutorado em Física pelo IF-USP; doutor em Ciências Sociais – PEPGCS, PUC-SP; mestre em Computação pela UFABC em Ciências Contábeis, e Atuariais, pela PUC-SP. É assistente doutor do Departamento de Contabilidade, da FEA-PUC-SP, e de pós-graduação (MBA) em Controladoria, pela PUC-SP; coordenador do MBA de Controladoria e do curso superior de Tecnologia em Informações

Gerenciais, da PUC-SP. Atua em área interdisciplinar de Econofísica, em estudos de sistemas complexos, sistemas dinâmicos, aplicação de Funções Booleanas e Análise de Fourier; computação no contexto de inteligência social e artificial e projetos avaliatórios em tempo contínuo. É editor responsável pela revista eletrônica Redeca, da PUC-SP; membro de várias entidades, entre as quais o Institute of Electrical and Electronics Engineers; International Association for Accounting Education and Research (IAAER); American Physical Society; Sociedade Brasileira de Computação (SBC); Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS); Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional, com vários artigos publicados.

Orcid: 0000-0001-6115-5389

E-mail: asamaral@pucsp.br

ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA

Economista. Professor doutor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuárias da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP; presidente do Cofecon – Conselho Federal de Economia; coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia Política, da PUC-SP, e do Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento e Política Econômica (Depe – PUC-SP). É membro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial e do Conselho Deliberativo do Centro Celso Furtado de Desenvolvimento. Autor e coautor de mais de 25 livros e centenas de artigos. Palestrante e conferencista, foi homenageado com a Comenda Mario Henrique Simonsen, do Corecon-SP, como economista de destaque (2011); “Personalidade Profissional Economia”, pela Confederação Nacional do Trabalhadores Universitários (CNTU), em 2013; e “Personalidade Econômica do Ano” pelo Cofecon, em 2017; entre outras. Organizou e publicou mais recentemente o livro *Reindustrialização para o desenvolvimento brasileiro* (2022).

Orcid: 0000-0001-8852-4172

E-mail: aclacerda@pucsp.br

DURVAL DE NORONHA GOYOS JÚNIOR

Advogado, historiador, escritor, professor, árbitro e editor. Foi presidente da União Brasileira de Escritores (UBE). É membro da Academia de Letras de Portugal e do Instituto Confúcio do Brasil. Especialista em Direito e Comércio Internacional, com ênfase na China e Oriente, é autor, dentre outros

livros, de: *As guerras do ópio na China e os tratados desiguais* (2021); *Um marco democrático: a constituição de Cuba de 2019 – exame sob a luz do direito comparado* (2020); *Os monges guerreiros de Goyos e a ordem do hospital em Portugal* (2018); *Introdução à revolução cultural na república da China: aspectos econômicos, sociais e políticos* (2016). Representante *ad-hoc* do governo brasileiro na Rodada Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), 1983-1993; Árbitro do GATT e da OMC; atual árbitro da Comissão de Arbitragem Econômica e Comercial Internacional da China – CIETAC, em Beijing e Xangai; presidente do Instituto Confúcio de São Paulo (Brasil-China).

E-mail: dng@noronhaadvogados.com.br

FERNANDO DE ALMEIDA SANTOS

Pós-doutor em Ciências Contábeis e doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP; coordenador e professor do mestrado profissional em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças da PUC-SP; autor do livro *Ética empresarial – políticas de responsabilidade social em 5 dimensões: sustentabilidade, respeito à multiculturalidade, aprendizado contínuo, inovação e governança corporativa* (São Paulo: Atlas, 2015); organizador do livro *Gestão da educação a distância: comunicação, desafios e estratégias* (São Paulo: Editora Atlas; 2015); coautor de livros, além de capítulos e artigos científicos.

Orcid: 0000-0002-1716-2802

E-mail: almeidasantos@puccsp.br

FERNANDO AUGUSTO MANSOR DE MATTOS

Professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da UFF e professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF. Foi pesquisador visitante no *Institute of Latin American Studies* (ILAS) da Universidade de Columbia, entre julho de 2017 e junho de 2018. Coorganizador, junto a Victor Leonardo Araújo, do livro *A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações*, publicado pela Editora Hucitec e livro referência na bibliografia para o concurso da Anpec.

Orcid: 0000-0002-1196-3246

E-mail: fermatt1@hotmail.com

GABRIEL GALÍPOLO

Economista; atual secretário-geral do Ministério da Fazenda (Min. Fernando Haddad, no 3º mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva).

É mestre em Economia Política (PEPGEP-PUC-SP), professor da UFRJ e pesquisador do Cebri – Centro Brasileiro de Relações Internacionais. Ex-professor do Departamento de Economia da PUC-SP. No exercício da profissão de economista, ocupou os cargos de chefe da assessoria econômica da Secretaria de Transportes Metropolitanos de São Paulo (2007), de diretor de estruturação de projetos da Secretaria de Economia e Planejamento do estado de São Paulo (2008) e de conselheiro da Fiesp. Publicou vários artigos e, em coautoria com o professor Luiz Gonzaga Belluzzo, os livros *Dinheiro: o poder da abstração real* (Contracorrente, 2022) e *A escassez na abundância capitalista* (Facamp/Contracorrente, 2017).

E-mail: gabriel@galipolo.com

GUSTAVO ADOLFO RUBIO-RODRÍGUEZ

Pós-doutor em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; doutor em Ciências Econômicas e Administrativas, pela Universidade para Cooperação Internacional; doutor em Ciências Sociais e Educacionais pela Universidade de Huelva, na Espanha. É professor pesquisador da Universidad Minuto de Dios e da Universidad de Tolima (Colômbia), palestrante internacional e autor de artigos científicos e livros.

Orcid: 0000-0002-6582-2481

E-mail: gustavo.rubio-r@uniminuto.edu.co

JASON TADEU BORBA

Professor titular do Departamento de Economia da FEA/PUCSP, coordenador do Gecopol – Grupo de Pesquisa em Economia Política do Departamento de Economia da FEA/PUCSP; editor do site MUNDIWAR (www.mundiwar.com).

Orcid: 0000-0001-5329-5103

E-mail: jasonborba@gmail.com

JOAQUIM CARLOS RACY

Economista e cientista político. É professor doutor do Departamento de Economia da FEA-PUC-SP e vice-coordenador do Naci, professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP e da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenou com Regina Maria A. F. Gadelha a coletânea *Sustentabilidade global e realidade brasileira* (2018).

Entre outros trabalhos, publicou *Introdução à gestão de negócios internacionais* (Cengage Learning BR, 2006).

Orcid: 0000-0003-1790-5722

E-mail: racjo@uol.com.br

LADISLAU DOWBOR

Economista. Doutor em Economia pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia; Professor titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; consultor de agências das Nações Unidas (ONU). Autor de dezenas de livros e artigos, entre os quais *Resgatar a função social da economia* (2022); *O pão nosso de cada dia: opções econômicas para sair da crise* (2021); *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais* (2020); *A era do capital improdutivo* (2017); *O que acontece com o trabalho?* (2001); *O mosaico partido: a economia para além das equações* (2000). É colaborador do Naci, tendo contribuído com artigos nos seguintes livros: *Globalização, metropolização e políticas neoliberais* (1997); *Mercosul e Unasul: avanços nos processos de integração* (2013); *Sustentabilidade global e realidade brasileira* (2018). Seus numerosos trabalhos sobre planejamento econômico e social podem ser acessados através da pequena biblioteca científica que mantém no site gratuito: <http://dowbor.org>.

Orcid: 0000-0002-5124-1504

E-mail: ladislau@dowbor.org // ldowbor@gmail.com

LEÓN POMER

Historiador argentino, foi professor titular da Universidad de Buenos Aires e da Universidad del Salvador (Argentina). Durante seu longo exílio no Brasil durante os anos de ditadura militar argentina, lecionou na Unesp-Universidade Estadual paulista e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo até sua aposentadoria em 2006, quando retornou à Argentina. Na PUC-SP fundou a revista de História daquele departamento. É autor de dezenas de livros e artigos, tendo publicado no Brasil: *O surgimento das nações: discutindo a história* (1987); *Conflitos da Bacia da Prata* (1979); *A guerra do Paraguai: a grande tragédia rio-platense* (1980); *América: Histórias, Delírios e outras magias* (1980); *As Independências na América Latina* (1981); *História da América Hispano-Indígena* (1983), entre outras obras. Na Argentina publicou em período mais recente: *La construcción del imaginario argentino* (1998); *La*

corrupción: una cultura argentina (2004); *La construcción de los héroes: imaginario y nación* (2005); *Historias de Gauchos y Gauchisoldados* (2007); *Guerra del Paraguay. Estado, Política y Negocios* (clásico reeditado em 2008); *De la dominación consentida* (2021).

E-mail: pomer.len39@gmail.com

MARIEL LIBERATO BASTOS

Economista. É mestre em Economia Política pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP e professora assistente da Escola de Negócios e Hospitalidade das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU-SP.

E-mail: marielliberato@gmail.com

NORMA CRISTINA BRASIL CASSEB

Economista. Professora titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Com experiência e pesquisas em políticas públicas e teoria geral da economia, atualmente leciona nas áreas de macroeconomia, economia brasileira e economia política e políticas públicas.

Orcid: 0000-0002-3818-7590

E-mail: vncasseb@uol.com.br

PAULO FERNANDO SILVA AMARAL

Mestrando em Filosofia pela USP. Bacharel em Administração pela Fecap (2011) e em Filosofia pela USP (2019). Publicou em 2016, com outros, o artigo “Redes de relações de deficientes visuais no mercado de trabalho” (*In: JUNQUEIRA, Luciano A. P.; CORÁ, Maria Amélia (org.). Redes sociais e intersectorialidade*. São Paulo: Tiki Books, 2016), além de artigos em revistas e anais de congressos.

E-mail: paulo.fernando.amaral@usp.br

PEDRO MONZÓN BARATA

Cientista político, professor da Universidade de Havana e do Instituto Superior de Relações Internacionais de Cuba, especialista em questões de política internacional com ênfase na Ásia, Pacífico e Oceania. Mestre em Estudos Orientais pelo Colégio de México. Professor convidado do Centro

de Estudos Internacionais da Universidade de Sofia (Tóquio), diretor de Relações Internacionais do Ministério da Cultura de Cuba. Conselheiro político e segundo de missão na Embaixada da República de Cuba no Japão; embaixador da República de Cuba na Malásia; e Embaixador não-residente em Timor-Leste e Brunei. Atualmente é cônsul-geral de Cuba na cidade de São Paulo, com título de embaixador.

E-mail: oficonsulgeral@uol.com.br

REGINA MARIA D'AQUINO FONSECA GADELHA

Historiadora. Pós-doutorado *ex-Lettres* na Université Paris-X, Nanterre e Université Paris-III, Sorbonne Nouvelle, sob direção do historiador Frédéric Mauro; doutora em Ciências Humanas pela FFLCH-USP; mestre em História Econômica pela FFLCH-USP; professora titular do Departamento de Economia–Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuárias-PUC-SP; coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da PUC-SP (dois mandatos); ex vice coordenadora do PEPGEP-PUC-SP, Especialização e pesquisas em América Latina, Desenvolvimento e Dependência, História Econômica. Coordenadora do Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional do PEPGEP-PUC-SP, registro no CNPq; membro-correspondente da Academia de História Paraguaia (Assunção-PY) e União Brasileira de Escritores-UBE; professora colaboradora do CESLA-Centro de Estudos Latino-americanos, homenageada pela Universidade de Varsóvia (1998 e 2008). Membro da diretoria da APROPUC-Associação dos Professores da PUC-SP. Autora do livro *As missões jesuíticas do Itatim. Estruturas sócio-econômicas do Paraguai colonial: séculos XVI e XVII* (1980) e várias coletâneas e artigos publicados no Brasil e exterior. Publicou e: Política desenvolvimentista e retrocesso estrutural: origens do atraso. In: LACERDA, Antônio Corrêa (org.). *Reindustrialização para o desenvolvimento brasileiro* (2022). Sua biografia in *Dicionário de Mulheres*. Hilda Agnes Hübner Flores (org.). Porto Alegre (1999, 2000).

Orcid: 0000-0001-7930-9681

E-mail: rgadelha17@gmail.com

RUBENS R. SAWAYA

Economista. Professor doutor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; vice-coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP; diretor do

IIPPE – *International Initiative for Promoting Political Economy*; ex-presidente da Ange – Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas; ex-vice-presidente da SEP – Sociedade Brasileira de Economia Política. Atua na área de Teoria Econômica, nos seguintes temas: desenvolvimento econômico, macroeconomia e conjuntura econômica, economia política. Autor do livro *Subordinated development: transnational capital in the process of accumulation of Latin America and Brazil* (Leiden/Boston, 2018).

Orcid: 0000-0003-2506-5356

E-mail: rsawaya@pucsp.br

TADEU MORATO MACIEL

É professor colaborador e pós-doutorando (bolsista PNPd/Capes) no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança da Universidade Federal Fluminense (PPGEST/UFF), e mestre em Ciências Sociais: Relações Internacionais pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP (2011). Professor Colaborador (2018-atual) na graduação em Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos (Inest) e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Política Externa Brasileira (Lepeb) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Orcid: 0000-0003-2591-4557

E-mail: tadeummaciel@gmail.com

